

Perspectivas multidisciplinares da Comunicação em contexto de pandemia

Vol. II

Coord.
Francisco Rui Cádima
& Ivone Ferreira

Ficha Técnica

Título

Perspectivas multidisciplinares da Comunicação em contexto de pandemia, Volume II

Coordenação

Francisco Rui Cádima
& Ivone Ferreira

Data de publicação

2021, Coleção ICNOVA

ISBN

978-989-9048-12-6

[Suporte: Eletrónico]

978-989-9048-14-0

[Suporte: Impresso]

DOI

<https://doi.org/10.34619/4oeg-jmum>

Edição

ICNOVA — Instituto
de Comunicação da NOVA
Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa
icnova@fcsh.unl.pt
www.icnova.fcsh.unl.pt

Direção da coleção

Francisco Rui Cádima
Maria Lucília Marques
Cláudia Madeira

Gestora editorial

Patrícia Contreiras

Design

Tomás Gouveia

Apoio

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

A edição deste livro é financiada por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/05021/2020



O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação, publicação ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:
www.icnova.fcsh.unl.pt

Índice

Introdução	4		
Isabel Ferin, Ana Cabrera, Carla Martins O ressurgimento da informação televisiva: uma “janela” para a pandemia	7	João Pereira Matos COVID-19 e o discurso imunitário: biopolítica, <i>bioeconomia</i> e resistência	149
Francisco Rui Cádima A COVID-19 e a crise dos Media em Portugal	30	João Carlos Martins Reação em cadeia: sobre a covid-19 e o envolvimento Digital no Poder Local em Lisboa	168
Nelson Oliveira, Margarida Lorigo, Elisa Cairrao A COVID-19 no telejornal da noite: o papel da televisão na construção social da pandemia	47	Paula Lobo, Ivone Ferreira Práticas de Relações Públicas no contexto da pandemia de COVID-19: da academia para a sociedade civil	184
Thales Lelo, Fernando Pachi Filho, Roseli Fígaro Credibilidade jornalística e o discurso de “combate” à desinformação na cobertura da COVID-19 no Brasil	70	Irina Rosa Factores de Sucesso na Gestão da Crise da COVID-19 na Nova Zelândia e o estilo comunicacional da Primeira-Ministra Jacinda Ardern	205
Andreia Freitas, Ana Isabel Pinheiro, Susana Amante Práticas discursivas de jornalistas portugueses em tempo de covid-19	90	Ana Lúcia Mandelli de Marsillac, Anelise Hauschild Mondardo Incêndios do véu, vestígios informes: jogos com obras de arte em tempos de Pandemia	219
Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini, Warley Gian da Silva Matos Reacting to COVID-19: regional human rights systems’ digital communication on the Global Coronavirus Pandemic	111	Cláudia Pernencar, Inga Saboia, Rita Santos, Rúben Santos O ensino remoto em contexto COVID-19 na prática projetual baseada em <i>Design Thinking</i>	235
Andrik Brito Viana, Fernanda Vasques Ferreira, Marco Aurélio Boselli, Rafiza Varão Informações divergentes, falhas e negacionismo: uma análise do enfrentamento à covid-19 no Brasil no âmbito da comunicação	133	Massimo Di Felice, Marina Magalhães Cidadanias pandêmicas: as formas conectivas do habitar	264

Introdução*

Francisco Rui Cádima & Ivone Ferreira

O 2º volume do e-book *Perspetivas multidisciplinares da Comunicação em contexto de pandemia* integra 14 textos de autores portugueses e brasileiros que apresentam reflexões teóricas e estudos empíricos encetados durante a pandemia.

Isabel Ferin Cunha, Ana Cabrera e Carla Martins refletem sobre o papel dos *media*, e em particular da televisão, para informar sobre a pandemia. O estudo empírico que apresentam visa “analisar um *corpus* constituído por blocos noticiosos do *prime-time* dos canais generalistas RTP1 (Telejornal), SIC (Jornal da Noite), TVI (Jornal das 8) e CMTV (CM Jornal 20h00)” (p. 7) e as conclusões remetem para “a visibilidade conferida à expansão geográfica/económica da pandemia (Fujita & Hamaguchi, 2020)” (p. 11) nos diários televisivos de informação.

Francisco Rui Cádima centra-se nos efeitos (económicos) da pandemia nos *media*. Ao refletir sobre o agravamento da precariedade no jornalismo durante a pandemia, Cádima indaga sobre as repercussões do alheamento dos poderes políticos no apoio previsto para os *media* durante esta fase extremamente difícil para a indústria, que, para além do mais, levantou “profundas preocupações na esfera pública sobre o futuro do escrutínio da coisa pública por parte de um jornalismo plural, rigoroso e independente.”

Nelson Oliveira, Margarida Lorigo e Elisa Cairrão refletem sobre o papel da TV na construção social da pandemia. Os autores desenharam um estudo comparativo entre os telejornais da noite em Portugal e Espanha “assumindo o importante papel que as televisões públicas continuam a desempenhar no processo de formação da opinião pública (...)”. (p.49)

Thales Lelo, Fernando Pachi Filho e Roseli Fígaro analisam como “o jornalismo brasileiro tem retratado a circulação de desinformações durante a cobertura da pandemia da covid-19 no país” (p. 71). Os autores juntam revisão da literatura com a análise de um corpus constituído por 99 publicações divulgadas em nove portais de notícias brasileiros, durante os primeiros meses da pandemia.

Em “Práticas discursivas de jornalistas portugueses em tempo de covid-19”, **Andreia Freitas, Ana Isabel Silva e Susana Amante** analisam o discurso dos *pivots* nos telejornais portugueses. Segundo referem, o estudo permitiu concluir que “a disseminação dos discursos moralizadores dos jornalistas e a inferência dos inquiridos sobre os mesmos é coincidente com o efeito perlocutório pretendido de boa conduta que, em tempos de estado de emergência devido à pandemia de covid-19, foi sinónimo de “ficar em casa”. (p. 108)

* A Academia das Ciências recomenda o uso da designação da doença com minúscula, uma vez que se trata de um nome comum de uma doença, e não de um nome próprio: covid-19. Adotamos então este critério neste segundo volume.

Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini e Warley Gian da Silva Matos procuram compreender no seu trabalho como é que organizações internacionais conduzem a comunicação digital durante a pandemia.

Andrik Brito Viana, Fernanda Vasques Ferreira e Marco Aurélio Boselli analisam no texto de que modo a comunicação “contribui para o combate à covid-19 e como se dão as interações entre os campos da comunicação, saúde e políticas públicas no enfrentamento da doença”. Os autores analisam a informação divulgada pelo Ministério da Saúde Brasileiro “que indiquem as principais políticas públicas e, como intersecção, analisamos o conteúdo (Bardin, 2011) das reportagens da *Folha Online* que repercutiram as ações do Ministério da Saúde.” (p. 145)

João Pereira de Matos discorre sobre o reforço das estratégias bioeconómicas causadas pela crise pandémica em referência a uma ideia central em Foucault: “O capitalismo tardio, caracterizado pela sua extensão planetária, é indissociável de uma *biopolítica da espécie*.” (p. 150)

João Carlos Martins analisa o uso das redes sociais por parte de cidadãos na interação com os poderes locais. Os resultados apresentados mostram “um crescimento sustentado nesta interação com mais de 6 mil publicações, perto de 260 mil reações, partilhas e comentários numa comunidade digital a rondar os 277 mil utilizadores num universo de mais de meio milhão de habitantes.” (p. 175)

Paula Lobo e Ivone Ferreira descrevem a resposta ao desafio do ensino online que inclui práticas de Relações Públicas implementadas numa unidade curricular de licenciatura. A unidade curricular de “Assessoria de Imprensa” tornou-se um laboratório vivo em que docente e alunos implementaram o processo de planeamento de comunicação a uma organização da sociedade civil.

Irina Rosa reflete sobre o modelo comunicativo usado por Jacinda Ardern procurando compreender quais as estratégias responsáveis pelo sucesso da Nova Zelândia no combate ao vírus.

Em “O ensino remoto em contexto covid-19 na prática projetual baseada em *design thinking*”, **Cláudia Pernencar, Inga Saboia, Rita Santos e Rúben Santos** descrevem a adaptação da prática projetual de desenvolvimento de produtos digitais, baseada na metodologia de Design Thinking ao ensino remoto em unidades curriculares teórico-práticas provenientes de áreas científicas distintas.

Finalmente, **Massimo Di Felice e Marina Magalhães** fecham o livro com uma reflexão sobre “a função da comunicação no equilíbrio dos ecossistemas, (...) através de uma perspectiva digital, no atual contexto de pandemia (...) com ênfase na emergência de novas formas de cidadania que se desenvolvem em meio ao social conectado”. (p. 270)

Com este segundo volume sobre diferentes perspetivas que convocam as ciências da comunicação na análise da pandemia covid-19, o ICNOVA dá uma contribuição que nos parece de inegável interesse para o aprofundamento dos estudos sobre este complexo problema que atingiu a humanidade de forma fulminante no início de 2020.

Francisco Rui Cádima
Universidade NOVA de Lisboa,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Comunicação da NOVA
— ICNOVA, Lisboa, Portugal
frcadima@fcsh.unl.pt
ORCID ID: 0000-0002-5449-8831

Ivone Ferreira
Universidade NOVA de Lisboa,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Comunicação da NOVA
— ICNOVA, Lisboa, Portugal
ivoneferreira@fcsh.unl.pt
ORCID ID: 0000-0003-3283-2373

O “ressurgimento” da informação televisiva: uma “janela” para a pandemia

*The “resurgence” of television news: a “window”
for the pandemic*

Isabel Ferin Cunha

Universidade de Coimbra
Universidade NOVA de Lisboa,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Comunicação da NOVA
— ICNOVA, Lisboa, Portugal
barone.ferin@gmail.com
ORCID ID: [0000-0001-8701-527X](https://orcid.org/0000-0001-8701-527X)

Carla Martins

Universidade Lusófona
Universidade NOVA de Lisboa,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Comunicação da NOVA
— ICNOVA, Lisboa, Portugal
carlamartins@netcabo.pt
ORCID ID: [0000-0002-4625-1521](https://orcid.org/0000-0002-4625-1521)

Ana Cabrera

Universidade NOVA de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de História Contemporânea
anacabrera@fcsh.unl.pt
ORCID ID: [0000-0002-2372-5165](https://orcid.org/0000-0002-2372-5165)

Resumo: Desde o início de 2020, acompanhando a expansão e as mutações da COVID-19, o contexto mundial tem vindo a agravar-se, pondo em causa não só a globalização, como os regimes democráticos, ao associar-se a uma crise económica e social sem precedentes. Multiplicam-se os estudos sobre a doença, as suas consequências locais e globais, mas, também, sobre o papel dos *media*, *mainstream* e sociais. Nos primeiros meses de 2020, e dadas as medidas de confinamento, os quotidianos das sociedades globais alteraram-se e os *media* — sobretudo a televisão *mainstream* e os websites informativos — assumiram o papel de elo, único, de interação e informação social. O cenário da designada *crise do jornalismo* sofreu uma mutação, embora se tenha aprofundado a crise económica das empresas de comunicação (ERC, 2020) e a precariedade dos jornalistas (Unesco, 2020; Camponez et al., 2020). Neste espaço de tempo, assiste-se ao ressurgir das televisões, que parecem ter retomado a função de *elo social* (Wolton, 1994). Estudos anteriores sobre o jornalismo (Traquina, 2004; Graber & Bucy, 2009) e a cobertura jornalística da área da saúde (Gollust, Fowler, Niederdeppe, 2019; Magalhães, Lopes & Araújo, 2020) fundamentam este artigo. O objetivo é identificar padrões da cobertura jornalística televisiva da COVID-19. A análise incide sobre os blocos noticiosos do *prime-time* dos canais generalistas RTP1, SIC, TVI e CMTV, durante o período em que vigorou o primeiro estado de emergência (18 de março a 2 de maio) e as etapas subsequentes de desconfinamento (de 3 de maio a 31 de maio de 2020).

Palavras-chave: COVID-19 e televisão; estudos televisivos; jornalismo; cobertura televisiva; Portugal.

Abstract: Since early 2020, the COVID-19 dissemination and mutations has been worsening the global context, jeopardising not only globalisation but also democratic regimes, owing to the unprecedented economic and social crisis. Studies on the disease, its local and global consequences are multiplying, but also on the role of mainstream and social media. In the first months of 2020, given the containment measures, the daily lives of global societies changed, and the media — especially mainstream television and information websites — assumed the role of unique interaction and social information link. The scenario of the so-called journalism crisis has changed, despite the economic crisis of media companies (ERC, 2020) and the precariousness of journalists has deepened (Unesco, 2020; Camponez et al., 2020). In the meantime, there are a resurgence of television, which seem to have resumed the function of social link (Wolton, 1994). Previous studies on journalism (Traquina, 2004; Graber & Bucy, 2009) and health journalistic coverage (Gollust, Fowler, Niederdeppe, 2019; Magalhães, Lopes & Araújo, 2020) support this article. The goal is to identify patterns of COVID-19 television news coverage. The analysis focuses on the prime-time news blocks of Portuguese free access channels RTP1, SIC, TVI and CMTV, during the lockdown period (March 18 to May 2) and the subsequent stages of opening (from May 3 to May 31, 2020).

Keywords: COVID-19 and television; television studies; journalism; television coverage; Portugal.

1. Contexto global da pandemia

A pandemia que assola o mundo desde os finais de 2019 modificou de forma drástica o quotidiano das sociedades globalizadas. O fenómeno sanitário é cíclico e tende a ser esquecido pelos governos e pelas populações, embora, no caso da COVID-19, tivesse sido vaticinado não só por *futurologistas*, em filmes apocalípticos (por exemplo, *Contagious*, 2011; *12 Monkeys*, 1995), como por instituições como o Conselho Nacional de Informação dos EUA, em 2004, ou personalidades como Bill Gates em 2015.

A reflexão sobre a pandemia, e as suas consequências globais, tem sido matéria de análise de intelectuais um pouco por todo o mundo, com o objetivo de iluminar situações, cenários, comportamentos, tendências sociais e individuais. Parece existir consenso de que o vírus se expandiu, prioritariamente, nas regiões mais ricas, populosas e industriais do planeta,

como foi Wuhan, mas também na Europa — eixo Liverpool, Birmingham, área metropolitana de Londres, Amsterdão, Bruxelas, Luxemburgo, Renânia, parte sul da Alemanha, Alsácia francesa, Suíça e província da Lombardia — e nos EUA, regiões que abrangem Nova York, New Jersey, Illinois, Massachusetts e Pensilvânia. Esta expansão geográfica/económica decalca a geografia da globalização neoliberal, alicerçada na indústria e serviços de baixos salários, onde trabalham, preferencialmente, migrantes e mulheres pouco qualificados, lado a lado com serviços financeiros e tecnológicos de alto valor acrescentado. Nestas regiões e cidades a desigualdade de acessos a habitação, educação, mobilidade, saúde e proteção social parece estar na génese do padrão de transmissão COVID-19 designado por 3C: 1) *crowded places* (lugares populosos); 2) *close-contact settings* (contactos de proximidade); 3) *confined and enclosed spaces* (espaços confinados e fechados) (Fujita & Hamaguchi, 2020).

As observações anteriores têm fundamentado a explicação sobre a propagação do vírus, não só nas regiões mais ricas do planeta mas, também, em outras regiões com características semelhantes, embora menos abastadas. Por exemplo, não é acidental que o maior número de focos da infeção na área metropolitana de Lisboa esteja localizado nos concelhos limítrofes como Loures, Amadora ou Sintra, regiões “dormitório” de trabalhadores de serviços, muitos migrantes, na maioria vivendo em apartamentos pequenos, sobrelotados e degradadas, com situações de trabalho precárias.

A pandemia veio mostrar, também, as fragilidades da globalização, ao expor, por exemplo, a dependência de centenas de países de um único fornecedor de materiais médicos, os riscos que comportam as cadeias de valor global¹ ou ainda o domínio das grandes empresas tecnológicas (Casero-Ripollés, 2020). A COVID-19 revelou, sobretudo, as desigualdades entre países e no interior dos países, ao atingir as pessoas mais vulneráveis, que dependem de trabalhos precários e com dificuldades no acesso ao ecossistema digital, à saúde, à educação e à proteção social². Em simultâneo, agravou as relações de género³ e o fosso entre grupos etários⁴. Neste sentido, a globalização tal como foi vivida até 2019, na sua etapa pós-COVID sofrerá profundas mudanças. que tenderão a reescrever as regras financeiras e económicas. Estas, por seu turno, levarão ao aumento do protecionismo de blocos/regiões, aprofundarão a sociedade do conhecimento e de serviços assente no digital, dificultarão as migrações do Sul e, caso não haja correção desta rota, acentuarão as desigualdades internas dos países/regiões e entre países ricos e pobres (Stiglitz, 2020).

1 Cfr.: COVID-19 and global supply chains — KPMG Global, <https://home.kpmg/xx/en/blogs/home/posts/2020/03/covid-19-and-global-supply-chains.html> (Acedido em maio 2020)

2 Cfr.: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2020/09/COVID19-and-global-inequality-joseph-stiglitz.htm> (Acedido em setembro de 2020)

3 https://www.rtp.pt/noticias/mundo/pandemia-amplia-desigualdade-de-genero-e-ameaca-frageis-avancos_n1263692

4 Cfr.: <https://blogs.imf.org/2020/07/21/the-covid-19-gender-gap/> (Acedido em setembro de 2020)

As epidemias revelam, deste modo, a verdade sobre as nossas sociedades, as suas fragilidades, inconsistências, contradições e paradoxos. Ivan Krastev (2020), refletindo sobre a Europa e a pandemia, identifica cinco paradoxos inerentes a esta crise: i) a interdependência global; ii) a tendência para desglobalização e os limites à renacionalização; iii) o medo perante um inimigo invisível como fator de “união nacional”; iv) a capacidade dos governos, em função dos regimes, de utilizar diretivas de saúde para colocar a *democracia em pausa*; v) o estabelecimento de fronteiras entre medidas sanitárias e crise económica.

Em coautoria, um outro texto do mesmo autor (Krastev & Leonard, junho de 2020) — apoiado pelo European Council on Foreign Relations e intitulado *Europe’s Pandemic Politics: How The Virus Has Changed The Public’s Worldview* — dá voz aos cidadãos europeus e às suas expectativas pós-pandemia. O texto, que resulta de dados recolhidos na Europa, aquando do início da abertura económica, após o fim do estado de emergência (maio de 2020), apresenta as tendências recolhidas numa sondagem a 11 mil cidadãos em 9 países europeus (Alemanha, Bulgária, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Polónia, Portugal e Suécia). O objetivo do inquérito foi apurar os efeitos da doença nas perceções dos cidadãos sobre: a liderança política nacional e europeia na crise sanitária; os rumos futuros da sociedade; o papel das instituições europeias neste período e o lugar da Europa no mundo. Os autores apresentam dados quantitativos relativos a todos os países e apuram duas tendências dominantes, relativas às expectativas dos cidadãos, no que se refere à organização da sociedade europeia pós-pandemia: i) a tendência federalista, que envolve a perda de autonomia nacional e mutualização de encargos e dívidas; ii) a propensão a apoiar a soberania nacional, entendida num contexto em que cada país atribui à Europa o papel de reconquistar a independência face à China e aos EUA. Salienta-se que nesta última tendência há uma clara menção à necessidade de reforçar a autonomia e o investimento tecnológico na Europa, para fazer face às grandes empresas tecnológicas, como o Facebook, a Amazon ou a Huawei.

Os resultados anteriores pressupõem a transferência de competências geoestratégicas, políticas, económicas e financeiras para Bruxelas, mas assinalam, também, o poder atribuído, pelos cidadãos, às empresas multinacionais tecnológicas. Este último tema é transversal a todos os países e demonstra a consciencialização de muitos europeus acerca do papel das redes sociais, assim como das condicionantes tecnológicas e civilizacionais que comporta. A esta circunstância não serão estranhas as medidas de confinamento, *fique em casa*, que ditaram o isolamento de milhões de pessoas nos seus domicílios, conferindo à informação, independentemente do *medium* utilizado, um valor singular. Como escreve, por exemplo, Harari (2020:7), a melhor proteção dos cidadãos perante a pandemia é o acesso a informação diversificada — fundada na solidariedade global dos cientistas –, bem como o respeito pelo conhecimento científico. Prosseguir este objetivo implica, em democracia, confiar nas instituições, nos poderes públicos e na responsabilidade cívica de cada cidadão. A Unesco (2020) apresenta a mesma preocupação e fala de *desinfopandemia*, isto é, uma preocupante desinformação

sobre a pandemia que deve ser combatida, quer pelos *media mainstream*, quer pelos *media* independentes, mas, sobretudo, pelas empresas tecnológicas, que devem ser reguladas e mais transparentes nas ferramentas que utilizam. No documento *Journalism, Press Freedom and Covid19*, a organização lembra que, nesta circunstância, os jornalistas e o jornalismo têm novas oportunidades de se afirmar, ao disponibilizar informação credível, diversa e verificada nas suas fontes.

Este artigo insere-se neste contexto e pretende contribuir para a compreensão do papel de um *medium mainstream* em Portugal, nomeadamente, da televisão generalista, na cobertura da informação sobre a COVID-19, no período em que vigorou a primeira fase do estado de emergência (de 18 de março a 2 de maio) e o subsequente plano de desconfinamento (3 a 31 de maio de 2020).

2. *Media*, Saúde e Crise do Jornalismo

A televisão constitui hoje um *medium* versátil que tanto permite acessos a conteúdos produzidos por um grande-emissor, como a conteúdos *on demand*, como a programação personalizada com origem em outros *media*. Por conseguinte, neste momento falar de televisão é ter em conta não só o dispositivo mas, também, a multiplicidade de funções e acessos que comporta. Em plena pandemia, o aparelho de televisão adquiriu momentânea centralidade nos lares em todo o mundo, na medida em que conseguiu reunir ao seu redor, em situação de confinamento e em busca de informação sobre a doença, os diferentes membros do agregado familiar. Esta constatação não obsta a que se admita que a informação circule em múltiplos dispositivos e écrans. Contudo, releva-se que é nas televisões generalistas que os cidadãos assistem às conferências de imprensa e buscam informação imediata sobre a doença (Cassero-Ripollés, 2020). Neste sentido, as televisões retomaram a função de *elo social* (Wolton, 1994), assumindo, de novo, o papel de janela para o mundo.

A compreensão do jornalismo televisivo na divulgação de informação sobre saúde pode ser perspectivada à luz de anteriores estudos que identificaram o papel dos noticiários na formação da opinião pública sobre matérias relativas a esta problemática. O acordo entre a Direção-Geral de Saúde (DGS) e os canais generalistas de televisão⁵, em Portugal, permite admitir que esta cooperação com as entidades públicas é plausível até ao fim do estado de emergência (2 de maio de 2020) e que há uma orientação editorial da informação naquele sentido. O que não significa que não se mantenham as características inerentes a cada um dos canais generalistas de televisão, tais como a tendência para o *infotainment* (Brants, 2005; Cádima, 2010), a linguagem

5 Cfr. “Pivots da RTP, SIC, TVI e CMTV juntos a uma só voz contra o COVID-19”. *Marketeer*, 15:12, 14 de abril de 2020.

coloquial dos pivôs, os cenários e a imagética. Por conseguinte, é de particular interesse comparar como se dá a cobertura televisiva da pandemia durante o período de emergência e no imediatamente a seguir, com o objetivo de observar alterações e tendências, apesar de consistirem em blocos temporais diferentes, 46 e 29 dias, respetivamente.

Num trabalho realizado nos Estados Unidos sobre o papel das televisões locais na divulgação de temas de saúde pública, *Television News Coverage of Public Health Issues and Implications for Public Health Policy and Practice* (Gollust, Fowler & Niederdeppe, 2019), identificam-se quatro funções da televisão na divulgação de temas sobre a saúde. A pesquisa constata que as funções atribuídas ao jornalismo televisivo envolvem na generalidade: i) ações de vigilância, que incluem reportagens, eventos e informação sobre saúde apresentada de forma didática; ii) quadros de interpretação, que permitem contextualizar a informação sanitária disponibilizada; iii) promoção da socialização, ao apelar ao civismo, aos valores e à união dos cidadãos; iv) informação sobre diagnósticos, terapias, sequelas e outros procedimentos (Gollust, Fowler & Niederdeppe, 2019). O trabalho considera que a divulgação de conteúdos de saúde constitui uma mais-valia para a televisão de proximidade, apesar de admitir uma *crise no jornalismo* televisivo:

Important structural features of contemporary TV news include increasing competition among TV sources and between TV and non-TV media sources, particularly social media; declining viewership and revenue threats, which have led to the consolidation of station ownership and changes to organizational structures (including reducing the number of dedicated health reporters); and heightened reliance on advertising revenue for the sustainability of TV news (particularly for local TV news programs) (Gollust, Fowler & Niederdeppe, 2019, p. 168)

Num sentido complementar, o estudo realizado em Portugal sobre *Doenças oncológicas em notícia: a força da investigação médica* (Magalhães, Lopes & Araújo, 2020) apresenta uma revisão bibliográfica extensa sobre a cobertura de questões de saúde pelos jornalistas. O artigo, que tem como *corpus* de análise jornais portugueses, constata o crescente interesse social pelas temáticas de saúde/medicina, a proeminência das fontes especializadas nas matérias jornalísticas e a subrepresentação dos pacientes e seus representantes. Nota, também, o poder das fontes especializadas sobre o jornalismo e a tensão, relativamente à definição das agendas mediáticas, entre os diferentes *players* (empresas, sindicatos, farmacêuticas, hospitais, médicos, enfermeiros e outros) da saúde. Aponta, ainda, que a não especialização dos jornalistas naquelas matérias torna a informação dependente da voz de autoridade dos especialistas e, eventualmente, das agendas que apoiam.

[...] estas fontes médico-científicas, de natureza académica, altamente especializadas, confirmam as conclusões a que os jornalistas já chegaram, com a vantagem de poderem ser citados de forma

direta e com o selo de credibilidade que as suas afiliações a instituições científicas, clínicas e/ou académicas lhes outorgam junto do público. Essa garantia de qualidade, percebida pela sociedade, constitui uma valiosa vantagem deste tipo de fontes e serve de suporte e de escudo aos jornalistas que cobrem este *beat* (Magalhães, Lopes & Araújo, 2020, pp. 130-131).

Esta última questão, bem como as observações produzidas pela investigação anteriormente citada sobre as televisões locais americanas, poderão constituir hipóteses de interpretação do estudo empírico realizado sobre a cobertura televisiva da covid-19 em Portugal. Acresce que os dois estudos anteriormente citados dão conta de elementos associados à designada *crise do jornalismo*, que começou a ser intensamente assinalada a partir do colapso financeiro global de 2008. Em ambos os artigos destacam-se a escassez de financiamentos mas, também, os desafios promovidos pelo desenvolvimento acelerado das tecnologias. Circunstâncias que fizeram diminuir o número de consumidores finais e aumentar o ceticismo face à qualidade dos produtos informativos oferecidos (Luengo, 2014). Salienta-se que a web e as redes sociais contribuíram, sistematicamente, para a desinstitucionalização do jornalismo, abrindo um leque de novas formas de informar, a partir do acesso online a sítios de informação facultados pelos *media mainstream*, nomeadamente por jornais, televisões e rádios. Por exemplo, na saúde é frequente os pacientes consultarem sites e aferirem diagnósticos que, posteriormente, conferem com os seus médicos (Magalhães, Lopes & Araújo, 2020).

Neste cenário, cresceram as pressões sobre o jornalismo profissional, os questionamentos à sua independência, sendo dirigidas acusações às empresas e aos seus profissionais, quer de subordinação aos grandes interesses económicos/financeiros, quer de dependência face aos poderes políticos instalados (Freedman, 2019). Como grupo profissional, os jornalistas tendem a sentir-se ameaçados por um público que é, também, produtor de informação, domina as tecnologias digitais e pode dispor das vantagens das redes sociais sem os constrangimentos de uma ética profissional (Russial et al., 2015). Em simultâneo, outros formatos de informação/comunicação, anteriormente conotados com o *infotainment*, adquiriram grande pertinência cívica, contaminaram a produção noticiosa e o jornalismo, sobretudo o televisivo. A mudança de paradigma na informação converte a *crise do jornalismo* num descritor da desordem institucional global, com efeitos nas instituições das sociedades democráticas, no crescimento dos populismos e dos autoritarismos (Curran, 2010; Ardèvol-Abreu & Zúñiga, 2017). Em paralelo, *o jornalismo como profissão, e as notícias como indústria, lutam para se transformar e adaptar ao novo cenário social, tecnológico e político em mudança* (Deuze, 2019, p. 2).

No entanto, e como referido, a pandemia veio dar um novo alento aos *media mainstream* ao criar uma disrupção no sistema mediático. A gravidade do cenário mundial e a necessidade de informação fidedigna abriu uma janela de oportunidade para um jornalismo de responsabilidade cívica capaz de fornecer informação mais credível, face às redes sociais (Unesco, 2020). A televisão, que fora *enterrada* por muitos autores (Katz & Scannell, 2009;

Carlón & Fechine, s.d./2014), recuperou, momentaneamente, a sua centralidade social e doméstica, abrindo-se à informação em *tempo real* e preenchendo *slots* de *prime-time* com a temática da pandemia (Cabrera, Martins & Cunha, 2020). A versatilidade da televisão no sentido de mostrar, incluir e partilhar notícias das redes sociais, ao mesmo tempo de *viajar* entre ecrãs e dispositivos digitais, permitiu recolher a atenção de milhões de pessoas confinadas nos seus domicílios. É interessante reter como hipótese neste estudo que a pandemia alterou as rotinas e os procedimentos nas redações, fazendo com que muitas das estratégias de bastidores na recolha de informação, tais como verificação de fontes nas redes sociais e utilização de videochamadas para contactar fontes ou obter testemunhos, saltassem para o *frontoffice* da produção noticiosa. A desocultação destas ações originadas pelas restrições à mobilidade impostas pela pandemia fez emergir um *jornalismo confinado*. Este jornalismo na televisão, no contexto descrito de confinamento imposto, fomenta a adoção de soluções *in house* possibilitadas pelas tecnologias digitais, desenvolve não só novos formatos, como formatos híbridos, de que são exemplos as videochamadas em estúdio; o número crescente de comentadores especialistas que acompanham os pivôs no estúdio ou o crescente papel do design gráfico na apresentação das notícias.

Deve voltar a ressaltar-se que o emergir da televisão, neste momento de crise pandémica, não significa, necessariamente, o abandono de estratégias anteriores subjacentes ao *infotainment*, aos enquadramentos que privilegiam o jogo e a competição entre agentes políticos e, neste caso, entre *players* da saúde. A ambientação e o desenvolvimento de cenários temáticos nos estúdios, as infografias, as reportagens nos hospitais em ambiente de cuidados intensivos ou, ainda, o papel dos pivôs — ainda que com protagonismo reforçado — demonstram a linha de continuidade seguida pelas televisões, um pouco por todo o lado, incluindo em Portugal. Sublinha-se, no prolongamento desta argumentação, o papel dos pivôs que tendem a assumir a condição de autoridade/celebridade/conselheiro(a), ou mesmo o valor de marca, dentro de uma perspetiva de *branding marketing*, desenvolvido pelos apresentadores da *Reality TV*, em programas globalizados como *Big Brother*, *American Idol* ou *The Apprentice* (Kjus, 2009).

3. Televisão, Jornalismo e COVID-19 em Portugal

A televisão já fora apontada como *medium* dominante por estudos sobre os usos de *media* anteriores à pandemia (ERC, 2016; OBERCOM, 2018; Statista, 2019), mas o eclodir da doença fez com que o consumo deste meio aumentasse, respetivamente, 23% e 33%, nos dois primeiros meses de confinamento (Marktest; GfK/CAEM — EvoReportin). A confirmação do papel das televisões na aquisição da informação sobre a pandemia pelos cidadãos justifica a seleção do *corpus* de análise neste artigo, constituído por blocos noticiosos do *prime-time* dos

canais generalistas RTP1, SIC, TVI e CMTV. O período temporal de análise compreende a primeira fase do estado de emergência, sucessivamente renovado, com a duração de 15 dias cada, que vigorou de 18 de março a 2 de maio, e os planos de desconfinamento de 3 até 31 de maio de 2020.

Convém referir que no início das medidas de confinamento, e posterior declaração do estado de emergência, a informação adquire grande destaque nas televisões generalistas. Por exemplo, segundo os dados da Marktest⁶, no mês de março, a RTP1, a SIC e TVI emitiram cerca de 264 horas de informação regular, no total de 6582 notícias, mais 21,5% do que no mês anterior, tendo alcançado nesse período audiências recordes (Público, 17.03.2020)⁷.

A promulgação do estado de emergência em março de 2020, pelo Presidente da República, após ser ouvido o Conselho de Estado e com a autorização da Assembleia da República, é executada pelo XXII Governo, a partir do dia 18 de março e até 2 de maio, no que constituiu uma medida única e singular, prevista na Constituição da democracia portuguesa. Ao abrigo desta medida ficaram suspensos alguns direitos, com a exclusiva finalidade de adotar medidas necessárias para a proteção da saúde pública, bem como foram encerrados serviços públicos, escolas, universidades e outras empresas e serviços considerados não-essenciais. Em paralelo tornaram-se exequíveis medidas tais como: confinamento compulsivo no domicílio ou em estabelecimento de saúde; cercas sanitárias; suspensão do direito à greve; controlos fronteiriços; limitação à realização de reuniões e de celebrações de cariz religioso e outros eventos de culto que implicassem aglomerações de pessoas; proibição de resistir às ordens emanadas pelas autoridades públicas competentes.⁸ De referir que estas medidas não incidiram na liberdade de expressão e de informação, mantendo-se Portugal no 10.º lugar no ranking mundial dos países mais livres.⁹ O fim do estado de emergência veio repor a normalidade possível, em etapas, abrindo serviços, economia e a sociedade como um todo.¹⁰

O serviço Telenews da MediaMonitor registou, na primeira semana do estado de emergência, um total de 1059 notícias e 42 horas de emissão sobre este tema, com a cobertura, por exemplo da TVI, a atingir quase 16 horas de emissão e 362 notícias difundidas¹¹. No mês de abril a Marktest assinalou que a RTP1, a SIC e a TVI emitiram mais de 286 horas de informação regular, mais 8,5% do que no mês anterior e mais 19,2% do que se verificou no período homólogo de 2019. No total, segundo esta empresa, foram transmitidas neste mês 7068

6 Cfr.: <https://www.marktest.com/wap/a/n/id-261f.aspx>

7 Cfr.: <https://www.publico.pt/2020/03/17/culturaipilon/noticia/parte-pais-casa-audiencias-televisao-portuguesa-sao-historicas-1908209>

8 Cfr.: <https://covid19estamoson.gov.pt/estado-de-emergencia-nacional/o-que-e/>

9 Cfr.: <https://rsf.org/en/ranking>

10 Cfr.: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/antonio-costa-fim-do-estado-de-emergencia-nao-significa-o-regresso-a-normalidade>

11 <https://www.marktest.com/wap/a/n/id-2602.aspx>

notícias, o que corresponde a uma subida mensal de 7,3% e homóloga de 8,1%. Também se assinala que a duração média das notícias foi de 2 minutos e 26 segundos, mais 2 segundos do que o registado em março¹². Ainda no mesmo período, na comparação dos serviços noticiosos, o Jornal da Noite, da SIC, surge como o programa com mais peças, 1256, enquanto o Jornal das 8, da TVI, foi o que ofereceu mais horas de informação, cerca de 51. Uma análise por canais mostra que a RTP1 emitiu mais matérias, 2535, e deu mais tempo em grelha à informação regular, mais de 100 horas de duração.

No mês de maio, de acordo, também, com os dados da Marktest, a RTP1, a SIC e a TVI proporcionaram mais de 290 horas de informação regular, mais 1,5% que no mês anterior. Neste período, foram emitidas 7302 notícias com uma duração média de 2 minutos e 23 segundos. O Jornal da Noite da SIC foi de novo o programa com maior número de trabalhos sobre a doença, 1247, compreendendo mais horas de informação. Contudo, foi a RTP1 que disponibilizou mais peças, 2572, e deu mais tempo à informação regular, mais de 105 horas de duração¹³.

Corroborando a proeminência da informação nas televisões, o estudo *O impacto do coronavírus e da crise pandémica no sistema mediático português e global*, do Obercom, salienta que *as audiências históricas de televisão concentram-se na informação, enquanto o entretenimento, género-âncora fundamental para as marcas portuguesas, ficou pura e simplesmente parado, em termos de produção* (Obercom 2020:5). Ressalta, ainda, que a televisão e a internet concentraram a atenção dos portugueses, ao mesmo tempo que se assistiu a uma mudança de consumos: enquanto a informação na televisão buscou conexões sociais a partir da informação sobre o COVID-19, a internet centrou-se no trabalho, no estudo e nos serviços. Por exemplo, na semana de 16 a 22 de março, em que as escolas foram formalmente encerradas e grande parte dos portugueses passou a estar em teletrabalho, os operadores de telecomunicações registaram maiores tráfegos de internet fixa, mas também de voz fixa e móvel, e maior consumo de serviços de *streaming*, como a Netflix (Obercom 2020:15).

Um inquérito realizado em julho pela mesma instituição, *Pandemia e Consumos Mediáticos*,¹⁴ constata que o consumo de *media* foi mais acentuado durante o período de confinamento, excetuando a rádio tradicional e os jornais impressos. Este estudo do Obercom aponta para um consumo simultâneo de diversos *media* devido a necessidades informativas, laborais e de entretenimento. Observa, ainda, que há uma perceção positiva dos cidadãos sobre as instituições oficiais, o Governo, o Presidente da República e a Direção-Geral de Saúde, e uma avaliação menos favorável sobre os órgãos de comunicação social e a Organização Mundial de Saúde, apesar de metade dos inquiridos concordarem que a informação sobre a pandemia é positiva.

12 <https://www.marktest.com/wap/a/n/id-2634.aspx>

13 <https://www.marktest.com/wap/a/n/id-264c.aspx>

14 Cfr.: https://obercom.pt/wp-content/uploads/2020/07/Final_Pandemia_media_29Jul_geral.pdf

O relatório *Os efeitos do Estado de Emergência no jornalismo no contexto da pandemia Covid19* (Camponez et al. 2020) analisa, do ângulo do jornalismo e dos jornalistas, as seis semanas do estado de emergência. O objetivo foi escrutinar a mitigação das redações em presença física e entender as mudanças, as consequências do confinamento e do teletrabalho na produção noticiosa, num momento em que a informação sobre a pandemia ganha inequívoco destaque. As alterações não se fizeram sentir apenas na forma de trabalhar nas redações mas, também, na de construir matérias, no menor número de reportagens, nas limitações físicas nas conferências de imprensa onde, de modo inédita, um jornalista poderia representar vários meios de comunicação. Por outro lado, o trabalho observa o recurso a teleconferências e a diversas plataformas de conexão e reunião, que permitiram a ligação virtual dos jornalistas e redações, bem como o acesso às fontes de informação.

O relatório nota igualmente que os jornalistas inquiridos referem alguns problemas éticos e deontológicos na cobertura jornalística durante o estado de emergência. Entre estes destacam-se as questões relacionadas com a qualidade da informação, tais como o respeito ao rigor, à independência e às fontes de informação. Os inquiridos salientam, ainda, temas referentes aos direitos dos cidadãos, como privacidade, discriminação e identificação de protagonistas nas notícias. Outra causa de preocupação evidenciada foram os conteúdos patrocinados, tais como os conteúdos híbridos, a que os *media* recorrem como forma de equilibrar a diminuição das receitas da publicidade tradicional.

4. Estudo empírico

4.1 Metodologia

Neste contexto complexo, o estudo empírico que empreendemos visa analisar um *corpus* constituído por blocos noticiosos do *prime-time* dos canais generalistas RTP1 (Telejornal), SIC (Jornal da Noite), TVI (Jornal das 8) e CMTV (CM Jornal 20H), no período em que esteve em vigor a primeira fase do estado de emergência, entre 18 de março a 2 de maio, e o ciclo de desconfinamento subsequente, de 3 a 31 de maio de 2020. Como destacado, estudos anteriores sobre a análise do jornalismo (Traquina, 2004; Graber & Bucy, 2009; Cabrera, Martins & Cunha, 2020) e sobre a cobertura jornalística da área da saúde (Gollust, Fowler, Niederdeppe, 2019) fundamentam o trabalho empírico. Os resultados permitirão refletir sobre a cobertura televisiva de um evento excecional (Rogers, Dearing & Chang, 1991), num contexto de crise do jornalismo, durante um período que afetou a sociedade como um todo e cada cidadão em particular. Assim, com base na literatura exposta e numa perspetiva comparativa, entre dados agregados dos quatro canais e entre os dados dos dois períodos identificados — com ressalva para a diferença temporal entre estes —, pretende-se responder

às seguintes perguntas: i) quais os padrões de cobertura televisiva da pandemia nos quatro canais ao longo do período de análise; ii) quais as semelhanças e as diferenças da cobertura televisiva da pandemia presentes no estado de emergência e na fase de desconfinamento; iii) que protagonistas adquirem maior visibilidade; iv) qual o papel dos pivôs, jornalistas, repórteres e comentadores; v) que visibilidade é conferida à Europa e ao Mundo.

A metodologia quantitativa utilizada envolve a construção de uma base de dados em Excel e a extração de dados, com referência a categorias pré-definidas.

A metodologia selecionada permitiu o registo e tratamento numérico dos conteúdos manifestos. A finalidade destes procedimentos objetivou extrair indicadores capazes de suportar inferências replicáveis e objetivas da substância da(s) mensagem(s), com vista à compreensão dos fenómenos observados. Com estes pressupostos procedeu-se à análise de conteúdo, técnica de investigação aplicável a todos os meios de comunicação e que visa a descrição sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto (Cunha & Peixinho, 2020). A análise almeja a *objetividade* e a *sistematização* de dados, com a finalidade de apontar indicadores que permitam a sua *generalização* em contextos semelhantes (Bauer & Gaskell, 2002). À recolha de dados antecede a formulação de categorias unívocas de análise, isto é, categorias teoricamente fundamentadas e justificadas, de forma a atenuarem as ambiguidades de interpretação, utilizando-se para tal um instrumento de codificação. O percurso envolve uma fase de pré-análise e a posterior consolidação de categorias, com base na pré-análise e na revisão de literatura, que foram parametrizadas no programa Excel. São elas: Canal, Bloco Noticioso, Data, Alinhamento; Pivô; Temas; Protagonistas; Direto; País Principal; Cenários. Deverá notar-se que foi apenas codificado o principal ator ou protagonista das peças, não a totalidade dos intervenientes.

O volume de informação levou a uma opção metodológica que incidiu na recolha das peças referentes às primeiras três notícias sobre o tema de COVID-19, independentemente da sua posição no alinhamento e do género jornalístico. No total, entre os quatro canais televisivos, foram codificadas 900 peças jornalísticas sobre a pandemia, correspondentes a 75 dias, 75 serviços noticiosos da noite e 225 peças por canal. Numa análise mais fina, contabilizam-se 552 notícias nos quatro canais do dia 18 de março a 2 de maio e 348 do dia 3 a 31 de maio.

4.2 Resultados

A apresentação dos resultados pretende responder às cinco perguntas formuladas na metodologia. Com este objetivo expõem-se os dados agregados — período de 18 de março a 31 de maio —, seguidos, em cada categoria de análise, dos resultados parcelados dos períodos correspondentes à situação de emergência (18 de março a 2 de maio) e de desconfinamento (3 a 31 de maio). A descrição incide nas categorias Tema, Protagonista, Cenários, Referentes Geográficos e ainda outros padrões de cobertura. Os dados correspondem à soma das

peças/notícias e respetivas percentagens respeitantes às categorias organizadas de forma hierárquica, com a designação de Top 10 nos dados agregados, com maior incidência — os dez temas, os dez protagonistas, os dez cenários, etc. — e Top 5, para os dados dos períodos de emergência e desconfinamento. Com este procedimento procura-se mostrar a *big picture* do período analisado e, simultaneamente, identificar as particularidades e tendências dos períodos de emergência e desconfinamento.

Os resultados agregados dos 10 temas que recolhem maior número de peças nos quatro canais são: “Balanço”; “Planos de desconfinamento”; “Estado sanitário”; “Crise económica e social”; “Testes COVID-19”; “Fiscalização às medidas sanitárias”; “Orientações da DGS”; “Educação”; “Hospitais e equipamentos”; e “Política europeia”. No conjunto dos quatro canais, observa-se que é na SIC que os temas “Balanço” e “Planos de desconfinamento” obtêm maior expressão, com um valor, respetivamente, de 30,2% e 16,8%. Os temas “Estado sanitário” e “Crise económica e social” angariam maior visibilidade na TVI, com 12,0% e 10,2%, respetivamente, das peças. Na CMTV, o destaque vai para os temas “Testes COVID-19” (11,11%) e “Fiscalização às medidas sanitárias” (11,1%), na RTP1 os temas “Balanço” e “Planos de desconfinamento”, registam os maiores valores, respetivamente, 29,3% e 14,22 (Figura 1).

N= 900 peças

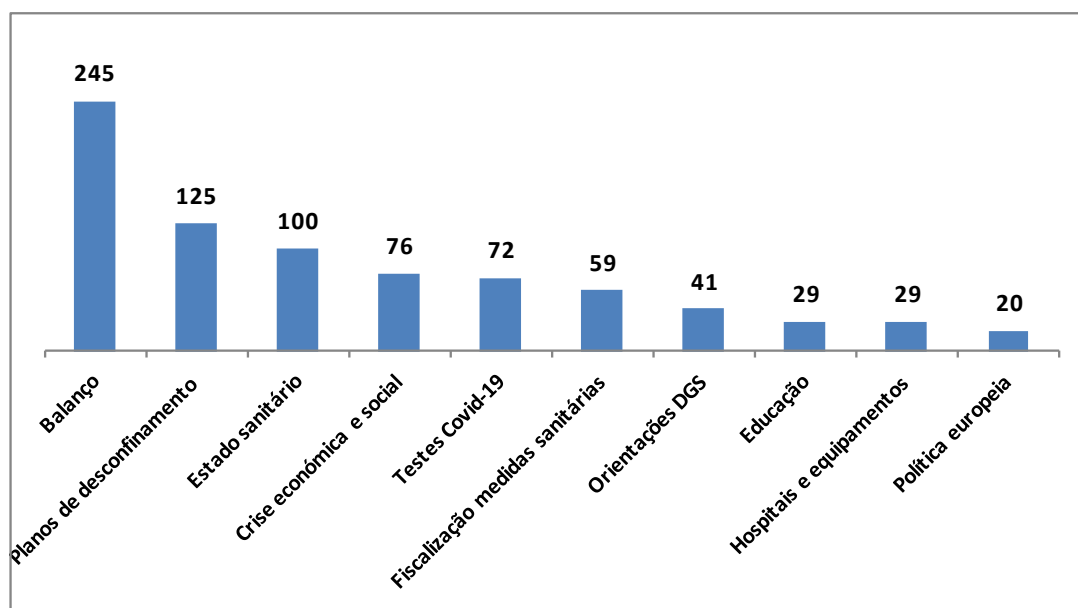
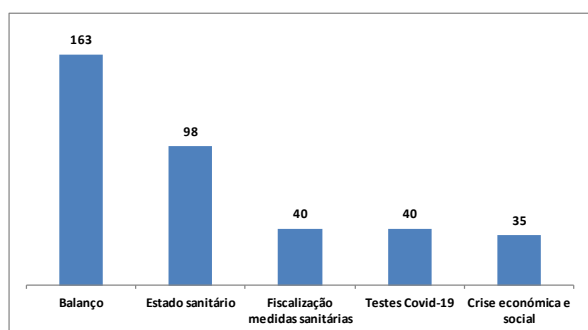


Figura 1
Dez principais temas (Top10) das primeiras três peças noticiosas sobre a pandemia de covid-19 no Telejornal, Jornal da Noite, Jornal das 8 e CM Jornal 20H — 18 de março a 31 de maio de 2020 (em n.º de peças)

Os mesmos dados desagregados mostram que, no período de emergência, que contabiliza 552 notícias de 18 de março a 2 de maio, os temas com maior incidência coincidem em grande parte com os agregados, embora os “Planos de desconfinamento” e a “Crise económica e social” tenham menor expressão nesta fase. Observa-se ainda que os quatro canais registam valores muito semelhantes face aos principais temas, embora se verifique que a CMTV dá menor relevância aos “Balanços” e maior visibilidade à “Fiscalização das medidas sanitárias” e às questões relativas aos “Testes COVID-19” (Figura 2).

N=552 peças



N=348 peças

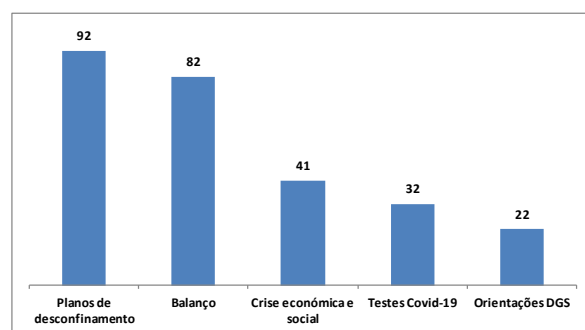
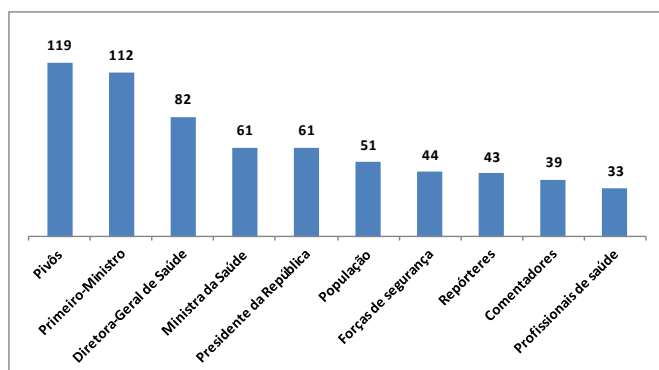


Figura 2

Cinco principais temas (Top5) das primeiras três peças noticiosas sobre a pandemia de covid-19 no Telejornal, Jornal da Noite, Jornal das 8 e CM Jornal 20H, respetivamente entre 18 de março a 2 de maio (N=552) e 3 a 31 de maio de 2020 (N=348) (em n.º de peças)

No período de desconfinamento, de 3 a 31 de maio, que regista 348 peças, os temas com maior incidência mostram algumas diferenças face aos valores agregados, apesar de o maior número de peças, em todos os canais, focarem os temas “Balanço” e “Planos de desconfinamento”. Como especificidade deste período salienta-se o crescimento de peças sobre a temática “Crise económica e social”, que adquire maior visibilidade na TVI (18,4%) e menor na SIC (6,9%), bem como o tema “Orientações da DGS”, que estão presentes nos quatro canais, com maior destaque na CMTV (9,2%) e menor na TVI (2,3%).

Os dados agregados da categoria Protagonista, em 900 peças analisadas, mostram no Top 10 os Pivôs, o Primeiro-Ministro (António Costa), a Diretora-Geral de Saúde (Graça Freitas), a Ministra da Saúde (Marta Temido), o Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa), a População, as Forças de Segurança, os Repórteres, os Comentadores e os Profissionais de Saúde. A observação por canal evidencia que o Primeiro-Ministro regista maior visibilidade na CMTV (13,7%); a Diretora-Geral de Saúde na RTP1 (11,5%); os Pivôs na SIC (24,0%); o Presidente da República na RTP1 (8,4%); a Ministra da Saúde na SIC (8,0%); a População com igual incidência na TVI e na CMTV (8,4%). Assinala-se que protagonistas como Repórteres ou Forças de Segurança, que têm visibilidade em alguns canais, como por exemplo na CMTV, respetivamente (12,4% e 10,2%), não têm expressão nos outros canais (Figura 3).

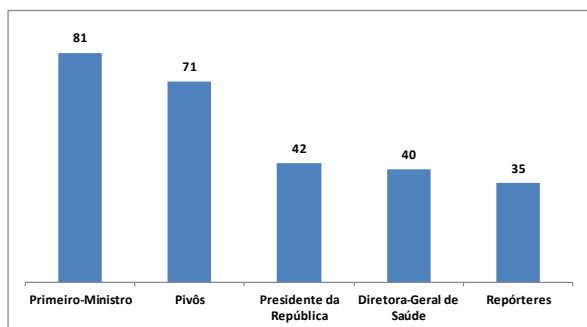


N= 900 peças

Figura 3
Dez principais categorias de protagonistas (Top10) das primeiras três peças noticiosas sobre a pandemia de covid-19 no Telejornal, Jornal da Noite, Jornal das 8 e CM Jornal 20H — 18 de março a 31 de maio de 2020 (em n.º de peças)

No período de emergência (18 de março a 2 de maio de 2020) os protagonistas diferem na sua visibilidade face aos valores agregados. Assim, observa-se que os cinco protagonistas com maior evidência são Primeiro-Ministro (14,6%), Pivôs (12,3%), Presidente da República (7,6%), Diretora-Geral de Saúde (7,2%) e Repórteres (6,3%). Os pivôs estão em grande evidência nos quatro canais em 119 peças, registando a SIC o número mais elevado (54 peças), seguida da TVI (26 peças), da RTP1 (20 peças) e, por fim, da CMTV (19 peças). No período de desconfinamento surgem novos protagonistas no Top 5, como a População e a Ministra da Saúde, respetivamente, com 8,9% e 7,7%; os Pivôs ganham ainda maior visibilidade proporcionalmente ao período anterior (13,7%); e a Diretora-Geral da Saúde (12,0%) e o Primeiro Ministro (8,9%) obtêm menor proeminência (Figura 4).

N=552 peças



N=348 peças

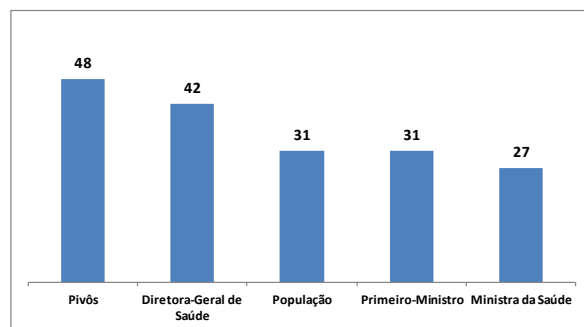


Figura 4
Cinco principais categorias de protagonistas (Top5) das primeiras três peças noticiosas sobre a pandemia de covid-19 no Telejornal, Jornal da Noite, Jornal das 8 e CM Jornal 20H, respetivamente entre 18 de março a 2 de maio (N=552) e 3 a 31 de maio de 2020 (N=348) (em n.º de peças)

Na categoria Cenários, os dados agregados de 900 peças mostram que dominam as imagens de Conferências de imprensa (25,0%), Ruas/cidades (16,5%), Infografias (9,7%), Hospitais (7,8%), Estúdios (6,5%), Salas de reunião (5,6%), Lares de idosos (4,5%), Locais

de lazer (4,3%), Videochamadas (3,8%) e Parlamento (3,0%). Uma leitura mais aprofundada mostra que é na TVI que as Conferências de imprensa e as Videochamadas têm maior frequência (respectivamente 28,0% e 6,6%), enquanto as Ruas/cidades (20,0%), os Hospitais (10,6%), os Locais de lazer e os Lares de idosos (ambos com 8,0%) são o cenário preferencial da CMTV. As Infografias, as Salas de reunião e os Estúdios estão mais presentes na SIC com, respectivamente, 15,1%, 8,4% e 6,6% (Figura 5).

N= 900 peças

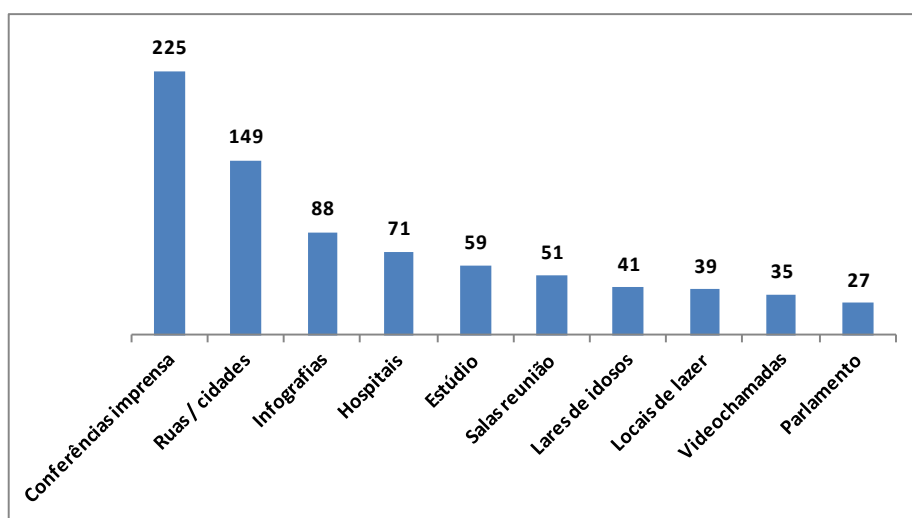
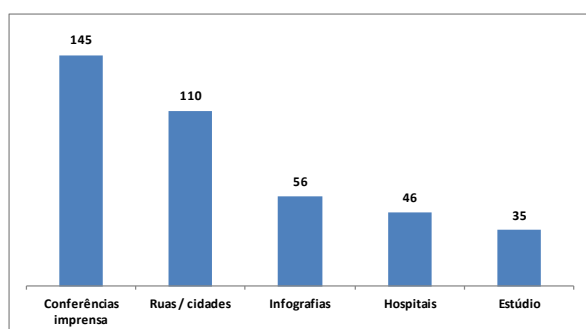


Figura 5
Dez principais cenários (Top 10) das primeiras
três peças noticiosas sobre a pandemia de covid-19 no
Telejornal, Jornal da Noite, Jornal das 8 e CM Jornal
20H — 18 de março a 31 de maio de 2020
(em n.º de peças)

Nos dois períodos analisados observamos semelhanças e diferenças. Entre as primeiras estão a proeminência das imagens de conferências de imprensa, respectivamente com 26,2% no período de emergência e 22,9% no de desconfinamento; e das ruas e cidades, com 19,9% e 11,2%. As diferenças surgem no maior número de peças que têm infografias (10,1% no período de emergência face a 9,1% no de desconfinamento), bem como os estúdios e os locais de lazer que surgem no Top 5, respectivamente, no primeiro e no segundo período analisados (Figura 6).

N=552 peças



N=348 peças

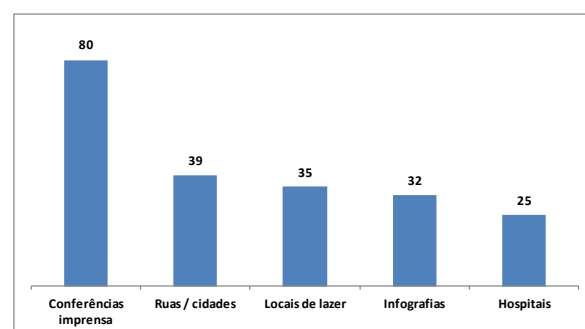


Figura 6

Cinco principais cenários das primeiras três peças noticiosas sobre a pandemia de covid-19 no Telejornal, Jornal da Noite, Jornal das 8 e CM Jornal 20H, respetivamente entre 18 de março a 2 de maio (N=552) e 3 a 31 de maio de 2020 (N=348) (em n.º de peças)

Quanto aos referentes geográficos, constata-se, nas 900 peças dos quatro canais, que o foco das notícias exibidas é Portugal, em mais de 95% das três primeiras peças noticiosas sobre COVID-19. A Europa tem uma expressão mínima neste *corpus* em todos os canais, atingindo a percentagem mais elevada na TVI (3,5%) e a menor na CMTV (1,7%). Contudo, é neste último canal que se regista uma maior dispersão de referentes geográficos.

Outras características observadas na análise dos dados agregados (900 notícias) contribuem para o desenho de um padrão de cobertura da pandemia, tal como a posição das notícias e utilização de diretos. A RTP é o canal que maior proeminência atribui às notícias sobre a pandemia (31,1% das peças de abertura nos noticiários analisados), seguido da TVI (28,0%), da SIC (19,5%) e, por último, a CMTV (14,6%). Já as peças com diretos recolhem maior expressão neste último canal (31,1%), seguido da RTP1 (12,0%), TVI (8,0%) e SIC (6,2%).

4.3 Discussão

O *corpus* analisado corrobora em grande parte as funções atribuídas ao jornalismo televisivo por Gollust, Fowler e Niederdeppe (2019), que apontam para uma cobertura da área da saúde centrada em notícias e reportagens onde é apresentada informação sobre doenças, diagnósticos e terapias, bem como a utilização de quadros de interpretação com o objetivo de contextualizar a informação disponibilizada. Na cobertura da COVID-19, estes princípios estão presentes, principalmente na cobertura do período de emergência de 18 de março a 2 de maio. Nesta fase, observou-se que as temáticas estão em consonância com as informações diárias da DGS e fazem a abertura de todos os noticiários, os protagonistas principais são os agentes políticos e sanitários, com exceção dos profissionais das televisões, tais como os pivôs e os repórteres. Já no período de 3 a 31 de maio, à medida que há um distanciamento relativamente ao final

do estado de emergência, os temas e os atores vão-se diversificando, com a entrada em cena da crise económica e a população a ganhar maior visibilidade, embora os canais mantenham o foco na pandemia, com exceção da CMTV, que reassume a sua agenda sobre o crime.

Observamos ainda uma particularidade interessante neste período relativamente aos definidores primários. Primeiramente, regista-se a proeminência do poder político, como centro gestor do fenómeno sanitário, representado pela visibilidade concedida nas notícias ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro. Esta presença faz-se sentir, quase sempre, através de pronunciamentos ou comunicados, em direto ou diferido, que são incorporados em notícias ou reportagens, após editados de conferências de imprensa, reuniões de governantes ou sessões parlamentares. Em seguida, a relevância do conhecimento técnico especializado em saúde pública, como orientador científico de informação no combate à pandemia, presente nas figuras da Ministra da Saúde (Marta Temido), na Diretora Geral da Saúde (Graça Freitas) e seus assessores. A apresentação que fazem dos balanços, declarações e medidas sanitárias têm espaço assegurado nos blocos informativos a partir dos designados boletins diários. Por último, salienta-se um outro bloco de definidores primários, que designamos de especialistas, pertencentes a diferentes áreas de saúde e medicina, que comentam, reforçam, contradizem ou criticam os anteriores decisores políticos e técnicos. À medida que o tempo passa, são perceptíveis as tensões entre os diferentes *players* e interesses envolvidos, não tanto relativamente aos temas tratados mas, principalmente, às abordagens realizadas por comentadores/especialistas de diferentes quadrantes técnicos e políticos.

No *corpus* analisado ressalta o número de notícias que têm como cenários conferências de imprensa, salas de reunião ou sessões do Parlamento, algo que se acentuou na pandemia, mas que já vinha de práticas anteriores impostas pelos cortes orçamentais, a introdução de tecnologias de comunicação e informação e a reformulação das redações.

Figura 7
Conferências de Imprensa

CMTV
CM Jornal 20h
Primeiro-Ministro
— 01.05.2020-19:48:18



RTP 1
Telejornal
Diretora-Geral da Saúde
— 10.5.2020-20:05:12



A situação descrita acompanha as práticas do exercício da atividade jornalística, neste momento particular ditadas pela pandemia e pelo confinamento, onde não é incomum um jornalista de um órgão de comunicação ser representante de diversos outros em conferências de imprensa e outros acontecimentos. Está-se assim frente a um reforço, nos jornais televisivos, do jornalismo sedentário, um jornalismo confinado, editado, fundado na pesquisa de informação em redes e em testemunhos online, com incursões cirúrgicas no terreno, de que são exceções, neste período, as reportagens, feitas muitas vezes pelos profissionais de saúde, nos blocos de cuidados intensivos.

A hibridez dos formatos jornalísticos acentua-se também neste período mas, sobretudo, a partir das incorporações tecnológicas feitas em estúdio, quer por meio de ecrãs partilhados por pivôs e comentadores, quer pela apresentação nos estúdios de informação disponibilizada pela DGS, tratada com recurso a infografias e gráficos. Há ainda os comentários de especialistas em direto e em parceria com os pivôs, ambos em pé e de corpo inteiro nos estúdios, bem como diretos em estúdio com convidados (governantes, especialistas e outros) fisicamente presentes ou em videochamas.



Figura 8
RTP1, Telejornal
13.5.2020-20:21:51: Especialista
António Silva Graça em estúdio com o pivô
João Adelino Faria



Figura 9
CMTV, CM Jornal 20h
27.5.2020-20:23:01:
O pivô João Ferreira, o chefe de redação
da CMTV Miguel Ganhão e o comentador
João Pereira Coutinho comentam sobre
o fundo de recuperação europeia no contexto
da pandemia

Os pivôs recorrem, sempre de forma assertiva e pessoal, à nomeação de sites e plataformas online, como a OMS e outros, bem como utilizam imagens/vídeos de telemóveis de cidadãos repórteres.

Salientamos que esta hibridez de formatos construída a partir dos estúdios decorre do protagonismo assumido pelos pivôs, que reforçam funções e adquirem novas competências. Eles(as) tornam-se num dos elementos chave da imagem de marca das estações televisivas dentro de uma perspetiva de *branding marketing* desenvolvida em programas com características de *infotainment*, com apelos à emoção, proximidade e intimidade, independentemente do valor ou qualidade da informação veiculada. Outro elemento deste esforço de consolidação da marca em cada canal de televisão do serviço noticioso é o recurso a cenários gráficos temáticos sofisticados. Com este objetivo são desenvolvidas infografias, imagens estatísticas e coreografias em estúdio.

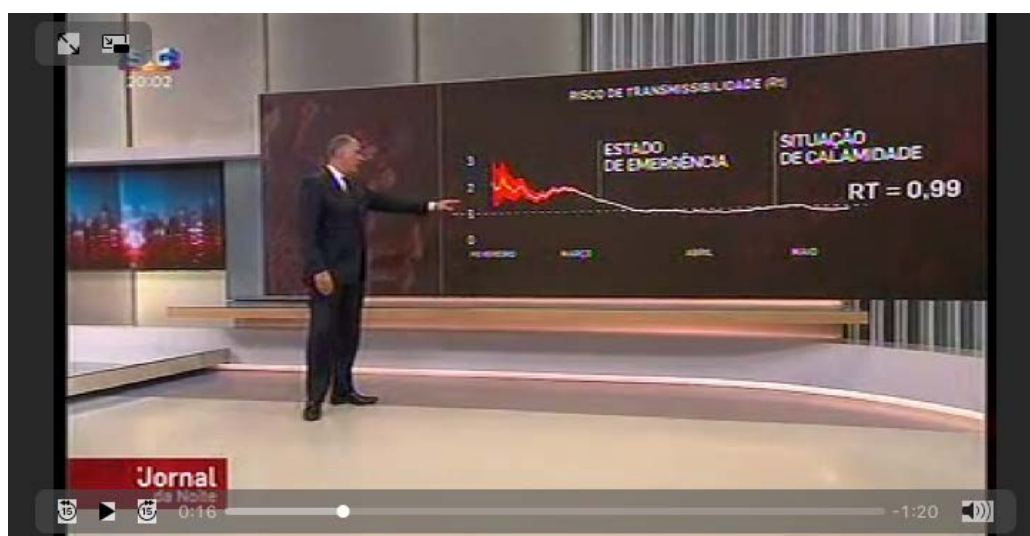


Figura 10
SIC, Jornal da Noite
28.5.2020-20:02:08 — Pivô Rodrigo Guedes de Carvalho explica
dados relativamente ao estado de emergência e calamidade

Considerações finais

A limitação do *corpus* às três primeiras notícias de cada bloco noticioso não permite avançar com algumas impressões que se foram consolidando ao longo da investigação a partir da observação e leitura flutuante (Deacon et al., 1999) das peças dos blocos noticiosos. Não tendo dados que apoiem estas observações, circunscrevemo-nos a referir que, ao longo do período analisado, e com posições diferentes no alinhamento, a visibilidade conferida à expansão geográfica/económica da pandemia (Fujita & Hamaguchi, 2020) foi um elemento constante da cobertura. Salientamos que esta observação se refere tanto aos territórios nacionais — onde se identificam as regiões industriais do norte de Portugal e as periferias urbanas de Lisboa e Porto — como à proeminência das notícias sobre outros países e regiões e seus

dirigentes, nomeadamente de países europeus, dos Estados Unidos, do Brasil, da China e da Índia. A cobertura sugere, embora não possamos avançar elementos estatísticos, o padrão de expansão da COVID-19, alicerçado na geografia do capitalismo neoliberal, como refere Fujita e Hamaguchi (2020). Associada a esta observação está a percepção de que há grande cedência, compra ou envio de enviados especiais, com vista a obter imagens e testemunhos do que se passa nessas regiões ou países.

Para terminar, embora neste artigo se tenham analisado 900 notícias, correspondentes às três primeiras notícias sobre a pandemia nos blocos noticiosos do *prime-time* de quatro canais generalistas, de 18 de março a 31 de maio de 2020, surgem indícios de que ocorreu um risco de excesso de informação sobre o tema de COVID-19.¹⁵ Este foco único tende a criar diferentes efeitos descritos e analisados há muitas décadas nas Teorias da Comunicação, tais como o efeito da narcotização ou do pânico moral (Wolf, 2006). Chamar a atenção para estas possíveis consequências, entre cidadãos que têm como fonte privilegiada de informação estes canais generalistas, parece-nos ser uma conclusão desta investigação.

15 Cfr.: Oliveira, A. (2020). Os mercadores de atenção. *Público*, 2 de novembro. <https://www.publico.pt/2020/11/02/opiniao/opinioao/mercadores-atencao-1937538>

Referências bibliográficas

- Ardèvol-Abreu, A., Diehl, T. & Gil de Zúñiga, H. (2017). Antecedents of internal political efficacy incidental news exposure online and the mediating role of political discussion. *Politics*, 39(1), 82-100. <https://doi.org/10.1177/0263395717693251>
- Bauer, M. & Gaskell, G. (Eds). (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Vozes.
- Brant, K. (2005). Quem tem medo do infotainment. *Revista Media & Jornalismo*, (7), 39-59. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n7-02-Kees-Brants.pdf>
- Bruns, A. (2011). Gatekeeping, gatewatching, real-time feedback: new challenges for Journalism. *Brazilian Journalism Research*, 7(1), 117-136. <https://doi.org/10.25200/BJR.v10n2.2014.778>
- Cabrera, A., Martins, C. & Cunha, I.F. (2020). A cobertura televisiva da pandemia de covid-19 em Portugal: um estudo exploratório. *Revista Media & Jornalismo*, 20(37), 183-202. https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_10
- Cádima, F. R. (2010). Televisão, Cidadania e «História Única». Uma Análise da Bibliografia Portuguesa Sobre o Jornalismo Televisivo em Portugal. *Revista Media & Jornalismo*, 17(9), 95-117.
- Camponéz, C. et al. (2020). *Estudo sobre os efeitos do Estado de Emergência no jornalismo no contexto da pandemia Covid 19 — Relatório*. SOPCOM <http://www.sopcom.pt/ficheiros/relatorio-COVID-19-Jornalismo.pdf>
- Carlón, M., & Fachine, Y. (Eds). (s.d./2014). *O Fim da Televisão*. Confraria do Vento/UFPE.
- Casero-Ripollés, A. (2020). Impact of COVID-19 on the media system. Communicative and democratic consequences of news consumption during the outbreak. *El profesional de la información*, 29(2), 1-11. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.mar.23>
- Cunha, I. F. & Peixinho, A.T. (2020). *Análise dos Media*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1988-0>
- Curran, J. (2010). The future of journalism. *Journalism Studies*, 11(4), 464-476. <https://doi.org/10.1080/14616701003722444>
- Deacon, D., Murdock, D., Pickering, M. & Golding, P. (1999). *Researching Communication: A Practical Guide to Methods in Media and Cultural Analysis*. Arnold.
- Deuze, M. (2019). What Journalism Is (Not). *Social Media + Society*, 5(3), 1-4. <https://doi.org/10.1177/2056305119857202>
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social — ERC (2019). *Relatório de Regulação 2018*. ERC.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social — ERC (2020). *Avaliação do Impacto da Pandemia de covid-19 sobre o Setor da Comunicação Social em Portugal*. ERC.
- Freedman, Des (2019). Public Service and the Journalism Crisis: Is the BBC the Answer? *Television & New Media*, 20(3), 203-218. <https://doi.org/10.1177/1527476418760985>
- Fujita, M. & Hamaguchi, N. (2020). *Globalisation and the Covid19 pandemic: a spatial economics perspective*. Vox. <https://voxeu.org/article/globalisation-and-covid-19-pandemic>
- Gollust, S., Fowler, E. F. & Niederdeppe, J. (2019). Television News Coverage of Public Health Issues and Implications for Public Health Policy and Practice. *Annual Review of Public Health*, 40, 167-85. <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-040218-044017>
- Grabner, M. E. & Bucy, E. P. (2009). *Image Bite Politics: News and the Visual Framing of Elections*. University Press.
- Grupo Marktest (2020). Notícias de TV em março de 2020. Consulte a informação relativa à cobertura noticiosa do mês de março nas TVs, de acordo com os dados do serviço Telenews da MediaMonitor. Marktest. <https://bit.ly/3odzMjP>
- Grupo Marktest (2020). Notícias semanais em destaque nas TVs. A Epidemia Covid 19 dominou as notícias de TV da semana de 9 a 15 de março de 2020 segundo os dados da MediaMonitor. Marktest. <https://bit.ly/3hRKAKI>
- Harari, Y. (2020). *Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade*. Companhia das Letras.
- Kjus, Y. (2009). Idolizing and Monetizing the Public: The Production of Celebrities and Fans, Representatives and Citizens in Reality TV. *International Journal of Communication*, 3, 277-300. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/382/309>
- Katz, E., & Scannell, P. (2009). *The end of television? Its impact on the world (so far)*. Sage Publications.
- Krastev, I. & Leonard, M. (2020). *Europe's Pandemic Politics: How The Virus Has Changed The Public's Worldview*. European Council of Foreign Relations. https://www.ecfr.eu/publications/summary/europes_pandemic_politics_how_the_virus_has_changed_the_publics_worldview
- Krastev, I. (2020). *O futuro por contar. Como a pandemia vai mudar o nosso mundo*. Objectiva.
- Luengo, M. (2014). Constructing the Crisis of Journalism. *Journalism Studies*, 15(5), 576-585. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2014.891858>
- Magalhães, O., Lopes, F. & Araújo, R. (2020). Doenças oncológicas em notícia: a força da investigação médica. *Observatorio (OBS*) Journal*, 14(3), 120-133. <https://doi.org/10.15847/obsOBS14320201565>
- Obercom (2018). *Literacias na sociedade dos Ecrãs*. Obercom. <https://obercom.pt/literacias-na-sociedade-dos-ecra%cc%83s/>
- Obercom (2020a). *Pandemia e consumos mediáticos*. Obercom. <https://obercom.pt/pandemia-e-consumos-mediaticos/>
- Obercom (2020b). *Impacto do coronavírus e da crise pandémica no sistema mediático português e global*. Obercom. <https://obercom.pt/impacto-do-coronavirus-e-da-crise-pandemica-no-sistema-mediatico-portugues-e-global/>
- Rogers, J., Dearing, E. M. & Chang, S. (1991). AIDS in the 1980s: The Agenda-Setting Process for a Public Issue. *Journalism Monographs*, (126), 1-47 <http://www.aejmc.org/home/wp-content/uploads/2012/09/Everett-M.-Rogers-James-W.-Dearing-and-Soonbum-Chang-AIDS-in-the-1980s.-April-1991.pdf>
- Russial, J., Laufer, P. & Wasko, J. (2015). Journalism in Crisis? *Javnost — The Public*, 22(4), 299-312. <https://doi.org/10.1080/13183222.2015.1091618>
- Statista, 2019. *AveragedailyTVviewingtimeperpersoninselected countriesworldwide in 2016 (in minutes)*. [Online] <https://www.statista.com/statistics/276748/average-daily-tv-viewing-time-per-person-in-selected-countries/>

- Stiglitz, J. (2020). *Conquering the Great Divide. The pandemic has laid bare deep divisions, but it's not too late to change course*. FMI: Finance and Development. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2020/09/COVID19-and-global-inequality-joseph-stiglitz.htm>
- Traquina, N. (2004). Theory of consolidation in the Theory of Journalism: a comparative analysis of the news coverage of HIV/SIDA issue for countries. *Journalism*, 5(1), 97-116. <https://doi.org/10.1177/1464884904039557>
- UNESCO (2020). Journalism, press freedom and covid-19. Issue brief in the UNESCO series: World Trends in Freedom of Expression and Media Development. <https://en.unesco.org/world-media-trends>
- Wolton, D. (1994). *Elogio do grande público*. Edições Asa.
- Wolf, M. (2006). *Teorias da Comunicação*. Ed. Presença.

A covid-19 e a crise dos *Media* em Portugal

Covid-19 and the Media Crisis in Portugal

Francisco Rui Cádima

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Comunicação da NOVA — ICNOVA,
Lisboa — Portugal
frcadima@fcsb.unl.pt
ORCID ID: [0000-0002-5449-8831](https://orcid.org/0000-0002-5449-8831)

Resumo: O sector dos *media* em Portugal e o campo da informação e do jornalismo estão entre as áreas mais precárias do País, agora severamente agravadas no contexto da pandemia e da covid-19. Sabendo-se, inclusive segundo o princípio constitucional, que os *media* são um pilar verdadeiramente estruturante da experiência democrática, o alheamento dos poderes públicos relativamente aos apoios aos *media* no contexto da covid-19, é algo extremamente grave deixando profundas preocupações na esfera pública sobre o futuro do escrutínio da coisa pública por parte de um jornalismo plural, rigoroso e independente.

Palavras-chave: Covid-19; Portugal; *Media*; Jornalismo; Democracia.

Abstract: *The media sector in Portugal and the field of news and journalism are among the most precarious areas in the country, now severely aggravated in the context of the pandemic and covid-19. Knowing, even according to the constitutional principle, that the media are a truly structuring pillar of the democratic experience, the disregard of public powers regarding media support in the context of covid-19 is something extremely serious leaving deep concerns in the public sphere about the future of the scrutiny of public affairs by plural, rigorous and independent journalism.*

Keyword: Covid-19; Portugal; *Media*; Journalism; Democracy.

Uma vantagem maior para a sociedade de média é oferecer um novo lugar aos leitores e aos assalariados, segundo o modelo de financiamento participativo (*crowdfunding*), ao qual se virá juntar uma dimensão política.

Julia Cagé

Portugal vive uma crise continuada no sector dos *media* em particular desde os anos 90, altura em que, paradoxalmente, apesar do mercado publicitário crescer a dois dígitos ao ano, se verificou de imediato que tal não era suficiente para suportar dois novos operadores privados de televisão. Que, aliás, viriam a entrar no mercado, no contexto da liberalização da lei da televisão, em 1991 e 1993, respetivamente — SIC e TVI. Desde então para cá, a situação da comunicação social em Portugal nunca mais se veio a equilibrar — se é que alguma vez esteve equilibrada no pós-25 de Abril de 1974 — e agravou-se mesmo com a entrada das plataformas digitais de há cerca de dez anos para cá.

A covid-19 e o mercado de *media*

Desde 2013 que o investimento publicitário em Portugal tem vindo a recuperar lentamente, mas sem ter atingido os melhores valores dos últimos 20 anos. Em 2017 o mercado valia 567 M€, segundo a Omnicom. Crescia nesse ano cerca de 5%, sendo que o digital crescia claramente acima disso — 16,6%, e tinha já a segunda melhor quota de mercado com 20% de investimento, tendo a TV 54% do global do investimento (Nunes, 2017, 16 de Dezembro). Este valor investido em publicidade em 2017 terá criado 2.500 milhões de Euros no Produto Interno Bruto, representando 1,3% do PIB nacional (APAN, 2019), o que gerou um significativo impacto económico: em média, 1 euro de investimentos em publicidade gera 4,39 euros no PIB. A publicidade contribui assim “para um crescimento económico mais amplo pela sua capacidade de incentivar a concorrência e acelerar a inovação” (APAN, 2019).

Segundo algumas estimativas mais optimistas (Cardoso e Vania, 2019) o investimento no digital em Portugal terá superado os 200 milhões de euros em 2019 — cerca de um terço do valor global, com o *social media* e o vídeo com quotas de cerca de 30%. A tendência de crescimento dos *media* tradicionais terá estagnado em 2019, sendo que um impulso mais forte de crescimento veio do digital, embora aqui com cerca de 70% do investimento publicitário concentrado na Google e no Facebook. Até que no início de 2020 tudo mudou radicalmente com a covid-19.

Analisando sobretudo a performance do sector em 2019, “o resultado operacional acumulado das empresas de Comunicação Social, excluindo as actividades de TV e rádio de entretenimento, terá sido negativo — ou seja, esta parte do sector regista, no seu conjunto, um prejuízo operacional” (Carrapatoso, 2020, 18 de Maio), sendo certo que uma parte significativa das receitas está mais associada ao entretenimento do que à informação. Ainda segundo o gestor do *Observador*, na totalidade as receitas líquidas dos *media* não ascenderão a mais do que 600 milhões de euros, representando as receitas de publicidade dos órgãos de comunicação nacional cerca de 60% desse valor, sendo as receitas das assinaturas digitais apenas de cerca de 1%.

A conclusão de António Carrapatoso não traz novidade, mas raramente foi enunciada desta forma tão transparente: “A Comunicação Social portuguesa há muito que não é suficientemente independente (dos governos, dos poderes económicos/ empresariais, dos bancos, de alguns anunciantes e de alguns tipos de accionistas)” (Carrapatoso, 2020, 18 de Maio). Em grande parte, ainda segundo Carrapatoso, devido à sua debilidade económica, mas também devido à inexistência nestas matérias da imprensa de “uma forte cultura democrática”. O que estará em jogo é porventura mais complexo, ou seja, desenha-se no horizonte próximo o espectro da própria sobrevivência do jornalismo independente, como bem referiu Andrew Heslop, director para a Liberdade de Imprensa da WAN — Associação Mundial de Jornais (Heslop, 2020, 3 de Maio).

O cenário global era, de facto, bastante crítico nos diversos estudos e previsões que então se faziam no primeiro semestre de 2020, e em função dos impactos da covid-19. As primeiras estimativas de quebra na publicidade no mercado de *media* em Portugal apontariam para 40% a 50% de perda de receitas, sobretudo em televisão e imprensa, de acordo com especialistas e operadores do sector (Rodrigues, 2020, 27 de Março; Bourbon, 2020, 4 de Maio). Valores calculados posteriormente colocavam o acumulado do ano com perdas na casa dos 25%, sendo que numa leitura porventura mais optimista, no final de 2020 essa quebra poderia corrigir e ficar apenas nos 15% (Barros, 2020, 11 de Agosto). Valores idênticos eram referidos também por Alberto Rui Pereira, CEO do grupo IPG Mediabrands, em entrevista a Carla Borges Ferreira (*Meios e Publicidade*, 13 de Agosto): “O mercado português corre o risco de cair num ano aquilo que caiu entre 2010 e 2013. Aquilo que demorou três a quatro anos a cair, e foi um trambolhão, uma queda violentíssima, pode acontecer num ano. Em milhões, foi mais, o mercado em 2009 valia à volta dos 800 milhões de euros e acabamos 2013 na casa dos 400 milhões. Perdemos 300/400 milhões em cinco anos, mas agora vamos perder 100 milhões num ano. Nunca demos um trambolhão de 100 milhões num ano” (Pereira, 2020, 13 de Agosto).

Segundo um outro estudo, neste caso da ERC (2020, Junho) o impacto económico da covid-19 no setor dos *media* em Portugal (respostas das empresas a questionário da ERC, entre 24 de abril e 6 de maio), foi da ordem dos 61% a 81% nas receitas de um terço das empresas. As receitas globais dos órgãos de comunicação social caíam bastante em março de 2020: 31,6% dos inquiridos apontava perdas entre 61 e 80%, sendo a publicidade a receita mais afetada. 60% dos operadores de televisão comercial indicaram perdas entre 41 e 60%. Nos *media* locais e regionais, 27% dos meios de imprensa e 44% dos operadores de rádio identificaram perdas de receitas entre 61 e 80%. No que se refere à imprensa em geral, algumas empresas tiveram as receitas muito afetadas com quebras homólogas na ordem dos 100%, incluindo as vendas de exemplares. Um conjunto de 29% de editores de imprensa regional e local referiu ter suspenso a edição impressa, 6% dos quais sem alternativa *online*. As estratégias editoriais concentraram-se no *online*, tendo havido um crescimento das audiências neste meio. 21,3% dos inquiridos referiram ter aderido ao programa de *lay-off* simplificado. Para a ERC, no mesmo estudo, o quadro acima referido “gera preocupações quanto à independência dos meios de comunicação social e à garantia do pluralismo e diversidade” (2020, Junho).

Os resultados oficiais dos grupos de *media* cotados na Bolsa de Lisboa viriam um pouco mais tarde, com os relatórios do primeiro semestre de 2020 (Cavaleiro, 2020, 10 de Agosto), vendo-se aí mais claramente o verdadeiro impacto da covid-19 nos principais grupos do sistema de *media* português. Assim, os grupos Media Capital, Cofina e Impresa, tiveram no conjunto uma quebra (valores apesar de tudo ainda provisórios) de cerca de 50 milhões de euros em receitas nos primeiros seis meses do ano. A Media Capital perdeu mais de 30 milhões (menos 36% face a período homólogo) fechando o semestre com 55 milhões. Os prejuízos da

Cofina são da ordem dos 20% face ao mesmo período do ano passado, serão perto de 11 milhões de euros a menos. A Impresa registou uma quebra de 95% dos lucros, com 178 mil euros positivos, mas as receitas baixaram 12%, menos 10 milhões de euros gerados no período. De acordo com Cavaleiro (2020, 10 de Agosto) “as três empresas obtiveram assim, no primeiro semestre, receitas 50 milhões abaixo do mesmo período de 2019, uma descida de cerca de 23%”. Os resultados de mercado vinham assim, em termos mais aproximados, confirmar as preocupações e estimativas acima referidas. Trata-se, efectivamente, de um momento extremamente difícil para os *media* em Portugal, não sendo possível prever o que poderá vir a acontecer ao sector após o Verão, com a consolidação de uma eventual segunda vaga generalizada de covid-19 no país.

O pedido de “resgate” dos *media* e os apoios do Estado

Os primeiros alertas despoletados pela covid-19 em Portugal surgem bastante cedo, a 16 e 20 de Março (Bourbon, 2020, 16 e 20 de Março), através das associações de Imprensa (APImprensa e AIC) e da Plataforma de Media Privados (PMP), respectivamente, esta última constituída pelos principais grupos privados de *media* portugueses: Cofina, Global Media, Impresa, Media Capital, *Público* e Renascença. Ambas vinham pedir publicamente apoio governamental aos *media* tradicionais. Em síntese, sugeriam um plano de resgate para a comunicação social de forma a mitigar o impacto da pandemia, propondo as primeiras, em particular, que a imprensa fosse mobilizada para este momento através da publicação de publicidade institucional, através de uma “forte aquisição, por parte do Estado, de espaço publicitário, a preços de tabela, em todos os meios e plataformas (papel, digital, rádio, TV) para divulgação massiva de todas as campanhas em curso (saúde, segurança pública, economia, entre outras)”, e a PMP pedindo para que fosse eliminada “a situação de imoralidade fiscal de que beneficiam as plataformas e outros concorrentes globais instalados no nosso território” (Bourbon e Lima, 2020, 20 de Maio).

O director do *Público* (Carvalho, 2020, 21 de Março), em particular, em editorial do dia 21 de Março, dizia ter decidido “libertar o acesso dos nossos textos sobre a covid-19 a todos os portugueses”, mas fazia um apelo aos seus leitores: “Ser assinante representa hoje muito mais do que o acesso pleno às notícias (...) representa também o seu compromisso com a sustentabilidade do nosso jornalismo independente e plural”. Numa outra iniciativa, vários directores de jornais e revistas juntavam-se convidando os leitores a travarem a pirataria — a partilha de PDF — e a assinarem as edições digitais das publicações de forma a apoiarem o jornalismo (Anjos, 2020, 2 de Abril). Na área da Rádio, o subdirector da TSF receava o pior: “O último mês foi, no entanto, de uma ironia suprema. Nunca como agora os órgãos de comunicação social tiveram tanta audiência. E nunca como agora estiveram tão perto da morte” (Crespo, 2020, 2 de Abril). E claro que o elo mais fraco da cadeia se ressentiu desde logo.

Decorrido apenas um mês, a pandemia estava já a afetar sobremaneira a informação regional e local: “É uma situação de agonia que se agrava a cada dia que passa. A imprensa regional está a ter sérios problemas de sobrevivência por causa do forte impacto da pandemia da covid-19” (Sousa, 2020, 14 de Abril).

Finalmente, a 17 de Abril o Estado anunciava as suas “Medidas de apoio para o sector da Comunicação Social” (2020, 17 de Abril), considerando, assim, estar também a apoiar um “pilar fundamental da democracia, num tempo em que precisamos, mais do que nunca, de jornalismo livre, independente e plural”. Nessa perspectiva, “o Estado decidiu alocar uma verba de 15 milhões de euros na aquisição antecipada de espaço para publicidade institucional através de televisão e rádio, em programas generalistas e temáticos informativos, e através de publicações periódicas de informação geral”. A utilização deste espaço publicitário deveria ser coordenada pela Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, orientada desde logo para “campanhas da Direção Geral de Saúde ou outras entidades de saúde pública, campanhas a favor de causas sociais e humanitárias relevantes (...)”.

A resposta a este anúncio governamental, veio célere. Em comunicado, a Plataforma de Media Privados dizia que “os 15 milhões de euros que o Estado vai aplicar na compra de publicidade institucional ficam ‘muito aquém do justo e necessário, pouco ou nada acrescentando às verbas tradicionalmente inscritas em sede orçamental para os mesmos fins’ (Sanlez, 2020, 17 de Abril). Aquando do anúncio, a ministra da Cultura, Graça Fonseca, questionada sobre quando é que a medida começaria a ter impacto nas empresas de *media*, disse esperar que ainda “durante este mês” (Abril de 2020). Um tanto dramaticamente, verificava-se, porém, que os meses iam passando e nenhuma campanha de publicidade institucional direcionada à covid-19 saía da DGS, do Ministério da Saúde, ou de outro qualquer departamento do Governo, para os *media* e em apoio dos *media*.

Pouco depois do anúncio dos apoios governamentais, a 24 de Abril, o Presidente da República (PR), Marcelo Rebelo de Sousa, iniciava um conjunto de reuniões com os representantes dos *media*, incluindo o Sindicato dos Jornalistas, a ERC — Entidade Reguladora para a Comunicação Social, os principais grupos de comunicação social, a Lusa, e as associações sectoriais. Para o PR, importava que o Estado apoiasse a comunicação social “de forma transparente e não discriminatória”, sublinhando que “sem informação livre e plural, não há democracia”. Meios como o *Observador* ou o *Público*, ao contrário de outros, consideraram então não querer recorrer ao *layoff* simplificado, pela queda de receitas. Segundo João Amaral, administrador do *Público* “pelo serviço público que prestamos e o serviço ao país que temos que fazer, decidimos não recorrer ao *layoff*”¹

1 Agência Lusa, 5 de Maio de 2020. Presidente do Conselho de Administração do Observador considera “um pouco estranho” haver empresas de *media* em *layoff*. Disponível em <https://observador.pt>

Note-se, no entanto, que esta estratégia governamental de apoio aos *media* através da publicidade institucional tem um problema suplementar, de características legais, levantado pelo constitucionalista José de Melo Alexandrino, professor da FDUL e investigador do Centro de Investigação de Direito Público (CIDP), que considerou que a medida temporária e excecional de compra antecipada de publicidade institucional do Estado aos *media* pode ser ilegal e inconstitucional. Para este especialista, a resolução do Conselho de Ministros é “organicamente inconstitucional” porque o Governo só pode legislar nesta área com autorização prévia da Assembleia da República. Considera ainda que os critérios relativos à distribuição da verba pelos diferentes grupos de *media* deveria ter sido objecto de enquadramento legal específico. O apoio dessa forma corria ainda o risco de configurar um “ajuste directo”, o que também é contrário à legislação europeia e ao direito da concorrência (Lopes, 27 de Maio). José Miguel Júdice, jurista e antigo bastonário da ordem dos Advogados, numa sua crónica na SIC Notícias, diria também que todo o processo estava envolto numa “chocante falta de transparência” (Júdice, 2020, 26 de Maio),

Mas para além do problema legal há — havia, ainda, o problema económico. Estando os critérios baseados no valor das receitas de publicidade facturados por cada grupo ou empresa no segundo trimestre de 2019, a que acrescem as receitas de venda de publicações em banca “estes critérios (...) irão privilegiar da mesma forma quem faça informação ou entretenimento, quando a primeira, como serviço público, mereceria ter mais peso (...) (e) dão um peso injustificável ao papel, um mercado claramente em decréscimo devido a factores independentes da actual crise sanitária” (Carrapatoso, 2020, 18 de Maio). Para Carrapatoso, “o resultado deste programa dos 15 milhões de euros, com estes critérios, irá beneficiar em particular os grandes grupos com TV e rádio, e os que mantêm ainda expressão significativa no papel”. Para Cardoso e Baldi (2020), numa outra perspectiva, esta também não seria a melhor solução: “os incentivos do Governo Português tendem a constituir-se mais como um paliativo do que como uma cura para as adversidades que o setor enfrenta”.

E o facto é que um apoio que se pretendia, à partida, vir prioritariamente em auxílio do jornalismo, acabou por beneficiar porventura o campo do entretenimento. SIC e TVI obteriam a maior fatia do bolo: “Entre os *media* nacionais, o Grupo Impresa, dono da SIC e do *Expresso*, e a Media Capital, donos da TVI, Rádio Comercial e outros, vão receber quase sete milhões de euros do bolo de 11,25 milhões em contratos de publicidade institucional. O grupo Impresa receberá 3,491 milhões de euros e a Media Capital 3,342 milhões de euros” (Vinha, 2020, 19 de Maio). Prejudicados estariam claramente os *media* de carácter noticioso como o *Público* e o *Observador*. O jornal *Público* iria receber 314,8 mil euros em contratos de publicidade institucional e o *Observador* cerca de 20 mil euros, depois corrigido para 90 mil euros valor que em todo o caso a empresa decidiu recusar, tal como sucedeu com o jornal económico *ECO*. Para a Newsplex, então proprietária do semanário *Sol e Jornal i*, os critérios de atribuição de verbas eram “incompreensíveis”, considerando-se “discriminada” nos apoios.

Já o *Observador* e o *ECO* “justificam a recusa com o facto de nunca terem pedido ‘um apoio de subsídio direta’ aos meios de comunicação, com o qual não concordam, e de a distribuição da verba pelos órgãos de comunicação social não ser suficientemente transparente, não se conhecendo os critérios nem a fórmula que esteve na sua base”. (Bourbon e Lima, 2020, 20 de Maio).

Acresce que um outro grupo de *media* entre os excluídos² dirigiu-se também ao Presidente da República, à ministra da Cultura, ao secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media, e aos presidentes da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e da Associação Portuguesa de Imprensa, pedindo esclarecimentos sobre o processo. Deste grupo fazem parte a Impala (Nova Gente, Maria, entre outros); Terra de Letras Comunicação (Turbo); Masemba (Lux, LuxWoman); RBAREvistas Portugal (Elle, National Geographic); MoonMedia (Autosport, Casas de Portugal); Grupo V (Gadget & PC, Caça & Cães de Caça); Fast Lane II (Moto Jornal); How Media (Saber Viver, Prevenir); e Presspeople (Mariana, Top).

Ainda sobre o mesmo tema, a associação Transparência e Integridade enviava uma carta ao primeiro-ministro exigindo a publicação dos critérios ao abrigo da Lei de Acesso à Informação Administrativa (Peralta, 2020, 22 de Maio). O *publisher* do *Observador*, José Manuel Fernandes, chegaria mesmo a dizer que “a distribuição é injusta e um castigo do PS às vozes incómodas da comunicação social” (Borges, 2020, 20 de Maio), ao que teria a resposta de, entre outros, Graça Franco: “A publicidade compra consciências? Cá em casa não, porque não estamos à venda”³. Pelo seu lado, a direção do *SOL* considerava que “a imprensa escrita que vive da informação foi, de longe, a grande derrotada nesta ajuda do Estado”, isto porque não era clara a comparação da “circulação” de “meios tão diferentes como as televisões, as rádios, os jornais em papel e os jornais online”, ou as “audiências de televisão em sinal aberto com vendas de jornais”, ou ainda a comparação da faturação entre meios tão diferentes.⁴

A situação nunca foi, na verdade, devidamente clarificada, nem, tão pouco, esclarecida liminarmente a coerência dos critérios que foram sendo conhecidos publicamente de forma algo avulsa. Sendo que, no contexto covid-19, isto é, num contexto perigoso de *fake news* e de “infodemia”, faria todo o sentido reforçar a componente jornalística dos *media*, em particular, segundo algumas opiniões, o próprio “jornalismo de referência” (Aguiar, 2020, 5 de Junho). Mas “o Estado não quis apoiar o jornalismo, o estado quis apoiar a comunicação social. São coisas muito diferentes e, embora tenha dado jeito embrulhar uma coisa na outra, é fundamental desmascarar a vigarice. A trapalhada dos critérios e a incompetência na atribuição

2 Covid-19: Grupo de nove editores excluídos do apoio aos *media* pedem esclarecimentos. LUSA, 22 de Maio. Disponível em <https://visao.sapo.pt/atualidade/economia/2020-05-22-covid-19-grupo-de-nove-editores-excluidos-do-apoio-aos-media-pedem-esclarecimentos/>

3 Graça Franco (2020, 26 de Maio). Observando o populismo. Sobre as supostas ajudas aos meios de comunicação social. <https://tr.sapo.pt/2020/05/26/graca-franco/observando-o-populismo-sobre-as-supostas-ajudas-aos-mcs/artigo/194342/>

4 Nota da Direção: A grande derrotada. *SOL*, 23 de Maio de 2020. Disponível em <https://sol.sapo.pt>

dos valores só confirma quão mal disfarçada foi esta política” (Queiroz de Andrade, 2020, 24 de Maio). No fundo, ficou ainda uma outra questão por resolver, que também nos parece decisiva e que Luís Aguiar-Conraria (2020, 25 de Maio) colocou, e bem: “É contranatura ter o poder político a determinar quanto é que os órgãos de informação receberão de apoio do Estado.”

A questão dos apoios do Estado através da publicidade institucional ganharia um novo e problemático capítulo quando a presidente do Sindicato dos Jornalistas (SJ) veio, cerca de quatro meses após o anúncio governamental (que teve lugar a 17 de Abril), denunciar o facto de nada ter sido feito entretanto, e acrescentando inclusive que o executivo estava já em dívida “com as empresas que já prestaram o serviço” e que “o setor dos *media* foi o único que ainda não recebeu qualquer apoio extraordinário desde o início da pandemia”.⁵ A denúncia era feita em carta ao primeiro-ministro António Costa. Referia também que situação estava a tornar-se muito complicada, havendo já casos como por exemplo o do Global Media Group que estava numa situação precária e tinha já salários em atraso⁶. O SJ terminava solicitando ao primeiro-ministro “a adoção de medidas de médio e longo prazo para a comunicação social”.

Estávamos a meio de Agosto de 2020, a pandemia voltava a alastrar na Europa e mantinha-se com valores muito altos em Portugal: 193 novos casos por dia nos primeiros quinze dias de Agosto e um índice de contágio (Ro) sempre à volta de 1 desde final de Março de 2020, não dando mostras de descer desde então. E se para muitos países em geral estes valores eram críticos, logo no início da pandemia, em Portugal a autoridade máxima de saúde considerava, seis meses após, que esses mesmo valores configuravam uma “situação de estabilidade” (Volta e Pinto, 2020, 14 de Agosto). Mas nem por isso o Estado português achou que devia ter uma estratégia assertiva de informação pública em contexto de comunicação de grave risco, e, portanto, também, de publicidade institucional, nomeadamente nas televisões, de informação aos cidadãos sobre as medidas a adotar, nas diferentes circunstâncias, face à covid-19 e aos receios que se avizinhavam relativamente a prevenir uma segunda vaga ainda mais crítica no Outono de 2020.

Refira-se, em todo o caso, que o Estado português tem outros sistemas de incentivos à comunicação social, que são praticamente todos directos, após concurso público das empresas e instituições⁷. Existem ainda aquilo a que podemos chamar os apoios indirectos, a Publi-

5 Covid-19. Estado em dívida com empresas que já divulgaram publicidade institucional, denuncia o Sindicato dos Jornalistas (2020, 14 de Agosto). *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt>

6 Refira-se que apesar disso, o Global Media Group decidiu não recorrer às medidas de apoio que sucedem ao regime de *layoff* simplificado, por considerar que não compensam os custos que trazem à empresa (Cf. “Global Media não vai recorrer a apoios que sucedem ao *layoff* por não compensarem custos”. *Público*, 30 de Julho de 2020. Disponível em [Público.pt](https://publico.pt)).

7 Ver o REGULAMENTO DOS INCENTIVOS DO ESTADO À COMUNICAÇÃO SOCIAL. O Despacho n.º 1074/2020 determinava o montante de apoios do Estado à comunicação social de âmbito regional e local a atribuir no ano de 2019. Ver também: REGULAMENTO DO INCENTIVO À LEITURA DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS (Ex-Porte Pago)

cidade Institucional do Estado, ou os custos com a expedição de publicações para as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira ⁸.

O aumento do consumo de *media*

Se as receitas baixavam, ao contrário do que habitualmente sucede nos mercados de *media*, o consumo global, em termos de tempo médio diário, subia. Os primeiros dados do mês de Março de 2020 apontavam para um aumento do tempo despendido em frente ao ecrã de televisão de cerca de 1 hora e 40 minutos (mais 28%), passando a um total diário de 7 horas e 35 minutos (Leiria, Salvador e Nunes, 2020, 28 de Março). Quanto à Internet, como referem os autores “em tempos de isolamento social, é dentro de casa que se aprende, trabalha, se faz ginástica, se vai às compras e se assistem a concertos. E os encontros de família passaram a ser digitais”, o que contabilizado globalmente nos remete para um crescimento do consumo de Internet da ordem dos 70% em Portugal nesse mês de Março de 2020.

Surgia, também, um outro estudo sobre os *media* e a sua recepção em contexto de pandemia. O estudo revelava que os noticiários transmitidos pela televisão tinham um grau de confiança dos portugueses de 86%. Aumentava não somente a procura pela informação veiculada pela televisão, mas também a de imprensa e websites noticiosos, sendo que as redes sociais tinham neste novo contexto “menos credibilidade do que uma conversa de amigos” (Barbosa, 2020, 16 de Abril). O responsável do estudo, José Dias Pinheiro, da Marktest, concluía que houve uma “rápida alteração em muitos hábitos, de comportamento, de compra e na literacia digital, ao estabelecer-se definitivamente uma hierarquia nas notícias, com o jornalismo a obter maior credibilidade — por outro lado, informações veiculadas por redes sociais, vídeos e *apps* não são consideradas pelos portugueses”.

Ainda no plano do consumo de *media*, o estudo do Obercom vinha chamar a atenção para aquilo que seria o “retardar consideravelmente a criação de uma mentalidade digital entre os consumidores”, que viria afetar “a sustentabilidade do ecossistema noticioso” (Cardoso e Baldi, 2020). Os desafios da digitalização continuavam a não ter adequadas respostas por parte dos *media*, e após uma primeira vaga a verdade é que o consumo de notícias e de informação decaía. Assim, e acompanhando o movimento global da Netflix, o *streaming* em Portugal crescia na pandemia: “em Portugal, o *streaming* teve 800 000 novos subscritores, subindo para 2,5 milhões a cobertura total. De notar também o aumento de utilização de redes, até aos 45% no caso da MEO e aos 25% no da Vodafone”.

⁸ Ver nomeadamente a Lei 95/2015, de 17 de agosto — Campanhas da Publicidade Institucional do Estado e o Decreto-Lei 43/2006 — Custos Com Expedição de Publicações para as Regiões Autónomas.

Os mesmos investigadores (Cardoso e Baldi, 2020a) coordenavam um outro estudo sobre as “práticas e atitudes comunicacionais dos portugueses” (entrevistas *online* e telefónicas, amostra constituída por 1008 indivíduos data). No que concerne às novas práticas de consumo e adesão a novos serviços digitais, 1/5 dos portugueses subscreveu algum novo serviço relacionado com *media*, havendo um *boom* na adesão a serviços relacionados com o audiovisual de entretenimento (*streaming* de vídeo e de música). Apenas 8,4% dos respondentes dizem ter aderido a um serviço noticioso digital durante o período de confinamento, sendo que 4 em cada 5 portugueses consideravam não pretender cancelar os serviços subscritos durante o período de confinamento. O confinamento terá resultado também num aumento da partilha de conteúdos, tais como edições digitais de jornais ou *podcasts*, em termos de frequência, sendo que 3/4 dos portugueses partilharam informação sobre o coronavírus com os seus familiares e amigos durante o confinamento, proporção que baixa para os 58,5% findo o período de confinamento. Sobre a questão do rigor da informação e das *fake news*, 43,6% dos inquiridos dizem ter dificuldade em saber o que é verdadeiro e falso sobre o coronavírus, e mais de um terço dos portugueses dizem evitar notícias sobre a situação (36,4%), sendo que uma maioria discorda que a comunicação social esteja a exagerar a gravidade da pandemia (42,5%).

Num contexto pré-COVID, atente-se que os portugueses estão entre os cidadãos mais preocupados com os conteúdos digitais, com 76% a considerarem preocupantes as *fake news*. Paradoxalmente, estão entre os que menos pagam por notícias *online*. Verifica-se um ligeiro crescimento entre 2019 e 2020, em termos de pagamento de notícias *online* (apenas cerca de 10% dizem fazê-lo), mas ainda assim frágil, pelo que pode constituir de facto uma “ameaça à sobrevivência ao ecossistema noticioso em que os portugueses tanto dizem confiar e que tanto utilizam de forma tão frequente ao longo do dia” (Digital News Report 2020). Repare-se, por exemplo, que no curto espaço de um mês, segundo um estudo da Faculdade de Ciências do Porto e do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (INESC TEC) houve um crescimento exponencial de *tweets* associados a *fake news* para cerca de “3180 *tweets* (...) identificados como suspeitos de divulgarem mentiras relacionadas com o coronavírus por um sistema de extração automática de *fake news*”, o que correspondia ao quádruplo dos valores detectados semanas antes (Pereira, 2020, 28 de Março).

Algumas conclusões e reflexões para o futuro

As implicações da COVID-19 no sector dos *media* e para a liberdade de expressão e de informação, são assim, como vimos, enormes. Partimos do princípio de que tradicionalmente a Comunicação Social não tem sido, em geral, independente face aos poderes político e económico. Os exemplos das ultimas décadas são inequívocos (Cádima, 2010). Se, de facto, está em causa a sobrevivência do jornalismo livre enquanto agente escrutinador da coisa pública,

se existem preocupações compreensíveis quanto à independência dos *media* e à garantia do pluralismo e da diversidade, então há que assumir que falhando um dos pilares fundamentais da democracia é o próprio sistema democrático que regride e que assim passa a estar em perigo.

No Democracy Index — 2020 da revista *The Economist* Portugal deixou de ser uma “democracia plena” (2019) e passou em 2020 a democracia com falhas, ou “imperfeita”. Restrições impostas pelos estados de emergência, falta de transparência em processo de nomeação pública (presidente do Tribunal de Contas). O índice avalia cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo, participação política, cultura política, funcionamento do governo, e liberdades civis, sendo nestas duas últimas que se verificaram as avaliações mais baixas relativamente a 2019. (Sapage, 2021; Teixeira da Mota, 2021). Surgiram ainda, da parte do poder político, sinais de alguma arrogância política anti-democrática e condicionamento da liberdade de expressão (Carvalho, 2021, 8 de janeiro) e ainda, em termos de pluralismo, agravamento da precariedade, falta de apoio assertivo aos *media* no contexto de pandemia e quebra significativa na distribuição. Neste último ponto, *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias* e *Público*, os três diários generalistas auditados, tiveram em 2020 uma queda da circulação impressa paga de 23,1% relativamente a 2019. No entanto, o crescimento da circulação digital paga nos casos do *Público*, *Expresso* e *Diário de Notícias*, compensou as quebras registadas na circulação impressa (Durães, 2021, 26 de fevereiro).

Nos anos mais recentes, Portugal tem tido de facto uma degradação da experiência democrática a diversos níveis, nos planos social, económico e mediático. Veja-se, por exemplo, o Índice de Percepção da Corrupção e repare-se que desde 2012 que Portugal não tinha uma avaliação tão baixa. Em 2020, Portugal os níveis de percepção da corrupção passaram a ser dos piores de sempre no sector público português, tendo Portugal caído para o 33.º lugar, ficando abaixo dos valores médios da Europa ocidental e da União Europeia, segundo os dados da Transparency Internacional 2020, que em geral revelam também impactos da corrupção nos sistemas de saúde e de protecção social, no respeito pelos direitos humanos e no processo democrático de uma forma geral (Borges, 2021).

A primeira conclusão a retirar sobre toda esta evolução pós-COVID prende-se então com o aprofundamento da crise do sistema de *media*, a questão da precarização da profissão de jornalista e as suas consequências directas para o próprio sistema democrático, o que já estava aliás identificado em estudo anterior (Cádima, Baptista, Martins, Torres da Silva e Lourenço, 2020), tendo depois se agravado tal como mostram as conclusões de uma investigação académica mais específica — Estudo sobre os Efeitos da Declaração do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia COVID-19. Este relatório, em concreto, foi baseado num inquérito aos detentores de carteira profissional e decorreu entre 22 de Maio e 8 de Junho de

2020, com uma amostra de 890 jornalistas ⁹, colocando em particular evidência a questão da degradação das condições de trabalho, a situação do emprego e as perspectivas futuras. A COVID-19 teria assim afetado diretamente 11,8% da amostra, o que corresponde a 94 profissionais de um total de 799 respondentes que estavam a exercer a profissão no período: “Estes casos resultam, entre outras, de situações de novos desempregados (17%), de jornalistas abrangidos pela aplicação do lay-off (11,1%) e de profissionais que viram chegar ao fim a sua colaboração, em regime de freelance” (Camponez, Miranda, Fidalgo, Garcia, Matos, Oliveira, Martins, e Silva, 2020, p. iii). Um outro dado muito significativo que resulta deste inquérito é que quintuplicou, o número de profissionais para quem seria “muito provável” ou “provável” perder o posto de trabalho a curto prazo: de 5,4% para 27% dos 799 respondentes. E se mais de metade dos jornalistas (51,7%) considerava pouco provável encontrar trabalho no jornalismo, depois do estado de excepção 83,5 % dos 799 jornalistas passaram a considerar pouco ou nada provável conseguirem novo emprego no jornalismo, em caso de desemprego.

Uma segunda questão geral prende-se com os apoios do Estado aos *media*. A decisão de o Estado alocar, já em contexto COVID-19, uma verba suplementar de 15 milhões para publicidade institucional é algo que poderá contribuir para alguma recuperação do sector, mas não pode ser considerado como uma solução para a crise vivida pela comunicação social, que é globalmente pré-COVID. Sucede que a solução em si mesma acabou por não ser ativada ao fim de muitos meses de pandemia em Portugal. Só o foi em Dezembro de 2020, conforme relatório da ERC (2020, Dezembro), dando toda a razão à denúncia do Sindicato dos Jornalistas que sublinhava inclusive que o setor dos *media* teria sido o único que no primeiro ano de pandemia não tinha recebido nenhum apoio extraordinário do Governo.

Apuradas as questões de transparência, adequação e constitucionalidade da medida, restam encontrar soluções que não somente venham a ser estruturais para todo o sector e assim sejam entendidas pelas partes, mas que venham sobretudo corrigir os desequilíbrios criados pela própria medida em si mesma, nomeadamente o facto de ter vindo reforçar grupos de comunicação fortes em entretenimento e com elevadas quotas de investimento publicitário, deixando quase de fora, ou mesmo “discriminando”, segundo alguns dos operadores do sector, aqueles que estão a apostar basicamente apenas em projectos de informação e de jornalismo. Sendo certo que o, ou os modelos de apoio, não podem ser geridos pelo próprio poder político, ou seja, a tomada da decisão sobre esses mesmos apoios, não deve caber ao Estado mas a entidades independentes. Mesmo a colocação da publicidade institucional, enquanto não houver uma lógica de interesse público estruturada e definida por entidades independentes, deve ser

9 Antes do estado de emergência, 65,5% dos jornalistas trabalhavam a partir de uma redacção, depois da pandemia só um reduzido grupo (17,6%) continuou a trabalhar da redacção. Segundo os autores: “A consequência mais evidente desta migração dos jornalistas da redacção para casa prende-se com o enfatizar de uma prática jornalística a que alguns sociólogos franceses chamam o ‘jornalismo sentado’”.

seriamente ponderada e não permitir qualquer desconfiança pública ou discricionariedade do modelo implementado.

Neste contexto, a redefinição estratégica dos apoios aos *media*, por exemplo na área da digitalização, aliás tópico estratégico dos novos apoios da EU no contexto pós-pandemia (formação profissional, apoio a *media* comunitários locais, a comunidades de leitores, subsídio para aquisição de assinaturas para escolas, associações sem fins lucrativos, ONG's, etc.), por parte do Estado ou de patrocinadores e/ou filantropos, *crowdfunding*, ou outras soluções afins são absolutamente cruciais para o futuro. Incluindo, naturalmente, a revisão profunda da relação entre as plataformas digitais e os *media* noticiosos, cujos direitos são altamente canibalizados pela Google, Facebook, etc.

Uma outra solução com alguma relação com o referido acima, na linha das políticas públicas, foi sugerida por Miguel Poiares Maduro, também na linha de Julia Cagé: avançar com a dedução nos impostos sobre as assinaturas de jornais ou mesmo o pagamento a de assinaturas através de um sistema de crédito dado aos cidadãos. O antigo ministro, que teve justamente a tutela de comunicação social, não se opõe aos apoios do Estado, desde que não envolvam “discricionariedade” do Governo: “Tenho sido defensor de uma lógica um bocadinho diferente, que acho que também é a da própria União Europeia, que seria uma lógica de pagar aos consumidores no sentido de criar um incentivo para a transição por parte dos consumidores para o consumo de notícias e para o pagamento de notícias no digital” (Maduro, 2020, 8 de Agosto). Recorde-se que, enquanto ministro adjunto e do Desenvolvimento Regional, Poiares Maduro anunciou novos apoios europeus aos *media* para projectos de inovação tecnológica, formação, capacitação, e apoio à internacionalização através do Programa Operacional Temático da Competitividade e Internacionalização e Programas Operacionais Regionais (Galvão, 2014, 22 de Abril), não se conhecendo ainda quais os verdadeiros impactos desta medida para os *media* portugueses.

Importa então uma redefinição estratégica dos apoios do Estado, sobretudo daquele tipo de apoios que devem ser redireccionados fundamentalmente para o jornalismo independente e de referência. Também aqui importará construir um modelo de atribuição desses mesmos apoios que seja claramente independente do poder político. As soluções para a sustentabilidade do jornalismo de investigação podem obviamente ser encontradas em modelos de subsidiação da actividade, seja através de *vouchers* ou devolução fiscal por cidadão concedidos pelo Estado em contexto de pagamento de impostos (Alexandre, 2019, 19 de Dezembro), tal como proposto por Poiares Maduro, seja de reenquadramento político, como também tem sugerido Julia Cagé (2016), propondo uma “reapropriação democrática dos *media*” de tipo cooperativo, entre o estatuto de fundação e o de sociedade por acções e sem fins lucrativos, no espaço directo entre os que produzem e os que consomem notícias (Cagé, 2019). Esse poderá ser um caminho que o digital venha a consolidar nos próximos anos, mas nesta fase ainda de migração para o digital os chamados “modelos de negócio” dos *media* de resposta à crise dificilmente se conseguirão subtrair às lógicas de mercado tradicional, continuando a depender

de audiências e investimento publicitário, ou, na melhor hipótese, encontrando modelos híbridos entre o mercado e a “distribuição” directa, por assim dizer, como em parte sucede já com meios consolidados como o ProPublica, o Mediapart, ou o VilaWeb. Mas o futuro reserva-nos sobretudo opções disruptivas nesta matéria, e essas são, claramente, a autonomização do campo do jornalismo na linha que Cagé e outros têm proposto no novo contexto digital, nomeadamente através de uma nova fiscalidade (assinaturas digitais a abater no IRS; incentivos fiscais ao nível de organizações sem fins lucrativos, etc.), de uma nova lógica de propriedade e financiamento dos *media*, (*fundraising*, *crowdfunding*, filantropia, cooperativismo, etc.), de uma nova lógica de produção jornalística (e formação digital dos jornalistas e públicos, veja-se os objectivos do novo quadro europeu) aberta à comunidade (interatividade com leitores, com *media* comunitários, locais, *media* participativos, etc.), e finalmente de gestão, onde todos estes actores se possam ver envolvidos.

Referências bibliográficas

- Aguiar, A. (2020, 5 de Junho). Entrevista a Carla Borges Ferreira. *Meios e Publicidade*. Disponível em <https://www.meiosepublicidade.pt>
- Aguiar-Conraria, L. (2020, 25 de Maio). Apoios do Estado à informação? Não. *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt/>
- Alexandre, R. (2019, 3 de Dezembro). Economista francesa propõe voucher de 50 euros por cidadão para ajudar a salvar os média. *TSF*. Disponível em <https://www.tsf.pt>
- Anjos, M. (2020, 2 de Abril). Unidos contra a pirataria de jornais e revistas. *Visão*. Disponível em <https://visao.sapo.pt>
- APAN (2019). *Estudo sobre o Impacto do Setor Publicitário em Portugal*. APAN/Deloitte. Disponível em <https://pub.apan.pt/>
- Barbosa, M. (2020, 16 de Abril). COVID-19. Estudo revela que portugueses confiam nos media e desconfiam das redes sociais. *Observador*. Disponível em <https://observador.pt>
- Barros, M. (2020, 11 de Agosto). Entrevista de Carla Borges Ferreira. *Meios e Publicidade*. Disponível em <https://www.meiosepublicidade.pt>
- Borges, L. (2020, 20 de Maio). Continuam as críticas aos apoios aos media, mas Governo diz que distribuição é “proporcional e objectiva”. *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt>
- Borges, Liliana (2021, 28 de janeiro). Portugal cai para a pontuação mais baixa de sempre na tabela de combate à corrupção. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt>
- Bourbon, M. J. (2020, 16 de Março). COVID-19. Associações de Imprensa pedem ao Governo medidas “urgentes” para o sector. *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt/>
- Bourbon, M. J. (2020, 20 de Março) COVID-19. Plataforma de Media Privados pede “medidas urgentes” para combater impacto no sector. *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt/>
- Bourbon, M. J. (2020, 4 de Maio). COVID-19. Para ultrapassar “este período terrível”. Media discutem crise no sector com o Presidente da República. *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt/>
- Bourbon, M. J. e Lima, P. (2020, 20 de Maio). Plataforma de Media Privados diz que critérios na base do apoio do Estado foram comunicados “atempadamente” — e revela a fórmula utilizada. *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt/>
- Cádima, F. R., Baptista, C., Martins, L. O., Torres da Silva, M., e Lourenço, R. (2020). Monitoring Media Pluralism in the Digital Era: Application of the Media Pluralism Monitor in the European Union, Albania and Turkey in the years 2018-2019 Country report: Portugal. Disponível em https://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/67814/portugal_results_mpm_2020_cmpf.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Cádima, F. R. (2010). Media, política e crise de sentido. *Comunicação e Sociedade*. Vol. 18, pp. 107-116. DOI: [https://doi.org/10.17231/comsoc.18\(2010\).990](https://doi.org/10.17231/comsoc.18(2010).990)
- Cagé, J. (2019, 3 de Dezembro). Entrevista a Maria João Bourbon. *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt/>
- Cagé, J. (2016). *Salvar os Média. Capitalismo, Financiamento Participativo e Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Camponez, C., Miranda, J., Fidalgo, J. Garcia, J. L., Matos, J. N., Oliveira, M., Martins, P. & Silva, P. A. (2020). Estudo sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19. Disponível em <http://www.sopcom.pt/ficheiros/relatorio-COVID-19-Jornalismo.pdf>
- Cardoso, G. e Baldi, V. (2019). *Mercado Português: Tendências e Modelos*. Obercom. Disponível em https://obercom.pt/wp-content/uploads/2019/10/com_soc_out19.pdf
- Cardoso, G., e Baldi, V. (2020). *Impacto do Coronavírus e da crise pandémica no sistema mediático português e global. Versão II — Maio de 2020* (2020). Obercom. Disponível em https://obercom.pt/wp-content/uploads/2020/05/COVID_impacto_update_FINAL.pdf
- Cardoso, G., e Baldi, V. (2020a). *Pandemia e consumos mediáticos*. Obercom, Julho de 2020. Disponível em https://obercom.pt/wp-content/uploads/2020/07/Final_Pandemia_media_29Jul_geral.pdf
- Carrapatoso, A. (2020, 18 de Maio). Comunicação Social à deriva. *Observador*. Disponível em <https://observador.pt>
- Carvalho, C. (2020, 6 de Maio). Crise do COVID-19 afetou menos a rádio que imprensa e tv. *Diário de Notícias*. Disponível em <https://www.dn.pt>
- Carvalho, M. (2020, 21 de Março). Carta aos leitores e leitoras do PÚBLICO. *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt>
- Carvalho, Manuel (2021, 8 de janeiro). O maior perigo da “campanha contra Portugal”. *Público*, p. 10.
- Cavaleiro, D. (2020, 10 de Agosto). Principais empresas de media perdem €50 milhões em receitas. *Media Capital* é a mais afetada. *Expresso*. Disponível em https://expresso.pt
- Crespo, A. (2020, 2 de Abril). O vírus que deu vida ao jornalismo mas ameaça matá-lo. *Diário de Notícias*. Disponível em <https://www.dn.pt>
- Democracy Index 2020 (2021). The Economist Intelligence Unit's Democracy Index. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020/>. Accessed: 14/4/2021.
- Digital News Report (2020). Digital News Report Portugal 2020. Disponível em <http://www.digitalnewsreport.org/survey/2020/portugal-2020/>
- Durães, P. (2021, 26 de fevereiro). APCT: Expresso resiste num ano imprensa fustigada pela pandemia. *Meios e Publicidade*. <https://www.meiosepublicidade.pt>
- ERC (2020, Junho). Relatório de Avaliação do impacto da pandemia de COVID-19 sobre o setor da comunicação social em Portugal. ERC. Disponível em <https://www.flipsnack.com/ERCpt>
- ERC (2020, Dezembro). Relatório sobre Publicidade Institucional do Estado. Disponível em: <https://www.erc.pt>
- Galvão, M. (2014, 22 de Abril). Empresas de media vão poder recorrer a fundos de seis mil milhões. *Jornal Económico*. Disponível em <http://economico.sapo.pt/>
- Júdice, J. M. (2020, 26 de Maio). As causas. Otimismo, transparência e vírus com vertigens. *Expresso*. Disponível em https://expresso.pt
- Leiria, I., Salvador, J. M. e Nunes, P. (2020, 28 de Março). A vida segue online e em frente ao ecrã. *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt/>
- Lopes, M. (2020, 27 de Maio). ERC chamada a dizer se apoio de 15 milhões aos media é ilegal. *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt>

- Maduro, M. P. (2020, 8 de Agosto). Entrevista à Agência Lusa. *Observador*. Disponível em <https://observador.pt/Medidas-de-apoio-para-o-sector-da-Comunicação-Social> (2020, 17 de Abril). *Portal do XXII Governo*. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt>
- Nunes, C. (2017, 16 de Dezembro). Publicidade cresce até 7,5% em 2017. *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt/>
- Peralta, S. (2020, 22 de Maio). Governo sem jornais ou jornais sem governo? *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt>
- Pereira, A. R. (2020, 13 de Agosto). Entrevista a Carla Borges Ferreira. *Meios e Publicidade*. Disponível em <https://www.meiosepublicidade.pt/2020/08/nunca-demos-um-trambolhao-100-milhoes-num-ano/>
- Pereira, M. (2020, 28 de Março). Fake news no Twitter sobre vírus quintuplicam num mês. *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt>
- Queiroz de Andrade, D. (2020, 24 de Maio). A tragédia dos apoios à comunicação social. *ECO*. Disponível em <https://eco.sapo.pt>
- Rodrigues, J. V. (2020, 27 de Março). Publicidade deverá cair entre 40% a 50% nos media tradicionais. *Jornal Económico*. Disponível em <https://jornaleconomico.sapo.pt>
- Sanlez, A. (2020, 17 de Abril). Media privados dizem que apoio de 15 milhões “fica aquém do justo e necessário”. *Jornal de Negócios*. Disponível em: <https://www.jornal-denegocios.pt>
- Sapage, S. (2021, 3 de fevereiro). Portugal perde denominação de democracia plena e volta a ser democracia com falhas. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt>
- Sousa, A. (2020, 14 de Abril). Imprensa regional em gestão de sobrevivência. TSF. Disponível em <https://www.tsf.pt>
- Teixeira da Mota, F. (2021, 5 de fevereiro). A democracia e o veneno. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt>
- Vinha, N. (2020, 19 de Maio). Donos da SIC e da TVI levam quase 7 dos 11,2 milhões de euros de apoio aos media nacionais. *Observador*. Disponível em <https://observador.pt>
- Volta e Pinto, J. (2020, 14 de Agosto). Novos casos de covid-19 aumentaram esta semana em Portugal. “Não se pode baixar a guarda”. *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt>

A COVID-19 no telejornal da noite: o papel da televisão na construção social da pandemia

COVID-19 in the nightly news: the role of television in the social construction of the pandemic

Nelson Oliveira

Instituto Politécnico da Guarda,
UDI-IPG — Unidade de Investigação para
o Desenvolvimento do Interior,
6300-654 Guarda, Portugal
nelsonoliveira@ipg.pt
ORCID ID: [0000-0003-3545-0813](https://orcid.org/0000-0003-3545-0813)

Elisa Cairrao

Universidade da Beira Interior,
Faculdade de Ciências da Saúde, Centro
de Investigação em Ciências da Saúde,
6200-506 Covilhã, Portugal
ecairrao@fcsaude.ubi.pt
ORCID ID: [0000-0002-4823-5701](https://orcid.org/0000-0002-4823-5701)

Margarida Lorigo

Universidade da Beira Interior, Faculdade
de Ciências da Saúde, Centro de Investigação
em Ciências da Saúde, 6200-506
Covilhã, Portugal
margarida.lorigo@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-4752-6398](https://orcid.org/0000-0002-4752-6398)

Resumo: As sociedades dos países ocidentais acabam de vivenciar um momento histórico único de que talvez apenas as gerações mais velhas tivessem memória. Viveu-se um período em que o medo de um inimigo real, letal, mas invisível, permitiu que valores como a segurança coletiva se sobrepusessem aos direitos individuais que levaram gerações a conquistar. Em Portugal, à imagem do que aconteceu um pouco por toda a Europa, a maioria da população acatou o confinamento imposto e, mais do que isso, pareceu ter-se constituído como agente do controlo social e do recolher obrigatório. E como tal foi possível, como é que os portugueses e outros europeus abdicaram tão facilmente de alguns dos direitos humanos que definem a civilização ocidental? Provavelmente *os media* terão sido uma peça fundamental em todo o processo da gestão informativa da pandemia, em particular a televisão em resultado do confinamento. Neste trabalho, a partir do alegado desempenho exemplar de Portugal, e do desempenho menos bom da Espanha, propomo-nos realizar um estudo comparativo entre os telejornais da noite das televisões estatais dos dois países ibéricos, para tentar perceber as dissemelhanças nas narrativas que poderão ter contribuído para construções sociais da pandemia díspares que, por sua vez, poderão estar na origem de comportamentos coletivos, também eles díspares. Com esse objetivo analisaram-se os programas informativos da noite que antecederam momentos-chave da pandemia, nomeadamente nos sete dias imediatamente anteriores à entrada em vigor do estado de emergência e à saída do confinamento imposto, nos dois países.

Palavras-chave: pandemia; confinamento; telejornal; RTP; TVE.

Abstract: *Western societies have just experienced a unique historical moment that perhaps only older generations have a memory. There was a period in which the fear of a real, lethal, but invisible enemy allowed values such as collective security to override individual rights that took generations to conquer. In Portugal, in the image of what happened a little throughout the Europe, the majority of the population accepted the imposed confinement and, more than that, it seemed to have constituted itself as an agent of social control and curfew. And how was it possible? How did the Portuguese and other Europeans so easily abdicate some human rights that define Western civilization? Probably the media, and in particular television, will have played a key- role in the entire pandemic information management process as a result of the confinement. Therefore, and based on the alleged exemplary performance of Portugal and the less good performance of Spain, this work aimed to perform a comparative study between the nightly news of the state televisions of the two Iberian countries. This work will allow us to understand the differences in the narratives that may have contributed to different social constructions of the pandemic that, in turn, may have been at the origin of collective behaviours, which are also different. For this purpose, the evening's information programs that preceded key moments of the pandemic were analysed, namely in the seven days immediately preceding the entry into the state of emergency and the exit from confinement, in both countries.*

Keywords: *pandemic; confinement; news program; RTP; TVE .*

1. Introdução

A pandemia desencadeada pela COVID-19 não tem paralelo na história recente da Humanidade e pode mesmo ter vindo a pôr em causa a ordem mundial estabelecida. Quando em finais de 2019, princípios de 2020, começam a chegar da China os primeiros ecos de um vírus complexo e bastante contagioso, o Ocidente olhou para esse facto com um certo desdém. Assumiu-se que se estava perante mais um surto, como a gripe das aves (H5N1), que ficaria contido na região onde tinha sido detetado, tal como a própria diretora-geral da Saúde Graça Freitas verbalizou, a 15 de janeiro de 2020, em entrevista à TVI: “Não há grande probabilidade de um vírus destes chegar a Portugal”!

Não obstante, os acontecimentos precipitaram-se, o vírus rapidamente chegou à Europa, onde os europeus, habituados a assistir à distância às tragédias recentes da Humanidade, assistiram atónitos às notícias do colapso do sistema de saúde italiano, tido como um dos mais desenvolvidos/eficientes da Europa.

Percebeu-se que seria uma questão de tempo até o vírus chegar a Portugal e a notícia do primeiro caso de infeção pelo novo coronavírus foi comunicada ao país, pela Ministra da Saúde, Marta Temido Valente, em 2 de março de 2020.

Estupefactos com os números trágicos de Espanha e galopantes em Portugal, sob o espectro da *Gripe Espanhola* de 1918, foi sem grande surpresa que os portugueses assistiram em meados de março à dura notícia de que o nosso país entraria em Estado de Emergência.

O que se seguiu não deixa de ser surpreendente, num país que assenta a sua história recente nos valores da liberdade. Os portugueses abdicaram, prontamente, de alguns dos mais elementares direitos e, nas redes sociais, tornaram-se mesmo agentes do controlo social imposto pelo estado. Com efeito, sob a égide do discurso bélico que se impôs no propósito de travar uma guerra contra o vírus, a opinião pública portuguesa, tão crítica noutros casos, aceitou, por exemplo, que fossem detidas pessoas por desrespeitar a ordem de recolher obrigatório, como veio efetivamente a acontecer (Tomás, 2020, 18 de abril), ou que cidadãos nacionais fossem denunciados pelo “crime” de regressar às suas casas em fuga da pandemia que, entretanto, já colapsava os serviços de saúde de alguns países da Europa Central (Fernandes, 2020, 26 de março; Lusa, 2020, 26 de março).

Numa primeira fase, a evolução da pandemia foi significativamente diferente nos dois países ibéricos, com os números de contágios e de óbitos em Espanha a serem muito superiores aos de Portugal. Nesta conjuntura Portugal foi considerado o “bom aluno” (Campos, 2020, 1 de abril), onde os políticos aplicaram de imediato as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e os cidadãos aceitaram, interiorizaram e replicaram a generalidade das medidas e ficaram em casa. Os espanhóis terão sido os “maus alunos” e por isso os casos em Espanha terão atingido números avassaladores.

Serão muitas e variadas as explicações para os diferentes comportamentos coletivos que emergiram, num primeiro momento, nos dois países. Poderão ser procuradas nas conjunturas ideológico-políticas, na estabilidade governativa e até na confiança depositada nos respetivos sistemas de saúde, mas talvez se possam, ainda, encontrar indícios na forma como a pandemia foi comunicada. Neste trabalho a partir das *performances* tão díspares, procura-se perceber se se assistiu a formas diferentes de debater a pandemia nos espaços públicos dos dois países. Assumindo o importante papel que as televisões públicas continuam a desempenhar no processo de formação da *opinião pública*, tomaram-se como objeto de estudo a Rádio Televisão Portuguesa (RTP) e a Televisión Española (TVE) com o propósito de se analisarem os telejornais da noite que antecederam momentos-chave desta pandemia, nomeadamente nos sete dias imediatamente anteriores à entrada em vigor do estado de emergência e à saída do confinamento imposto, nos dois países.

1.2. A televisão generalista: influência e audiências

No limiar do século XXI, alguns estudiosos dos *media decretavam* a morte iminente da televisão generalista, comutada por canais por cabo ou com difusão na *rede*, direcionados para públicos específicos, ainda que outros autores, suportados em evidências, defendessem que ela sobreviveria, por ter tido a capacidade de se regenerar e adaptar à “era da convergência”. Torres (2011, p. 11) inseria-se neste segundo grupo de autores argumentando que na primeira década do século XXI a televisão continuava a congregar mais audiências do que quase todos os outros *media* juntos. Também Cádima (2011, p. 17) defendeu que a televisão continuava a exercer uma tremenda influência na sociedade portuguesa.

Embora a convergência seja uma realidade à qual as recentes incorporações trazidas pelas redes sociais vieram dar ainda mais força, a verdade é que em 2019, a televisão generalista, em Portugal, ainda não tinha morrido, como foi vaticinado, e os 4 canais generalistas ainda reuniam mais audiências do que as televisões por cabo e outros suportes (Tabela 1), com a particularidade de o número médio de tempo a que cada expectador assiste à televisão ter vindo a aumentar (Gráfico 1).

Tabela 1
Evolução anual do “Share” global por canal (%), 2002 a 2019.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RTP1	21,1	23,8	24,7	23,6	24,5	25,2	23,8	24,0	24,2	21,6	18,5	16,9	18,7	14,8	13,7	12,4	12,2	12,5
RTP2	5,3	5,0	4,4	5,0	5,4	5,2	5,6	5,8	5,3	4,5	3,4	2,1	2,0	2,0	2,0	1,5	1,4	1,5
SIC	31,5	30,3	29,3	27,2	26,2	25,1	24,9	23,4	23,4	22,7	21,8	21,5	19,7	18,7	17,6	17,1	16,5	19,2
TVI	31,4	28,5	28,9	30,0	30,0	29,0	30,5	28,7	27,5	25,7	26,7	26,0	23,5	22,5	21,5	21,0	19,9	15,6
Cabo/ outros	10,6	12,3	12,7	14,1	14,0	15,4	15,2	18,2	19,7	25,5	29,6	33,4	36,1	42,0	45,2	46,4	48,1	49,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: *Anuário da Comunicação 2019* (Obercom, 2020a).

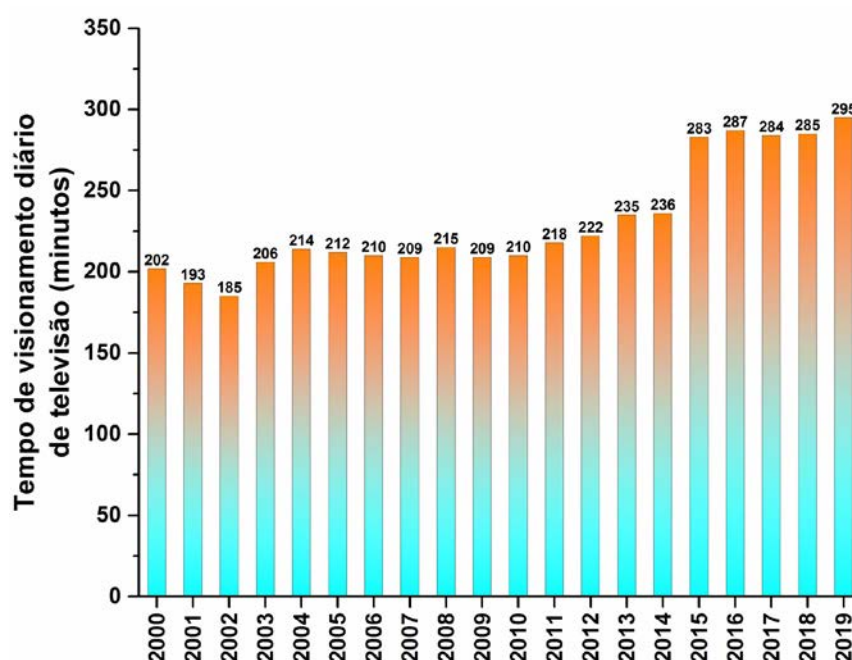
A pandemia desencadeada pela COVID-19 e o consequente confinamento vieram contribuir para um acréscimo significativo do consumo mediático e das audiências, amplamente divulgado nos meios de comunicação social e confirmado por estudos científicos

realizados um pouco por todo o mundo (Masip et al., 2020; Segura, 2020; López-Pujalte, & Nuño-Moral; 2020).

Também em Portugal, um estudo da responsabilidade da Obercom publicado em julho de 2020 revela que 91.3% dos inquiridos referiram que durante o período de confinamento aumentaram o seu consumo de Televisão *offline* (OberCom, 2020b).

Gráfico 1

Tempo de visionamento diário de televisão em minutos.



Fonte: *Anuário da Comunicação 2019* (Obercom, 2020a).

Assim, se os dados acerca do consumo mediático denotam que, não obstante a fase de transição, as televisões continuam a ter audiências significativas, é pertinente neste trabalho equacionar também o papel dos governos, que, na história recente do nosso país, têm procurado pressionar, constranger e, em última análise, exercer algum tipo de controlo sobre o serviço público de televisão (Cádima, 2011; Torres, 2011; Schmidt, 2003). Esse controlo, que se tem materializado na contínua criação e reformulação de entidades de regulação, na circunscrição e estruturação empresarial do negócio televisivo e na limitação da liberdade de emissão de conteúdos como a publicidade, poderá ter contribuído para uma certa consonância na forma como as notícias acerca da pandemia foram construídas, não só pelos jornalistas, mas também pelos influenciadores, cujas opiniões foram divulgadas na televisão pública.

1.3. Os programas informativos da noite das televisões estatais dos países ibéricos

Tradicionalmente, o telejornal da noite tem sido considerado o principal programa de informação televisivo das televisões generalistas e aquele que tem usufruído das maiores audiências (Lopes & Pereira, 2007). Os países ibéricos não constituíram exceção e, não obstante a concorrência dos canais privados e regionais, em ambos os casos este formato informativo tem permanecido entre os programas com maiores audiências (Lázaro, 2010; Sobral, 2012).

Em Portugal, o formato de noticiário da noite transmitido pela televisão, o telejornal, começou no dia 19 de outubro de 1959 (Brandão, 2010). À época, a RTP replicou o formato que já se fazia em outros países e, ao longo dos tempos, sofreu uma evolução similar.

As similaridades entre os dois principais blocos informativos das televisões estatais dos países ibéricos não se esgotam na proximidade cronológica das primeiras edições, também é coincidente o facto de ambos terem “nascido” em ditadura e se terem consolidado nos serviços públicos das respetivas televisões em democracia uma vez que também o telediário surgiu a 15 de outubro de 1957 durante a ditadura franquista (Lázaro, 2010).

Nos atuais telejornais a recolha de imagens determina a informação. No entanto, é o discurso narrativo que articula a ação dos atores e dos agentes dando sentido aos acontecimentos, ou dito de outra forma, que suscita nas audiências uma interpretação unificada dos acontecimentos do dia como um todo. Tal como refere Brandão (2010: 16) “podemos então considerar o telejornal como um género em si com as suas próprias regras de seleção — hierarquização, estrutura narrativa, mediação”.

Nesta lógica, a informação disseminada pelas peças deste formato televisivo não é neutra, como pretendem os manuais clássicos do jornalismo. Estas narrativas estão impregnadas de ideologia, da ideologia dominante que brota da forma como é feito o enquadramento conceptual dos acontecimentos (Soengas, Elías-Pérez & López-Cepeda, 2018).

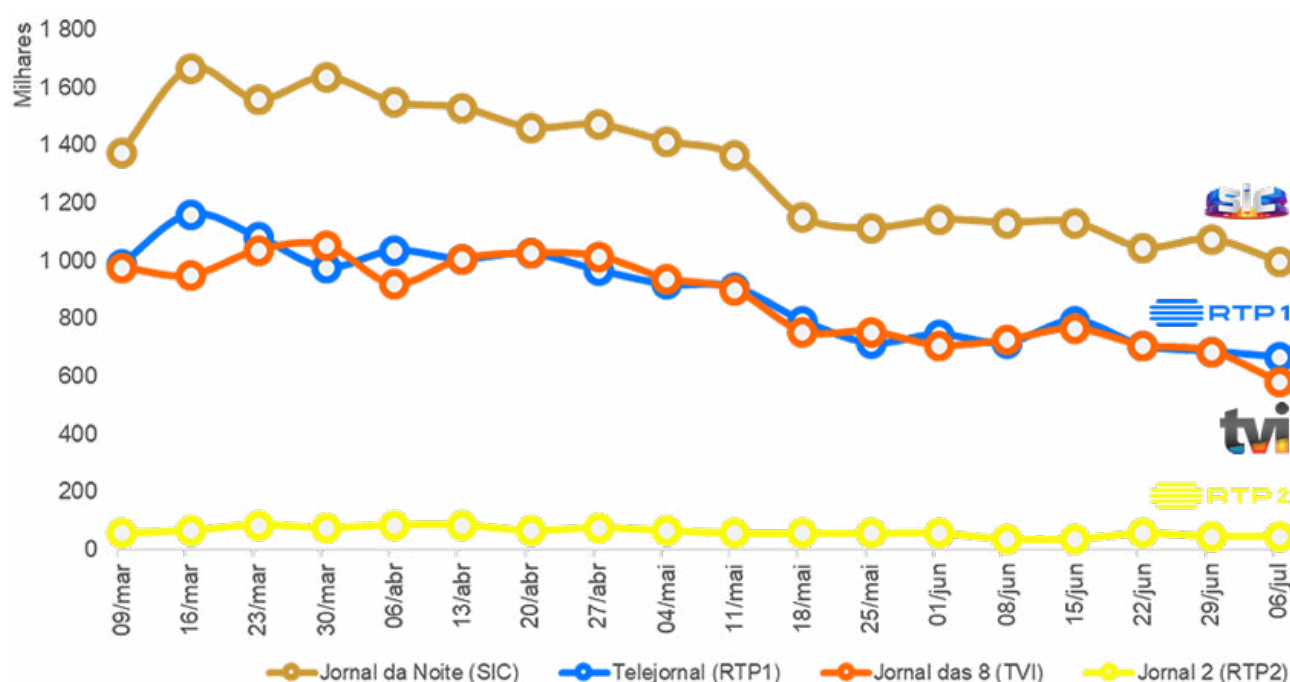
Com efeito, por a televisão ter sido considerada como o *media* mais credível do público e o telejornal uma forma particularmente robusta de realismo, as suas narrativas tendem a desempenhar um papel determinante no posicionamento ideológico dos telespectadores. Estamos, então, perante uma manifestação de poder, o poder de ordenar a totalidade do real (Brandão, 2010, p. 17).

No que concerne à estrutura, nos dois formatos informativos analisados é muito semelhante e não foge de um enquadramento que implica: abertura; promoções das peças noticiosas mais importantes; desenvolvimento, com as peças enquadradas em blocos e áreas temáticas e autónomas em relação às outras; e, por fim o encerramento com a função de despedida, com pequenas *nuances* entre as duas televisões estatais, que veremos à frente.

No caso português, o Telejornal da RTP 1 há muito que deixou de ser líder de audiências, contudo tal como a concorrência, viu as suas audiências aumentarem significativamente durante o período de confinamento (Gráfico 2).

Gráfico 2

Audiências dos serviços noticiosos do *prime-time* das televisões generalistas portuguesas



Fonte: <https://www.cision.pt/2020/07/audiencias-dos-telejornais/>

Algo semelhante aconteceu também em Espanha, onde o confinamento significou um incremento significativo nas audiências dos telejornais televisivos (Masip et al., 2020), que, tal como em Portugal, decaiu com o desconfinamento, como destacaram os *media* (Lerice, 2020, 1 outubro).

1.4. Do vírus da China à pandemia mundial, a doença que parou o mundo

No final de dezembro de 2019 foram diagnosticadas em Wuhan (China) uma série de indivíduos com pneumonia e infeções do trato respiratório inferior de etiologia desconhecida e rapidamente, a doença espalhou-se por tudo o mundo (Chen et al., 2020; Huang et al., 2020).

Após várias investigações, os cientistas do Centro Chinês de Controlo e Prevenção de doenças (CDC) conseguiram, no dia 7 de janeiro de 2020, isolar e sequenciar o vírus que estava a provocar esta patologia (Chen et al., 2020; Huang et al., 2020; Wang et al., 2020). Tratava-se de um vírus pertencente à maior família de vírus de RNA, os coronavírus (CoV). Posteriormente a OMS denominou o novo coronavírus como 2019nCov e com o agravar da situação, declarou o surto como uma emergência de saúde pública de interesse internacional (Ludwig & Zarbock, 2020; Wang et al., 2020). Em fevereiro de 2020 o Comité internacional

de Taxonomia de Vírus renomeou o vírus como coronavírus-2 da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2) e a OMS declarou a epidemia causada pelo SARS-CoV-2 como a “doença coronavírus 2019”, hoje conhecida como a COVID-19 (Ge et al., 2020; Ludwig & Zarbock, 2020; Wang et al., 2020).

Este é o terceiro surto de pneumonia causadas por coronavírus nos últimos 20 anos. Em novembro de 2002, um novo coronavírus chamado coronavírus da síndrome respiratória aguda grave (SARSCoV) surgiu também na China (em Guangdong) e mais tarde, em 2012, apareceu na Arábia Saudita o coronavírus da síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV). Ambas estirpes foram associadas a complicações graves do trato respiratório inferior, e apresentaram taxas de mortalidade de $\pm 10\%$ e $\pm 36\%$, respectivamente (de Wit et al., 2016; Lu et al., 2020).

Em pouco tempo, apesar de o número de casos confirmados variar de acordo com a vigilância epidemiológica e com a capacidade de detecção de cada país, este vírus assumiu uma dimensão de tragédia mundial (Ceylan, 2020; Wang et al., 2020). A 15 de abril de 2020, estavam identificados cerca de 2 milhões de casos confirmados da COVID-19 em todo o mundo, e foram reportadas mais de 120,000 mortes (Ceylan, 2020).

Recentemente, estudos demonstraram que a COVID-19 tem várias vias de transmissão e é causada por um vírus altamente transmissível e persistente. Neste sentido, e apesar da taxa de mortalidade ser relativamente baixa, o seu valor exato continua por definir (Huang et al., 2020; L. Wang et al., 2020). Até onde se sabe, a transmissão do novo coronavírus, dá-se pessoa-pessoa, por contato direto ou por gotículas de tosse ou espirros e há evidências que também pode ocorrer via fecal-oral (Ge et al., 2020; Wang et al., 2020).

Acredita-se que os pacientes sintomáticos sejam os principais responsáveis pela dispersão do vírus, mas a hipótese de uma transmissão por pacientes assintomáticos continua em cima da mesa (Lakhani et al., 2020; Wang & Jin, 2020). A acrescentar, estudos de modelagem matemática sugerem que cerca de 86% das infecções não são documentadas e que mais de metade das mesmas é responsável por causar infecções tão contagiosas como as documentadas (Li et al., 2020). Assim, parece ainda não existir um consenso sobre a forma de transmissão deste vírus, o que salienta ainda mais a importância de se estar atento aos sinais e sintomas da COVID-19. Segundo a OMS os sinais/sintomas iniciais da doença lembram um quadro gripal comum, mas variam de pessoa para pessoa.

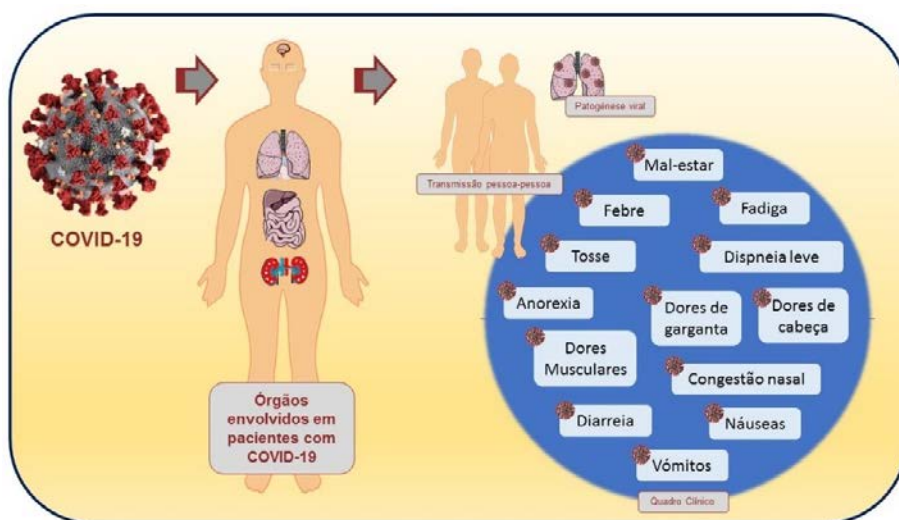


Imagem 1

Representação esquemática da infecção por coronavírus: principais órgãos envolvidos e quadro clínico manifestado por pacientes com COVID-19

A maioria das pessoas infectadas apresenta a forma leve da doença, com alguns sintomas como mal-estar, febre, fadiga, tosse, dispneia leve, perda de apetite, dor de garganta, dor no corpo, dor de cabeça ou congestão nasal, sendo que algumas também podem apresentar diarreia, náusea e vômitos (Imagem 1). Em casos mais graves, a infecção pelo SARS-Cov-2 pode causar pneumonia, síndrome respiratória aguda grave (SRAG) ou até mesmo levar à morte (Ge et al., 2020; Lakhani et al., 2020).

1.5. Cronologia e momentos-chave da evolução da Pandemia nos dois países

Apesar de os dois países ibéricos terem entrado e saído de confinamento mais ao menos ao mesmo tempo (ainda que em processos díspares), o evoluir da epidemia, posteriormente declarada pandemia foi muito desigual. Quando os dois países entraram em confinamento impelidos pela declaração de pandemia da OMS, a Espanha já estava a braços com a sobrelotação dos serviços de saúde e Portugal preparava-se ainda para o que estava para vir de olhos postos no vizinho ibérico. Com efeito, quando ocorre a primeira morte em Portugal, a 16 de março, a Espanha já lamentava a morte de quase duas centenas de indivíduos (**Tabela 2**).

Tabela 2

Cronologia dos principais acontecimentos que marcaram o confinamento e o desconfinamento em Portugal e Espanha

Acontecimento	Portugal	Espanha
Primeiro caso confirmado	2 de março	31 de janeiro
Segundo caso confirmado		10 de fevereiro
São ultrapassados os 2.000 casos confirmados	23 de março (21 dias após o 1º caso confirmado) Nº de casos confirmados: 2.600	11 de março (40 dias após o 1º caso confirmado) Nº de casos confirmados: 2.218
São ultrapassados os 5.000 casos confirmados	28 de março (26 dias após o 1º caso confirmado) Nº de casos confirmados: 5.170	15 de março (44 dias após o 1º caso confirmado) Nº de casos confirmados: 7.793
São ultrapassados os 10.000 casos confirmados	4 de abril (33 dias após o 1º caso confirmado) Nº de casos confirmados: 10.524	17 de março (46 dias após o 1º caso confirmado) Nº de casos confirmados: 11.178
São ultrapassados os 20.000 casos confirmados	19 de abril (48 dias após o 1º caso confirmado) Nº de casos confirmados: 20.206	22 de março (51 dias após o 1º caso confirmado) Nº de casos confirmados: 28.572
Portugal e Espanha decidem limitar a circulação fronteiriça terrestre comum entre os dois países, a mercadorias e trabalhadores transfronteiriços	15 de março	
Suspende-se o tráfego aéreo, as ligações ferroviárias e duas ligações fluviais entre os dois países.	16 de março	
Ocorre a primeira morte por coronavírus	16 de março (14 dias após o 1º caso confirmado)	4 de março (33 dias após o 1º caso confirmado)
O número de mortes registadas supera as 500	12 de abril (41 dias após o 1º caso confirmado) Nº de mortes: 504	19 de março (48 dias após o 1º caso confirmado) Nº de mortes: 803
O número de mortes registadas supera as 1.500	11 de junho (60 dias após o 1º caso confirmado) Nº de mortes: 1.504	22 de março (51 dias após o 1º caso confirmado) Nº de mortes: 1.720
É declarado o encerramento das escolas	8 de março (6 dias após o 1º caso confirmado)	9 de março (38 dias após o 1º caso confirmado)
O governo anuncia a possibilidade de decretar um estado de emergência/alarme	15 de março (13 dias após o 1º caso confirmado)	13 de março (42 dias após o 1º caso confirmado)
É decretado o estado de emergência no país	18 de março (16 dias após o 1º caso confirmado) 642 casos de infeção 2 mortes Estado de emergência: 18 ¹	15 de março (44 dias após o 1º caso confirmado) 5867 casos de infeção 186 mortes Estado de Alarme: 15 de março ²
Começam as medidas de desconfinamento	3 de maio 25 282 casos de infeção 1 043 mortes	2 de maio — Com início da fase zero ³ , com exceção das ilhas que iniciam dia 4 de maio a fase 1. 216 582 casos de infeção 25 100 mortes

Fontes: Várias edições do Jornal *Público* e do Jornal *El País*.

1 Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020

2 Real Decreto 463/2020

3 O desconfinamento diferiu nos dois países. Em Portugal coincidiu com a passagem do estado de Emergência para o Estado de Calamidade, em Espanha processou-se por fases (fase 0 a fase 3) coincidentes com as sucessivas renovações do estado de alarme. Como em Espanha as fases de desconfinamento diferiram nas diferentes regiões autónomas (algumas começaram pela fase 0 enquanto noutras começou-se pela fase 1) a fase 0 foi considerada, neste trabalho, como início do desconfinamento por coincidir mais ou menos com o que aconteceu em Portugal e também um pouco por toda a Europa.

Posteriormente, mesmo tendo em consideração a diferença de população entre os dois países ibéricos, a situação foi muito mais contida em Portugal que, eventualmente por ter acautado mais rapidamente a generalidade das recomendações da OMS, obteve um relativo sucesso e não sobrecarregou o Serviço Nacional de Saúde, do que em Espanha. De tal forma que o mundo considerou o nosso país como o “bom aluno” do sul da Europa, e a Espanha como mais um “mau aluno” a par da tão massacrada Itália (como vimos atrás). De facto, quando os dois países de preparavam para sair do confinamento imposto, Portugal tinha a lamentar 25 282 casos de infeção e 1 043 mortes e Espanha 216 582 casos de infeção e 25 100 mortes.

2. Metodologia e corpus de análise

Neste trabalho, para atingir os objetivos a que nos propusemos, foram visionados nas plataformas *online* das televisões ibéricas 28 telejornais, 14 emitidos pela RTP1 e 14 emitidos pela TVE. Num primeiro momento analisaram-se os 7 telejornais emitidos imediatamente antes da entrada em Estado de Emergência em Portugal (11 a 18 de março) e de *Estado de Alarma* em Espanha (8 a 14 de março). Numa segunda fase analisaram-se os 7 telejornais emitidos imediatamente antes do início do processo de desconfinamento (26 de abril a 2 de maio na RTP e 25 de abril a 1 de maio na TVE). Fruto desta estratégia foram visionadas e analisadas cerca de 16 horas e 46 minutos dos noticiários da RTP e cerca de 14 horas e 17 minutos da TVE.

A metodologia utilizada consistiu em categorizar as peças televisivas visionadas de acordo com uma grelha de análise composta por categorias temáticas genéricas, nomeadamente: Comentário em estúdio; Cultura, englobando as manifestações culturais, em sentido lato; Desporto, referente às práticas desportivas institucionalizadas bem como aos seus protagonistas, sejam atletas, treinadores, dirigentes organizações, etc.; Economia, abrangendo todos os assuntos relacionados com a estrutura económica; Internacional, reunindo todas as peças que diziam respeito a países terceiros independentemente da categoria (com exceção das categorias desporto e cultura); Política, enquadrando assuntos relacionados com o estado, governo, medidas governamentais, assuntos parlamentares, partidários, etc.; Saúde e Ciência, integrando assuntos relacionados com o sistema de saúde, profissionais e com a investigação científica na área da saúde; Sociedade, com o propósito de abarcar os assuntos que dizem respeito ao quotidiano da sociedade civil, serviu neste trabalho de categoria de *aba larga*/residual integrando também os assuntos relacionados com a justiça e *faits divers*; Tempo, englobando a temperatura e a meteorologia.

Estas Categorias temáticas, virtualmente, aplicáveis à generalidade dos telejornais televisivos, para cumprirem os propósitos deste trabalho foram, posteriormente, desdobradas em: Comentário/COVID-19; Cultura/COVID-19; Desporto/COVID-19; Economia/COVID-19; Internacional/COVID-19; Política/COVID-19; Saúde e Ciência/COVID-19; Sociedade/COVID-19.

3. Resultados

Como vimos atrás, a estrutura dos telejornais da noite não difere muito nas televisões ocidentais. Também no caso dos programas informativos analisados não se verificam grandes diferenças, embora se possam identificar algumas *nuances*.

Se a duração não difere muito, em média os telejornais da RTP analisados tiveram uma duração de cerca de 69 minutos, enquanto os telediários da TVE demoraram, em média, cerca de 60 minutos, incluindo os do fim de semana, o mesmo já não se pode dizer da estrutura. O telejornal está dividido em 2 ou mesmo três partes (como aconteceu no domingo 26 de abril), enquanto o telediário se desenrola em apenas uma parte, sem interrupções (com a particularidade de a edição com maior duração ocorrer ao sábado).

No que concerne ao número de notícias, por edição, também são evidentes algumas diferenças. Embora esta análise fique logo à partida “inquinada” pelo facto de no telediário de 14 de março, o grosso do programa informativo, 51 minutos e 04 segundos, de um total de 116 minutos e 17 segundos, ter sido preenchido com um direto do Presidente do Governo, Pedro Sánchez, a apresentar as medidas decretadas pelo Real Diploma que instaurava o *Estado de Alarma*, bem como pelas subseqüentes perguntas dos jornalistas, também em direto. Ainda assim, pôde-se constatar que os telediários emitidos nos 7 dias anteriores à Espanha entrar em confinamento foram constituídos por 113 peças, o que perfaz uma média de cerca de 16 peças noticiosas por edição, e que as edições dos 7 dias anteriores à saída do confinamento foram constituídas por 204 peças o que perfaz uma média de cerca de 29 notícias por edição. Estes dados, deixam transparecer que as edições que foram para o ar no período que antecedeu o desconfinamento foram constituídas por mais peças jornalísticas com uma média de duração inferior ao primeiro momento de observação.

No caso do telejornal, a diferença no número e duração das peças entre o primeiro momento de observação e o segundo não foi tão evidente. Nos dias anteriores a Portugal entrar em Estado de Emergência, as 7 edições do telejornal foram constituídas por 145 peças, o que significou uma média de 20 peças por edição e nos 7 dias imediatamente anteriores à entrada em Estado de Calamidade as edições do telejornal foram constituídas por 155 peças o que denotou uma média de 22 peças por noticiário. Sendo certo que em média as peças do telejornal tiveram uma maior duração do que as do telediário.

Por outro lado, se os cenários e a postura dos *pivots* também se equivaleram (Imagem 2), no que diz respeito ao alinhamento, destaca-se o facto de no telediário ser mais vincada a abertura, por norma com um “sumário” que abrange as principais notícias que serão posteriormente desenvolvidas, enquanto o telejornal começa com a notícia de destaque do dia, e pelo encerramento por norma com o cômputo das imagens que marcaram a jornada com, ou sem, narração.

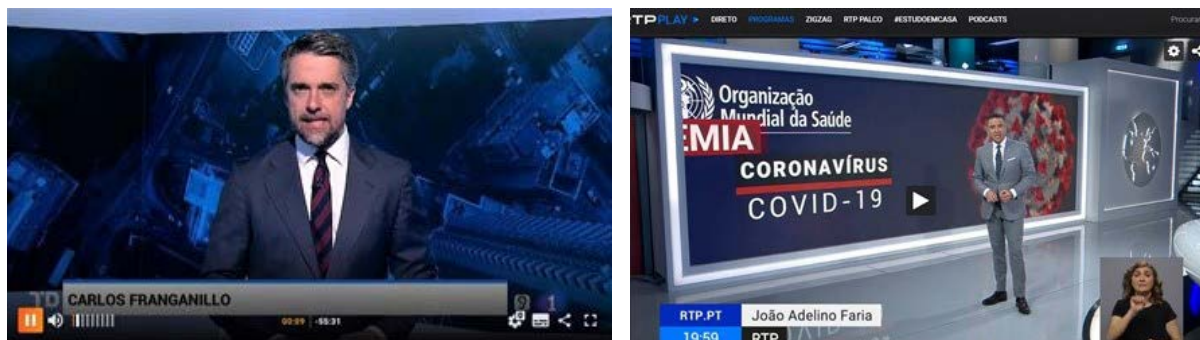


Imagem 2

Abertura do telediário e do telejornal do dia 11 de março de 2020.

Fontes: <https://www.rtve.es/alcarta/videos/telediario/telediario-21-horas-11-03-20/5536412/>

e <https://www.rtp.pt/play/p6559/e461239/telejornal>

É precisamente com referência ao alinhamento que se começa a apresentação dos dados recolhidos nos dois momentos de observação. A Tabela 3 ilustra a distribuição das peças de abertura, de abertura da segunda parte (no caso do telejornal) e de encerramento, por categorias temáticas.

Tabela 3

Peças de abertura e de encerramento dos programas analisados nos dois momentos de observação

	<i>RTP, 1º Momento</i>	<i>RTP, 2º Momento</i>	<i>TVE, 1º Momento</i>	<i>TVE, 2º Momento</i>
<i>Abertura</i>	PC- 4 SCC- 3	EC- 1 IC- 1 PC- 5	PC- 3 S- 1 SCC- 3	EC- 1 PC- 6
<i>Abertura da 2º parte</i>	D- 1 DC- 1 I- 2 PC- 1 SCC- 1	DC- 1 EC- 1 SCC- 5		
<i>Encerramento</i>	C- 1 DC- 2 IC- 1 PC- 1 SC- 1	C- 1 CC- 2 DC- 2 EC- 1 SC- 1	DC- 4 IC- 1 PC- 1 S- 1	CC- 1 I- 1 SC- 5

Legenda: C — Cultura; CC — Cultura/COVID-19; D — Desporto; DC — Desporto/COVID-19; IC — Internacional/COVID-19; I — Internacional; PC — Política/COVID-19; SC — Sociedade/COVID-19; SCC — Saúde/Ciência/COVID-19.

Da análise da tabela 3 transparece a quase omnipresença da COVID-19, nas peças informativas emitidas pelas duas estações estatais. Com efeito, nos telejornais analisados, apenas por duas vezes a doença não esteve diretamente presente na abertura e no encerramento dos telejornais, no dia 17 de março em que o telejornal terminou com a notícia do óbito do músico Pedro Barroso e no dia 2 de maio, quando encerrou com o novo disco da cantora Rita Redshoes. No caso da TVE, as duas exceções foram a 8 de março, dia em que o telediário principiou e terminou com peças referentes à celebração do dia Internacional da Mulher e no dia 29 de abril, por terminar com uma peça referente a uma criança que nascera num barco à deriva no meio do Mediterrâneo (ainda que, em boa verdade, sem ser referida, a pandemia pairou sobre esta notícia). De resto, as peças de abertura do segundo momento de observação dos telediários surgiram fortemente imbricadas com o desconfinamento. Tratou-se, grosso modo, de referir as medidas de desconfinamento previstas para a fase zero do processo de regresso à normalidade.

No que diz respeito aos principais protagonistas, também foi possível identificar algumas diferenças. Nos telejornais da RTP, destacaram-se, como seria expectável, o Primeiro Ministro António Costa (14 vezes), a Diretora Geral da Saúde Graça Freitas (11 vezes), o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa (9 vezes) e a Ministra da Saúde (6 vezes). Para além disso, não se tratasse de uma crise de saúde pública, foram ainda protagonistas os profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde para além das ordens que os representam), os presidentes de câmaras municipais, em particular dos municípios afetados por surtos, outros ministros e primeiras figuras dos partidos políticos. Merece ainda destaque o facto de o “líder da oposição”, Rui Rio, ter visto as suas declarações transmitidas em 4 situações (em número inferior às do Presidente dos EUA, ou do Primeiro Ministro Inglês) e o número reduzido de vezes que protagonistas internacionais como o Diretor Geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, ou outros atores internacionais como a presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen, foram referidos.

Nos telediários, os protagonistas diferem, se analisarmos por número de referências ou por duração das peças. Se tivermos em consideração a duração das peças, emerge Pedro Sanches, até porque o Presidente do Governo Espanhol optou por comunicar em direto aos espanhóis, quer a decisão de entrar em *Estado de Alarma*, quer a decisão de desconfinamento por fases. Mas se a opção passar por realizar a análise a partir das referências, os principais protagonistas foram o Ministro da Saúde, Salvador Illa e o Diretor de Emergência Sanitária Fernando Simón, ambos com 10 referências, enquanto que Pedro Sanches foi referido por 8 vezes. Para além destes protagonistas, foram frequentemente transmitidas declarações de membros dos órgãos das administrações autónomas das diferentes regiões. De destacar é o facto de o Rei de Espanha, apenas ter protagonizado duas peças e nenhuma diretamente relacionada com decisões ou medidas relacionadas com a COVID-19.

No que concerne às notícias internacionais relacionadas com a COVID-19, se ao nível do número de peças as diferenças não foram significativas, o mesmo não se verificou se tomarmos em consideração os países mais referidos. Em Portugal, em ambos os momentos de observação, vários países, por razões várias, foram acompanhados diariamente (mais no primeiro momento de observação do que no segundo). Com efeito foram identificadas 14 referências à Espanha; 14 referências aos EUA; 13 referências à Itália; 12 referências à França; 10 referências ao Reino Unido e 4 referências ao Brasil. Isto, para além de terem sido identificadas referências residuais a outros países onde se incluem os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Também nos blocos informativos do telediário os dados dos países mais afetados pela pandemia foram frequentemente enunciados, embora não tão escrutinados como no caso dos telejornais da RTP. Assim, foi possível identificar 11 referências aos EUA; 9 referências à Itália; 6 à França e ao Reino Unido; 5 à Alemanha e à China. Para além de referências residuais a países como a Rússia, Portugal, Marrocos, Israel, assim como a países da América Latina. De destacar o facto de a televisão pública espanhola, em ambos os momentos de observação, apenas ter referido o vizinho ibérico, por três vezes. Referiu fugazmente que o Presidente da República Portuguesa estava de quarentena, que Espanha e Portugal já tinham acordado a abertura de fronteiras e uma peça mais alongada acerca das medidas de desconfinamento preconizadas no nosso país.

No que diz respeito à distribuição das peças analisadas por categorias temáticas, a análise do Gráfico 3, permite perceber, desde logo, que a doença (subdividida pelas diferentes categorias temáticas) foi, indubitavelmente, tal como era espectável, o assunto mais abordado pelos telejornais da RTP.

A principal diferença entre os dois programas informativos analisados residiu no facto de a televisão portuguesa ter recorrido mais frequentemente aos comentários em estúdio. Principalmente no segundo momento de observação o médico infeciologista António Silva Graça, desempenhou diariamente o papel de “comentador residente”, com a função de comentar os dados, do ponto de vista científico, enquanto tal figura não se vislumbra nos telediários. Com efeito, Graça Moura foi convidado de estúdio no telejornal por 8 vezes uma no primeiro momento de observação e 7 no segundo momento.

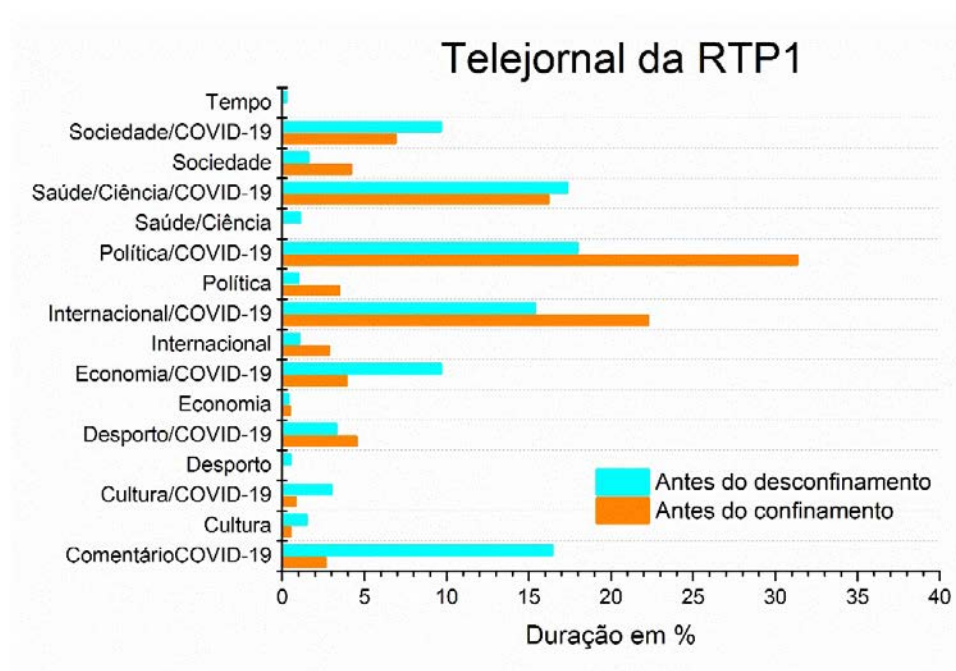
No âmbito da análise da distribuição das peças informativas pelas categorias temáticas operacionalizadas para este trabalho, no caso do telejornal, é particularmente, interessante a análise da categoria “política/COVID-19”, por, entre os dois momentos de observação ter protagonizado distribuições díspares. Com efeito, o peso relativamente maior desta categoria antes do confinamento prende-se com o processo de dar a conhecer e explicar as medidas, as consequências e as eventuais sanções que a iminente entrada em vigor do Estado de Emergência implicavam.

Da mesma forma, também a distribuição da categoria “internacional/COVID-19” pode ser enquadrada no desígnio de divulgar os números, as medidas, os constrangimentos e as implicações que a pandemia estava a acarretar à escala global.

Merece ainda destaque, na análise do gráfico 3, a distribuição da categoria “economia/COVID-19”, por deixar transparecer uma distribuição inversa à das categorias até agora referidas, registando um aumento, quando o país se preparava para sair do confinamento, alavancado pelo paulatino reatar das atividades económicas.

Gráfico 3

Distribuição das peças por categoria temática nos telejornais da RTP

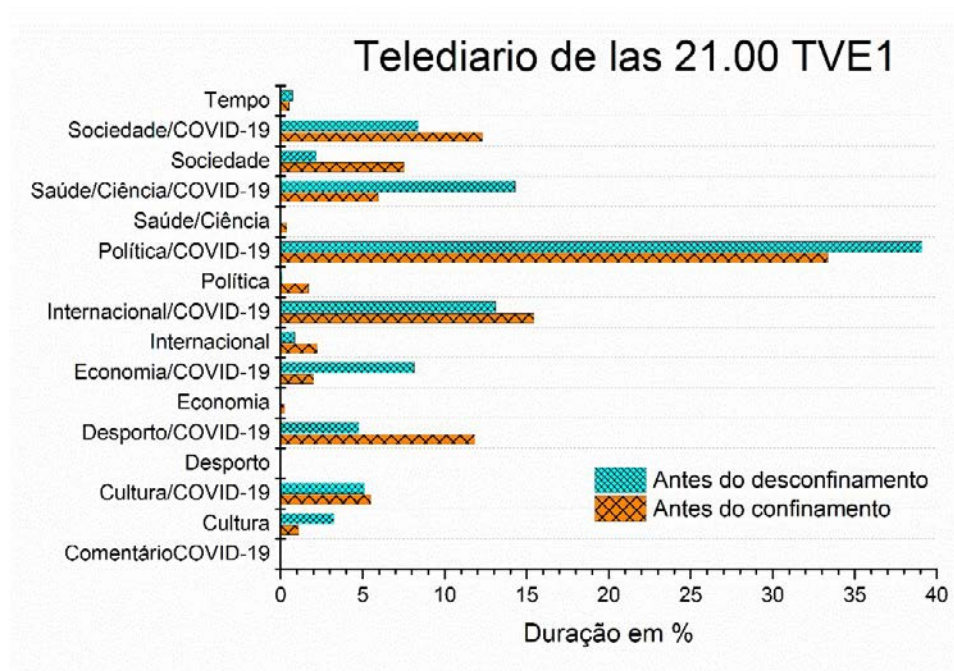


Fonte: Elaboração pelos autores

No que diz respeito à análise das principais categorias temáticas presentes nas peças dos telediários da TVE, verificou-se que, tal como na RTP, a categoria dominante foi a categoria “política/COVID-19”, com valores ainda mais destacados (Gráfico 4). O maior destaque desta categoria temática em Espanha, a ajuizar pelos dados analisados, justifica-se com o facto de o processo de definição, divulgação e implementação das medidas, quer de confinamento, quer de desconfinamento ter sido dificultado pelo intenso debate político-partidário a que se assistiu em Espanha, muito mais contido em Portugal onde se assistiu a uma espécie de “pacto de regime”.

Gráfico 4

Distribuição das peças por categoria temática nos telediários das 21 da TVE e nos telejornais da RTP 1 antes do confinamento



Fonte: Elaboração pelos autores

Seguem-se as categorias “internacional/COVID-19” onde estão plasmadas as peças acerca do evoluir da pandemia no resto do mundo, que mais do que seguir uma distribuição algo diferente da dos telejornais (como vimos atrás), também não incorporou as narrativas alarmistas que por vezes transpareceram das peças emitidas pelos telejornais. Por exemplo não foi referida a escassez de ventiladores, veiculadas por duas vezes nos telejornais, nem as peças mais dramáticas acerca do colapso dos serviços de saúde italianos.

Quando comparadas as distribuições das notícias dos blocos informativos, do horário nobre, das duas televisões, por categorias temáticas (Gráficos 5 e 6), é possível detetar algumas diferenças na forma como a pandemia foi comunicada.

Desde logo, destaca-se como principal diferença, já referida, a particularidade de a RTP ter recorrido a um “comentador residente” que no segundo momento de avaliação comentou diariamente os dados.

Em segundo lugar merecem referência as variações na categoria “política-COVID-19”. O maior peso relativo nas peças dos telediários, prende-se com a dimensão administrativa do maior país ibérico, composta por regiões autónomas, o que, cruzado com políticas descentralizadas e intenso debate político-partidário terá implicado que a pandemia tenha sido gerida a várias velocidades, como se viu, particularmente aquando das medidas de desconfinamento encetadas em 4 fases.

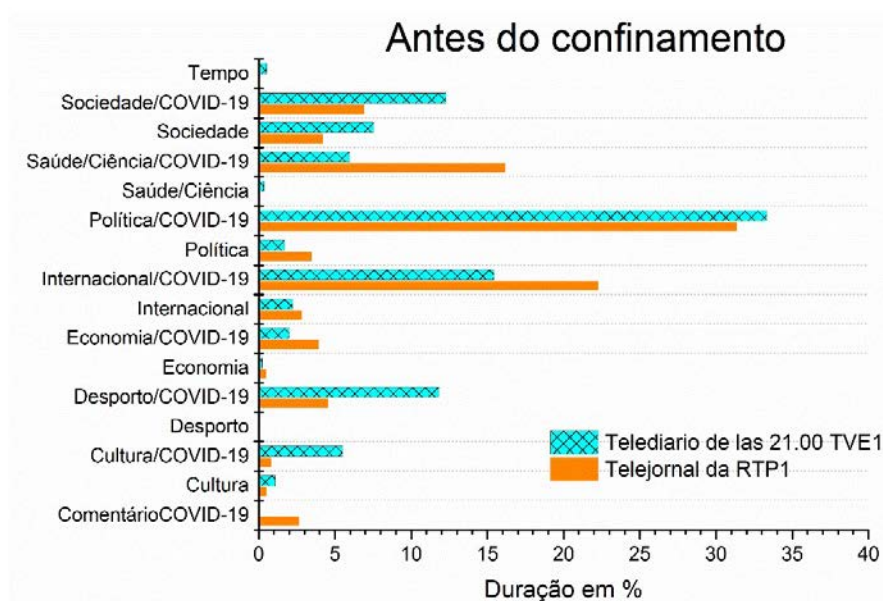
Também merece reparo a categoria “internacional COVID-19”, embora por razões algo diferentes. A RTP preocupou-se, antes de tudo, em descrever dados, números de mortes, estratégias de combate, por vezes em tom dramático e alarmante, quando estava em causa a Itália e a Espanha, mas também num indisfarçável tom crítico nomeadamente dirigido para os presidentes dos EUA e do Brasil assim como para com o Primeiro Ministro Inglês. No caso da TVE o incremento no número de peças, perceptível na análise ao segundo momento de observação, resultou do acompanhar das estratégias para a saída do desconfinamento dos outros países.

Merecem ainda análise as categorias “sociedade COVID-19” e “economia COVID-19”, por deixarem transparecer, uma maior preocupação das televisões com os efeitos socioeconómicos do confinamento por períodos tão significativos de tempo.

Já no que diz respeito às categorias “desporto”, “desporto COVID-19”, “cultura”, e “cultura COVID-19”, o relativamente maior peso evidente nos telediários da TVE insere-se numa lógica de discurso menos focado na pandemia que parece ter caracterizado o formato informativo espanhol, quando comparado com o português.

Gráfico 5

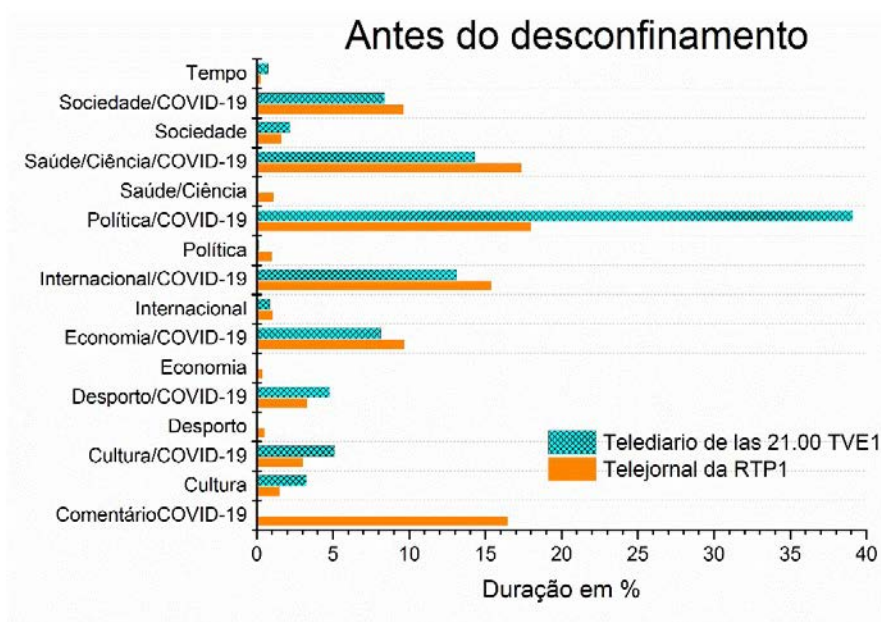
Distribuição das peças por categoria temática nos telediários das 21 da TVE e nos telejornais da RTP 1 antes do confinamento



Fonte: Elaboração pelos autores

Gráfico 6

Distribuição das peças por categoria temática nos telediários das 21 da TVE e nos telejornais da RTP 1 antes do desconfinamento



Fonte: Elaboração pelos autores

A título de curiosidade, ainda em relação às categorias, “desporto” e “desporto COVID-19”, merece destaque o peso avassalador do futebol profissional, no telejornal, e uma postura mais eclética com referências muito mais frequentes a outras modalidades, assim como ao desporto no feminino, no telediário.

No que se refere aos temas relegados para segundo plano pelos programas do *prime-time* no período de análise, destacam-se o ambiente, sem referências diretas no telejornal, e apenas referido no telediário por uma vez, quando no âmbito das desinfeções em massa preconizados pelo combate à pandemia foi fumigada uma praia com compostos de lixívia. A crise dos refugiados, com duas referências no telejornal, que coincidiram com a presença do enviado da RTP à fronteira entre a Turquia e a Grécia e, apenas por *fait divers*, no telediário, por ter nascido uma criança a bordo de uma embarcação resgatada pela marinha espanhola, já referido neste texto. E a questão dos direitos das mulheres, impercetível no telejornal, mas presente no telediário em dois momentos, no dia 8 de março, e com referência ao desfecho do caso que nos EUA desencadeou o movimento “*Mee Too*”. Já no que se refere à questão da violência de género, os registos no telediário e a sua ausência no telejornal, estarão naturalmente associados ao facto de não se terem verificado casos em Portugal.

5. Conclusões

O primeiro olhar para a forma como a COVID-19, foi retratada nas televisões estatais dos dois países ibéricos, traz-nos de imediato à ideia os pressupostos da Teoria do Agenda-Setting, ou do Agendamento (Sousa, 2006). Com efeito, esta foi, irrefutavelmente, a temática mais abordada, mais enfatizada e à qual foi atribuído mais tempo de emissão em ambos os períodos cronológicos analisados, nos dois programas informativos (cerca de 86% no primeiro e 93% no segundo momento, no telediário e cerca de 88% no primeiro momento de observação e 93% no segundo, na televisão portuguesa).

A forma como os informativos da noite analisados retrataram o tema da pandemia desencadeada pela COVID-19, permite ainda equacionar outro pressuposto da teoria do agendamento, que não foi explorado neste texto, o debate público gerado fora dos *media* tradicionais. Diz-nos Wolf (2006), que quanto mais alargado for o debate público acerca de um tema, menos relevante é a influência dos meios de comunicação social. Em Portugal, imediatamente a seguir às primeiras notícias que davam conta de que a epidemia chegaria, inevitavelmente, ao nosso país surgiram vários grupos nas redes sociais cuja função seria partilhar dados estratégias e conselhos. O surgimento de alguns destes grupos, que não raramente atingiram os milhares de membros em poucas horas e foram integrados ativamente por profissionais de saúde, merecerão, por certo, estudos futuros no que diz respeito à informação veiculada e à forma como contribuíram para o debate público, mas permitem também equacionar se o pulular de outros grupos, em alguns casos permeáveis a notícias falsas, não terá reforçado a necessidade de os indivíduos confirmarem as notícias nos órgãos de comunicação social oficiais refletida no aumento generalizado das audiências dos *media* tradicionais.

Da análise realizada neste trabalho transparece que são mais as semelhanças do que as diferenças que podem ser identificadas na cobertura da pandemia pelos programas informativos das duas televisões ibéricas estudadas, a começar pelos protagonistas institucionais. As principais diferenças residem na forma e não no conteúdo das próprias notícias. Por exemplo, na descrição do colapso do sistema nacional de saúde italiano, as narrativas do telejornal, aproximaram-se mais do que Torres (2006) apelidou de “género infodramático da televisão”. Com efeito o tom, a escolha das imagens e as narrativas, da televisão portuguesa, foi substancialmente mais dramático do que na TVE, com recurso, mais do que uma vez, a eventos trágicos como a questão dos ventiladores, sem os quais teriam de ser os próprios médicos a decidir pela vida ou pela morte dos pacientes.

Para além disso, as peças do telejornal também denotam um tom crítico, mais vincado quando comparadas com as dos telediários, na forma como foi descrita a evolução da pandemia nos países cujos líderes discordaram das orientações da OMS, nomeadamente EUA e Reino Unido, num primeiro momento, Brasil posteriormente.

Assumindo que os *media* são, se não o principal, pelo menos um dos principais agentes de criação de percepções culturais sobre o que existe, contribuindo para a interpretação e a produção de sentido da realidade, tal como o preconiza a Teoria da Construção Social da Realidade, e que os profissionais dos *media* desempenham um importante papel como veículos de ordenação e seleção dos acontecimentos, proporcionando o ponto de vista sobre a realidade (Brandão, 2010, p. 147), a forma mais dramática como foi construída socialmente a pandemia nos *media* portugueses pode ter levado a uma aceitação mais célere e com menos dúvidas das medidas que seria importante tomar para “achatar a curva epidemiológica de novos casos de COVID-19”.

Importa referir que, neste processo de construção social da pandemia, emergiu ainda o papel dos comentadores e convidados em estúdio, quase inexistentes nos períodos em análise no programa informativo da televisão espanhola. Com efeito, a forma simples e abrangente de comunicar ciência em saúde, do médico epidemiologista presente em estúdio, pode também ter contribuído para uma melhor aceitação da informação veiculada pelos *media*, cooperando para contornar as desconfianças que persistem ao entorno da comunicação social. Isto porque, num estudo recente (Obercom, 2020b, p.22), quando indagados acerca da avaliação que faziam sobre a comunicação e do papel desempenhado por um conjunto de atores, onde se contavam: Governo Nacional; Presidente da República; Entidades oficiais; Direção Geral de Saúde; Órgãos de Governação Local; Governos Regionais e OMS, a pior avaliação foi para os Órgãos de Comunicação Social (de qualquer tipo, *offline* ou *online*) que só receberam a aprovação de 51.7 % dos inquiridos.

De resto, a conjuntura político-partidária dispar que se viveu nos dois países também pode ter contribuído para uma atitude diferente no que concerne à interiorização das medidas. A opção do Presidente do Governo Espanhol, Pedro Sanches, de ser ele a comunicar as medidas de confinamento, pode ter sido contraproducente, isto porque não se furtou ao conflito partidário. Enquanto em Portugal se assistiu a uma espécie de “pacto-de regime” no combate à pandemia, onde o Presidente da República Portuguesa jogou um importante papel, que o Rei de Espanha não quis, ou não pôde assumir. Tudo isto conjugado com a proximidade que tem sido histórica entre o poder político português e a televisão estatal (Cádima, 2011; Torres, 2011; Schmidt, 2003).

É um facto que se viveu um período excecional, que talvez não tenha paralelo nas duas televisões analisadas e embora este trabalho não tenha permitido chegar às respostas que procurávamos, permitiu equacionar o papel da televisão na sociedade contemporânea, na certeza de que ela não morreu, como alguns autores preconizaram. Para os profissionais da televisão, que tantas vezes recordaram o papel dos profissionais de saúde, entre outras profissões consideradas indispensáveis, fica a última palavra por também eles se mantiveram firmes e contribuíram para o combate a um inimigo que é de todos, sem aplausos e sob críticas e desconfianças.

Referências bibliográficas

- Brandão, N. (2010). *As Notícias nos Telejornais: Que serviço público para o século XXI?* Guerra e Paz.
- Cádima, F. R. (2011). *A televisão, o digital e a cultura participativa*. Média XXI.
- Campos, T. (2020, 1 de abril). Covid-19: os elogios a Portugal que chegam lá de fora. *Visão*. <https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2020-04-01-covid-19-os-elogios-a-portugal-que-chegam-la-de-fora/>
- Ceylan, Z. (2020). Estimation of COVID-19 prevalence in Italy, Spain, and France. *Science of The Total Environment*, 729. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.138817>
- Chen, N., Zhou, M., Dong, X., Qu, J., Gong, F., Han, Y., Qui, Y., Wang, J., Liu, Y., Wei, Y., Xia, J., Yu, T., Zhang, X. & Zhang, L. (2020). Epidemiological and clinical characteristics of 99 cases of 2019 novel coronavirus pneumonia in Wuhan, China: a descriptive study. *The Lancet*, 395, 507-513. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30211-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30211-7)
- de Wit, E., van Doremalen, N., Falzarano, D., & Munster, V. J. (2016). SARS and MERS: recent insights into emerging coronaviruses. *Nature Reviews Microbiology*, 14(8), 523-534. <https://doi.org/10.1038/nrmicro.2016.81>
- Fernandes, L. (2020, 26 de março). Autarcas do interior pedem às populações para “denunciar” emigrantes que furem a quarentena. *Observador*. <https://observador.pt/2020/03/26/autarcas-do-interior-pedem-as-populacoes-para-denunciar-emigrantes-que-furem-a-quarentena-obrigatoria/>
- Ge, H., Wang, X., Yuan, X., Xiao, G., Wang, C., Deng, T., Yuan, Q. & Xiao, X. (2020). The epidemiology and clinical information about COVID-19. *European Journal of Clinical Microbiology & Infectious Diseases*, 39(6), 1011-1019. <https://doi.org/10.1007/s10096-020-03874-z>
- Huang, C., Wang, Y., Li, X., Ren, L., Zhao, J., Hu, Y., . . . Cao, B. (2020). Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China. *The Lancet*, 395, 497-506. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30183-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30183-5)
- Lakhani, H. V., Pillai, S. S., Zehra, M., Sharma, I., & Sodhi, K. (2020). Systematic Review of Clinical Insights into Novel Coronavirus (CoVID-19) Pandemic: Persisting Challenges in U.S. Rural Population. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(12), 4279. <https://doi.org/10.3390/ijerph17124279>
- Lázaro, M. D. L. R. D. (2010). La televisión en España, una visión retrospectiva tras la primera década del siglo XXI. *Razón y Palabra*, 71. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3791831>
- Lerice, A. S. (2020, 1 outubro). Los informativos de RTVE, Mediaset y A3 pierden el 30% de la audiencia de marzo. *Economía Digital*. https://www.economiadigital.es/politica/los-informativos-de-rtve-mediaset-y-a3-pierden-el-30-de-la-audiencia-de-marzo_20098438_102.html
- Li, R., Pei, S., Chen, B., Song, Y., Zhang, T., Yang, W., & Shaman, J. (2020). Substantial undocumented infection facilitates the rapid dissemination of novel coronavirus (SARS-CoV-2). *Science*, 368(6490), 489-493. <https://doi.org/10.1126/science.abb3221>
- Lopes, F., & Pereira, S. (2007). Estudos sobre programação televisiva: os programas de informação e os conteúdos para a infância. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-felisbela-rtp50anos-2007.pdf>
- López-Pujalte, C., & Nuño-Moral, M. V. (2020). La “infodemia” en la crisis del coronavirus: Análisis de desinformaciones en España y Latinoamérica. *Revista española de Documentación Científica*, 43(3), e274. <https://doi.org/10.3989/redc.2020.3.1807>
- Lu, R., Zhao, X., Li, J., Niu, P., Yang, B., Wu, H., . . . Tan, W. (2020). Genomic characterisation and epidemiology of 2019 novel coronavirus: implications for virus origins and receptor binding. *The Lancet*, 395, 565-574. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30251-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30251-8)
- Ludwig, S., & Zarbock, A. (2020). Coronaviruses and SARS-CoV-2: A Brief Overview. *Anesth Analg*, 131(1), 93-96. <https://doi.org/10.1213/ANE.0000000000004845>
- Lusa (2020, 26 de março). Coronavírus: Emigrantes detidos em Chaves por “furar” quarentena vão pagar multas até 6 mil euros. *Público*. <https://www.publico.pt/2020/03/26/sociedade/noticia/coronavirus-emigrantes-detidos-chaves-furar-quarentena-vaopagar-multas-ate-6-mil-euros-1909668>
- Masip, P., Aran-Ramspott, S., Ruiz-Caballero, C., Suau, J., Almenar, E., & Puertas-Graell, D. (2020). Consumo informativo y cobertura mediática durante el confinamiento por el covid-19: sobreinformación, sesgo ideológico y sensacionalismo. *El profesional de la información*, 29(3). <https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.12>
- Obercom (2020a). *Anuário da Comunicação 2019*. Obercom. <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2020/07/OBERCOM-Anuario-2019.pdf>
- Obercom (2020b). *Pandemia e consumos mediáticos*. Obercom. https://obercom.pt/wp-content/uploads/2020/10/Final_Pandemia_media_Geral.pdf
- Schmidt, L. (2003). Ambiente no Ecrã Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo. ICS.
- Segura, M. S. (2020). Con alerta pero sin pánico. El rol de los medios durante la pandemia. *Revista de la Facultad de Ciencias Médicas de Córdoba*, 77(1), 55-58. <https://doi.org/10.31053/1853.0605.v77.n1.28066>
- Sobral, F. A. (2012). Televisão em Contexto Português: uma abordagem histórica e prospetiva. *Millenium*, 42, 143-159. <https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8199>
- Soengas-Pérez, X.; Elías-Pérez, C. y López-Cepeda, A.M. (2018). El tratamiento de la información política e institucional en TVE. *Revista Latina de Comunicación Social*, 73, 1072 -1089. <http://www.revistalatinacs.org/073paper/1297/56es.html>
- Sousa, J. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa*. Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Tomás, C. (2020, 18 de abril). Covid-19. Balanço: 184 pessoas detidas durante o 2º Estado de Emergência. *Expresso*. <https://expresso.pt/coronavirus/2020-04-18-Covid-19-Balanco-184-pessoas-detidas-durante-o-2-Estado-de-Emergencia>
- Torres, E. C. (2006). *A tragédia televisiva: um género dramático da informação audiovisual*. Instituto Ciências Sociais.
- Torres, E. C. (2016). *A televisão e o serviço público*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Wang, G., & Jin, X. (2020). The progress of 2019 novel coronavirus event in China. *Journal of Medical Virology*, 92(5), 468-472. <https://doi.org/10.1002/jmv.25705>

Wang, H., Li, X., Li, T., Zhang, S., Wang, L., Wu, X., & Liu, J. (2020). The genetic sequence, origin, and diagnosis of SARS-CoV-2. *European Journal of Clinical Microbiology & Infectious Diseases*, 39(9), 1629-1635. <https://doi.org/10.1007/s10096-020-03899-4>

Wang, L., Li, J., Guo, S., Xie, N., Yao, L., Cao, Y., Sun, D. (2020). Real-time estimation and prediction of mortality caused by COVID-19 with patient information based algorithm. *Science of The Total Environment*, 727. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.138394>

Wolf, M. (2006). *Teorias da Comunicação* (9ª ed.). Presença.

Credibilidade jornalística e o discurso de “combate” à desinformação na cobertura da COVID-19 no Brasil

Journalistic credibility and the discourse of “fight” against disinformation in the media coverage of COVID-19 in Brazil

Thales Lelo

Departamento de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.
thales.lelo@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-6070-9332](https://orcid.org/0000-0002-6070-9332)

Roseli Fígaro

Departamento de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.
ORCID ID: [0000-0002-9710-904X](https://orcid.org/0000-0002-9710-904X)

Fernando Pachi Filho

Departamento de Jornalismo. Universidade Paulista. São Paulo, Brasil.
ORCID ID: [0000-0002-1667-4937](https://orcid.org/0000-0002-1667-4937)

Resumo: Este capítulo analisa como o jornalismo brasileiro tem retratado a circulação de desinformações durante a cobertura da pandemia da COVID-19 no país. Em aspecto teórico, a pesquisa se baseia em literatura focada em esmiuçar as características, condições de produção e circulação da desinformação, com destaque para o modo como o discurso de combate às *fake news* tem sido mobilizado pela imprensa nos últimos anos em um contexto de gradual declínio de confiança nas instituições. Em prisma analítico, foi estruturado um corpus com 99 matérias publicadas em nove portais de notícia brasileiros, coletadas entre janeiro e abril de 2020 — período que compreende os quatro primeiros meses da crise sanitária global. A amostra abrange edições digitais de veículos que integram conglomerados de mídia, arranjos alternativos e subsidiárias de publicações internacionais. Em específico, o estudo averigua como a imprensa brasileira: a) posicionou discursivamente a circulação de desinformações referentes à COVID-19; b) endereçou os seus potenciais leitores; c) buscou se autolegitimar como instituição confiável para obtenção de informações. Por meio de perspectiva materialista do discurso, foi realizada análise qualitativa do corpus, buscando compreender os movimentos de sentido que se formaram na cobertura jornalística. Dentre os principais resultados, destaca-se que a imprensa brasileira só passou a tematizar a circulação das desinformações sobre a COVID-19 entre os meses de março e abril, quando o país registrou aumento expressivo no número de casos da nova doença. Neste período, constata-se que os veículos analisados passaram a reforçar o lugar da autoridade jornalística em um contexto de crise sanitária. O discurso científico passou a ser tomado como base para organização do discurso jornalístico, possibilitando que a imprensa reafirmasse sua credibilidade junto ao leitor ao se posicionar ao lado das instituições que valorizam a ciência e buscam combater as desinformações sobre a pandemia.

Palavras-chave: Jornalismo; desinformação; infodemia; pandemia de COVID-19; discurso.

Abstract: *This chapter analyzes how Brazilian journalism has portrayed the disinformation circulation during the media coverage of the COVID-19 pandemic in the country. Theoretically, this study grounds in literature focused on disinformation characteristics, production conditions and circulation, emphasizing how the discourse of fight against fake news has been mobilizing by the press in recent years in a context of institutions' trust gradual decline. Analytically, a sample of 99 articles published by nine Brazilian digital newspapers between January 2020 and April 2020 was composed — a period that comprehends the first four months of the global health crisis. The sample includes digital editions of legacy news media, alternative newspapers, and international media subsidiaries. Specifically, this study analyses how the Brazilian press: a) discursively posits the disinformation circulation surrounding the COVID-19 outbreak; b) addresses its audience; c) seeks to legitimate itself as a trustworthy institution to obtain information. Through a discourse materialist approach, a qualitative analysis of the corpus was carried out, seeking to understand the movements of meaning that have been formed during the media coverage. Among the main results, it is noteworthy that the Brazilian press only started to discuss the disinformation circulation regarding the COVID-19 outbreak between March and April, when the country had registered a significant increase in the new disease cases. In this period, the publications analyzed had started to reinforce the journalistic authority place in the health crisis context. The scientific discourse had been taken as a reference point for organizing the journalistic discourse, enabling the press to reaffirm its credibility with the reader by positioning itself alongside institutions that have valued Science and sought to fight against disinformation about the pandemic.*

Keywords: Journalism; disinformation; infodemic; COVID-19 pandemic; discourse.

Introdução

Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) atribuiu o status de pandemia à COVID-19 em 11 de março de 2020 (WHO, 2020), diversos órgãos intergovernamentais passaram a alertar para a emergência de uma epidemia de desinformação (ou “infodemia”) que estaria se disseminando velozmente e limitando a capacidade de resposta à crise sanitária.

Já em 15 de fevereiro, antes mesmo que a nova doença adquirisse o status de pandemia, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, já advertia que o combate à desinformação a respeito do Sars-CoV-2 era tão importante quanto as medidas tomadas para cercear o espalhamento do vírus (UN News, 2020).

As metáforas epidemiológicas logo passaram a ser utilizadas também pela imprensa internacional. Publicações como a *BBC News*, o *The New York Times*, o *The Guardian* e o *The Wall Street Journal* (para ficar em alguns exemplos) dedicaram reportagens, editoriais e diversas colunas de opinião à chamada “infodemia”. O neologismo também tem obtido certo destaque na comunidade científica em revisões de literatura (Peters, Jandric & McLaren, 2020) e em pesquisas empíricas focadas em escrutinar a suscetibilidade dos cidadãos às desinformações sobre a doença (Hua & Shaw, 2020; Rovetta & Bhagavathula, 2020).

A despeito da relevância desta efervescente literatura (que deve se avolumar nos próximos anos), nosso objetivo neste capítulo é outro: compreender como o jornalismo brasileiro tem discutido a relação entre desinformação e pandemia, levando em consideração que o país possui, concomitantemente a um dos maiores registros de casos de COVID-19 no mundo¹, um expressivo contingente populacional que acredita que as notícias sobre o vírus estão “contaminadas” por *fake news*. Em pesquisa recente do Edelman Trust Barometer (2020a) feita em 10 países (incluindo o Brasil), 74% dos respondentes relataram acreditar que as publicações sobre o tema estão permeadas de desinformação. Além disso, 45% disseram ter dificuldade em encontrar informações confiáveis sobre a pandemia. Fundamental pontuar que o Brasil vem ocupando o primeiro lugar no posto de país em que a população mais expressa dificuldade em discernir conteúdos reais de falsos na internet, conforme detectado nos três últimos relatórios *Digital News Report* (2018-2020) do Reuters Institute.

Em paralelo à escalada no número de casos do novo coronavírus no Brasil, o país também registrou uma maior procura por notícias provenientes da grande imprensa. Pesquisa recente do Datafolha (2020) indicou que programas jornalísticos da TV e os veículos impressos têm sido considerados os meios mais confiáveis para obter informações sobre a crise sanitária. Ademais, nos primeiros meses da pandemia, canais de televisão e jornais passaram a registrar recordes de audiência. A *Rede Globo* (pertencente ao Grupo Globo, maior conglomerado de mídia e comunicação da América Latina), por exemplo, registrou no início de abril sua melhor audiência dos últimos 10 anos (média de 14,7 pontos) (Benício, 2020); e a versão digital da *Folha de S. Paulo* (principal jornal em circulação no Brasil) recebeu, em março, 69,8 milhões de visitantes únicos (um número superior ao registrado inclusive nas eleições presidenciais de 2018) (Folha de São Paulo, 2020). Estes indicadores assinalam, ainda que

1 Segundo dados da Wikipedia, em 17 de setembro de 2020 o Brasil ocupava o terceiro lugar em número de casos (atrás de Estados Unidos e Índia) e o segundo em número de mortes (atrás apenas dos Estados Unidos).

pontualmente, uma reversão da tendência de paulatino declínio de confiança na imprensa brasileira — documentada nos últimos anos seja pela literatura especializada (Mick, 2019), seja por relatórios internacionais dedicados ao tema (Digital News Report, 2020; Edelman Trust Barometer, 2020b).

O capítulo se baseia na florescente literatura focada em discutir as características, condições de produção e circulação da desinformação (Tandoc Jr., Lim & Ling, 2018), com destaque para o modo como o discurso de combate às chamadas *fake news* tem sido mobilizado pela imprensa nos últimos anos (Carlson, 2018; Tandoc Jr., Jenkins & Craft, 2018; Egelhofer *et al.* 2020), nesta conjuntura de gradual declínio de confiança nas organizações de mídia. Visando apreender como a imprensa brasileira tem retratado a circulação de desinformações na cobertura da pandemia da COVID-19, realizamos uma análise discursiva de 99 matérias publicadas em nove portais de notícia brasileiros, coletadas entre janeiro e abril de 2020. A amostra compreende veículos que integram conglomerados de mídia (*Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *O Globo*, *Veja* e *Gaúcha ZH*), arranjos alternativos (*Nexo Jornal* e *Agência Pública*), e subsidiárias de publicações internacionais (*BBC Brasil* e *CNN Brasil*). Com esta análise, buscamos examinar como a imprensa brasileira posiciona discursivamente a circulação de desinformações referentes ao novo coronavírus (quais termos emprega e como eles são adjetivados); como endereça os potenciais leitores em suas estratégias discursivas; e como se autolegitima como instituição confiável para obtenção de informações.

O texto se estrutura da seguinte forma: na próxima seção, sistematizamos a literatura centrada em conceituar as disputas discursivas em torno das chamadas *fake news*, enfatizando as estratégias adotadas por diversos agentes (incluindo a própria imprensa) para estabilizar e hegemonizar os sentidos da expressão. Na sequência, situamos o debate à luz das transformações do mundo do trabalho dos jornalistas no Brasil. Em seguida, informarmos os critérios utilizados para coleta do material, estruturação do banco de dados e tratamento do corpus. Complementarmente, discorreremos sobre a análise do discurso como método pertinente para apreensão dos movimentos de sentido que se formam na cobertura da mídia. Por meio do conceito de acontecimento discursivo (Guilhaumou, 2009), descrevemos a narrativa construída na cobertura e sua lógica sequencial no tópico dedicado à apresentação dos resultados. Oferecemos também um levantamento quantitativo dos subgêneros jornalísticos presentes nas matérias examinadas.

Revisão de literatura

2.1. Fake news e disputas de sentido

Nos últimos anos, na esteira das eleições estadunidenses de 2016 (que elegeram o republicano Donald Trump) e do referendo que definiu pela saída do Reino Unido da União Europeia, destaca-se a emergência de uma literatura centrada em compreender desafios epistêmicos e políticos à democracia liberal em um período de expansão das plataformas digitais, do populismo de extrema-direita e de crise nas instituições (Chambers, 2020). Neste contexto, há uma crescente preocupação com a influência negativa das chamadas *fake news* nos processos decisórios e deliberativos de governos democráticos (McKay & Tenove, 2020).

Um contingente expressivo de pesquisas tem se debruçado na caracterização das notícias falsas de modo a viabilizar sua conceituação e consequente operacionalização analítica em investigações empíricas. Tais estudos defendem que os sentidos atribuídos ao termo devam ser devidamente elucidados evitando, com isso, que ele seja indevidamente banalizado na esfera pública para descrever toda sorte de adversidades pelas quais passam as democracias Ocidentais atualmente (Jaster & Lanius, 2018; Egelhofer & Lecheler, 2019). Tais empreendimentos também julgam ser possível distinguir *fake news* de outros tipos de desinformação e propaganda, bem como consideram que há particularidades no fenômeno que o diferenciam dos boatos e teorias da conspiração que o antecedem historicamente. Não é o objetivo deste trabalho investir neste esforço de distinção conceitual — que já foi objeto de discussão em revisões de literatura precedentes (Tandoc Jr., Lim & Ling, 2018; Egelhofer & Lecheler, 2019). Contudo, cumpre enfatizar que uma das definições mais correntes do termo é a oferecida por Tandoc Jr., Lim e Ling (2018), para quem as *fake news* se referem a artigos sem base factual, mas que adotam o estilo jornalístico para galgar legitimidade no ecossistema digital. A intenção destes conteúdos seria enganar os usuários em prol de interesses financeiros (gerando receita aos criadores de uma página apócrifa) ou ideológicos (converter os cidadãos a uma determinada causa), uma vez que estes não estão necessariamente cientes que o material em questão se trata de desinformação. Além disso, o potencial “viralizante” das *fake news* nas mídias sociais ampliaria seu verniz de legitimidade.

Há controvérsias sobre possíveis correlações entre a proliferação de notícias falsas nas plataformas digitais e o decréscimo de credibilidade no jornalismo. Há estudos que enfatizam que as *fake news* degradam o ambiente epistêmico, reduzindo a confiança na mídia em geral (Levy, 2017; Blake-Turner, 2020); ao passo que outros ressaltam que o consumo de desinformações seria restrito a um público polarizado e altamente engajado em mídias sociais (Nelson & Taneja, 2018). Não obstante as evidências em ambas as direções, não restam dúvidas de que a expressão em questão tem sido objeto de recorrentes disputas de sentido, as

quais nos interessam analisar neste capítulo à luz da cobertura das desinformações a respeito da pandemia da COVID-19 pelo jornalismo brasileiro.

Artigo fundamental para esta discussão é o texto de Farkas e Schou (2018) que tematiza tais disputas à luz de uma teoria discursiva pós-marxista (ancorada na obra de Laclau e Mouffe). Para os autores, as *fake news* se inserem em um campo minado de lutas políticas que visam hegemonizar certa definição da realidade social. Sendo um “significado flutuante”, a expressão teria sido incorporada por diferentes atores como arma discursiva para deslegitimar as posições de seus adversários. Os pesquisadores citam como exemplo o uso que Trump faz do termo para insultar a imprensa liberal nos EUA (em especial a *CNN* e o *The New York Times*), rotulada por ele de *fake news media*. Em consonância ao argumento defendido por Farkas e Schou (2018), pesquisas empíricas recentes enfatizam como cidadãos com posições partidárias ou ideológicas conflitantes se utilizam da expressão para ofender seus adversários e deslegitimar conteúdos que desafiem suas cosmovisões, reafirmando, por conseguinte, seu pertencimento identitário (Brummette *et al.* 2018; Li & Su, 2020).

Por esta perspectiva, também os usos que a imprensa faz do termo *fake news* (e de noções correlatas, como desinformação e, mais recentemente, “infodemia”) podem ser compreendidos a partir desta contenda de sentidos socialmente espalhada, como pretendemos evidenciar neste capítulo. Pistas nesta direção foram indicadas em estudos precedentes. Em uma análise de conteúdo longitudinal de publicações de oito jornais austríacos entre 2015 e 2018, Egelhofer *et al.* (2020) assinalam que a imprensa local passou a utilizar as *fake news* com um chavão para se referir tanto aos ataques dirigidos contra a imprensa por políticos de extrema-direita como Trump, bem como para se referir a qualquer conteúdo vagamente identificado como falso. A conclusão similar chega Tandoc Jr., Jenkins e Craft (2019) que afirmam, a partir da análise de editoriais de jornais estadunidenses publicados entre 2016 e 2017, que as *fake news* seriam apreendidas pelo discurso jornalístico como um “incidente crítico”, cujos responsáveis seriam ora as plataformas digitais, ora as elites políticas, ora as próprias audiências (supostamente suscetíveis a este tipo de conteúdo). Por fim, Carlson (2018) define a cobertura das *fake news* nos EUA como impregnada de um “pânico moral”, isto é, do senso de que há uma “ameaça perceptível à adequada ordem informacional necessária para o bem-estar coletivo de uma política democrática” (p. 4). Para o autor, a imprensa estadunidense teria retratado as notícias falsas como uma epidemia ou um câncer que se utilizaria das redes sociais para poluir o ambiente comunicacional.

Em face das contribuições supracitadas, em nosso capítulo apreendemos as *fake news* como um termo semanticamente carregado que ocupa um terreno contencioso, sobretudo em contextos de turbulência política e social, como no caso da crise sanitária desencadeada pela pandemia da COVID-19. Esta abordagem não invalida os esforços precedentes de conceituação da noção, mas reconhece que os usos de uma expressão no ambiente social não são equivalentes às abstrações propostas para fins de operacionalização analítica. Ou seja, as

apropriações que a imprensa brasileira faz das chamadas *fake news* ou de expressões semanticamente similares (como desinformação ou ainda “infodemia”) por certo não são equivalentes às caracterizações do termo pela literatura especializada, uma vez que atendem a lógicas discursivas distintas. São estas lógicas que pretendemos descortinar em nossa análise.

2.2. Condições de produção do discurso jornalístico e as mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas

Consideramos que para compreender as disputas de sentido mobilizadas pela imprensa na cobertura das desinformações acerca do novo coronavírus é fundamental nos debruçarmos também nas condições de produção do jornalismo no Brasil. Por condições de produção entendemos os aspectos materiais e intelectuais envolvidos no processo de trabalho. Desse modo, meios de produção e força laboral configuram-se como aspectos fundamentais para que o trabalho seja realizado.

O trabalho é uma atividade humana que envolve a pessoa por completo (Schwartz & Durrieu, 2007), tanto as habilidades físicas, quanto psíquicas, emocionais e intelectuais. Para uma plêiade de autores de diferentes correntes do pensamento, o trabalho transcende o aspecto de mercadoria (regulada por interesses entre capital e trabalho), para configurar-se como processo que permite constituir sociedade, criar laços, identidades e produzir conhecimento. Desta feita, tem grande relevância para o sentido do trabalho o reconhecimento dado ao profissional pelas condições e qualidade de seu desempenho.

No entanto, as sucessivas crises econômicas e a reestruturação produtiva desencadeada a partir da convergência digital transformaram o mundo do trabalho dos jornalistas não só no Brasil (Fígaro, 2013), mas também em outras partes do mundo. A precarização das condições de trabalho, as sistemáticas ondas de demissão e os constantes ataques à profissão, que se avolumaram após a posse de Jair Bolsonaro como Presidente da República em 2018², ampliam conflitos, trazem instabilidade e interferem no produto jornalístico.

Nicoletti (2019) propôs um modelo de análise que permite verificar as implicações desta crise na queda da qualidade dos produtos jornalísticos no Brasil. O excesso de horas trabalhadas, a redução das equipes, os baixos salários e a falta de vínculos contratuais mais estáveis são elementos que sinalizam para a queda de qualidade do jornalismo. A falta de investimentos em reportagens e o excesso de material de agências e assessorias de comunicação também

2 Desde que Jair Bolsonaro tomou posse como Presidente do Brasil em 2019, os ataques a veículos de imprensa se intensificaram. Em seus dois primeiros anos de mandato, Bolsonaro e seus aliados realizaram um total de 449 agressões contra jornalistas (Artigo 19, 2020).

corroboram para que o jornalismo se torne repetitivo, burocrático, ou mesmo sensacionalista e inescrupuloso no tocante à apuração e aos elementos persuasivos presentes na narrativa.

Nesta conjuntura, é fundamental pontuar que a pandemia da COVID-19 alterou consideravelmente as condições de produção na imprensa. Há que se destacar que o afastamento social foi medida adotada já em meados de março de 2020 no Brasil³, e como ocorreu em diversos outros países, as atividades de muitas redações foram ou deslocadas para o modelo de *home office* ou exercidas em situações híbridas, reduzindo muito a presença dos repórteres nos espaços físicos das organizações (Fígaro *et al.* 2020). O afastamento social também reduziu a capacidade de cobertura dos acontecimentos *in loco* por meio das vozes de seus protagonistas.

Em síntese, salientamos a importância de levar em consideração as condições objetivas de realização do trabalho dos jornalistas no Brasil para dimensionar o contexto da cobertura das desinformações referentes à pandemia e as disputas de sentido que possam ter sido desencadeadas por meio dela na imprensa.

3. Metodologia

3.1. Critérios gerais

No intuito de compreender como a problemática da desinformação foi abordada na cobertura da COVID-19 pelo jornalismo brasileiro, compomos uma amostra de veículos de abrangência nacional visando mapear publicações neles presentes que se detivessem na questão. Segundo dados do Instituto Verificador da Comunicação (IVC) (Sacchitiello, 2020), no primeiro trimestre de 2020 a *Folha de S. Paulo* (pertencente ao conglomerado de mídia Grupo Folha) ocupou o primeiro lugar em circulação digital dentre os maiores jornais do país. O segundo lugar é ocupado pelo *O Globo* (pertencente ao Grupo Globo), e o terceiro pelo *Estado de S. Paulo* (pertencente ao Grupo Estado). O *Gáucha ZH* (união dos veículos *Zero Hora* e *Rádio Gaúcha*, ambos pertencentes ao Grupo RBS, principal conglomerado de mídia da região sul do Brasil), não é incluído na contabilização do IVC, que só registra as assinaturas do *Zero Hora* (em quinto lugar no ranking). Deste modo, incluímos este veículo na amostra por considerarmos que ele ocuparia o quarto lugar caso fosse incorporado ao relatório trimestral da entidade.

3 As medidas de distanciamento social (como o fechamento de serviços não essenciais e a adequação ao teletrabalho) foram implementadas no Brasil como meio de frear o avanço da pandemia.

Visando diversificar o corpus, acrescentamos à amostra a revista *Veja* (pertencente ao Grupo Abril), líder do segmento de semanais em circulação digital (também segundo os dados do IVC, neste caso para todo o ano de 2019 (Sacchitiello, 2019)); os nativos digitais *Agência Pública* e *Nexo Jornal* (dois dos principais arranjos alternativos às corporações de mídia no Brasil); e os portais de duas subsidiárias de publicações internacionais, a *BBC Brasil* (pertencente ao Grupo inglês BBC e presente no Brasil desde 2001) e a *CNN Brasil* (de propriedade da *American Telephone and Telegraph Corporation*, sediada nos EUA, e que teve sua versão brasileira lançada em março de 2020 pela Novus Mídia).

Na sequência, definimos como recorte temporal para coleta de dados os meses de janeiro de 2020 (quando a cobertura da COVID-19 se inicia no país por meio de matérias com relatos da pulverização de casos da nova doença na província chinesa de Wuhan) (BBC News Brasil, 2020) a abril (quando os registros de contágio pelo vírus se elevam substancialmente no Brasil). Para composição do corpus, realizamos pesquisas por meio dos motores de busca dos próprios veículos analisados. As matérias foram coletadas a partir de diversas combinações de palavras-chave ligadas ao horizonte exploratório da pesquisa (e.g. “infodemia”; “pandemia de desinformação”; “epidemia de desinformação”; “pandemia de *fake news*”; “epidemia de *fake news*”; “epidemia informacional”; “pandemia informacional”; “epidemia virtual”; “pandemia virtual”; além de outras associações entre o termo *fake news* e palavras frequentemente utilizadas para descrever o contágio por um patógeno, como disseminação, propagação etc). Ao final, contabilizamos um total de 99 publicações pertinentes à pesquisa, que incluem notícias, reportagens, entrevistas, artigos, editoriais, colunas de opinião e cartas ao leitor publicadas nos nove veículos examinados.

Adicionalmente, buscamos identificar os subgêneros jornalísticos presentes na amostra. O procedimento metodológico visa demonstrar que os marcadores de gênero revelam elementos fundamentais do processo produtivo (como a alocação de recursos e tempo em uma redação), com implicações para o tipo de discurso produzido na cobertura.

3.2. Análise do discurso

Para examinar os textos que compõem o corpus, investimentos em uma perspectiva materialista do discurso, em abordagem iniciada por Pêcheux (2015). Para o autor, a análise do discurso se caracteriza por uma investida hermenêutica em que os gestos de descrição e interpretação realizados pelo analista fazem parte do processo de apreensão do real da língua, que não se manifesta apenas nos aspectos lógicos ou frásticos, mas também no plano material (de acordo com condições de produção), e simbólico (que mantém a abertura contra a estabilização lógica dos sentidos). Procura-se assim descrever os gestos de interpretação presentes nas materialidades discursivas tomadas como acontecimentos que movimentam

as redes de memória e sentido. Os “fatos” de linguagem são, portanto, observados em sua relação com a memória.

Para esta visada metodológica, o trabalho do analista é desestabilizar a interpretação posta na materialidade linguística, compreendendo as condições de produção do discurso e desconstruindo o que aparece como logicamente estabilizado na superfície linguística — lugar de manifestação da ideologia. Neste processo, a atenção recai sobre o movimento dos sentidos e sobre as rupturas que podem ser observadas na cadeia significante (Pêcheux, 2015). Tais rupturas nos enunciados podem ser descritas em uma série de pontos possíveis de deriva que abrem margem para a interpretação. A compreensão do funcionamento do discurso é o objetivo da análise — que busca ainda recuperar as montagens discursivas dos textos.

A desnaturalização da materialidade linguística permite colocar em evidência o jogo de enunciados presentes no discurso, possibilitando o entendimento das posições assumidas pelos sujeitos do discurso em formações narrativas heterogêneas. Pretende-se assim compreender como objetos simbólicos, por definição não-transparentes, produzem sentidos, abrangendo os gestos de interpretação realizados (Orlandi, 2009). No percurso analítico, realiza-se uma reflexão sobre o funcionamento do discurso. Segundo Orlandi (2009), a análise de discurso não visa esgotar as interpretações possíveis de um objeto, pois seu escopo é a exaustividade vertical (que deve ser considerada em relação à temática e aos objetivos da análise).

Consideramos profícua para esta pesquisa articular os pressupostos metodológicos da análise de discurso materialista francesa à noção de acontecimento discursivo tal como trabalhada por Guilhaumou (2009). Além de situar a análise do discurso como campo teórico que articula os estudos linguísticos e históricos, o autor propõe investigar os sentidos que emergem dos acontecimentos sociais a partir de três dimensões: linguística, discursiva e narrativa. Haveria assim um acontecimento linguístico, um acontecimento discursivo e a narrativa do acontecimento. Nesta formulação teórica, o acontecimento linguístico deve ser compreendido em relação à sua inscrição no mundo dos nomes e à norma referencial da língua. Neste nível, sujeitos e objetos se constituem. No que se refere ao acontecimento discursivo, a observação recai para o domínio dos enunciados, no qual se atesta o que é dito atentando para os recursos utilizados por sujeitos de enunciação implicados no acontecimento. O que se pretende é compreender os gestos de interpretação realizados por sujeitos em determinada situação e conjuntura histórica. Por fim, no domínio narrativo, devem-se considerar as perspectivas dos seres humanos atuantes, a transformação das ações e o percurso do acontecimento em sua lógica sequencial, pois a narrativa do acontecimento traz elementos do relato coletivo que permitem a interpretação do próprio acontecimento.

Em atenção às diretrizes teórico-metodológicas da análise de discurso (e tomando como conceito operador a noção de acontecimento discursivo), nesta etapa qualitativa de investida ao corpus foi adotado o seguinte procedimento: a amostra de 99 textos foi dividida em três grupos e cada pesquisador ficou responsável pela codificação aberta dos elementos

discursivos presentes nestes segmentos. Os dados obtidos foram inseridos em um documento único e na sequência a equipe discutiu conjuntamente os principais achados. Por fim, um dos pesquisadores realizou uma análise transversal de todo o corpus no intuito de verificar a pertinência das inferências tecidas pelo grupo e extrair as principais sequências discursivas da amostra.

4. Resultados

Dentre os veículos digitais analisados, aquele que mais se deteve na temática da desinformação em sua cobertura da pandemia no Brasil foi a *Folha de S. Paulo*, com 30 publicações sobre o assunto (Fig. 1). O segundo, terceiro e quarto lugares foram também ocupados por periódicos da grande imprensa: *Estadão* (22 textos); *O Globo* (12); e *Gaúcha ZH* (10). *Veja* e *BBC Brasil* publicaram ambos sete matérias, enquanto que a *CNN Brasil* (lançada somente em março) dedicou cinco textos ao tema. Por fim, os dois representantes dos arranjos alternativos às corporações de mídia no Brasil, *Nexo Jornal* (4) e *Agência Pública* (2), foram os que menos escreveram sobre a proliferação de desinformações relativas ao novo coronavírus no período analisado.

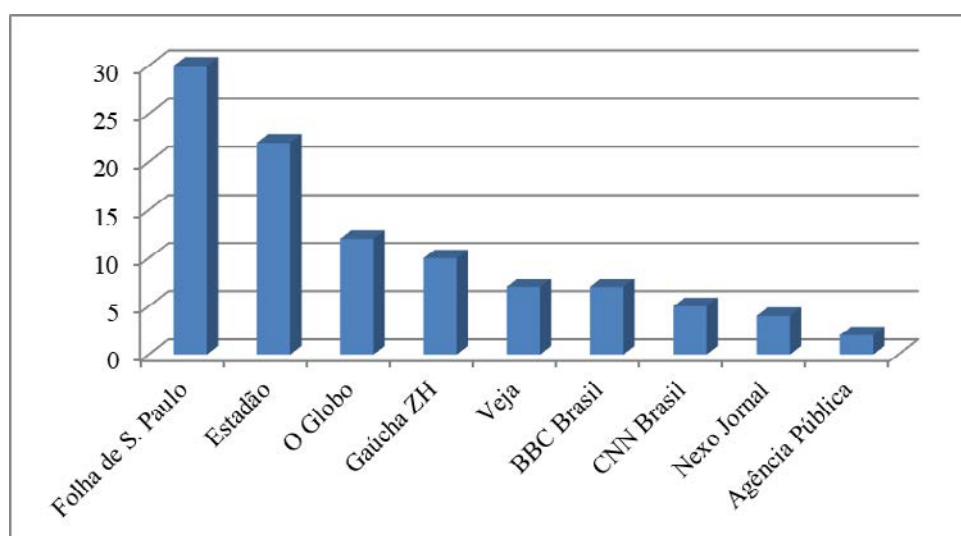


Figura 1
Número de publicações por veículo

Discriminando os dados por mês de publicação (Fig. 2), confirma-se que o interesse pelo tema acompanha o espalhamento de casos no país. Se em janeiro, quando o Brasil ainda não registrava nenhum infectado pela nova doença, somente duas matérias sobre o assunto

foram publicadas (uma pela *BBC Brasil* e outra pela *Folha de S. Paulo*) em fevereiro (quando o diretor-geral da ONU empregou pela primeira vez o termo “infodemia” para se referir às desinformações sobre o Sars-CoV-2) já eram 15 textos publicados. Em março, quando é oficializada a primeira morte por COVID-19 no Brasil (G1, 2020), 30 matérias sobre o tema são veiculadas; ao passo que em abril, quando a transmissão comunitária do vírus se intensifica no país em paralelo às declarações negacionistas e desinformadas do Presidente Jair Bolsonaro⁴, são registradas 52 publicações.

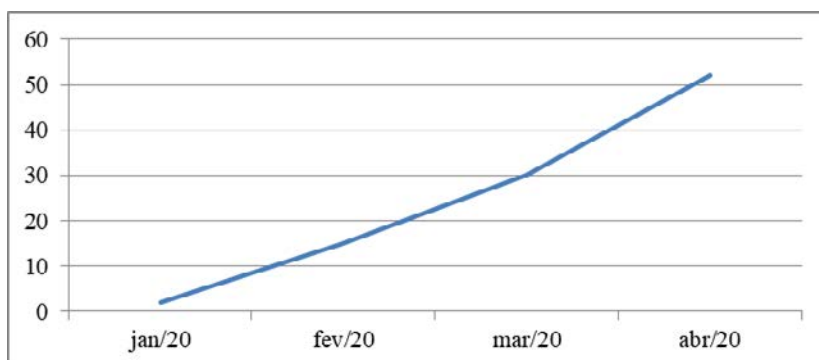


Figura 2
Total de publicações por mês
no período analisado

No que concerne aos subgêneros mais recorrentes nos textos analisados, constatamos (Fig. 3) uma predominância por notícias (37,4%), seguidas de artigos (27,3%), reportagens (18,2%), colunas (13,1%), entrevistas (3%) e cartas ao leitor (1%).

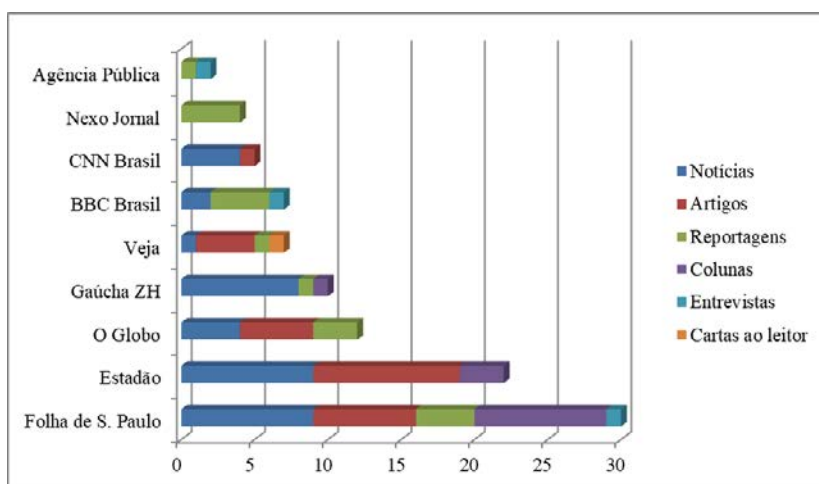


Figura 3
Principais subgêneros jornalísticos
do corpus

⁴ O Presidente Jair Bolsonaro é mundialmente reconhecido como um dos principais negacionistas da pandemia. Em diversas oportunidades ele defendeu o fim das medidas de isolamento implementadas no país para conter o avanço da doença; relativizou a letalidade do vírus; e estimulou o uso de medicações sem eficácia comprovada para tratar da COVID-19. A agência brasileira de *fact-checking* *Aos Fatos* recentemente contabilizou 653 declarações falsas ou distorcidas proferidas pelo mandatário nos seis primeiros meses de 2020 (Ribeiro & Cunha, 2020).

Os dados permitem constatar que, a despeito do predomínio de notícias na cobertura da circulação de *fake news* sobre a pandemia no Brasil, há um volume considerável de artigos traduzidos de publicações estrangeiras, colunas de opinião e entrevistas com especialistas no período analisado. Este material pouco vivo e dinâmico (se consideramos a urgência da cobertura), reflete as condições de produção do discurso jornalístico (abordadas em tópico precedente) que obrigam as empresas de comunicação brasileiras a investirem cada vez mais na publicação de material fornecido por colaboradores externos.

Para compreender as dimensões do acontecimento discursivo (Guilhaumou, 2009) que emergiram na cobertura, investimos primeiramente no nível linguístico. Neste sentido, destaca-se a recorrência do termo “infodemia” no corpus examinado. A nosso ver, a apropriação deste neologismo é um ponto de articulação que orienta a formulação discursiva da imprensa acerca da expansão de desinformações sobre a pandemia. A adoção do termo permite a fixação de uma posição discursiva em defesa da ciência e o estabelecimento de uma narrativa do acontecimento na qual o jornalismo é retratado como prática social indispensável para atenuar os efeitos da pandemia e combater a desinformação.

Os estudos no campo da lexicologia consideram o neologismo como uma nova forma, acepção, unidade lexical ou estrangeirismo recebido de outra língua. De acordo com Siqueira (2015), aspectos situacionais podem influenciar o aparecimento de neologismos (a exemplo de novos meios técnicos, acontecimentos planetários, ou até mesmo solidariedade internacional). Desse modo, os neologismos podem ser criados tanto por motivações estilísticas como para designar novas realidades, conceitos e terminologias científicas. A dinamicidade da língua, as mudanças sociais, históricas e culturais pelas quais passam as comunidades de fala são fatores determinantes para a criação de neologismos, que estão também submetidos às decisões políticas e ideológicas (Ganança, 2020).

É igualmente importante considerar, em conformidade com Furlanetto (2008), que a emergência de certas palavras e expressões pode ser apontada com base em possibilidades histórico-discursivas. As mudanças na vida social refletem e refratam, conforme Furlanetto, alterações na língua e no discurso. Destarte, consideramos a neologia como um lugar de abertura para o deslizamento e a formação de novos sentidos — que se constituem em relação às formações discursivas e ideológicas existentes.

Com base no corpus analisado, consideramos que o neologismo “infodemia” tem seu surgimento relacionado aos contextos sanitário e tecnológico. O elemento tecnológico é condição de sua existência, pois remete ao aumento exponencial de desinformações e à intensificação da circulação discursiva possível nas redes digitais. Contudo, a constituição deste sentido se completa se considerarmos o discurso das ciências médicas e biológicas (materializadas nos informes da OMS) que estabilizam o termo em analogia à propagação em larga escala de doenças infecciosas. Em um processo de deslizamento de sentidos do domínio das ciências médicas para o âmbito das ciências sociais, o neologismo

“infodemia” se completa através de um processo metafórico (Pêcheux, 2011; Orlandi, 2012).

Nos textos analisados, percebemos que a significação da “infodemia” se apoia nos sentidos emanados pela cobertura da propagação da COVID-19 no mundo. É determinante para a formulação discursiva da imprensa que este objeto de discurso se aproxime do campo científico, contribuindo para a legitimação do discurso jornalístico. Não se pode tampouco perder de vista que os sentidos para a “infodemia” são delimitados a partir da definição proposta pela OMS, que primeiramente propõe o neologismo no espaço discursivo da imprensa se valendo da autoridade científica que lhe é atribuída. No desenrolar da cobertura é que os sentidos de “infodemia” são deslocados, sendo cada vez mais associados às notícias falsas e aos seus efeitos deletérios, como veremos a seguir.

Observemos nos recortes abaixo (Quadro 1) que “infodemia” tem o sentido inicial de “superabundância de informação” (1) ou de “conectar-se às redes sociais o tempo todo” (2), que se distingue do “excesso de conteúdos sem filtro se espalhando sem controle de qualidade” (3). O sentido inicial remete, portanto, ao excesso, à exposição a “vários materiais, inclusive fotos e textos dramáticos” (4), havendo uma separação entre este excesso de informação e as *fake news* como as conhecemos, que integram o ecossistema midiático, mas não são diretamente associadas ao fenômeno da “infodemia”. Todavia, tais sentidos não estão estabilizados, o que dá margem para a abertura de novos sentidos, configurando o acontecimento discursivo. Notemos que, em meio à superabundância de informações, há “algumas precisas e outras não” (1), bem como uma “infinidade de notícias, nem sempre verídicas” (2).

Quadro 1

Sequências discursivas analisadas (1)

(1) “A eclosão do COVID-19 e as reações geradas têm sido acompanhadas de uma massiva ‘ infodemia ’ — uma <i>superabundância de informação, algumas precisas e outras não</i> — que torna difícil para as pessoas encontrarem fontes e orientações confiáveis quando precisam”, destacou a OMS em um importante relatório sobre o novo coronavírus, divulgado ainda no início de fevereiro (sentido restrito e abertura de sentido para <i>fake news</i>)” (<i>Folha de S. Paulo</i> , 19/03/2020)
(2) “Conectar-se às redes sociais o tempo todo (o que a Organização Mundial de Saúde denominou infodemia) não diminui necessariamente a sensação de solidão, porque nos expõe a uma <i>infinidade de notícias, nem sempre verídicas</i> , confundindo-nos e nos fragilizando” (<i>Veja</i> , 23/03/2020)
(3) “Na atual emergência global, em que há uma ‘ infodemia ’ mundial e um <i>excesso de conteúdos sem filtro se espalhando sem controle de qualidade</i> , mais do que nunca o jornalismo capacitado é um bem de primeira necessidade ao alcance da população” (<i>Gaúcha ZH</i> , 14/03/2020)
(4) “A diferença fundamental dessa pandemia para outras são as redes sociais e nossa interconexão. As pessoas são expostas a <i>vários materiais, inclusive fotos e textos dramáticos</i> . É uma ‘ infodemia ’”. (<i>BBC Brasil</i> , 12/03/2020)

Entretanto, em nossa análise detectamos que na formação discursiva da imprensa os sentidos para “infodemia” também são associados à existência de informações imprecisas e inverídicas, ou seja, o que se convencionou denominar de *fake news*. O combate às *fake news* torna-se, em linhas gerais, análogo ao combate à “infodemia”, conforme podemos constatar nas sequências discursivas a seguir (Quadro 2).

Quadro 2

Sequências discursivas analisadas (2)

- | |
|--|
| (5) “O novo coronavírus virou notícia em jornais do mundo inteiro depois de a China anunciar o crescimento desenfreado do número de infectados. Com muitas perguntas ainda sem respostas, a doença misteriosa tem sido alvo constante de desinformação. Para evitar uma ‘infodemia’, diversas iniciativas tentam conter a propagação de conteúdos falsos sobre o novo vírus e evitar um pânico generalizado na população” (<i>Estadão</i> , 13/2/2020). |
| (6) “Um ‘infodemia’ de desinformação e rumores está se espalhando mais rapidamente do que o atual surto do novo coronavírus. Isso contribui para efeitos negativos, incluindo estigmatização e discriminação de pessoas de áreas afetadas pelo surto” (<i>O Globo</i> , 03/03/2020). |
| (7) “Desinformação, mentira e alarmismo acompanham a repercussão sobre o coronavírus no país. <i>Fake news</i> sobre tratamentos e casos circulam pelas redes sociais e pelo WhatsApp. Desde o início de fevereiro, a OMS tem trabalhado com empresas de tecnologia para tentar conter o que começou a chamar de ‘infodemia’” (<i>Nexo Jornal</i> , 28/02/2020). |

Em (5), “infodemia” retoma o sentido de “desinformação”, estabelecendo-se uma relação de paráfrase entre as duas palavras. Em (6), o adjunto adnominal “de desinformação” restringe o sentido de “infodemia”, que também se associa a rumores, que ao se espalharem “geram efeitos negativos”. Em (7), “desinformação”, “mentira” e “alarmismo” são relacionados à repercussão do coronavírus. Estas palavras, com forte carga negativa, designam supostos efeitos das *fake news* no contexto da pandemia. Notemos ainda que *fake news* e “infodemia” são retratadas no mesmo eixo de significação.

Nossa análise permite ainda inferir que ao adotar o termo “infodemia” para classificar um fenômeno social de contornos imprecisos e pouco estudados do ponto de vista acadêmico, a OMS possibilitou uma reorganização do próprio discurso jornalístico. Nesse sentido, o termo em questão articula o discurso institucional da organização internacional, autorizada pela comunidade científica, e o discurso da imprensa brasileira, que se posiciona ao lado da OMS na luta contra a proliferação de dois inimigos comuns: o coronavírus e as informações falsas. Como se observa nas tomadas de posição abaixo (Quadro 3), a cobertura recupera aqui a memória do jornalismo profissional, considerado indispensável no enfrentamento da “infodemia”.

Quadro 3

Sequências discursivas analisadas (3)

(8) “É imprescindível o jornalismo profissional e ético, que tem sido um grande aliado e exerce um papel decisivo na luta para conter a nova enfermidade. Informação precisa, contexto, orientação e acesso a fontes de alta confiabilidade são elementos basilares desse papel” (<i>Gaúcha ZH</i> , 14/03/2020).
(9) “Muitos creem que as redes sociais tornaram a imprensa obsoleta. Os demagogos aproveitam esse sentimento para desmoralizar o jornalismo. Mas, quando todos podem ser difusores de informação, justamente os tempos de crise evidenciam que a apuração profissional é literalmente uma questão de vida ou morte” (<i>Estadão</i> , 28/03/2020).
(10) “Ainda de consequências imprevisíveis, o coronavírus, até o momento sem vacina, tem no jornalismo uma fonte de cura contra a desinformação” (<i>CNN Brasil</i> , 14/03/2020).
(11) “Cabe ao jornalismo profissional, este que <i>VEJA</i> se orgulha de praticar há mais de cinquenta anos, rigoroso, crítico e independente, separar o joio do trigo — ou, para recorrer a uma espécie de bússola da imprensa, discernir os fatos das versões” (<i>Veja</i> , 17/04/2020).

É possível dizer que a emergência da pandemia reconfigura as redes de memória que constituíam o discurso jornalístico, permitindo que a imprensa, tomada como sujeito de discurso, assumia novas posições em um momento de crise sanitária. O discurso se orienta assim para conter as consequências nocivas da “infodemia”, o que permite ainda ao jornalismo se manter ao lado do discurso científico. A imprensa organiza então a narrativa do acontecimento no campo da batalha e apelando à metáfora da guerra, expressa em vocábulos como “linha de frente”, “luta”, “combate” e “trincheira”, como se pode ver a seguir (Quadro 4):

Quadro 4

Sequências discursivas analisadas (4)

(12) “Vivemos uma guerra no combate à proliferação do coronavírus no Brasil e em todo o mundo. E numa guerra existe a linha de frente. Nela estão os profissionais de saúde, os governantes, os responsáveis pelo abastecimento de nossas cidades e a imprensa. Sim, a imprensa!” (<i>O Globo</i> , 05/04/2020).
(13) “O grande peso da responsabilidade está nos ombros da imprensa. ‘A luta contra o coronavírus depende da competência, capacidade e seriedade estratégica das autoridades sanitárias. Mas a guerra ’, disse o professor Carlos Alberto Di Franco no Estado, ‘só será ganha na trincheira da comunicação’. Assim como os profissionais da saúde, os da imprensa estão expostos a grandes riscos. Jornalistas também temem por suas famílias e são vulneráveis a surtos de complacência e de pânico” (<i>Estadão</i> , 28/03/2020).

Em suma, observa-se que a pandemia provoca a construção de uma narrativa que altera o funcionamento discursivo do que até então se consideravam *fake news*. Neste processo, o discurso científico é tomado como base para organização do discurso midiático, permitindo que os veículos analisados reafirmem sua credibilidade ao se posicionarem ao lado daqueles que valorizam a ciência e querem combater a pandemia. O direcionamento de sentidos proposto pela autoridade científica delineia, portanto, a forma de interpretação do neologismo

“infodemia”. Neste movimento, a desinformação passa a ser gradativamente apreendida como um risco sanitário equivalente ou superior ao próprio vírus. Mas a preocupação com os efeitos deletérios da “infodemia” se limita à reiteração discursiva de enunciados já cristalizados na produção noticiosa. A estratégia de apropriação do discurso epidemiológico pela imprensa permite, por fim, que esta se credencie como uma das instituições capazes de frear o avanço da desinformação.

5. Considerações

Nas últimas décadas, a emergência das mídias sociais ampliou a produção discursiva na sociedade, colocando em xeque a credibilidade e o lugar de autoridade da produção informativa historicamente conquistada pela imprensa (Carlson, 2016; Tandoc, Jr., Jenkins & Craft 2018). Nesta conjuntura, a mudança nos hábitos culturais de leitura da população, associada ao declínio dos conglomerados de mídia e à fragmentação do ecossistema informativo no ambiente digital exigiram da imprensa um conjunto de estratégias discursivas para reiterar seu papel como instituição habilitada a informar a “verdade dos fatos”. A pandemia da COVID-19 se configura então como oportunidade para o jornalismo reafirmar sua legitimidade e credibilidade.

Nosso estudo permite constatar que a imprensa brasileira passou a tematizar a circulação das desinformações sobre o novo coronavírus entre os meses de março e abril, quando o país registrou aumento expressivo nos índices de contaminação pela nova doença. Além disso, detectamos que uma parcela expressiva das matérias publicadas nos quatro primeiros meses de 2020 era de artigos de colaboradores externos, colunas de opinião e entrevistas com especialistas.

Em aspecto discursivo, constatamos que houve um movimento notável no campo semântico da cobertura jornalística. Este movimento visou reforçar o lugar de autoridade da imprensa, associando-a ao discurso científico e colocando-a na linha de frente no combate a outra doença, designada pela OMS como “infodemia” (neologismo que, como vimos, possui abrangência conceitual instável). No material examinado, as desinformações são sempre entendidas como externas ao discurso jornalístico. A identificação de um inimigo comum ganha força com a voz de autoridade da OMS, que equipara a circulação de desinformações ao próprio Sars-Cov-2. Em síntese, percebe-se nas matérias analisadas uma contraposição entre as *fake news* e a informação de qualidade trazida pelos órgãos de imprensa. Não à toa em diversas matérias a informação jornalística é equiparada a uma “vacina” contra os efeitos deletérios da desinformação.

Por fim, nosso estudo permite atestar que na cobertura da “infodemia” a imprensa brasileira assumiu para si a função de “combater” a epidemia de notícias falsas sobre o

novo coronavírus (aproveitando-se do aumento de confiança nos veículos jornalísticos nos primeiros meses de 2020). Isto é, sem alterar suas práticas e em meio a uma crise em suas formas de produção, o jornalismo procurou acrescentar ao imaginário popular um papel adicional à verificação da veracidade dos fatos: o enfrentamento à desinformação em contexto de crise sanitária. Deste modo (e se aliando discursivamente aos profissionais de saúde e cientistas), a imprensa erigiu uma narrativa na qual não é só protagonista, mas também redentora da sociedade.

Referências bibliográficas

- Artigo 19 (2020, 15 de setembro). Monitoramento inédito: agentes políticos ligados ao governo federal cometeram 449 violações a jornalistas em 20 meses. *Artigo 19*. Disponível em <https://artigo19.org/2020/09/15/linha-do-tempo/>
- BBC News Brasil. (2020, 13 de janeiro). Coronavírus na China: perguntas e respostas sobre doença pulmonar que matou 81 pessoas e chegou a 13 países. *BBC Brasil*. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51060492>
- Benício, J. (2020, 3 de abril). COVID-19 faz Globo ter melhor audiência dos últimos 10 anos. *Terra*. Disponível em <https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/covid-19-faz-globo-ter-melhor-audiencia-dos-ultimos-10-anos,d638f21eaa4d74d10ef-17664fo66cb91wzru9spx.html>
- Blake-Turner, C. (2020). Fake news, relevant alternatives, and the degradation of our epistemic environment. *Inquiry*. doi:10.1080/0020174X.2020.1725623
- Brummette, J., DiStaso, M., Vafeiadis, M. & Messner, M. (2018). Read all About it: The Politicization of “Fake News” on Twitter. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, doi:10.1177/1077699018769906.
- Carlson, M. (2018). Fake news as an informational moral panic: the symbolic deviancy of social media during the 2016 US presidential election. *Information, Communication & Society*. doi:10.1080/1369118X.2018.1505934.
- Chambers, S. (2020). Truth, Deliberative Democracy, and the Virtues of Accuracy: Is Fake News Destroying the Public Sphere?
- Datafolha. (2020). *Opinião sobre a pandemia coronavírus: conhecimento e meios de informação*. Disponível em <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/09/conhecimento-e-meios-de-informacao.pdf>
- Edelman. (2020a). *Trust Barometer Special Report: Trust and the Coronavirus*. Disponível em https://www.edelman.com/sites/g/files/aatuss191/files/2020-03/2020%20Edelman%20Trust%20Barometer%20Coronavirus%20Special%20Report_o.pdf
- Edelman. (2020b). *Trust Barometer*. Disponível em <https://www.edelman.com.br/estudos/edelman-trust-barometer-2020>
- Egelhofer, J. & Lecheler, S. (2019). Fake news as a two-dimensional phenomenon: a framework and research agenda. *Annals of the International Communication Association*, doi:10.1080/23808985.2019.1602782
- Egelhofer, J., Aaldering, L., Eberl, J., Galyga, S. & Lecheler, S. (2020). From Novelty to Normalization? How Journalists Use the Term “Fake News” in their Reporting. *Journalism Studies*. doi: 10.1080/1461670X.2020.1745667
- Farkas, J. & Schou, J. (2018). Fake news as a Floating Signifier: Hegemony, Antagonism and the Politics of Falsehood. *Javnost — The Public*, 25 (3), 298-314.
- Fígaro, R (2013). Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas. *E-Compós*, 16, 1-20.
- Fígaro, R.; Barros, J.; da Silva, N.; Camargo, C.; da Silva, A.; Moliani, J.; Kinoshita, J.; Oliveira, D. & Pachi Filho, F. (2020). *Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da COVID-19*. São Paulo: CPCT-ECA-USP.
- Folha de S. Paulo (2020, 1 de abril). Folha atinge recorde de audiência com coronavírus. *Folha de S. Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/folha-atinge-recorde-de-audiencia-com-coronavirus.shtml>
- Furlanetto, M. (2009). Formações neológicas no português brasileiro: uma perspectiva discursiva. *Fórum Linguístico*, 5(2), 1-22.
- G1 (2020, 27 de junho). Primeira morte por coronavírus no Brasil aconteceu em 12 de março, diz Ministério da Saúde. *G1*, Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/27/primeira-morte-por-coronavirus-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco-diz-ministerio-da-saude.ghtml>
- Ganância, J. (2020). Neologia e neologismos no português brasileiro. *Revista GTLex*, 4(1), 33-53.
- Guilhaumou, J. (2009). *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. São Carlos: Pedro & João Editores.
- Hua, J. & Shaw, R. (2020). Corova Virus (COVID-19) “Infodemic” and Emerging Issues through a Data Lens: The Case of China. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17, 1-12.
- Jaster, R. & Lanius, D. (2018). What is fake news? *Versus*, 2 (127), 207-227.
- Levy, N. (2017). The Bad News About Fake News. *Social Epistemology Review and Reply Collective*, 6 (8), 20-36.
- Li, J. & Su, M. (2020). Real Talk About Fake News: Identity Language and Disconnected Networks of the US Public’s “Fake News” Discourse on Twitter. *Social Media + Society*, 1-14. doi:10.1177/2056305120916841.
- McKay, S. & Tenove, C. (2020). Disinformation as a Threat to Deliberative Democracy. *Political Research Quarterly*, 1-15. doi:10.1177/1065912920938143
- Mick, J. (2019). Profissionalismo e confiança: o curioso caso do país que acredita mais nos jornalistas do que na mídia. *Política & Sociedade*, 18 (43), 242-260.
- Nelson, J. & Taneja, H. (2018). The small, disloyal fake news audience: the role of audience availability in fake news consumption. *New Media & Society*, 20 (10), 3720-3737.
- Nicoletti, J. (2019). *Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação: proposta de um modelo de análise*. Tese de doutorado (Jornalismo). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Orlandi, E. (2009). *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. (2012). *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. (2011). Metáfora e Interdiscurso. In Orlandi, E. (Eds.), *Análise de Discurso: Michel Pêcheux* (pp. 151-61). Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. (2015). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- Peters, M., Jandric, P. & McLaren, P. (2020). Viral modernity? epidemics, infodemics, and the ‘bioinformational’ paradigm. *Educational Philosophy and Theory*, doi:10.1080/00131857.2020.1744226
- Reuters Institute. (2020). *Digital News Report*. Disponível em https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf
- Ribeiro, A. & Cunha, A. (2020, 11 de setembro). Bolsonaro deu 653 declarações falsas ou distorcidas sobre COVID-19 em seis meses de pandemia. *Aos Fatos*. Disponível em <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-deu-656-declaracoes-falsas-ou-distorcidas-sobre-covid-19-em-seis-meses-de-pandemia/>

- Rovetta, A. & Bhagavathula, A. (2020). COVID-19-Related Web Search Behaviors and Infodemic Attitudes in Italy: Infodemiological Study. *JMIR Public Health and Surveillance*, 6 (2), doi:10.2196/19374
- Sacchitiello, B. (2019, 11 de março). Revistas semanais recuperam audiência no digital. *Meio & Mensagem*. Disponível em <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/03/11/revistas-semanais-recuperam-audiencia-no-digital.html>
- Sacchitiello, B. (2020, 5 de março). Circulação digital dos jornais cresce no trimestre. *Meio & Mensagem*. Disponível em <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2020/05/05/circulacao-digital-dos-jornais-cresce-no-trimestre.html>
- Schwartz, Y. & Durrie, L. (Eds.) (2007). *Trabalho e ergologia. Conversas sobre a atividade humana*. Rio de Janeiro: Eduff.
- Siqueira, J. (2016). Neologismos: o mapeamento de áreas de interface na ciência da informação. *Filologia E Linguística Portuguesa*, 17 (2), 421-446.
- Tandoc Jr., E., Lim, Z. & Ling, R. (2018). Defining “Fake News”. *Digital Journalism*. 6 (2), 137-153.
- Tandoc, Jr., E., Jenkins, J. & Craft, S. (2018). Fake News as a Critical Incident in Journalism. *Journalism Practice*. doi:10.1080/17512786.2018.1562958.
- UN News (2020, 15 de fevereiro). ‘This is a time for facts, not fear,’ says WHO chief as COVID-19 virus spreads. *UN News*. Disponível em <https://news.un.org/en/story/2020/02/1057481>
- WHO (2020, 27 de abril). WHO Timeline — COVID-19. *World Health Organization*. Disponível em <https://www.who.int/news/item/27-04-2020-who-timeline--covid-19>

Práticas discursivas de jornalistas portugueses em tempo de COVID-19

*Discursive practices of Portuguese journalists
in times of COVID-19*

Andreia Freitas

Mestre pela Universidade do Minho
andreiaf121@live.com.pt
ORCID ID: [0000-0002-0594-7629](https://orcid.org/0000-0002-0594-7629)

Susana Amante

Escola Superior de Tecnologia e Gestão
do Instituto Politécnico de Viseu / CI&DEI
susanamante@estgv.ipv.pt
ORCID ID: [0000-0002-1300-0785](https://orcid.org/0000-0002-1300-0785)

Ana Isabel Silva

Escola Superior de Educação do Instituto
Politécnico de Viseu / CI&DEI
aisilva@esev.ipv.pt
ORCID ID: [0000-0002-5751-3902](https://orcid.org/0000-0002-5751-3902)

Resumo: “Quero acreditar que estaremos fortes para esta luta que vai piorar antes de melhorar.” Estas foram as primeiras palavras de Rodrigo Guedes de Carvalho ao encerrar o telejornal da SIC, a 13 de março de 2020. A agenda dos *media* firmou-se nos boletins diários das entidades de saúde, em Portugal e no mundo, e nas alterações sociais daí decorrentes. As notícias de outros temas escassearam e o jornalismo centrou-se, por um lado, na comunicação da informação sobre a pandemia; por outro, democratizou a sua função de serviço para o público, ao mesmo tempo que redirecionou a função crítica para a função pedagógica. O jornalista passou também a partilhar os impactos da pandemia na sua própria vida, identificando-se como um cidadão, representando em si a realidade de muitos portugueses. Jornalistas de vários telejornais apresentam discursos pautados pela emoção e apontamentos de moralidade, orientando a população para comportamentos sem risco associado para o travar do vírus, tanto no cenário português como no cenário internacional. Parece-nos importante analisar este fenómeno atendendo aos discursos sobre a pandemia COVID-19 nos telejornais portugueses, bem como os seus efeitos na sociedade e no jornalismo, objetivado nos seguintes pontos: a) Que discursos de jornalistas, em território nacional, sobre a pandemia se tornaram notícia; b) Qual o impacto destes fenómenos televisivos para a consciência de pandemia; e c) Qual a perceção do cidadão sobre estas práticas discursivas. Foi aplicado um inquérito por questionário à população portuguesa. Concluiu-se que a disseminação destes discursos é coincidente com o efeito perlocutório pretendido de “ficar em casa”. As mesmas práticas discursivas permitiram que o jornalista se distancie da sua função e se assuma como cidadão. Este exercício em direto nos telejornais provocou uma sensação de confiança e aumentou a perceção acerca da importância pedagógica e democrática do jornalista neste cenário de pandemia.

Palavras-chave: Práticas discursivas; COVID-19; Jornalismo; Pivô.

Abstract: “I want to believe that we will be strong in this fight that will get worse before it gets better.” These were Rodrigo Guedes de Carvalho’s first words at the end of SIC TV news, broadcast on March 13, 2020. The media agenda was based on the daily bulletins of health entities, in Portugal and throughout the world, and on the resulting social changes. News on other topics became scarce and journalism focused, on the one hand, on communicating information about the pandemic; on the other hand, it made its mission of service to the public more democratic, while, simultaneously, redirecting its core functions to pedagogical ones. The journalist, ensuring these functions, has also begun to share the impact of the pandemic on his/her own life, identifying him/herself as a citizen, depicting the reality of many Portuguese people. Journalists of several TV news programmes present speeches characterised by emotion and morality, guiding the population towards risk-free behaviour associated with virus containment measures, both in Portuguese and international settings. We believe this phenomenon should be analysed, considering the speeches on the COVID-19 pandemic on Portuguese television news, as well as their effect on society and journalism, aiming at finding out: a) the journalists’ speeches on the pandemic that have become news in national coverage; b) the impact of these television phenomena on pandemic awareness; and c) the way the citizen has come to see these discursive practices. A questionnaire survey was conducted among the Portuguese population. We concluded that the dissemination of these discourses matches the intended perlocutionary effect of “staying at home”. The same discursive practices have allowed the journalists to distance themselves from their role and to position themselves as citizens. This exercise, performed live on the news, has triggered a feeling of confidence and has contributed to the perception of the pedagogical and democratic importance of the journalist in this pandemic setting.

Keywords: Discursive practices; COVID-19; journalism; news presenter.

Introdução

Desde março de 2020, vivemos em Portugal um tempo excecional de mobilização do país para um combate coletivo de comprometimento com a saúde e segurança da população, de modo a travar a transmissão da COVID-19. A pandemia que nos assola tem testado a nossa

resiliência, bem como a nossa capacidade de adaptação nos mais variados campos da vida pessoal e profissional. É neste contexto que, num elevado sentido de dever cívico, também o jornalismo tem cumprido o seu papel ao informar e manter os cidadãos unidos embora, por vezes, se verifique uma diluição de fronteiras, aproximando-se do entretenimento, numa espécie de “infotainment” (McNair, 2000). As posições sobre este assunto não são consensuais: Pantti (2010) critica o recurso à emoção, encarando a falta de objetividade como uma ameaça aos padrões e ideais normativos do jornalismo; Wahl-Jorgensen (2019, p. 2) é taxativa quando diz: “... despite the allegiance to objectivity, much of the best of journalism draws extensively on emotion”. De 1995 até ao presente, os vários vencedores do prémio Pulitzer são conhecidos exatamente pela forte carga emotiva das suas práticas discursivas.

Quando atentamos nos telejornais nacionais, principalmente nos primeiros da pandemia, emergiram discursos de moralização associados a narrativas subjetivas e pessoalizantes. Num cenário de incerteza, os jornalistas projetaram uma forte carga emotiva na forma como apresentaram as notícias e, recorrendo a atos de fala diretivos e expressivos, plasmados em enunciados como “Fiquem em casa” ou “Vai tudo ficar bem”, traduziram mensagens com forças ilocutórias distintas, ora de pedido e conselho, camuflado de ordem, ora de encorajamento e apoio, com palavras de esperança e solidariedade. Estas mensagens tornaram-se virais, por serem fonte de inspiração, conforto e superação num tempo que nos manteve, mais próximos do que nunca através dos meios de comunicação social. Como nos lembram Liu & Liu (2020, p. 1), “People rely heavily on media for information-seeking during the period of social isolation”. Lowrey, já em 2004, atribuía esta dependência dos meios de comunicação social a qualquer fenómeno que implicasse uma profunda perturbação social, já que os *media* oferecem rapidez na disseminação de informação e ligação estrutural a fontes especializadas de informação.

É a partir deste ponto que perspetivamos o nosso trabalho, ao pretender analisar os discursos sobre a pandemia COVID-19 nos telejornais portugueses, bem como os seus efeitos na sociedade e no jornalismo, objetivado nos seguintes pontos: a) Que discursos de jornalistas, em território nacional, sobre a pandemia se tornaram notícia; b) Qual o impacto destes fenómenos televisivos para a consciência de pandemia; e c) Qual a perceção do cidadão sobre estas práticas discursivas.

Para o efeito, encetaremos o nosso estudo com um enquadramento, posicionando o papel do jornalismo na sociedade contemporânea, com especial incidência em tempos de crise, particularmente em tempos de COVID-19, e refletindo sobre o hibridismo que o marca e sobre os seus efeitos no cidadão. Para dar resposta aos pontos enunciados acima, seguir-se-á uma análise de 315 inquéritos por questionário, que nos permitem perceber as transformações que têm vindo a ocorrer no jornalismo e na perceção do mesmo pelo público. Finalmente, procuraremos traçar os contornos e tendências de um discurso jornalístico que é cada vez mais pessoal e de intervenção, acompanhando uma lógica de ativismo presente nas redes sociais (Bennett & Segerberg, 2012).

Enquadramento

1. Papel do jornalismo na sociedade atual

Os *media* têm assumido na sociedade várias funções distintas, estando ao serviço da população. Mas esses papéis divergem e/ou alteram-se consoante o tempo e o espaço, estando associados a fatores culturais, históricos e políticos (Mateus, 2016).

A primeira função dos meios de comunicação é a de informar. Se retomarmos ao início do século XX, o controlo dos *media* era, um pouco por todo o mundo, detido pelo Estado. Tendo em conta o contributo dos órgãos de comunicação social para a construção de uma sociedade informada e esclarecida e, por isso, mais democrática, o poder do Estado sobre este setor foi-se libertando e dando lugar à privatização e à livre circulação de informação (Mateus, 2016). Esta capacidade de relatar factos diz respeito ao carácter performativo dos *media*. Segundo Broersma (2010), os cidadãos veem no jornalismo o barómetro da verdade, à qual nem sempre teriam acesso. O olhar do jornalista mostra estas realidades a um mundo impossibilitado de as ver. Este é o principal papel dos meios de comunicação, em redor do qual os outros giram (Broersma, 2010).

O papel democrático da comunicação social foi-se instalando e ganhando força (Mateus, 2016), daí que foi considerado o quarto poder, desde o século XIX (Broersma, 2010), acumulando a função pedagógica.

Mateus (2016) discute uma outra dimensão, a ecuménica. Ou seja, a capacidade de encenação de cenários e reprodução de diálogos do quotidiano, através de temáticas tidas como comuns aos cidadãos, provocam um efeito que o autor descreve como “cimento aglutinador”. Sobretudo a partir da segunda metade do século XXI, os órgãos de comunicação social têm-se voltado para os papéis sociais que se aproximem do cidadão, dando primazia aos valores da vida, atenção ao próximo, valorização do exterior e das emoções. Esta transformação reposicionou o telespectador, ouvinte ou leitor — deixou de sê-lo enquanto parte isolada e passiva, para parte integrante e convergente com os *media*

O Serviço Público de Media opera ambos os tipos de convergência: a convergência da atenção da sociedade sobre determinados eventos de relevância pública incontornável; e, ao mesmo tempo, opera a convergência da sociedade sobre si própria, sobre os próprios indivíduos que a constituem (Mateus, 2016, p. 104).

É precisamente pelo papel ativo dos *media* na sociedade nas suas diferentes tipologias que o relatório da UNESCO sublinha a importância de estes comunicarem não só boletins informativos, mas também toda e demais informação que seja “de interesse prático e ou mundano” de modo a tornar-se efetivamente útil à população (UNESCO, 2001, p. 18).

2. Tipos de discurso jornalístico e seus efeitos

A percepção dos leitores, telespectadores e ouvintes é determinada pelo conteúdo e pela forma como este lhes é apresentado. Isto é, o estilo comunicacional influencia a forma como a informação é apreendida (Broersma, 2010).

Com as múltiplas transformações dos *media*, a comunicação pautada pela emoção tem-se feito sentir. É certo que a objetividade rege a prática jornalística, visto que estabelece a relação entre a realidade observável e a relatada nos *media* (Sponholz, 2003), modelo clássico do jornalismo (Pantti, 2010; Hohlfeldt, 2008; Lesage & Hackett, 2014). Com a emergência da influência das agências de comunicação e publicidade, estes conceitos tornaram-se uma preocupação ainda mais evidente, e uma capacidade mais valorizada dos e pelos profissionais (Lesage & Hackett, 2014).

Em contrapartida, autores como Hagen (2009) afirmam que, quando o jornalista nega a subjetividade, que, segundo Wahl-Jorgensen (2019) é inevitável, em detrimento da total objetividade, este condiciona a percepção da informação. Isto porque a comunicação tem uma carga sentimental inerente que interfere na sua percepção e retenção (Pantti, 2010), uma vez que “as emoções têm efeitos bastante significativos na memória, na interação social e na interpretação” (Hagen, 2009, p. 36).

Na televisão, o papel informativo, pautado pela emoção, tem-se feito sentir, sobretudo, na voz dos pivôs. O que, outrora, era apenas uma característica do entretenimento nos *media*, passou a estar patente na informação. Aliás, o espaço mediático dado à “emoção” foi tal, que passou a ser considerado um valor-notícia (Pantti, 2010). Mas a incorporação da emoção no jornalismo não é comumente aceite, tendo em conta que é o contrário do que a teoria clássica do jornalismo. É, por vários profissionais e autores, um ato que “has been associated with increased ‘entertainment values’ or ‘sensationalism’” (Pantti, 2010, p. 169).

Acresce que as mudanças de padrão de comunicação poderão não ser benéficas no que concerne à significação de “verdade”, uma vez que a familiaridade e a rotina nas notícias as tornam aceites pelo público. Broersma (2010) clarifica: em 1938, vários eventos fictícios passaram diariamente na rádio, como foi o famoso caso de *A Guerra dos Mundos*, de Orson Welles. O que fez parecer real esta suposta guerra foi o estilo como foi relatado — cumpria o padrão normal dos boletins informativos diários, e tornou-se um ritual diário, como se de uma radionovela se tratasse. Talvez por isso, o espaço dedicado ao telejornal tenha tendência a negar “a emocionalidade intencional que carrega”, que é uma comunhão entre as tecnologias e as diferentes linguagens existentes na produção da informação (Hagen, 2009, p. 33).

Maturana (2001) fala-nos da objetividade como uma das componentes que interfere no comportamento humano e na emoção. Infere que, quando o desejo do “eu” é a aceitação das palavras proferidas ou, mais do que isso, que o outro aja em conformidade com as suas perspetivas, estamos perante o estado mais puro da objetividade (Moreira, 2004). Outras

perspetivas, que colocam em confronto teorias sobre a emoção e a razão, alegam que: “emotions are powerful motivators for participation, as well as crucial to sustaining political action (...) emotions matter to the constitution of collective identities, to the formation and breaking of social solidarities” (Pantti, 2010, p. 170).

A frieza na atitude e linguagem do pivô do telejornal, utilizada geralmente com o intuito de transmitir imparcialidade e objetividade informativa, tende a causar a sensação de estranheza no público (Hagen, 2009; David, 2014). A emoção, em dose adequada, provoca no telespectador uma sensação de empatia pelo profissional de comunicação, vendo-o como alguém igual a si. Em contrapartida, quando passa a “teatralidade”, há uma distorção da mensagem entre o emissor e o recetor (Hagen, 2009; David, 2014). Assim, o intermédio seria a objetividade como o valor que coloca o jornalismo como um forte poder no mundo e, de seguida, as emoções, porque são importantes no quotidiano de quem assiste à informação. Com isto, as televisões terão mais reações do público e melhor televisão (Pantti, 2010).

Journalists pointed out that stories that are emotionally involving always prompt the most reactions from the public. Thus, emotional elements, such as news subjects' emotional responses or emotionally appealing images, make the news more poignant and enjoyable, or as one participant phrased it, 'Emotions lead to beautiful television' (Pantti, 2010, p. 172).

Os profissionais nos telejornais, através da linguagem utilizada, criam uma relação mais íntima entre o telespectador e o pivô, que convivem com regularidade através de um ecrã e geram o “companheirismo mediático”. Repare-se que as instâncias enunciativas se dirigem a quem está do outro lado do ecrã, assim como o olhar do jornalista (focado na câmara). Ilusoriamente, o telespectador tende a sentir uma maior presença do pivô (convergência) (Mateus, 2016). O mesmo autor lembra que, quanto mais o cenário for idêntico ao quotidiano e o discurso for direto e assente no plural majestático, mais o telespectador sente empatia e se identifica com o jornalista e meio de comunicação. O autor compara o serviço público dos *media* atual a uma plataforma que é coletiva e à qual todos podem aceder quando e onde quiserem (Mateus, 2016).

Retomando as palavras de Habermas (1990, p. 23), citadas por Broersma (2010, p. 16), “communication is a symbolic process whereby reality is produced, maintained, repaired and transformed”, o que confere aos *media* um carácter performativo, na medida em que eles têm a capacidade de criar significado na mente do público, levando-o a agir.

E muitas dessas ações são visíveis com os novos meios de comunicação na *web*, capazes de revelar não só a interação direta nas páginas dos *media*, como gerar ações *offline* mas também *online*. Wahl-Jorgensen (2019) percecionou o poder da emoção no jornalismo consoante os *media* digitais foram ganhando espaço e mediatismo:

Across work on journalistic practices around genres and forums as varied as vox pop interviews (Lewis, Inthorn, & Wahl-Jorgensen, 2005), user-generated content (WahlJorgensen, Williams, & Wardle, 2010), disaster reporting (Pantti, Wahl-Jorgensen, & Cottle, 2012) and hashtag activism (Wahl-Jorgensen, 2019), I have found that personal and emotional stories appear to be widely valued by both journalists and audience members. They are valued because they have the capacity to cultivate compassion and enlarge our world views (Wahl-Jorgensen, 2019, p.2).

3. Comunicação dos *media* em tempo de crise/pandemia

Os meios de comunicação social são fonte de acesso às calamidades sociais de grande impacto, como sendo as circunstâncias de crise. Teresa Ruão (2020) define-a como todo o evento que torna uma “organização suscetível de uma atenção generalizada e particular, sobretudo por parte dos públicos internos e de alguns grupos externos especiais, como os *media*, os acionistas, os políticos ou os grupos de pressão, com os quais é necessário comunicar” (Ruão, 2020, p. 3).

Mais recentemente, por todo o mundo, se fez sentir uma pandemia, que começou na China e rapidamente se espalhou, não deixando de fora praticamente nenhum país do planeta (Krause et al, 2020). A COVID-19 trouxe impactos políticos e económicos, mas os mais evidentes são os sociais: mais de 33 milhões de pessoas infetadas no mundo e já ultrapassou um milhão de mortos no planeta, à data de 30 de setembro de 2020. Em Portugal, a pandemia obrigou à declaração do estado de emergência a 18 de março de 2020¹, confinando a população portuguesa nas suas casas. O tráfego aéreo foi encerrado, assim como as escolas, o regime de teletrabalho impôs-se, o que levou o Presidente da República a considerar que Portugal estava a enfrentar o maior desafio dos últimos 45 anos.

A comunicação de situações de crise foi-se alterando com as evoluções sociais e tecnológicas. O jornalismo passou a ter diante de si múltiplas formas de transmitir a informação a um mundo cada vez mais globalizado e sem fronteiras. Os meios de comunicação convencionais deixaram-se invadir por tecnologias digitais e pela criação de conteúdos cada vez mais híbridos e com diferentes linguagens (Wahl-Jorgensen & Pantti, 2013). Os cidadãos, a partir das redes sociais, tornaram-se repórteres amadores, ao fornecerem informações imediatas, em diferentes suportes.

Tendo em conta os cenários encontrados nestas situações, que geralmente envolvem problemáticas sensíveis e até graves, há valores de ética que devem nortear a conduta do

1 Informação retirada da Assembleia da República, acedido em: <https://www.parlamento.pt/Paginas/2020/marco/Estado-de-emergencia.aspx?n=20pelo>

jornalista. Dart (2003), citado por Wahl-Jorgensen & Pantti (2013), indica que se deve evitar detalhes demasiado invasivos sobre as vítimas. Quanto a imagens, o jornalista deve-se questionar se as mesmas causarão danos desnecessários em membros relacionados com os factos ou nos próprios leitores.

O discurso jornalístico pautado pela emoção coloca-se em evidência em situações de crise, em especial após o 11 de setembro de 2001. Esta característica do jornalismo pode ser visível em vários momentos do processo jornalístico. Um deles é na própria formulação de questões que se podem cingir apenas àquilo que é tido como factual e objetivo, ou explorar as emoções do entrevistado (Wahl-Jorgensen, 2019). Outro é no próprio relato que fazem dos acontecimentos, uma vez que os jornalistas estão, frequentemente, *in loco* a vivenciar os desastres para os transmitirem, comunicando, por vezes, também o seu impacto emocional (Wahl-Jorgensen & Pantti, 2013). Efetivamente, a norma jornalística prediz que o relato do jornalista deve centrar-se, mesmo em situações de crise, num testemunho imparcial, mas também num papel social. São capazes de moldar a opinião pública, sensibilizar para causas, e até levar o outro a agir. E é através da emoção e da compaixão que, segundo Wahl-Jorgensen & Pantti (2013, p. 7), tal é atingível: “The ability to imagine distant others’ suffering (and the possible moral action one can take) is seen as the basis of global compassion”.

A ideia passa por escrutinar a emoção do outro e trazê-la para a esfera pública, de modo a torná-la uma “cultura terapêutica” (Pantti, 2010). E este padrão de comunicação de informação jornalística em tempo de crise tem vingado no mundo atual (Wahl-Jorgensen & Pantti, 2013), que coloca lado a lado a razão e a emoção.

Há vários exemplos do jornalismo ao serviço da população em situações de crise. Em termos ambientais, se viajarmos até ao Brasil, encontramos o colapso da barragem de Samarco. O desastre provocou 19 mortes, milhares de feridos, e impactos ambientais, sociais e económicos devido à grave contaminação das águas. Os *media* tiveram, numa primeira fase, o papel de informar a população sobre aquilo que estava a acontecer face ao desastre. Depois, o nível de precisão de informação exigido aos meios de comunicação aumentou devido a questões políticas: a América Latina estava voltada para a China no que concerne à construção de novas barragens. Um estudo realizado por Prado & Pinto (2020) comparou a cobertura do desastre da barragem por dois meios de comunicação do Brasil: *Folha de São Paulo* e *Estado das Minas*. No início, a cobertura dos *media* baseava-se essencialmente no trabalho dos jornalistas enviados para o local ao invés de comunicados de imprensa (17%). Já com o passar do tempo, o Estado passou a enviar mais relatórios sobre o que estava a acontecer, nomeadamente sobre as partículas suspensas que ainda contaminavam o rio de vermelho e o minério de metal que sujava o sedimento. Isso fez crescer o número de notícias baseadas em comunicados de imprensa para 43%. Ambos os jornais dedicaram a cobertura a “episodic reporting”, ou seja, reportagem acerca do imediato ou comunicados de imprensa, com uma representatividade de 64% na *Folha de São Paulo* e 70% no *Estado das Minas*. Apenas 24% da

cobertura destes jornais foi destinada a reportagens longas e com maior escrutínio jornalístico. Apenas foram contabilizadas, neste estudo, seis histórias de investigação jornalística. O tema da cobertura dos jornais centrou-se, primeiramente, nos relatos de vítimas, descrições do desastre, e esforços de superação. Depois, no impacto económico do desastre para o Estado e políticas e vozes oficiais sobre o caso.

Mas há muitas mais situações de comunicação de crise para além de desastres naturais como de Samarco. Se atendermos a situações de guerra, como a de Gangland, que afeta milhões de pessoas por dia, percebemos que, sem os *media*, parte do globo não saberia o que acontece em muitos locais do mundo. Segundo o *United Nations Office*, são as comunidades mais pobres quem mais sofre de violência praticada por gangues. Os *media* tendem a estar atentos aos episódios de violência. No entanto, o repetir destas notícias geram sentimentos como “medo” a par do fenómeno “violência” que se vive nessas sociedades, o que é entendido como negativo e gerador de “democracia disjuntiva”, visto que: “Fear, in turn, leads people to restrict their movements and exacerbates violence by encouraging illegal responses to perceived criminality, such as supporting death squads and violent policing” (Charles, 2020, p. 104). O jornalismo denotado de alternativo baseado no sensacionalismo e simplificação da informação, em especial em temáticas de crise, pode levar à fragmentação da população. Já o jornalismo que cubra todas as partes de um conflito, mostrando nas suas notícias as causas e as soluções para o mesmo, contribui para a integração e coesão social (Charles, 2020, p. 104).

Teresa Ruão (2020), numa reflexão sobre comunicação de crise, explana que, com o crescimento dos *media* digitais, a informação passou a ser atualizada ao minuto, sendo estes os primeiros a atuar em situação de crise. Muitas vezes, é neles que a população vai buscar informação, mesmo antes de comunicações oficiais, como de organizações, de vozes oficiais, como o Governo. As novas potencialidades dos meios de comunicação implicam que a comunicação das fontes, em situação de crise, tenha de ser também apropriada, visto que já não há mais o conceito de “esperar pela conferência de imprensa” para se comunicar a informação que a fonte quer, no tempo que ela determina. Agora, são os *media* e o público que dizem quando e como é publicável. Deste modo, Ruão (2020) aconselha que os interesses da população, em situação de crise, devam ser colocados (por ambas as partes — *media* e fontes) em primeiro lugar; depois, que as fontes se mostrem disponíveis e próximas dos jornalistas; e que a comunicação revele lições apreendidas da crise, seja transparente, com “uma mensagem unificada e inabalável” (p. 6). A informação, face à doença por COVID-19, deve ser feita diariamente, por canais oficiais e disseminada pelos *media*, bem como que as fontes oficiais devem manter uma estreita ligação com os meios de comunicação e monitorizar a opinião pública (Ruão, 2020; Schroeder, 2020).

A comunicação tardia e negligente pode ser negativa, embora se deva “preparar, conter e superar” (Ruão, 2020, p. 6). Em tempos de crise, “apurar a culpa” não deve fazer parte das preocupações, deixando-se essa estância para uma fase de rescaldo, de modo a que a

confiança da população esteja do lado dos órgãos de comunicação e das suas fontes, em prol da resolução da crise (Ruão, 2020).

4. COVID-19 e o impacto nos *media*

A pandemia por COVID-19 clarificou a necessidade de meios de comunicação confiáveis e precisos no tratamento da informação. Newman (2020) realizou um estudo que incidiu sobre seis países (Reino Unido, Argentina, Estados Unidos da América, Espanha, Coreia do Sul).

O seu papel passou a ser, mais do que informar, educar as populações para agir face a um novo vírus. Ao mesmo tempo, a pandemia colocou em evidência os fenómenos de desinformação (Newman, 2020).

A *Digital News Report* dá conta que, em tempo de pandemia, a fonte preferível da população é a televisão, que cresceu, em média, cinco pontos percentuais, mas também denota o crescente recurso aos *media* online. Por exemplo, os boletins diários da BBC aumentaram cerca de 30% em março (Newman, 2020). Em Portugal, o fenómeno é ligeiramente diferente, com a televisão a possuir 78% da audiência, e com a SIC a liderar as audiências, e o meio *online* 80% (*Digital News Report*, 2020).

Este aumento dá-se em todas as faixas etárias. Em geral, o consumo de notícias aumentou, com exceção dos jornais, face aos bloqueios da pandemia à sua distribuição. Mas também o uso dos *media* sociais aumentou, em especial desde abril de 2020, com maior enfoque no WhatsApp (Newman, 2020).

Em linha ascendente está o nível de confiança do público dos meios de comunicação, estando a par do nível de confiança depositado nos governos nacionais, e mais do dobro do que das redes sociais, plataformas de vídeo ou de mensagens. Apenas em situações de saúde, como a COVID-19, são ultrapassados por profissionais e organizações de saúde. No entanto, a desinformação continua a ser uma das preocupações manifestadas pelas

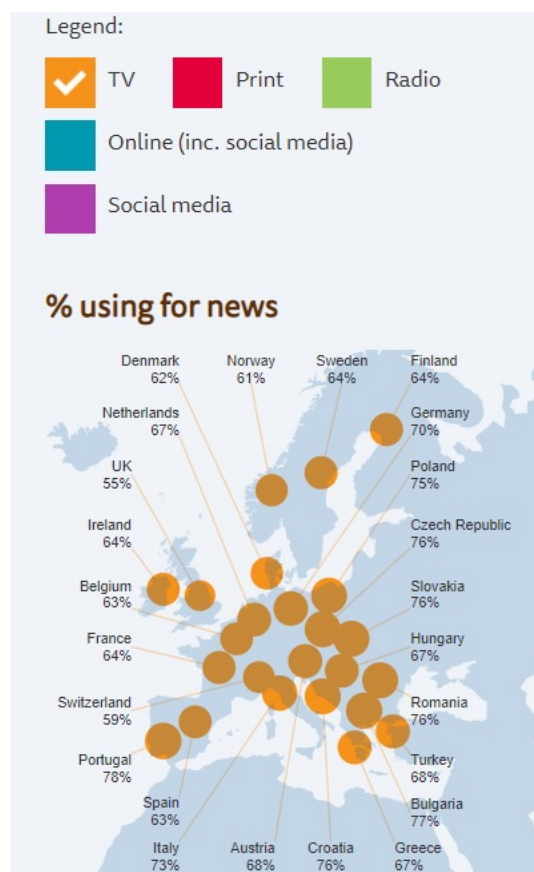
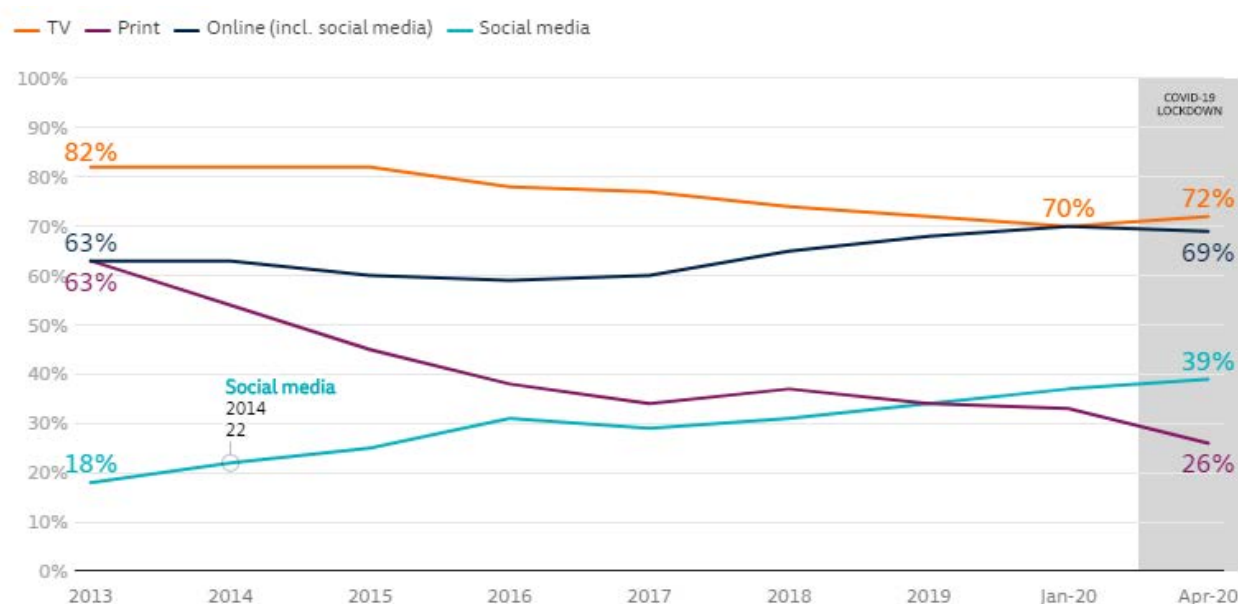


Figura 1
Consumo da TV em várias partes do mundo, incluindo Portugal!

entidades e instituições oficiais, principalmente no que respeita àquilo que os leitores veem nas redes sociais (Newman, 2020).

Gráfico 1

Visualizações nos *media* entre 2013 e abril de 2020, segundo o Digital News Report



Q3. Which, if any, of the following have you used in the last week as a source of news?

Q4 (Apr. 2020). Which, if any, of the following have you used in the last week as a source of news?

Base: Total 2013–20 samples ≈ 2000. Note. Apr. 2020 figures adjusted to exclude non-news users for comparability.

Em termos de utilidade da comunicação social durante a pandemia, o estudo revelou o seu impacto no entendimento da expansão da crise, e em como cada pessoa pode contribuir para mitigar a crise.

As histórias sensacionalistas associadas a este período pandémico não foram encaradas como exageradas nem graves, mas antes como histórias reais e emotivas que ajudavam a entender o real estado da situação. Apenas um terço considerou negativa a sua utilização (Newman, 2020).

Metodologia adotada

Este capítulo tem a intenção, não só mas também, de compreender fenómenos sociais, nomeadamente de práticas jornalísticas, em tempos de crise sanitária por COVID-19: Como é que a pandemia por COVID-19 redefiniu as práticas jornalísticas?

Expostas as perspectivas teóricas dominantes acerca da temática abordada, procurou-se analisar este fenómeno atendendo aos discursos sobre a pandemia COVID-19 nos telejornais portugueses, bem como os seus efeitos na sociedade e no jornalismo, procurando aferir: a) Que discursos de jornalistas, em território nacional, sobre a pandemia se tornaram notícia; b) Qual o impacto destes fenómenos televisivos para a consciência de pandemia; e c) Qual a perceção do cidadão sobre estas práticas discursivas. Para tal, foi aplicado um inquérito por questionário, entre o dia 09 de junho de 2020 e 25 de setembro de 2020.

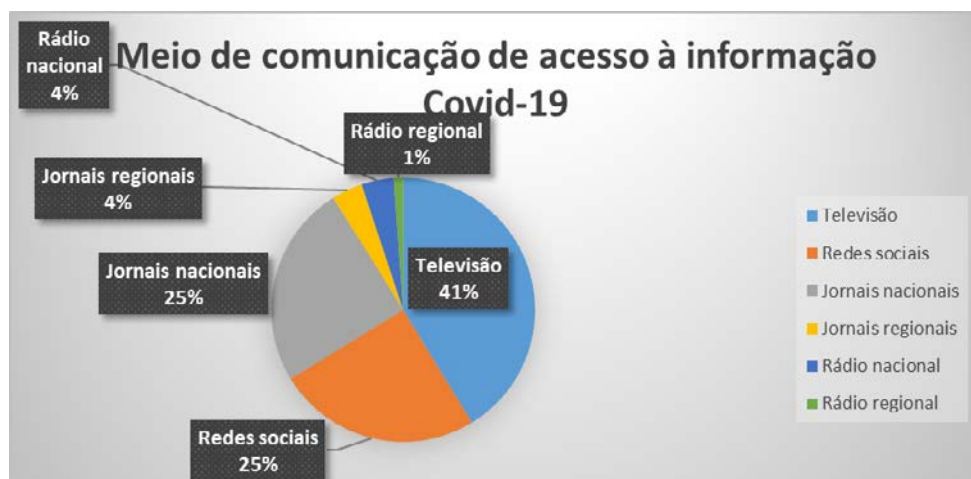
Análise e discussão dos dados

Foi construído e aplicado um inquérito por questionário *online*, constituído por 13 questões de conteúdo, e disseminado via *e-mail* e redes sociais. Responderam 315 participantes, dos quais 70% são do sexo feminino; cerca de 60% da amostra tem entre idades compreendidas entre os 15 e 35 anos. Viseu (23,2%) e Lisboa (21,3%) são os distritos com mais participantes respondentes, seguidos de Aveiro (19%), Porto (18,4) e Braga (3,2%). Os respondentes espelham diferentes formações e habilitações literárias: 41,3% licenciados; 24,4% estudantes do ensino secundário; 20,3% detentores de mestrado e 2,2% doutorados. Os restantes respondentes detêm a escolaridade básica (do 1.º ao 3.ºCEB). Apenas 15% da amostra inquirida pertence a um grupo de risco.

Tendo em conta a necessidade de a população se manter informada em período de pandemia COVID-19, os meios tidos como “confiáveis” colocaram-se em evidência perante a desinformação circulada (Newman, 2020). Os participantes neste estudo revelaram preferir consultar informações relativas à COVID-19 através da televisão (41%), seguida das redes sociais (25%) e, depois, dos jornais nacionais (25%).

Gráfico 2

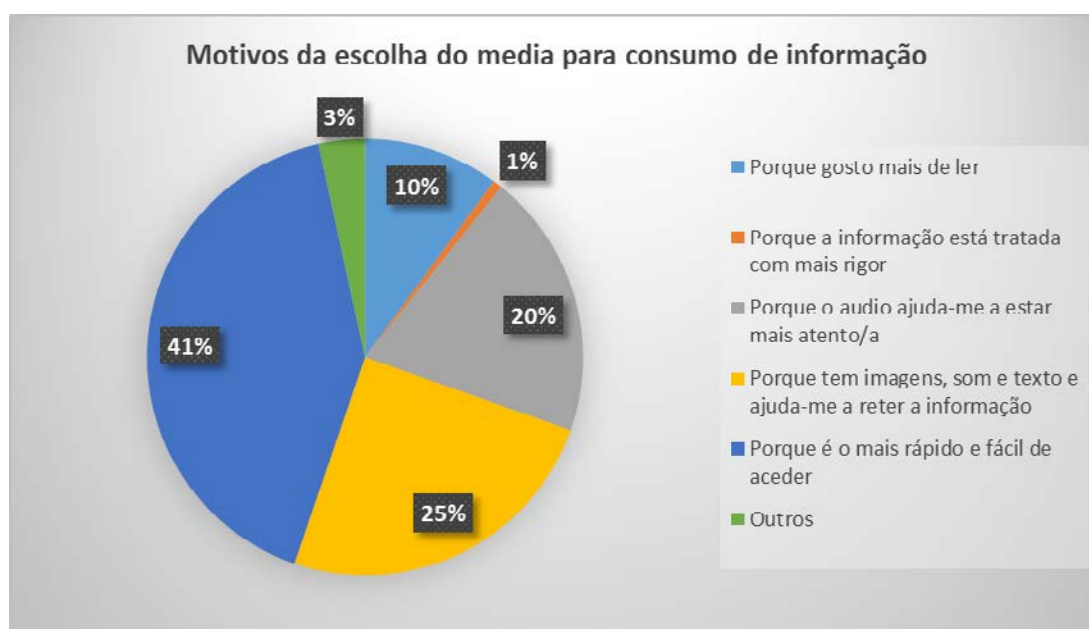
Meio de comunicação de acesso à informação COVID-19 por parte da amostra inquirida



A preferência demonstrada pela televisão em tempo de pandemia vai ao encontro da revisão teórica acerca do consumo dos *media* neste período, no mundo. Mas nem sempre o fazem pelo meio tradicional (televisor), e isso confirma-se com os dados da *Digital News Report*, que expõe a tendência nacional de preferência de consumo dos *media* pelo meio *online*. A percentagem obtida na recolha de dados deste capítulo, face às redes sociais, prova isso mesmo. Repare-se que os meios de comunicação portugueses passaram por um processo de digitalização. Com ele, adveio a partilha de notícias nos seus *sites* e redes sociais (Deuze, 2017). A grande percentagem de consumo de notícias associada à COVID-19 por este meio pode ser justificada por este motivo.

Gráfico 3

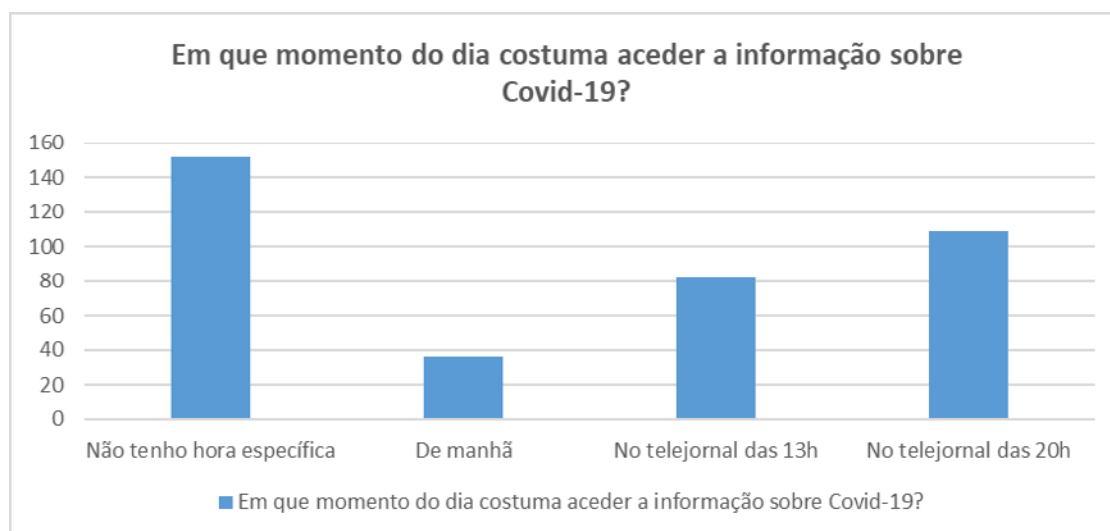
Motivos da escolha dos *media* para o consumo de informação, pela amostra, em tempo COVID-19



Mas há outras causas para a preferência pelo meio *online* em detrimento dos meios tradicionais, como ilustra o gráfico 5. O facto de ser “mais rápido e fácil de aceder” à informação foi um dos principais fatores referidos (41%). Também o fenómeno da hibridez das linguagens é apontado, visto que “imagens, som e texto” ajudam a população a “reter a informação”, tal como indicou a amostra. Esta tendência autoriza a perspectiva de Kress (2010) e Santaella (2012), ou seja, que as três linguagens, quando aliadas, e exploradas as potencialidades de cada uma, resultam em produções jornalísticas de melhor qualidade e, consequentemente, melhor perceção da informação por parte do leitor. A forma como os conteúdos são apresentados ao leitor interfere na forma como estes são retidos (Broersma, 2010).

Gráfico 4

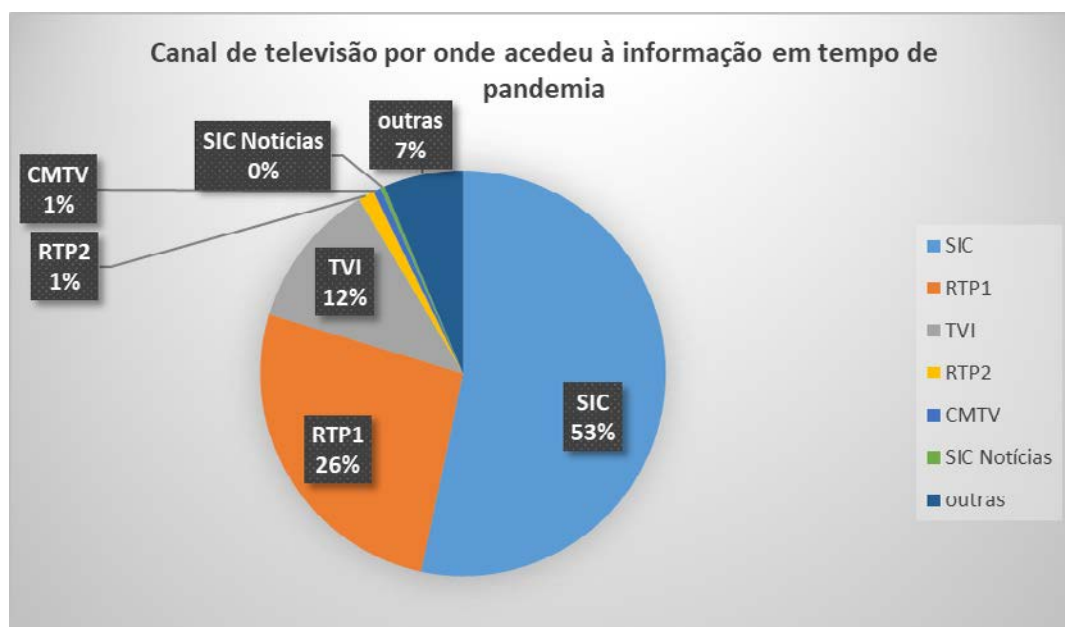
Acesso à informação COVID-19 mediante o horário



A maioria dos inquiridos revelou não ter uma hora específica para aceder à informação em tempo de pandemia por COVID-19 (48%). Contudo, uma grande parte dos inquiridos (35%) referiu ser no telejornal da noite que o faz. E foi através da SIC que o público mais assistiu a informações relativas à pandemia (53%), seguida da RTP1 (26%).

Gráfico 5

Canal de acesso à informação em tempo de COVID-19



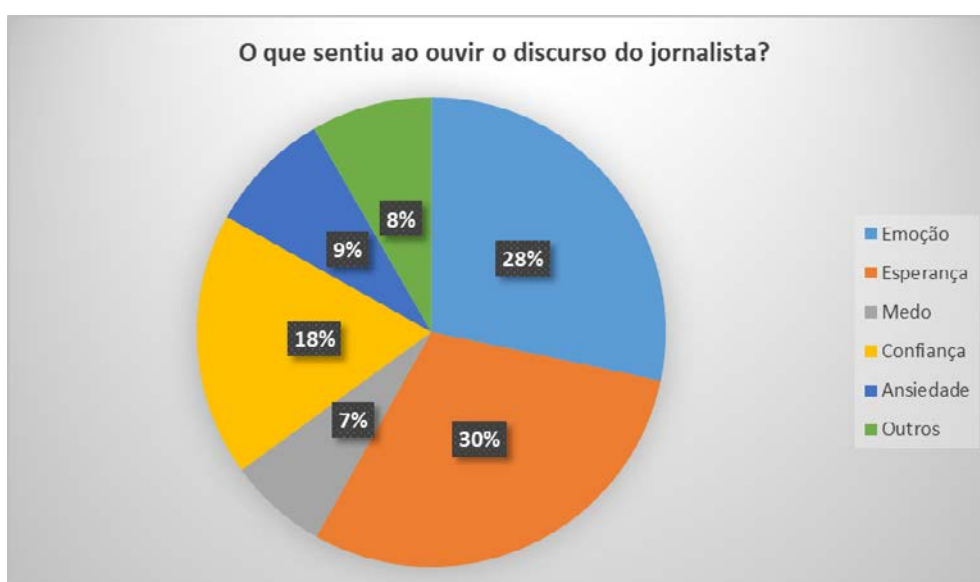
Muitos foram os discursos dos jornalistas portugueses, nomeadamente pivôs, durante a pandemia por COVID-19. De luto, José Alberto Carvalho, no telejornal da TVI de dia 19 de abril, informou a população de que cumpriria quarentena profilática, alertando que: “o vírus rouba-nos até esta exigência moral da humanidade que é despedirmo-nos dos nossos mortos e nunca, nem nos campos de batalha mais sangrentos, se deixam os mortos para trás”, considerou num discurso de quase três minutos. Este foi um dos casos que se tornou notícia nos *media* nacionais², pelo seu ato de tentativa de consciencialização da população de como agir em tempo de pandemia, e as consequências do não cumprimento das normas vigentes no país e no mundo.

Quero acreditar que estaremos fortes para esta luta que vai piorar antes de melhorar. Em prédios mais antigos do país, onde residem pessoas idosas, muitas vezes sozinhas, há por esta altura vizinhos mais jovens que estão a deixar recados nas portas a dizer 'estou disponível para ir fazer compras do que necessite para não ter de sair de casa. Quando queremos, sabemos ser um grande povo, e vamos prová-lo mais uma vez (Rodrigo Guedes de Carvalho, Jornal da Noite, SIC, 13.03.2020)

As palavras anteriormente citadas foram as primeiras de Rodrigo Guedes de Carvalho ao encerrar o telejornal, a 13 de março de 2020. Muitos outros exemplos se seguiram de aberturas de telejornais com discursos dos pivôs com mais de cinco minutos, em torno da pandemia.

Os inquiridos evidenciaram sentir “esperança” (51%) e “emoção” (48%) ao ouvir o discurso proferido pelo jornalista.

Gráfico 6
Sentimento despertado pelo discurso na amostra



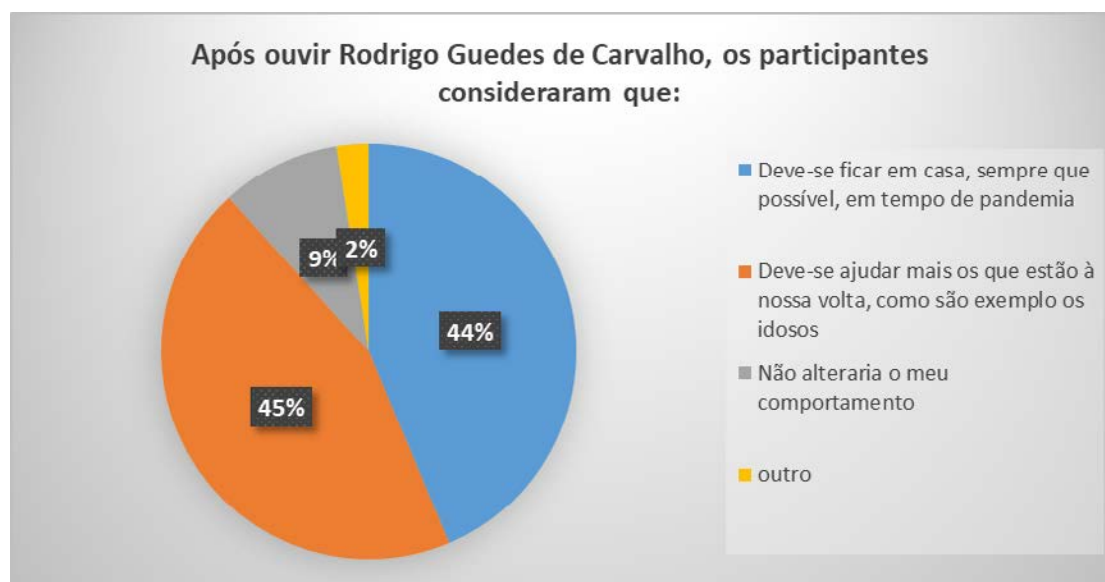
² Notícia da Nova Gente, de dia 20 de abril de 2020, disponível em <https://www.novagente.pt/jose-alberto-carvalho-pivo-fecha-jornal-das-8-de-forma-epica-com-redacao-aplaudir-de-pe-video>

Os sentimentos que este tipo de discursos despertam na população contrastam com o “medo”, que é apenas apontado em 7%. Repare-se que, tal como já descrito, notícias que geram sentimentos de “medo” ou que se evidenciam repetitivas sobre temáticas violentas são negativas e desagregadoras da sociedade (Charles, 2020). O equilíbrio na comunicação é gerado ora pelos alertas, ora pelos conselhos, cobrindo toda a parte da situação de crise tratada, é integrador e leva à coesão social (Charles, 2020). E isso viu-se no discurso ilustrado e sobre o qual inquirimos: num momento, houve o alerta: (“Quero acreditar que estaremos fortes para esta luta que vai piorar antes de melhorar”) e, depois, os conselhos de como lidar com a pandemia, e esperança (“Quando queremos, sabemos ser um grande povo, e vamos prová-lo mais uma vez”). Aqui, evidenciou-se o papel informativo e educativo dos *media*.

O efeito perlocutório de tal discurso gerado na amostra foi o de “ajudar mais os que estão à nossa volta, como são exemplo os idosos” (45%), já 44% dos respondentes consideraram um dever “ficar em casa, sempre que possível, em tempo de pandemia”. Apenas 9% disse não alterar o seu comportamento após ouvir as palavras do jornalista. Isto significa que os discursos dos pivôs portugueses nos *media* nacionais, como o do exemplo mencionado, cumprem o carácter performativo dos *media*, já que foram, segundo os inquiridos, capazes de levar “o outro” a agir *offline*, auxiliando ao controlo da pandemia.

Gráfico 7

Efeito perlocutório de discurso de Rodrigo Guedes de Carvalho na amostra



“Quero acreditar”; ...mas antes deixe-me relatar isto..., “Permita-me uma frase que não é minha, que li hoje nas redes sociais, mas que me apetece muito partilhar...”, ... a minha última palavra de hoje é para médicos, enfermeiros, auxiliares, todos os profissionais de

saúde do país e a palavra é “obrigado” foram expressões utilizadas ao longo do discurso de Rodrigo Guedes de Carvalho. Os participantes referem que “o jornalista sabe que a sua função não é didática — daí o pedido reiterado de permissão para partilhar pensamentos e emoções —, mas em tempos de distanciamento pretende deixar mensagens de solidariedade e de proximidade”. Quanto mais próximo for o jornalista do cidadão, e mostrar que vive e sente o mesmo que o telespectador, mais empatia há para com ele (Mateus, 2016).

Gráfico 8

Contributos dos alertas diários dos jornalistas para o mitigar da pandemia



Além do discurso de Rodrigo Guedes de Carvalho, muitos outros foram proferidos no telejornal, não só da SIC, como de outras estações de televisão portuguesa. Tornaram-se quase que diários, e deixavam alertas, tais como: “fique em casa”; “proteja os mais velhos”; “use máscara”; entre outros. Com estes, os respondentes consideraram que os jornalistas “contribuíram para consciencializar a população” em tempo de pandemia (81%). Apenas 4% dizem que estes profissionais não ajudaram no travar da COVID-19.

Para este consciencializar da população contribuiu “o discurso emotivo”, tal como indicou 70,5% dos inquiridos, assim como o discurso com linguagem adequada ao público-alvo. A passagem da informação, através do discurso pautado pela emoção e proximidade, auxilia na perceção de situações de crise (Newman, 2020), tal como os jornalistas portugueses fizeram com os seus enunciados. Sem cair no exagero da objetividade, nem do sensacionalismo, a emoção, em dose adequada, e o discurso pautado pelo uso do “nós”, leva o jornalista a aproximar-se da população e a ser igual a quem está do outro lado do ecrã (Pantti, 2010). Isto parece sustentar a ideia de que a emoção deixou de ser apenas uma característica do

entretenimento e passou a estar patente em horário nobre, como o telejornal das 20h, um dos mais consumidos pela população para aceder a informação sobre COVID-19.

A proliferação destes discursos nos *media*, e julga-se que pelo seu impacto, parece ter vindo para ficar. Repare-se que, numa pesquisa através das palavras-chave “COVID-19 telejornal”, nos motores de busca Youtube e Google, encontrou-se vários exemplos portugueses:

Tabela 1

Momentos discursivos de pivôs portugueses face ao COVID-19

CONSELHOS DO JORNALISTA Rodrigo Guedes de Carvalho SOBRE O CORONA VÍRUS
• 11 de março, Youtube "ESC 4 You"
Rodrigo Guedes de Carvalho 13/03/2020
• 13 de março, Youtube "Panp1972"
O DISCURSO ARREPIANTE ANTES DA DESPEDIDA: «IMPEDIU-ME QUE ME DESPDISSE DELA»
• 30 de março, Nova Gente
Rodrigo Guedes de Carvalho Recorda 2 Tragédias no Final do Jornal da Noite - 1 de Abril 2020
• 2 de abril, Youtube "Pedro Santos"

Mas as televisões portuguesas transmitiram discursos longos, marcados pelo plural majestático, em discurso direto, em outras temáticas para além da COVID-19, como se vê na tabela abaixo:

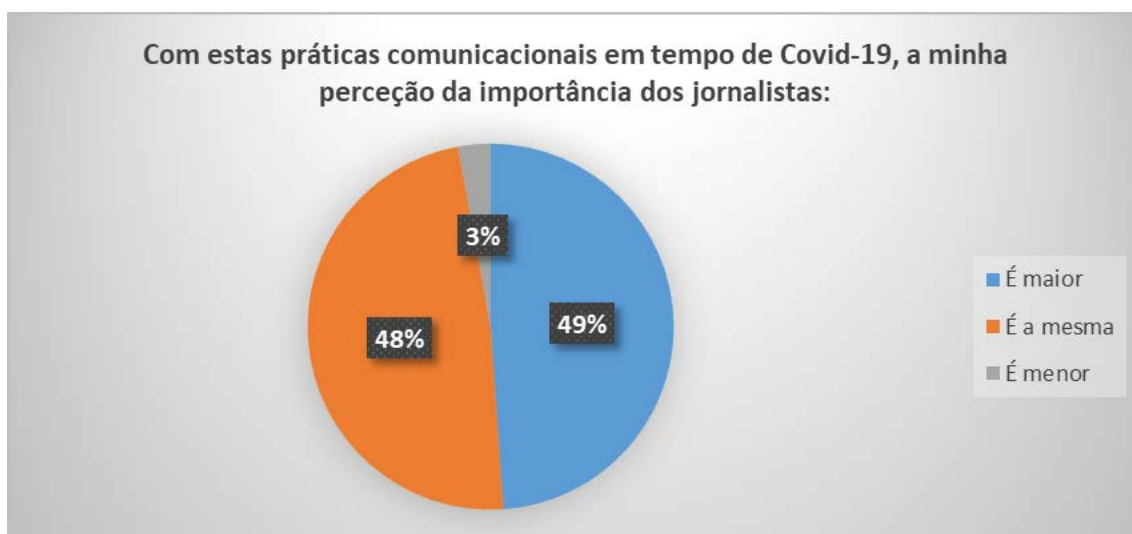
Tabela 2

Momentos discursivos de pivôs portugueses em telejornais

Bento Rodrigues abre o Jornal da Tarde falando do racismo sofrido por Marega de uma forma exemplar
Rodrigo Guedes de Carvalho emocionou o país com apresentação da história da menina Valentina
Emocionante. Rodrigo Guedes de Carvalho despede-se do amigo Filipe Duarte em direto
Aplausos e emoção: José Alberto Carvalho fecha Jornal das 8 de forma épica

Gráfico 9

Percepção da importância do papel dos jornalistas na ótica dos inquiridos



Isto poderá indicar que os efeitos positivos dos discursos dos jornalistas em tempo de pandemia se poderão alargar a outras situações de crise e problemáticas sociais, como poluição ambiental, ou mortes. Com a atitude dos jornalistas, os respondentes revelaram ter aumentado ou mantido a sua percepção no que concerne à importância destes profissionais.

Conclusão

Descrevemos, neste capítulo, que o jornalismo em Portugal tem acompanhado a tendência internacional do recurso a discursos emotivos nos telejornais, como forma de não perder a sua vantagem competitiva em relação a outros meios, nomeadamente os digitais. Como fizemos notar, e de acordo com dados de 2020 do *Digital News Report*, a televisão continua a ser o meio privilegiado para os portugueses acederem a conteúdos informativos, situação espelhada nos resultados do questionário aplicado, já que 41% dos respondentes afirma consumir informação, de forma mais expressiva, através dos noticiários televisivos.

Neste sentido, os pivôs abraçam a missão de intérpretes da realidade, garantindo audiências, ao mesmo tempo que assumem uma missão que ultrapassa a função de guardiões de informação, ao desempenharem uma função pedagógica e social, a qual é reconhecida e apreciada pelos nossos inquiridos.

Na verdade, o estudo que apresentámos permitiu-nos concluir que a disseminação dos discursos moralizadores dos jornalistas e a inferência dos inquiridos sobre os mesmos é coincidente com o efeito perlocutório pretendido de boa conduta que, em tempos de estado de emergência devido à pandemia de COVID-19, foi sinónimo de “ficar em casa”. Este exercício

feito em direto nos telejornais provocou, nos nossos inquiridos, uma sensação de confiança, causada pela pessoalização do discurso, o que não nos surpreende, porque subscrevermos as palavras de Broersma (2010) quando este afirma que o estatuto e o prestígio dos jornalistas dependem do poder performativo das suas narrativas. Nas suas palavras, “[f]orm and style are important categories in ensuring journalism’s claim to authenticity and veracity because they embody the social code connecting journalists and their public” (2010, p. 20).

Em Portugal, assistimos a comentários com caráter marcadamente subjetivo e pessoal quando Manuela Moura Guedes se tornou pivô do *Jornal Nacional* em 2000, na TVI, mas, com o seu afastamento dos telejornais nacionais em definitivo em 2009, esta tendência esmoreceu para ganhar terreno, embora de forma não tão sensacionalista, mas antes poética e doutrinária, em 2020.

Como fizemos notar neste artigo, num período de tantas incertezas, as palavras de Rodrigo Guedes de Carvalho, na SIC, no final dos noticiários emitidos a 11 de março, a 17 de abril e a 12 de maio, tocaram os corações dos telespectadores e o mesmo discurso impactante foi usado por José Alberto Carvalho, pivô da TVI, a 29 de março e 19 de abril. Também Bento Rodrigues, no *Primeiro Jornal*, protagonizou alguns momentos televisivos que se tornaram virais nas redes sociais, mesmo antes do início da pandemia, por exemplo ao comentar o “caso Marega” a 17 de fevereiro. Estes foram apenas alguns exemplos de apontamentos pessoais carregados de emoção e cremos que, no futuro, o jornalismo ficará ainda mais marcado pelo hibridismo.

Pelo exposto, e como corrobora este estudo, o discurso jornalístico tem-se ajustado às necessidades do telespectador, servindo como lenitivo e amenizando a ansiedade em tempos difíceis, não se coibindo ainda do dever de reprimir condutas inapropriadas, em prol de uma sociedade mais responsável, mais solidária, mais humana.

Referências bibliográficas

- Beckett, C., & Deuze, M. (2016). On the Role of Emotion in the Future of Journalism. *Social Media + Society*, 2(3), doi:10.1177/2056305116662395
- Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2012). The Logic of Connective Action. *Information, Communication & Society*, 15(5), pp. 739-768. doi:10.1080/1369118x.2012.670661
- Broersma, M. (2010). Journalism as Performative Discourse: The Importance of Form and Style in Journalism. In V. Rupa (ed.), *Journalism and Meaning-Making: Reading the Newspaper*. Cresskill, N.J.: Hampton Press, pp. 15-35.
- Charles, M. (2020). Changing the Story of Urban Violence in El Salvador: The Crónica, the Community, and Voices from the Ganglands. In Matthews, J. & Thorsen, E. (Eds.), *Media, Journalism and disaster communities* (pp.19-34). *Palgrave*.
- David, H.E. (2014). *GUERRA E NARRATIVA: Um estudo dos relatos jornalísticos de Martha Gellhorn* (Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasil). Retirado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15877>
- Deuze, M. (2017). Media life and media work. In P. Serra, & S. Sá (Eds.), *Televisão e novos meios*. Covilhã: LabcomKress, pp. 17-37.
- Hagen, S. (2009). *A emoção como estratégia de fidelização ao telejornal: um estudo de recepção sobre os laços entre apresentadores e telespectadores do Jornal Nacional* (Tese de doutoramento, Universidade do Rio Grande do Sul, Brasil). Retirado de <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp114787.pdf>
- Krause, N.M., Freiling, I., Beets, B. & Brossard, D. (2020). Fact-checking as risk communication: the multi-layered risk of misinformation in times of COVID-19. *Journal of Risk Research*. Retirado de: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13669877.2020.1756385>
- Kress, G. R. (2010). *Multimodality: A Social Semiotic Approach to Contemporary Communication*. Oxon: Routledge.
- Lesage, F. & Hackett, R. (2014). Between Objectivity and Openness—The Mediality of Data for Journalism. *Media and Communication*, 2(2), 42-54.
- Liu, C., & Liu, Y. (2020). Media Exposure and Anxiety during COVID-19: The Mediation Effect of Media Vicarious Traumatization. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(13), doi:10.3390/ijerph17134720
- Lowrey, W. (2004). Media Dependency During a Large-Scale Social Disruption: The Case of September 11. *Mass Communication and Society*, 7(3), pp. 339-357. doi:10.1207/s15327825mcs0703_5
- Mateus, S. (2016). A inflexão quotidiana do serviço público de media. *Mediapolis: revista de comunicação, jornalismo e espaço público*, 2, pp. 101-113.
- Matthews, J. & Thorsen, E. (2020). *Media, Journalism and Disaster Communities*. Retirado de: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-33712-4>
- McNair, B. (2000) *Journalism and democracy: an evaluation of the political public sphere*. London & New York: Routledge.
- Moreira, M.A. (2004). A Epistemologia de Maturana. *Ciência & Educação*, 10(3), p. 597-606.
- Newman, N. (2020). Executive Summary and Key Findings of the 2020 Report. *Digital News Report*. Retirado de: <http://www.digitalnewsreport.org/survey/2020/overview-key-findings-2020/>
- Pantti, M. 2010. The Value of Emotion: An Examination of Television Journalists' Notions on Emotionality. *European Journal of Communication* 25(2), pp. 168-181.
- Patrona, M. (2009). A 'mess' and 'rows': evaluation in prime-time TV news discourse and the shaping of public opinion. *Discourse & Communication* 3(2), pp. 173-194.
- Prado, P. & Pinto, J. (2020). Brazilian Local and National News Coverage of the Samarco Disaster: A Disaster for the Community, the Corporation or the Environment?. In Matthews, J. & Thorsen, E. (Eds.), *Media, Journalism and disaster communities* (pp.19-34). *Palgrave*.
- Ruão, T. (2020). O caso Tylenol e o valor da Comunicação de Crise: É tempo de colocar as pessoas em primeiro lugar!. *Communitas Think Tank — Ideias*. Retirado de: <http://www.communitas.pt/ideia/o-caso-tylenol-e-o-valor-da-comunicacao-decrise-e-tempo-de-colocar-as-pessoas-em-primeiro-lugar>
- Santaella, M. L. (2012). *TRANSMUTAÇÕES DA ESCRITA EM SUPORTE DIGITAL*. Signo [ISSN 1982-2014]. Santa Cruz do Sul, v. 37 n.62, pp. 2-15.
- Sponholz, L. (2003). Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. *Revista FAMECOS*, 2, pp. 110-120. Retirado de: <https://revista-seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3219/2483>
- Schroeder, P. (2020). Comunicação de Crise no Uruguai: A abordagem na perspectiva latino-americana. Em *CECS Talks, Universidade do Minho, via plataforma Zoom e Facebook*, 1 de julho de 2020.
- UNESCO (2001). *Public broadcasting: Why? How? Conseil mondial de la radiotélévision*. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001240/124058eo.pdf>
- Wahl-Jorgensen, K. (2013). The strategic ritual of emotionality: A case study of Pulitzer Prize-winning articles. *Journalism Sage*, 14(1), pp. 129-145.
- Wahl-Jorgensen, K. (2019). Questioning the Ideal of the Public Sphere: The Emotional Turn. *Social Media + Society*, 5(3), doi:10.1177/2056305119852175

Reacting to COVID-19: regional human rights systems' digital communication on the Global Coronavirus Pandemic

*Reagindo à COVID-19: comunicação digital
dos sistemas regionais de direitos humanos sobre
a Pandemia Global do Coronavírus*

Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini

Universidade Federal de Uberlândia,
Instituto de Economia e Relações Internacionais,
Uberlândia, Brasil
isabela.garbin@ufu.br
ORCID ID: [0000-0002-7056-021X](https://orcid.org/0000-0002-7056-021X)

Warley Gian da Silva Matos

Universidade Federal de Uberlândia,
Instituto de Economia e Relações Internacionais,
Uberlândia, Brasil
warley.matos@ufu.br
ORCID ID: [0000-0001-6430-8571](https://orcid.org/0000-0001-6430-8571)

Abstract: The Global Coronavirus Pandemic has proven to be more than a health problem, with its impacts reaching out to multiple spheres of social life. However, disease outbreaks have often fallen outside the major domain of international human rights systems. Precisely, regional human rights systems have rarely spoken out to health issues before COVID-19. The current outbreak proves a significant turn, with unprecedented actions and communication practices at the regional human rights bodies from a prevalent human rights-based approach on the Global Coronavirus Pandemic. This study aims to understand how international bodies come to react to the Global Coronavirus Pandemic through digital communication. By exploring overall differences between public health-approach and human rights-based-approach to communication, we draw upon comparisons to find how international organizations perform digital communication during pandemic times. Our analysis of the regional human rights bodies' digital communication indicates that international organizations' previous experience on digital communication enabled them to promote more opportunities for dialogue to advance two-way communication, despite rarely speaking out of disease outbreaks before. Further research can uncover the possibilities of inter-institutional learning on best practices of digital communication on COVID-19 and could be useful to bring to bear evidence of the potential to address health crisis from the human rights perspective simultaneously.

Keywords: Digital Communication; Global Coronavirus Pandemic; World Health Organization; Regional Human Rights Bodies.

Resumo: *A pandemia global do Coronavírus provou ser mais do que um problema de saúde, com seus impactos alcançando múltiplas esferas da vida social. No entanto, os surtos de doenças muitas vezes estão fora do domínio principal dos sistemas internacionais de direitos humanos. Precisamente, os sistemas regionais de direitos humanos raramente se manifestaram sobre questões de saúde antes do COVID-19. O surto atual prova uma virada significativa, com ações e práticas de comunicação sem precedentes nos órgãos regionais de direitos humanos com a prevalência de uma abordagem baseada em direitos humanos sobre a pandemia global do Coronavírus. Este estudo tem como objetivo compreender como os órgãos regionais de direitos humanos reagem à pandemia global do Coronavírus por meio da comunicação digital. Explorando as diferenças gerais entre uma abordagem de saúde pública e uma abordagem baseada nos direitos humanos para a comunicação, nos baseamos em comparações para descobrir como as organizações internacionais realizam a comunicação digital durante a pandemia. Nossa análise da comunicação digital dos órgãos regionais de direitos humanos indica que a experiência anterior dessas organizações internacionais em comunicação digital permitiu-lhes promover mais oportunidades de diálogo para o avanço da comunicação bidirecional, apesar de raramente falarem de surtos de doenças antes. Pesquisas futuras podem revelar as possibilidades de aprendizado interinstitucional sobre as melhores práticas de comunicação digital no COVID-19 e podem ser úteis para evidenciar o potencial de abordar crises de saúde através da perspectiva dos direitos humanos simultaneamente.*

Palavras-chave: Comunicação digital; Pandemia global do Coronavírus; Organização Mundial da Saúde; Organismos Regionais de Direitos Humanos.

Introduction

The Global Coronavirus Pandemic, as any other previous disease outbreak, presumes international health officials to take action straightforwardly. As such, the World Health Organization (WHO) — the lead international organization coordinating efforts against COVID-19 — has reacted on a daily basis to pressing challenges imposed by the Global Coronavirus Pandemic.

Yet, COVID-19 has proven to be more than a health problem. Reaching so far around 1 million worldwide deaths and 34 million infected people in a six-month timeframe (as for September, 2020), the Global Coronavirus Pandemic has not left any doubt about figuring a complex pandemic, that is, a health crisis that intersects forcefully with issues of social justice and human rights.

Despite that, disease outbreaks have often fallen outside the international human rights systems' major domain. Precisely, existing regional human rights systems have rarely spoken out to health issues before COVID-19. The current outbreak proves a significant turn: today regional human rights systems consistently report on the global public health situation. Although connected, the international public health regime and the human rights regime tend to provide different approaches to this particular kind of human suffering.

While the public health regime privileges a more technical, scientific take; the human rights regime performs on a rights-based approach. When it comes to agency, while the first displays consistent and technical-oriented work; the second was crossed by the Global Coronavirus Pandemic and built upon collecting related experiences and previous legal precedents securing health rights.

Considering communication, the upcoming of the Global Coronavirus Pandemic — and all the newness surrounding the COVID-19 virus — brought new uncertainties that have been politically explored. The spread of misinformation, fake news, negationism and lies fueled a growing skepticism over WHO's legitimacy and its capability to address the Global Coronavirus Pandemic.

The potential impact of those diffuse communicative actions for undermining relevant long-standing international organizations and global public policies demonstrates that an effective digital communication figures as an essential element for the future of global public health and other policies as well. An effective digital communication has the potential not only for securing accurate information. It might go beyond by initiating and facilitating dialogue, a feature that enables social mobilization and feasible agency from those responsible for social change.

Although, at a first glance, a human rights-based approach might be unusual to directly address health issues, we argue in this chapter that, at least in the communications field, the human rights-based approach plays an important role in helping people change behavior, what might be life-saving during pandemic times. By acknowledging priority action on the vulnerable and the agency of rights-holders, a human rights-based approach to the communication on the Global Coronavirus Pandemic offers a clear and compelling direction. In the light of this, regional human rights bodies' background on digital communication places them in a good position to couple with the COVID-19 multiple challenges, during and after the problem is subsided.

This Chapter aims to understand how regional human rights bodies come to react to the Global Coronavirus Pandemic through digital communication. First, we explore

overall differences among public health approach and human rights-based approach to communication. Then, we take stock of the unprecedented role of selected regional human rights bodies at coordinating actions and communicating from a human rights-based approach during the Global Coronavirus Pandemic. After drawing comparisons, we indicate how an inter-institutional learning on best practices of digital communication on COVID-19 could be useful to coordinate human rights bodies actions and to bring to bear evidence of the potential to address this grave health crisis from the human rights perspective simultaneously.

1. Public Health Approach to COVID-19

The World Health Organization (WHO) — as the lead international organization coordinating efforts against COVID-19 — has reacted on a daily basis to pressing challenges imposed by the Global Coronavirus Pandemic. Counting of deaths worldwide, establishing measures of disease control, sharing best practices, surveilling governments, following up with vaccines experimentations, all of these situations and topics demand intense work and following communication from the WHO.

The understanding of previous processes that shaped the WHO assumes an important role in order to evaluate its communication during the Global Coronavirus Pandemic. Differently from other international organizations, the WHO is known for its characteristics *modus operandi*: the medical-technical ethos informing actions at the public health issues.

Such particular ethos does not imply that professionals at WHO should be trained in public health and medicine only or preferably. This general assertion — that fueled criticism of WHO's performance decades ago — is put on another perspective here (Peabody, 1995; Walt, 1996; Goodle, 1997).

More than the employment of a particular staff, the medical-technical ethos at the WHO means that global health issues are to be resolved by the application of 'healing arts' (Taylor, 1992). Under such conditions, the medical-technical approach to global health crisis presents itself as a self-sufficient method, mandating the application of medical or technical resources to answer directly to a crisis (Fidler, 1998).

Over time, the scientific advances (the antibiotic revolution) and breakthrough knowledge (effective treatments) in public health helped to confirm the prevalence of the technical-medical ethos at WHO. As such, science played a double effect at the WHO: as it allowed states to agree to some common rules of behavior and converge around the WHO, it also opened space for the WHO to define models of action towards states guided by scientific methods.

Therefore, WHO's high-specialization and exercise of authority as an international organization centers around two pillars: dominance of science and broad states acceptance of the need for a global cooperation on public health. This marks a stark distinction of the

WHO from other international organizations, which had to engage into different sources of authority to build states' consensus towards cooperation. Operating in zones of informational uncertainty, human rights (Lutz, Sikkink, 2000), trade (Goldstein, Martin, 2000) monetary (Simmons, 2000) and even environmental (Weiss, 1993) regimes had to resort to diplomacy, normative frameworks, legal culture and/or rights-claiming language to counteract uncertainty or scientific controversies.

On the other hand, the sole resort on the scientific paradigm prevented, for a long time, WHO to develop further capabilities, which from the medical-technical ethos had long been deemed unnecessary, like building up a solid international public health law, adopting a rights-language to health and investing efforts towards building a transnational community, more plural and diverse, for dealing with growing complexities of global public health (Fidler, 1998).

In general, by standing constant to its particular ethos, WHO has passed immune through several significant transformations at the realms of international relations and law. For instance, the 'international human rights revolution' shattered the classic conception that only states mattered in international politics or were subjects of international law. Individuals, NGOS, epistemic communities along with states and international organizations have increasingly assumed legitimate parts in global governance processes, performing multiple and simultaneous roles. As such, successful handling of complex global health crises depends on other sources of authority, beyond dominance of science and states support.

The upcoming of the Global Coronavirus Pandemic — and all the newness surrounding the COVID-19 virus — brought new uncertainties, which have been politically explored by some countries, their leaderships and networks of individuals, mainly on social media, a communication's space that is notoriously less regulated. It's by no coincidence that the WHO stated that the Global Coronavirus Pandemic has been accompanied by an 'infodemic', that is 'an overabundance of information, some accurate and some not'.

As a consequence, the spread of misinformation, fake news, negationism and lies fueled a growing skepticism over WHO's legitimacy and capability to address the Global Coronavirus Pandemic. Taking it from a political perspective, these objectionable developments in the communications realm showed potential to undermine the very sources of authority of the WHO (science and states cooperation).

The potential impact of those diffuse communicative actions for undermining relevant long-standing international organizations and global public policies demonstrates that WHO needs more than a clinical approach to global health problems. Against this backdrop, effective digital communication figures an essential element for the future of global public health, not only for securing real information. It might go beyond, initiating and facilitating dialogue between government (national and international) structures and communities. Dialogue, more than a technically-sound information, represents a feature that enables

social mobilization and feasible agency from those located where change must happen in order to survive and cope with COVID-19.

2. WHO's Communication to COVID-19

Reaching so far around 1 million worldwide deaths and 34 million infected people in a six-month timeframe (as for September, 2020), the Global Coronavirus Pandemic has not left any doubt about figuring a complex pandemic, that is, a health crisis that intersects forcefully with issues of social justice and human rights. Although each outbreak has its own uniqueness, previous recent outbreak experiences (SARS, 2002; H1N1, 2009 and 2016; Ebola, 2014; and Zika, 2015) provide palpability that spread factors are always complex, context dependent and culturally mediated.

The abounding evidence that the spread of the COVID-19 relates not only to biological traits (gene, sex, age) — but mostly to health behaviors (diet, smoking, customs), access to health services (health units and medicine), physical environment (water, sanitation, pollution, housing, working conditions) and social determinants (socio-economic status, education, culture, employment, gender norms, social support) — turns visible that the ongoing hurdles to handle the Global Coronavirus Pandemic represents more than a health crisis.

Political and socio-economic factors determine how and where the COVID-19 is spread, providing at the same time, agonizing statistical predictions of who is going to live and die in unequal societies. In order to manage the virus spread, governments and international organizations generally focus their responses on treatment (access to health services and medicines) and prevention (educational messages) to society at large.

Overestimating their own capacities, some government leaders declared “war” on the Global Coronavirus Pandemic and planned to build command-like structures to purposely exert a top-down control of the virus and, in the worst case, of the society. However, even if such enterprises were successfully accomplished, chances are COVID-19 keeps spreading. What is worse, ignoring that stopping the virus depends heavily on individual behavioral change not only prolongs the duration of pandemics, but unjustifiably increases the toll already taken.

These top-down command-like strategies also generally disregard that some people cannot simply choose or exercise the described ‘safe behavior’ against COVID-19: ‘washing hands often with soap’ in some less privileged social realities comports more nuance than the literality admits. People at the margins and minorities (not in quantitative, but in qualitative terms) justify the need for broadened pandemic responses. The emphasis on the clinical top-down approach must shift to a broad supported approach, where the medical response is put in equal terms to social and economic components.

Communication strategies play a vital role in helping people change behavior and, thus, modify the environment where the virus spreads. WHO's and other international organizations acknowledge the power of communication at changing people's hearts and minds. As such, they developed over time some communication models to address health issues.

One of the first communication models was the Behavioral Change Communication (BCC), dating from the 1960s. It assumes a rationale that the successful delivery of information will cause individuals to change their behavior. Strategies, then, are based on technological efficiency, target audience, design and delivery of messages in a time-bound. The BCC suits the clinical approach to health problems, since as a communication model it was also validated by scientific-driven methods to measure the effect of communication on behavior. This model was used by UNICEF in mobilizations campaigns to support mass immunization, like polio eradication (Ford, Gadde, Hakansson, & Snehot, 2003).

However, global pandemics offer substantially different challenges from immunization campaigns, for at least three different reasons. First, global pandemics require long-term sustained efforts to stop the virus spread, even when vaccines start to become available worldwide. Some mass immunization policies take over a long time to deliver effective results, like the smallpox, which vaccine was discovered in 1749 and world eradication announced in 1980 only.

Second, individual behavioral changes described as the 'safe behavior' might assume negative cultural connotations. For instance, in some countries, as different as Brazil and Taiwan responding to the Global Coronavirus Pandemic, the simple act of wearing masks challenged *macho* cultures, in the sense that masks would diminish male prowess to fight enemy-virus. In the Brazilian case, the President refused to wear mask and even made a public statement referring to it as "a *fag* thing" (Bergamo, 2020). In the Taiwan case, male health officials all mobilized to wear pink masks to support boys who didn't want to go to school because the only available masks offered by the government in certain regions were pink. In this case, pink is a color traditionally related to girls in both countries and cultures (Soprana, 2020).

Third, the Global Coronavirus Pandemic required sudden development of new social relationships for every area of life. Social distancing, remote work, school and leisure, no-touch greetings have taken up as the 'new normal' which people had to incorporate immediately into daily routines.

These reasons offer a glimpse on how concentrating communication on the delivery of information does not always cause individuals to change their behavior. The BCC model may suit for some health issues, but might not work under more complex problems. The turn to a communication's model towards the mobilization of more sustained behavioral efforts came up from other international agencies' experiences.

The ACADA (Assessment, Communication Analysis, Design and Action) and the HRAP (Human Rights Approach Programing) from UNICEF, and the Risk Communications from the WHO all focus on community capacity development. It assumes a rationale of helping local people (rights-holders) to determine changes they perceive useful and then negotiate with the government and other actors who hold power (duty-bearers). Rather than transferring messages, these models of communication initiate and sustain dialogue on key issues of concern that are not technically-sound, but more culturally appropriate and feasible for communities.

WHO's focus on 'risk communication' refers to:

"[...] the exchange of real-time information, advice and opinions between experts and people facing threats to their health, economic or social well-being. The ultimate purpose of risk communication is to enable people at risk to take informed decisions to protect themselves and their loved ones. Risk communication uses many communications techniques ranging from media and social media communications, mass communications and community engagement. It requires a sound understanding of people's perceptions, concerns and beliefs as well as their knowledge and practices. It also requires the early identification and management of rumours, misinformation and other challenges." (World Health Organization, 2015).

WHO has made available a series of guidelines to support risk communication among community engagement staff and responders working with national health authorities. These guidelines back development, implementation and monitoring of effective action plans for communicating effectively with the public, engaging with communities, local partners and other stakeholders to help prepare and protect individuals, families and the public's health during early response to COVID-19.

Despite the availability of guidelines, our purpose here is to give an overview of WHO's own digital communication on the Global Coronavirus Pandemic. We seek to understand how WHO performs risk communication during pandemic times, in the sense of evaluating whether the technical-medical ethos plays a part when it comes to WHO's digital communication. More than that, we look for understanding how WHO promotes dialogue with vulnerable groups, what are those opportunities, who are the major addressees.

In order to carry out the empirical analysis of WHO's digital communication on the Global Coronavirus Pandemic, we focused on the organization's press statements, available at the WHO's website under the section 'News Room Statements', which display other resources including news releases. Our choice was directed to press statements over news releases/press releases. While press releases are generally used for diffusing new information (such as an announcement or update); press statements are employed to make public recommendations to specific actors, that is WHO's target audience.

Our time frame comprises WHO's press statements published from March 11th, 2020 to September 11th, 2020, when WHO declared pandemic status to the COVID-19 health crisis. Within it, we collected 31 press statements. Then, we applied Qualitative Content Analysis (QCA) to decipher this sample, focusing on interpreting, understanding and identifying patterns in each press statement. To achieve that, we applied QCA technique through MAXQDA Analytics Pro 2020, a software for qualitative and mixed methods research suited for any type of qualitative research — including but not limited to Qualitative Content Analysis, the methodology applied to this study.

We coded segments of the press statements into categories to gain qualitative understanding of WHO's target audience and its communicative approach. For that, we first identified terms known as prescription words such as 'must', 'should', and 'call to action', because these are predictors of potential target audiences. This first assessment indicated the following terms 'we', 'they', 'countries', 'states' as the main targets. Then, we searched for further terms to confirm the spectrum of targeted actors (such as 'business', 'individuals', 'governments'). After crossing these terms, we were able to analyze the communication approach (medical-technical or human rights-based) of WHO's recommendations in the press statements.

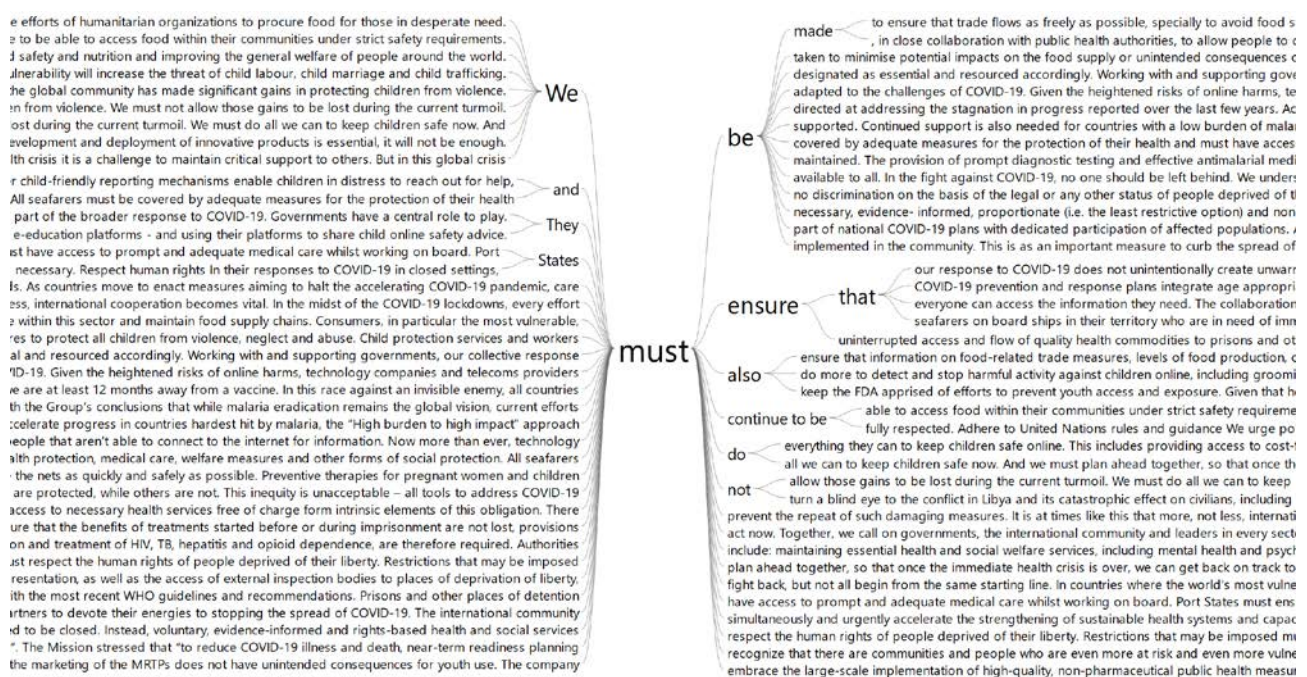


Figure 1
WHO's potential target audience
— Word-predictor 'must'.

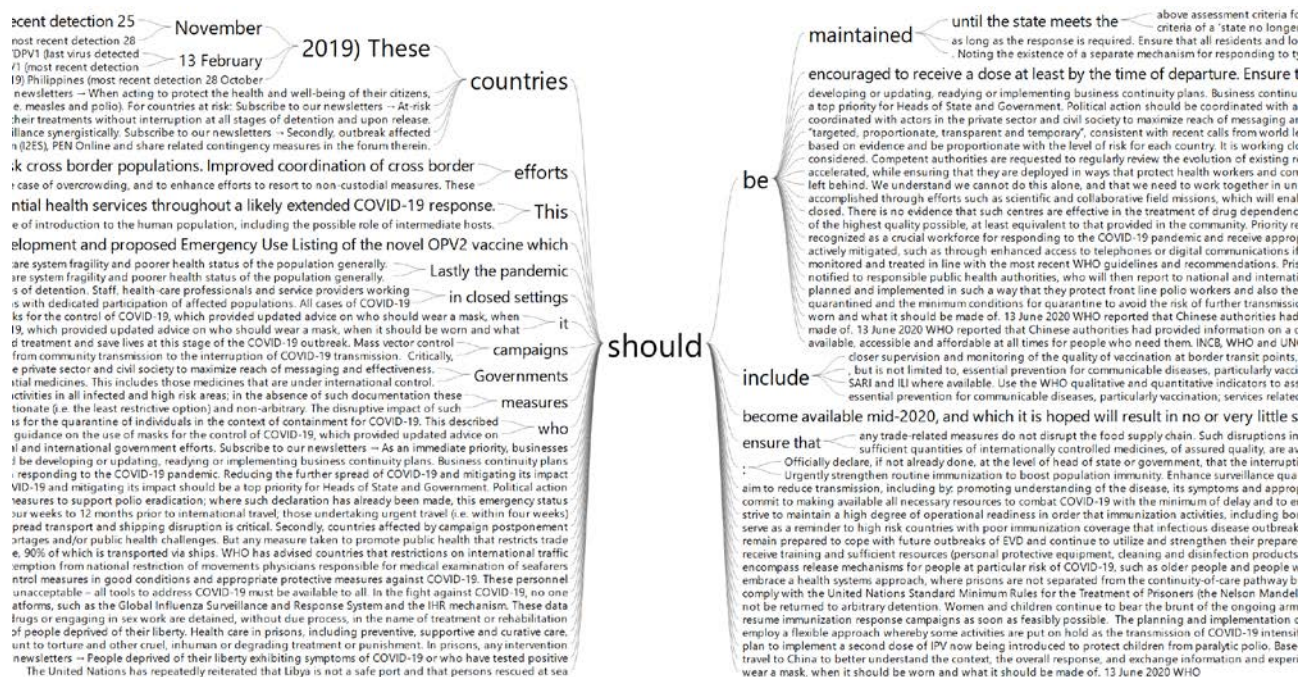


Figure 2
WHO's potential target audience
— Word-predictor 'should'.

We created the following units of coding from the organization of the data following the above described methodology:

Table 1
UNITS OF CODING — WHO's Recommendations through Press Statements

Type of recommendation	"We"-Recommendation	Recommendations directed to 'we' as a global community.
	Government-Recommendation	Recommendations directed to states, countries, nations.
	Non-governmental-Recommendation	Recommendations directed to the private sector, or civil society.
	Call to action — Urgency Recommendation	Urgent recommendations that may be directed to the subjects from the previous categories.
Recommendation's Approach	Human-rights based	Addressing socio-economic aspects of the pandemic.
	Medical-Technical	Addressing public health dimensions only.

As we see below, in Figure 3, WHO's Recommendations employ a medical-technical approach majorly to its digital communication. Each circle symbolizes a code (Type of Recommendation and Recommendation's Approach). In our empirical universe, a recommendation can be directed to multiple actors and from different approaches. The size of the circles also represents the total amount of codes applied to a recommendation. In addition, connecting lines between the codes indicate a correlation between targeted recommendations and specific approach.

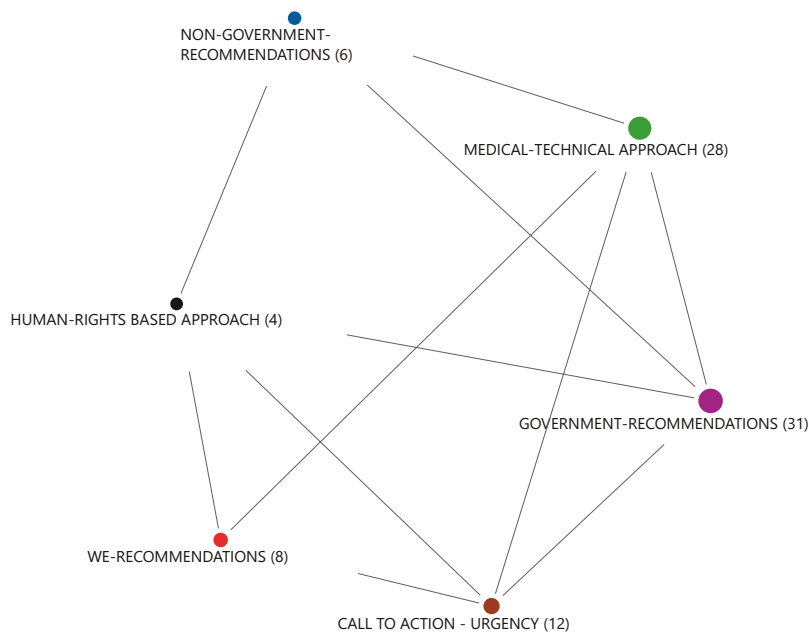


Figure 3
Code Map of WHO's Approach on Recommendations

Within 31 'Government-Recommendations', 22 employed a medical-technical approach and only two a human rights-based approach. In the same line, of the 6 'Non-Governmental-Recommendations', half utilized a medical-technical approach and only one a human rights-based approach. As for the 8 'We-Recommendations' identified, 3 used a medical-technical approach and none had a human rights-based approach. Finally, among 12 'Call to Action-Recommendations' identified, two were 'We-Recommendations' and five were 'Government-Recommendations', which means that urgent recommendations were directed mainly to the states from a medical-technical approach.

Since the initiation and sustainment of dialogue on key issues of concern represent an important component of the more recent models of communication in global public health, we moved on to examine WHO's promotion of dialogue.

Within the analyzed time frame, WHO created opportunities to dialogue with the public through lives on Twitter, where it released a series of Q&A on COVID-19. This sort of dialogue happened 10 times in total so far. Regarding its content, two of them (July, 29th

and August, 19th) addressed COVID-19 in general. The remaining dialogues covered specific topics and groups related to COVID-19, such as: COVID-19 and breastfeeding (August, 4th), COVID-19 and older people (August, 20th), COVID-19 and mental health (August, 26th), COVID-19 ACT-Accelerator and COVAX (September, 9th), COVID-19 labs and testing (July, 8th), COVID-19 and clinical care (September, 2nd), COVID-19 vaccines and therapeutics (July, 24th), and COVID-19 and noncommunicable diseases (September, 8th). All of the live Q&As were conducted by WHO counting with at least one specialist. Questions were collected from the public through the #AskWho.

This data on dialogue informs that, from the content perspective, the WHO focused communications on older people and women as vulnerable groups. Adding to the research on social media (Twitter), we checked back at the press statements to confirm most frequent vulnerable groups regarded by WHO, which adds to children, refugees and internally displaced persons, as shown in Figure 4.

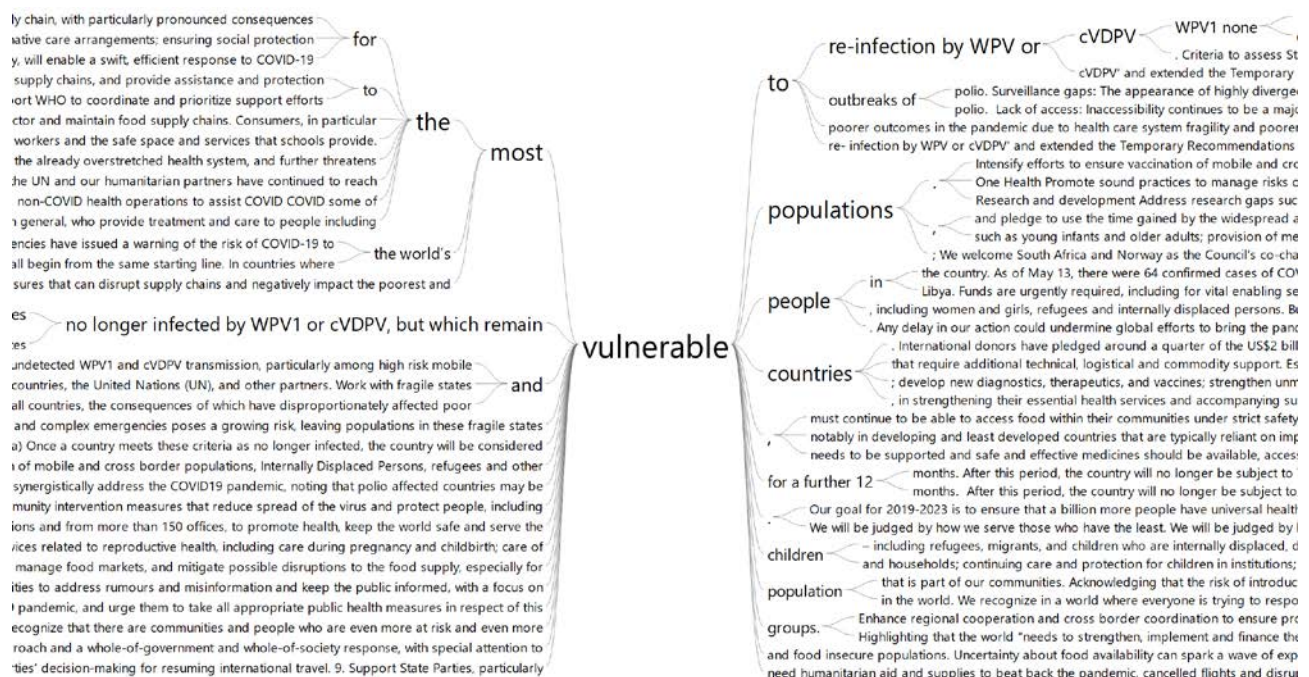


Figure 4
WHO's focus on vulnerable groups

This original organization of data on the WHO's digital communication offers an interesting overview of a model that computes individual and collective agency in the search of solutions to the Global Coronavirus Pandemic. In general terms, data suggests that WHO performs digital communication majorly from the medical-technical approach, although models of communication ('risk communication') officially informing the organization

advise a different rationale for communicating effectively with the public. However, WHO's digital communication cannot be fully analyzed if circumscribed in its own universe. In the following, we make a counterpoint by drawing comparisons to the regional human rights bodies' digital communication on the Global Coronavirus Pandemic.

International human rights bodies do not necessarily stand straightforwardly as start points for actions against the COVID-19. However, these international institutions took on an unprecedented role at coordinating actions and communicating from a prevalent human rights-based approach during the Global Coronavirus Pandemic.

3. Pandemics breaks through the Agenda of Regional Human Rights Regimes

The human rights-based approach is not a new idea, nor was it developed by or for communications at international human rights bodies primarily. It emerged two decades ago from some common elements with Amartya Sen's human development approach and the idea of "enlarging human capabilities" (Packer, Balan, 2020).

According to the Office of High Commissioner for Human Rights at the United Nations, the human rights-based approach serves as a framework for the processes of human development that are normatively founded on international human rights standards and operationally directed to promoting and protecting human rights (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 2006).

Under the human rights-based approach, public policy, development and communication are conceptualized in terms of providing capabilities for individuals to enlarge. Regarding communication, more specifically, the human rights-based approach is valued because it captures the diversity of ideas and opinions in a community.

With a different label, the human rights-based approach relates to the ACADA and Risk Communication in the sense of the priority action on the vulnerable and the agency of rights-holders. However, in spite of public health objectives, human right-based approaches put objectives primarily on human rights, that is, in the socio-economic dimensions of the Global Coronavirus Pandemic.

As such, the application of the human rights-based approach to the communication on the Coronavirus Global Pandemic offers a clear and compelling direction to both the ongoing and post-COVID-19 measures. During pandemics, a human rights-based approach to communication is useful to reinforce that measures restricting human rights hold an exceptional character. After pandemics, this approach can contribute to keeping the call on action to all actors responsible for addressing injustices and also to pursue accountability of those who evaded their official duties.

We monitored digital communication on the Coronavirus Global Pandemic of three relevant international human rights bodies since the WHO declared pandemic status to the COVID-19 outbreak on March 11th, 2020: the Commissioner for Human Rights, in Europe; the Inter-American Commission on Human Rights, in the Americas; and the African Commission on Human and Peoples' Rights, in Africa. These three bodies do not hold exactly the same functions, but they are comparable to the extent they hold mandates to promote human rights.

3.1 The Inter-American Human Rights System

The Inter-American Human Rights System corresponds to the regional system embedded in the Organization of American States (OAS). Its main objective consists of interpreting and adapting international human rights standards to the realities and specificities of the Americas. The Inter-American Commission on Human Rights, one of its two main bodies along with the Inter-American Human Rights Court, covers human rights promotion over 35 states in Latin, Central and North America.

The Global Coronavirus Pandemic came as a true novelty to the Inter-American Human Rights System in the terms of the need for a coordinated state's response. As the far-reaching human rights system in the Americas, the Inter-American Human Rights System experienced a more circumscribed health threat in the recent past, the Zika virus in 2016. At that time, the Inter-American Commission on Human Rights issued a single press release concerning the case, which stated:

“The IACHR has received alarming information concerning the **spread of the Zika virus and its specific impact on women**, particularly women of reproductive age. The Commission joins the call of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights stressing the importance that all **women's sexual and reproductive rights** are fully guaranteed for an effective **response to this public health crisis**. In this regard, the **IACHR urges States** to adopt specific preventive and emergency measures to ensure that all women receive the necessary information, support and services, free from any kind of discrimination, to make independent and free decisions regarding their reproductive health and family life in this context. These measures are particularly important in the case of girls and adolescents, and women with low incomes and living in rural areas, women from different races, ethnicities, sexual orientations and diverse gender identities, and women living with disabilities. (Inter-American Commission on Human Rights, Press Release, 08/3/2016).

Despite all the incertainties over the Zika virus (some still prevailing), the Inter-American Commission on Human Rights did not foresee a proper role during or when the outbreak subsided. Under a single press release, the Inter-American Commission on Human Rights limited its agency to classify the Zika virus as a public health crisis with specific impact on women and their reproductive and sexual rights. As such, it called states on action to guarantee those rights, especially concerning groups of vulnerable women.

Such previous and narrowed word on the Zika Virus barely resembles the institutional response built by the Inter-American Commission on Human Rights to cope with the Global Coronavirus Pandemic. On April, 10th, only one month after the WHO declared pandemic status on the Coronavirus, the Inter-American Commission on Human Rights issued the ‘Resolution on Pandemic and Human Rights in the Americas’.

This groundbreaking document presents 85 recommendations on how states should address the pandemic from a human rights perspective. These recommendations were sectorized to vulnerable groups: elderly people, persons deprived from liberty, women, indigenous peoples, migrant, asylum seekers, refugees, stateless persons, victims of trafficking, internally displaced people, children LGBTI people, african-american descendants and persons with disabilities.

At the same time, the Inter-American Commission on Human Rights installed its ‘Rapid and Integrated Response Coordination Unit’ (SACROI-COVID19, spanish acronym) to monitor actions taken on the protection of fundamental rights, especially the right to health. With this special unit, the Inter-American Commission on Human Rights seeks to:

“provide timely responses to the human rights situation in the context of COVID-19 pandemic by guaranteeing access to the Inter-American justice and protection of the rights of victims of human rights violations, either by articulating and coordinating monitoring mechanisms and dialogue with states, civil society organizations, academia, and [others].” (Inter-American Commission on Human Rights, 2020).

Regarding public communication, the SACROI-COVID-19 carries out three broad aims: to make the international community aware of the human rights situation in the context of the COVID-19 pandemic; to develop campaigns to promote the standards applicable to the matter; and, to create and specific microsite with all the Inter-American Commission on Human Rights’ information on the pandemic and human rights.

The SACROI-COVID-19 of the Inter-American Commission on Human Rights concentrates the main action and communication hub within the Inter-American Human Rights System. From there, daily bulletins on the statistics of deaths and confirmed cases in the Americas, latest news and scientific articles are periodically issued. The special unit also promoted 26 webinars with specialists, three institutional documents and several press releases.

3.2 The African Human Rights System

The African Human Rights System corresponds to the regional system founded on the structure of the intergovernmental organization African Union and continued in the African Union since 2002. Like other regional systems, the African Human Rights System emerged with the main objective of interpreting and adapting the international human rights standards to the realities and specificities of Africa. For that, it established two bodies: the African Commission on Human Rights and the African Court on Human and People's Rights. Although the African Union has a reach over 54 member states, currently 30 states participate in the African Human Rights System.

The Global Coronavirus Pandemic came to the African Human Rights System as a new threat adding to past grave experiences of the region with other health epidemics, like the HIV, malaria and, more recently, Ebola in 2014. The search for solutions to these epidemics enhanced a dense cooperation between African states and international organizations. However, the African Human Rights System performed a limited role in these episodes. During the Ebola outbreak, for instance, available data indicate action through press statements only: one presented at the United Nations Human Rights Council and others on the spread of Ebola virus and on the collective responsibility of states.

Despite limited, the African Human Rights System learnt from its past experiences, displaying some early reaction to COVID-19. In February, 28th, even before the WHO declared pandemic status on the Coronavirus, the African Commission on Human Rights issued a press release declaring deep concern on the risks of the COVID-19 then-epidemic becoming a pandemic and spreading in Africa, putting in peril the health and safety of its peoples.

However, like in the previous health crises, actions in the African Commission on Human Rights equal a communication role. Rather than regional action plans or special units to deal with the Global Coronavirus Pandemic, the body acts mainly through press releases, press statements and presentations. These statements show some sectorization to vulnerable groups (persons deprived from liberty, women, indigenous peoples, mine workers and human rights defenders) to express concern over the impacts of the Global Coronavirus Pandemic.

3.3 The European Human Rights System

The European Human Rights System is structured around three axes of intergovernmental organizations: The Council of Europe, the European Union and the Organization for Security and Cooperation in Europe. Therefore, it corresponds to a complex and highly institutionalized system. The main organs of the European Human Rights System comprise the European Court of Human Rights, created in 1959 in Strasbourg, France and

reformed as a permanent court with mandatory jurisdiction in 1998; and the European Commissioner on Human Rights, established in 1999, as a non-judicial body in charge of promotional human rights activities.

The Global Coronavirus Pandemic came to the European Human Rights System as a significant threat given the fast upsurging of COVID-19 cases in some countries like Italy and Spain and their momentaneous lack of capacity to handle them timely. However, the institutional density of regional organizations in the European context provided more solid grounds to advance states coordination while addressing the Global Coronavirus Pandemic within the human rights framework.

In this sense, the Council of Europe structured a website providing an overview of the organization's work and agenda on the ongoing Global Coronavirus Pandemic from the perspective of human rights. Sections of news, videos from experts, press statements from organization's leaders are presented along with practical tools, like the 'coronavirus toolkit' to guide governments at difficult decisions, a strategic action plan on human rights and technologies in Biomedicine (2020-2025), human rights online training program, among other actions.

From the European Commissioner on Human Rights part, the thematic section of its webpage has been filled with resources on the Global Coronavirus Pandemic, where statements are organized by the sectorization of vulnerable groups: older people, immigration and refugees, persons with disabilities, press freedom, LGBTI, persons deprived from liberty and women, primarily. Another significant part of the European Commissioner on Human Rights' work on the Global Coronavirus Pandemic is the use of Twitter as a tool of information and call to action. The explanation on the preference for social media as a communication's tool here relates to the fact that the European Commissioner can be more vocal, since its position is singled for speaking out objectively in the face of human rights violations.

The overview of the regional human rights bodies' responses to COVID-19 allow some room to explore further the human rights-based communication on the Global Coronavirus Pandemic. We turn, therefore, to gather a compilation of data on all press statements issued by these three regional human rights bodies since the declaration of pandemic status to COVID-19.

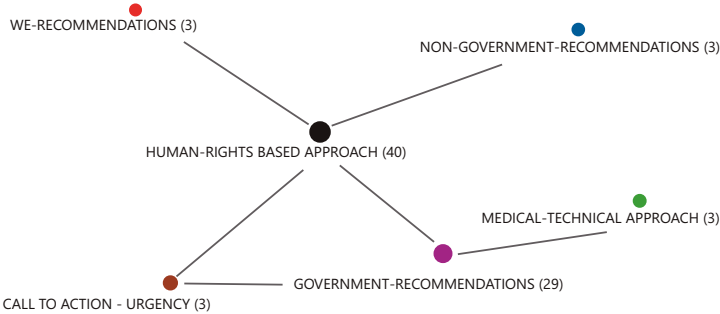
4. Human Rights Bodies' Communication on the Coronavirus Global Pandemic

The examination of the Human Rights Regional Bodies' digital communication on the Global Coronavirus Pandemic followed the same time frame (March 11th, 2020 to September 11th, 2020) and methodology (Qualitative Content Analysis) carried out for the analysis of

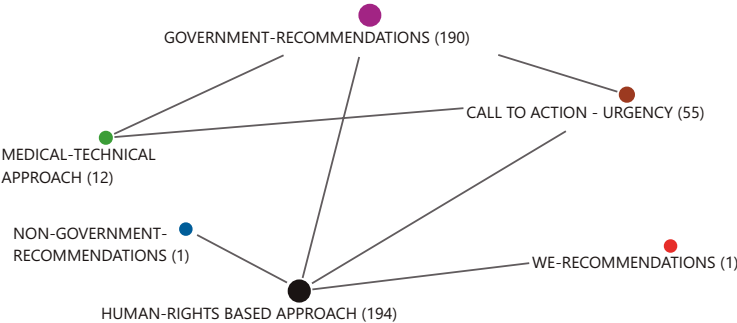
WHO's digital communication. Our sample comprises 32 press statements from the Council of Europe's Commissioner for Human Rights (16 on COVID-19); 157 press releases from the Inter-American Commission on Human Rights (34 on COVID-19); and 53 press releases from the African Commission on Human and Peoples' Rights (28 on COVID-19). Here is important to clarify that data on the Inter-American Human Rights Commission and the African Commission on Human and Peoples' Rights was collected from press releases, since these two bodies use the terms 'press release' and 'press statement' interchangeably.

After data collection from each regional human rights bodies' website, we coded information according to the classification defined in section 2, Table 1.

European Commissioner for Human Rights
Approach on Recommendations



Inter-American Commission on Human Rights
Approach on Recommendations



African Commission on Human and Peoples' Rights
Approach on Recommendations

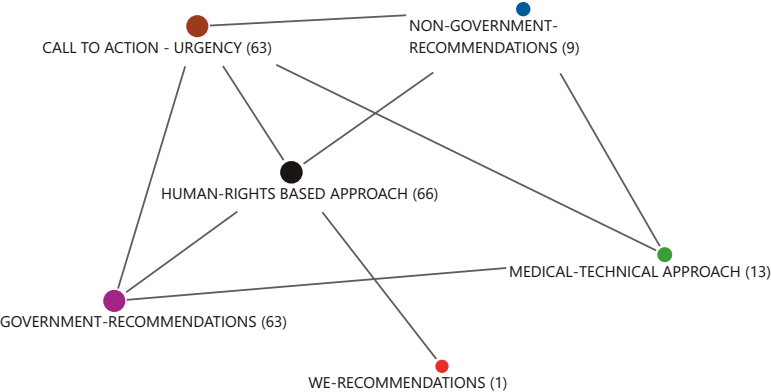


Figure 5
Code Maps of Regional Human Rights Bodies' Approach on Recommendations

Figure 5 shows that regional human rights bodies communicate similarly; from a human rights-based approach and targeting governments mainly. The European Commissioner for Human Rights issued 29 ‘Government-Recommendations’ from a human rights-based approach, while two of them comprised a medical-technical approach simultaneously. In the same line, the Inter-American Commission on Human Rights addressed 190 ‘Government-Recommendations’ from a human-rights based approach, while 12 of those also employed a medical-technical approach simultaneously. As for the African Commission on Human and Peoples’ Rights, all of its 63 ‘Government-Recommendations’ were issued from a human rights-based approach, with only ten of them having a medical-technical approach simultaneously. Differently from the European body, we observe that the Inter-American and African counterparts made use of urgent recommendations frequently. In the first case, almost one third of government-recommendations were tagged urgent and in the latter case, all government-recommendations were tagged as urgent.

Lastly, as dialogue plays a key part at the human rights-based approach, we looked for complimentary dialogue evidence within the regional human rights bodies on their main Twitter accounts (@CommissionerHR, @cidh, and @achpr_cadhp). Within our time frame, the European Commissioner for Human Rights tweeted 139 times (56 on COVID-19). Opportunities for dialogue happened through four webinars on following themes: human rights and the rule of law, health imperative during the COVID-19 pandemic, women’s access to sexual and reproductive health, and refugees and migrants.

As for the Inter-American Commission on Human Rights, the body tweeted 2909 times (932 on COVID-19). Opportunities for dialogue happened through 21 webinars on the following themes: freedom of expression and access to information; protection of economic, social and cultural rights; rights of persons with disabilities; poverty, inequality and fiscal policies; women’s rights; inter-institutional dialogue between regional human rights’ commissions; human mobility; memory, truth and justice; rights of LGBTI persons; human rights defenders; persons deprived of liberty; racism and discrimination; children rights; rights of older people; national responses, national human rights institutions and regional cooperation; rights of indigenous peoples; and right to health.

As for the African Commission on Human Rights, the body tweeted 142 times (20 on COVID-19). Opportunities for dialogue happened through the “The 2020 Africa Dialogue Series (ADS)”, organized by the United Nations Office of the Special Advisor on Africa and the African Union, that took place from 20 to 22 May, 2020, under the theme: “COVID-19 and Silencing the guns in Africa: Challenges and opportunities”.

Conclusions

International Organizations' digital communication on the Global Coronavirus Pandemic display different approaches. Initially, we assumed WHO — the lead public health organization — to address COVID-19 from a medical-technical perspective. In similar terms, we assumed human rights regimes — who displayed unprecedented responses to COVID-19 — to take a human rights-based approach. The core difference between the two approaches recalls to the fact that a medical-technical perspective would focus on the delivery of technically-sound messages to targeted audiences, while a human rights-based approach would prioritize capacity or willingness to initiate public dialogue with vulnerable groups.

However, results from the empirical analysis on the International Organizations' digital communication indicate that initial assumptions on the communicative approaches are not that straightforward in practice. While data confirmed that WHO employs a medical-technical approach majorly to its digital communication, the international organization also promoted dialogue to broad audiences through social media, that were used as tools to advance a more direct communication, although less frequently. On the other side, data confirmed initial presumptions of regional human rights regimes focus on a human rights-based approach to its digital communication. As expected, these regional human rights bodies' previous experience on digital communication enabled them to promote more opportunities for dialogue to advance two-way communication, in spite of rarely speaking out of disease outbreaks before.

Our comparative analysis demonstrates that current models of communication within international organizations converge in the terms of balancing technical and human rights-based approach. However, the evaluation of international organizations' digital communication on the Global Coronavirus Pandemic reveal difficulties to implement this in practice. A narrower focus on the possibilities of inter-institutional learning on best practices of digital communication on COVID-19 could be useful to bring to bear evidence of the potential to address this grave health crisis from the human rights perspective simultaneously.

References

- Bergamo, M. (2020, July 7). Máscara é “coisa de viado”, diz a Bolsonaro na frente de visitas. Retrieved September 26, 2020, from <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/07/mascara-e-coisa-de-v-dizia-bolsonaro-na-frente-de-visitas.shtml>
- Borzel, T. A. (1998). Organizing Babylon — On the Different Conceptions of Policy Networks. *Public Administration*, 76(2), 253–273. <https://doi.org/10.1111/1467-9299.00100>
- Castells, M. (2008). Comunicación, poder y contrapoder en la sociedad red (I). Los medios y la política. *Telos: Cuadernos de Comunicación e Innovación*, 74(2008), 13–24. Retrieved from <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2545714>
- Eba, P. M. (2014). Ebola and human rights in west Africa. *The Lancet*, 384(9960), 2091–2093. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)61412-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61412-4)
- Fidler, D. P. (1998). The Future of the World Health Organization: What Role for International Law? *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, 31(5), 1079–1126. Retrieved from <https://www.repository.law.indiana.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1699&context=facpub>
- Fidler, D. P. (2008). Influenza Virus Samples, International Law, and Global Health Diplomacy. *Emerging Infectious Diseases*, 14(1), 88–94. <https://doi.org/10.3201/eid1401.070700>
- Ford, D., Gadde, L., Hakansson, H., & Snehota, I. (2003). *Managing Business Relationships* (2nd ed.). Chichester, England: Wiley.
- Ford, N., Odallo, D., & Chorlton, R. (2003). Communication from a Human Rights Perspective: Responding to the HIV/AIDS Pandemic in Eastern and Southern Africa A Working Paper for use in HIV and AIDS Programmes. *Journal of Health Communication*, 8(6), 599–612. <https://doi.org/10.1080/713852167>
- Godlee, F. (1997). WHO reform and global health. *BMJ*, 314(7091), 1359. <https://doi.org/10.1136/bmj.314.7091.1359>
- Goldstein, J., & Martin, L. L. (2000). Legalization, Trade Liberalization, and Domestic Politics: A Cautionary Note. *International Organization*, 54(3), 603–632. <https://doi.org/10.1162/002081800551226>
- Inter-American Commission on Human Rights. (2016, March 8). *IACHR Welcomes Progress and Urges States to Ensure Favorable Conditions for the Exercise of Women's Rights* [Press release]. Retrieved February 13, 2021, from http://www.oas.org/en/iachr/media_center/PReleases/2016/031.asp
- Inter-American Commission on Human Rights. (2020). IACHR: SACROI COVID-19. Retrieved October 29, 2020, from http://oas.org/en/IACHR/jsForm/?File=/en/iachr/sacroi_covid19/default.asp
- Karns, M. P., & Mingst, K. A. (2013). International Organizations and Diplomacy. In J. Heine, R. Thakur, & A. F. Cooper (Eds.), *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy (Oxford Handbooks)* (pp. 1–13). <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199588862.013.0008>
- London, L. (2008). What Is a Human-Rights Based Approach to Health and Does It Matter? *Health and Human Rights*, 10(1), 65–80. <https://doi.org/10.2307/20460088>
- Lutz, E. L., & Sikkink, K. (2000). International Human Rights Law and Practice in Latin America. *International Organization*, 54(3), 633–659. <https://doi.org/10.1162/002081800551235>
- Manfredi-Sánchez, J. L. (2014). Taxonomía de la diplomacia digital en la agenda de las nuevas relaciones internacionales. *Historia y Comunicación Social*, 19(0), 341–354. https://doi.org/10.5209/rev_hics.2014.v19.47299
- Manor, I. (2016). *Are We There Yet: Have Mfas Realized the Potential of Digital Diplomacy?: Results from a Cross-National Comparison (Brill Research Perspectives in Humanities and Social Sciences)*. <https://doi.org/10.1163/9789004319790>
- Miller, V., VeneKlasen, L., & Clark, C. (2005). Rights-based Development: Linking Rights and Participation — Challenges in Thinking and Action. *IDS Bulletin*, 36(1), 31–40. <https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.2005.tb00176.x>
- Nyamu-Musembi, C., & Cornwall, A. (2004). What is the “rights-based approach” all about? Perspectives from international development agencies. *IDS Working Paper*, 234, 1–53. Retrieved from <https://www.ids.ac.uk/download.php?file=files/dmfile/Wp234.pdf>
- Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. (2006). *Frequently asked questions on a human rights-based approach to development cooperation* (HR/PUB/06/8). United Nations. Retrieved from <https://www.ohchr.org/documents/publications/fagen.pdf>
- Packer, J., & Balan, S. (2020, July 27). A genuine human rights-based approach for our post-pandemic future. Retrieved September 26, 2020, from <https://www.openglobalrights.org/genuine-human-rights-based-approach-for-post-pandemic-future/>
- Peabody, J. W. (1995). An organizational analysis of the World Health Organization: Narrowing the gap between promise and performance. *Social Science & Medicine*, 40(6), 731–742. [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(94\)00300-i](https://doi.org/10.1016/0277-9536(94)00300-i)
- Sikkink, K. (2020a). *The Hidden Face of Rights: Toward a Politics of Responsibilities (Castle Lecture Series)*. New Haven, Connecticut: Yale University Press.
- Sikkink, K. (2020b, March 16). Rights and responsibilities in the Coronavirus pandemic. Retrieved May 26, 2020, from <https://www.openglobalrights.org/rights-and-responsibilities-in-the-coronavirus-pandemic/>
- Simmons, B. A. (2000). International Law and State Behavior: Commitment and Compliance in International Monetary Affairs. *American Political Science Review*, 94(4), 819–835. <https://doi.org/10.2307/2586210>
- Soprana, P. (2020, September 12). Meme é arma de Taiwan contra desinformação sobre coronavírus, diz ministra. Retrieved October 13, 2020, from <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/meme-e-arma-de-taiwan-contra-desinformacao-sobre-coronavirus-diz-ministra.shtml>
- Taylor, A. L. (1992). Making the World Health Organization work: a legal framework for universal access to the conditions for health. *American Journal of Law & Medicine*, 18(4), 301–346. Retrieved from <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/1306610/>

- Valdés, C. S. (2017a). La Comunicación para el Cambio Social: una mirada participativa al concepto de desarrollo. *JANUS ANUÁRIO*, 2017, 104–105. Retrieved from https://janusonline.pt/images/anuario2017/2.3.5_CristinaVald%C3%A9s_Comunicaci%C3%B3n_CambioSocial.pdf
- Valdés, C. S. (2017b). La Comunicación para el Desarrollo: conceptos, aproximación histórica y características generales. *JANUS ANUÁRIO*, 2017, 106–107. Retrieved from https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3563/1/2.3.6_CristinaVald%C3%A9s_Comunicaci%C3%B3n_Desarrollo.pdf
- Walt, G. (1996). International Organizations in Health: The Problem of Leadership. In *Pocantico Retreat: Enhancing the Performance of International Health Institutions* (pp. 23–25). Cambridge, MA: Rockefeller Foundation.
- Weiss, E. B. (1993). International Environmental Law: Contemporary Issues and the Emergence of a New World Order. *Georgetown Law Journal*, 81(675), 675–710. Retrieved from <https://scholarship.law.georgetown.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2638&context=facpub>
- World Health Organization. (2015, June 19). WHO | General information on risk communication. Retrieved August 26, 2020, from <https://www.who.int/risk-communication/background/en/>

Informações divergentes, falhas e negacionismo: uma análise do enfrentamento à COVID-19 no Brasil no âmbito da comunicação

*Divergent information, flaws and denial:
an analysis of the confrontation with COVID-19
in Brazil in the scope of communication*

Andrik Brito Viana

Universidade Federal do Oeste da Bahia
(UFOB), Brasil.
andrikbrito@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-6248-2020](https://orcid.org/0000-0002-6248-2020)

Marco Aurélio Boselli

Universidade Federal de Uberlândia
(UFU), Brasil
maboselli@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-1030-1144](https://orcid.org/0000-0002-1030-1144)

Fernanda Vasques Ferreira

Universidade Federal do Oeste da Bahia
(UFOB), Brasil
fernanda.jornalista82@gmail.com
ORCID ID: [0000-0003-4242-0057](https://orcid.org/0000-0003-4242-0057)

Rafiza Varão

Universidade de Brasília (UnB), Brasil
rafiza@gmail.com
ORCID ID: [0000-0003-0383-5524](https://orcid.org/0000-0003-0383-5524)

Resumo: Entendemos comunicação como uma relação de consciências em que há compartilhamento simbólico do mesmo objeto mental (Martino, 2001). As políticas públicas são decididas em um processo constante de luta por hegemonia em que a comunicação é fundamental. Conforme Araújo e Cardoso (2007), a relação entre comunicação e políticas públicas de saúde no Brasil se constituiu desde 1920 com o Departamento Nacional de Saúde Pública que incluía a propaganda e a educação sanitária; nos anos 1940, a educação e a comunicação na saúde se articularam para disseminar informações sobre as doenças e os procedimentos de prevenção; e, nas décadas seguintes, a comunicação contribuiu para modelar as políticas públicas de saúde. Na segunda década do século XX, as políticas públicas foram atravessadas pelo direito à informação e à comunicação como condição para o direito à saúde. Araújo e Cardoso (2007) explicam que os campos da comunicação, da saúde e das políticas públicas mantêm intersecções entre si. Quais as intersecções entre o direito à informação e à comunicação, o direito à saúde e as políticas públicas comunicadas pelo Ministério da Saúde durante os primeiros 120 dias da pandemia da COVID-19? Nosso objetivo é compreender de que modo a comunicação contribui para o combate à COVID-19 e como se dão as interações entre os campos da comunicação, saúde e políticas públicas no enfrentamento da doença. Selecionamos conteúdos veiculados pelo site do Ministério da Saúde que indiquem as principais políticas públicas e, como intersecção, analisamos o conteúdo (Bardin, 2011) das reportagens da *Folha Online* que repercutiram as ações do Ministério da Saúde. Identificamos que a comunicação pública referente à saúde tem impactos diretos e imediatos na saúde do cidadão e entendemos que é dever do Estado que essa comunicação possa ser efetiva nas práticas de prevenção da doença, contribuindo com a efetivação de políticas públicas.

Palavras-chave: COVID-19; comunicação; saúde; políticas públicas; desinformação.

Abstract: We understand communication as a relation of consciences in which there is a symbolic sharing of the same mental object (Martino, 2001). Policy decisions are decided in a constant process of struggle for hegemony in which the communication is essential. According to Araújo and Cardoso (2007), the relationship between communication and public health policies in Brazil was constituted since 1920 with the National Department of Public Health that included advertising and sanitary education; in the 1940s, health education and communication were articulated to disseminate information about diseases and prevention procedures; and, in the following decades, communication contributed to shaping policies public health. In the second decade of the 20th century, public policies were crossed by the right to information and communication as a condition for the right to health. Araújo and Cardoso (2007) explain that the field of communication, health and public policies maintain intersections with each other. Which intersections between the right to information and communication, the right to health and public policies were communicated by the Ministry of Health during the first 120 days of the COVID-19 pandemic? Our goal is to understand how the communication contributes to the fight against COVID-19 and how interactions occur between the fields of communication, health and public policies in facing the disease. We selected content from the Ministry of Health website that indicates the main public policies and, as an intersection, we analyze the content (Bardin, 2011) of the *Folha Online* reports that reflected the actions of the Ministry of Health. We identified that public communication regarding health has direct and immediate impacts on citizens' health and we understand that it is the State's duty that such communication may be effective in the practices of disease prevention, contributing to the implementation of public policies.

Keywords: COVID-19; communication; health; public policy; disinformation.

1. Introdução

O direito à informação é uma das garantias fundamentais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º (parte do capítulo Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), inciso XIV, segundo o qual: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, recuperado em 28 de setembro, 2020). Além disso, no seu inciso XXXIII, se afirma:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, recuperado em 28 de setembro, 2020)

Mais à frente, no artigo 220, que trata da comunicação social, a Constituição é enfática:

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, recuperado em 28 de setembro, 2020)

Esses direitos têm como fundamento, por sua vez, as diretrizes presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos que assevera, em seu artigo 19, que “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, recuperado em 28 de setembro, 2020).

No que diz respeito à saúde, esses dois documentos também asseguram-na como um direito. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a saúde deve ser promovida pela promoção, também, de padrões de vida adequados. Na Constituição brasileira, a saúde é dos direitos sociais, de acordo com o artigo 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, recuperado em 28 de setembro, 2020)

A mesma Constituição afiança que cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios zelar por este direito social, atendendo às necessidades de saúde da população.

Este breve resumo de como informação e saúde são compreendidos pela Constituição brasileira e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos serve aqui como preâmbulo

para refletirmos acerca das relações que se estabelecem entre informação e saúde, em especial no que tange à comunicação efetuada pelo Ministério da Saúde do Brasil em meio à pandemia da COVID-19.

As questões de saúde pública, como as que se referem ao novo coronavírus e seu enfrentamento no país, esbarraram em ações de comunicação que contrariaram (e ainda contrariam) a série de preceitos expostos acima. Além da troca de dois ministros da Saúde, durante o período de crise sanitária, a forma de divulgação das informações foi continuamente alterada. Por exemplo,

No começo de junho, a página do ministério deixou de divulgar os números acumulados da COVID-19, passando a mostrar apenas os casos e mortes acumulados em 24h. Poucos dias após a mudança, focados na ideia de responsabilidade social da imprensa, os veículos O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, G1 e UOL decidiram formar um consórcio que ficaria responsável por somar esses números, partindo do histórico da doença e dos dados fornecidos diariamente pelas secretarias de saúde estaduais (VARÃO, 2020) (<http://portalimprensa.com.br/noticias/opiniao/83711/numeros+negacionismo+morte+e+desinformacao+por+rafiza+varao>, recuperado em 29 de setembro, 2020)

Entendendo o direito à informação e à comunicação como condição para o direito à saúde, este trabalho busca compreender quais as intersecções entre esses direitos foram norteadores das políticas públicas comunicadas pelo Ministério da Saúde durante os primeiros 120 dias da pandemia da COVID-19 em terras brasileiras.

Para realizar o levantamento, selecionamos conteúdos veiculados pelo site do Ministério da Saúde que indiquem as principais políticas públicas e, como intersecção, analisamos o conteúdo (Bardin, 2011) das reportagens da *Folha Digital* que repercutiram as ações do Ministério da Saúde. De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), em 2019, a *Folha de S. Paulo* foi o jornal que liderou o *ranking* nacional de circulação em número de exemplares (<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2020/01/21/circulacao-dos-maiores-jornais-do-pais-cresce-em-2019.html>, recuperado em 25 de setembro, 2020). Embora nossa análise se concentre nos conteúdos da *Folha Digital*, o aumento de circulação apontado pelo IVC foi impulsionado pelas assinaturas digitais (<https://canaltech.com.br/internet/veja-quais-sao-os-sites-mais-acessados-no-brasil-38887>, recuperado em 25 de setembro, 2020). Ademais, a *Folha Digital* é hospedada no portal UOL, o quarto mais acessado do Brasil, ocupando a 101ª posição no *ranking* mundial de portais de notícias com o maior número de acessos, de acordo com dados do Alexa. Na seleção do material foram utilizados códigos *Phyton* (um para cada site), de modo a ter um levantamento completo e cruzado sobre aquilo que o Ministério da Saúde comunicou e qual seu impacto na imprensa atuante na divulgação dos dados do coronavírus.

2. Comunicação e saúde

A comunicação é uma ciência interdisciplinar que dialoga com as mais diferentes áreas e, embora a relação entre comunicação e saúde pareça antiga, foi a partir dos anos 1990 que essa conexão passou a ter mais visibilidade (Araújo e Cardoso, 2007). Esse aumento na visibilidade está associado ao aumento nas possibilidades de formação, ampliação da pesquisa *lato sensu*, promoção de eventos e oferta de cursos que promovem o diálogo entre comunicação e saúde.

A temática da saúde é, por razões óbvias, assunto da mais alta relevância para a sociedade. Para além do aspecto fundamental — da saúde como manutenção da vida e como direito fundamental —, o assunto, quando coberto pela mídia, assume preponderância na vida das pessoas, seja pela busca de melhores condições de vida, seja pela ausência delas e/ou invisibilidades das políticas públicas de saúde. O contexto da pandemia da COVID-19 coloca ainda mais em evidência a importância da comunicação em saúde quando observamos os vínculos entre as relações de poder e os embates travados entre as políticas públicas em saúde e as forças hegemônicas de comunicação.

Toda essa construção da C&S se dá em pleno contexto da saúde pública, portanto está sujeita aos mesmos embates da luta por hegemonia, que mobiliza e por vezes contrapõe forças centrípetas e centrífugas que se manifestam nesse espaço multidirecional, como de resto em toda a sociedade. A comunicação é parte importante dessa luta e a natureza e a qualidade de suas práticas podem contribuir para a transformação das estruturas e relações de poder ou para a sua manutenção (Araújo e Cardoso, 2007, p. 32-33)

Tabakman (2013) é enfática ao afirmar que o jornalismo tem “poder para ajudar, poder para prejudicar”. Quando a autora discute essas possibilidades da atividade jornalística na cobertura de temáticas de saúde, observamos um alerta sobre a necessidade de o jornalismo atuar para a sociedade, com um sentido social. Ferreira (2018) aponta que o jornalismo deve ir além do factual — característica fundamental das notícias — contextualizando as informações e propiciando um cenário favorável para a consolidação de uma cidadania plena aos cidadãos.

Nessa mesma perspectiva, Coutinho e Gouvêa (2016, p. 14) defendem que a informação tem papel central nas questões de saúde pública quando analisam a cobertura informativa sobre o câncer de mama e explicitam as relações de poder e de interesses que estão em jogo quando um assunto é interditado ou vem à tona na mídia. Figueiredo e Moura (2013) discorrem sobre os aspectos do silenciamento na cobertura sobre a saúde dos povos indígenas:

O efeito de sentido do silenciamento é uma ordem do discurso institucional que se instaura. Ordem do discurso poderia ser compreendida como as leis, regras e normas que autorizam ou desautorizam o que pode ser dito, onde pode ser dito e por quem; ou o que deve ser calado. (Figueiredo e Moura, 2013, p. 81)

A teoria da espiral do silêncio, desenvolvida por Noelle-Neumann (2017), explica que a mídia tende a silenciar determinados temas, interferindo na opinião pública, no grau de conhecimento ou desconhecimento das pessoas sobre determinado assunto, seja pela acumulação — excesso de exposição de determinados temas —, seja pela consonância — maneira semelhante que é escolhida pela mídia para a cobertura de alguns assuntos.

Assim, o que Araújo e Cardoso (2007) nos esclarecem é que a relação mais intrínseca que se estabelece entre comunicação e políticas públicas está na gestação dessas políticas. De acordo com as autoras, a comunicação é estruturante das políticas públicas e que essas são decididas num processo de luta por hegemonia em que a luta pelo poder simbólico prepondera (Bourdieu, 2001).

Via de regra, essas lutas são travadas por narrativas e discursos que se dão no espaço midiático, mais recentemente, nas redes digitais com a presença de múltiplos atores, com diferentes interesses e — para agravar a situação — com a presença de *trolls* e robôs que, por meio da programação e inteligência artificial — geram conteúdo quase sempre negativo e inverídico (*fake news*) sobre o caráter público dos equipamentos do Estado, bem como das políticas públicas em diferentes áreas, principalmente na saúde pública.

É nesse terreno fértil de distorções sobre o caráter público da saúde como direito do cidadão e dever do Estado que, segundo Araújo e Cardoso (2007, p. 35), asseveram que: “[...] a comunicação, no campo da saúde, caminha na contramão do SUS”. As autoras contextualizam a crítica:

[...] a prática comunicativa tem caminhado por sendas distintas, sofrendo muito mais as coerções de alguns modelos e perspectivas analíticas que se cristalizaram ao longo do tempo, que não correspondem às concepções de relação entre Estado e sociedade expressas no SUS. (Araújo e Cardoso, 2007, p. 35)

Machado (2014) salienta que os discursos midiáticos interferem na construção de uma imagem do SUS e dos discursos que o avaliam. Compartilhamos da visão da autora, na medida em que ela afirma que os meios de comunicação “interferem diretamente na construção e na transformação da realidade da população, além de influenciarem na percepção que cada indivíduo tem da realidade” (Machado, 2014, p. 237). A partir dessa reflexão é que nossa proposta busca compreender quais as intersecções entre o direito à informação e à comunicação, o direito à saúde e as políticas públicas comunicadas pelo Ministério da Saúde durante os primeiros 120 dias da pandemia da COVID-19.

3. Ministério da Saúde e pandemia: breve contextualização

Para compreender a análise aqui empreendida, é necessário também entender em qual contexto a pandemia da COVID-19 se desenvolveu no Brasil, dissecando, ainda que parcialmente o que os 120 primeiros dias da doença em terras tupiniquins, completados em 24 de junho¹. O país foi o único a trocar de ministro da Saúde durante o período, o que desencadeou uma série de alterações nas relações de comunicação entre o Ministério e a população.

Na primeira fase das ações empreendidas pelo Ministério da Saúde, estava à frente da pasta Luiz Henrique Mandetta, que havia sido ministro também no governo anterior, de Michel Temer. Mandetta foi, junto a seu secretário de Vigilância em Saúde (Wanderson Oliveira) e seu secretário-executivo (João Gabbardo dos Reis) o responsável pela introdução no Brasil das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) referentes ao distanciamento social, diretrizes de higiene e alertas sobre possível colapso no sistema de saúde (o que de fato ocorreu em várias regiões do país, como Manaus e Fortaleza).

Mandetta adotou, ao longo de sua gestão no ministério e na gestão da crise da pandemia estratégias similares a governos europeus no combate à pandemia: além das intervenções características do próprio ministério, como levantamento de insumos, passou a se comunicar quase que diariamente com a população e a imprensa por meio de coletivas de imprensa. Quando não estava presente nesses eventos, os secretários já citados se faziam presentes. O objetivo era não só atualizar os números da COVID-19 no Brasil — que, como se esperava, foram crescendo exponencialmente —, mas esclarecer dúvidas, informar sobre planejamento e operações do ministério, bem como instruir sobre os melhores procedimentos quanto ao vírus, reforçando a necessidade do distanciamento social.

Nesse ponto, Mandetta começou a ter embates com o chefe do Executivo, que desde o início da pandemia no Brasil se mostrou (e tem se mostrado ainda) como um opositor da recomendação da OMS de evitar contato próximo e aglomerações enquanto não houver uma vacina disponível para o novo coronavírus.

Além disso, Mandetta também se opôs à utilização da hidroxicloroquina como tratamento profilático da COVID-19, o que também se choca com a vontade do presidente da república de transformar a medicação, que não teve sua eficácia comprovada, no principal tratamento do coronavírus.

Os embates entre o ministro e seu chefe prosseguiram até 16 de abril, quando Mandetta foi demitido. Logo em seguida, no mesmo dia, o médico e empresário Nelson Teich foi anunciado como novo ministro da Saúde. A intenção era que Teich, apoiador do presidente desde sua campanha vitoriosa, fosse menos resistente a adotar a postura requerida por seu chefe:

1 O primeiro caso de COVID-19 confirmado no Brasil data de 26 de fevereiro de 2020.

a supressão do distanciamento social e a adoção da hidroxiclороquina como medicamento padrão no tratamento da COVID-19.

Teich não deu prosseguimento às coletivas instituídas por Mandetta, embora realizasse algum encontro com a imprensa eventualmente. Contudo, ao contrário do que se esperava, não suspendeu as normas de distanciamento social nem mesmo tornou o uso de hidroxiclороquina como terapêutica obrigatória para o SARS-CoV-2. Com isso, Teich durou menos que um mês no cargo. No dia 15 de maio, Nelson Teich pediu demissão do cargo, afirmando: “Não vou manchar a minha história por causa da cloroquina” (<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/15/nelson-teich-pede-demissao-do-ministerio-da-saude>, recuperado em 29 de setembro, 2020).

Seu sucessor é o atual ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que atuou como interino até o dia 16 de setembro, quando finalmente foi oficializado no cargo. Coube à Pazuello, militar e o primeiro não médico na chefia do ministério da Saúde durante a pandemia, a liberação do protocolo da hidroxiclороquina. No campo da comunicação, Pazuello extinguiu as coletivas e focou a divulgação dos dados da COVID-19 no número de curados, transformando este no dado principal na página do Ministério da Saúde.

Foi também sob sua gestão que a comunicação oficial se tornou menos transparente como já visto neste texto quando falamos da criação do consórcio de empresas de jornalismo para informar os números da pandemia em sua totalidade e que deixariam de ser divulgados pelo governo. O Supremo Tribunal Federal precisou intervir para que esses números voltassem a ser publicados integralmente, mas todas essas interferências acabaram por gerar um ambiente desfavorável à credibilidade das informações e afetaram também o interesse em torno delas.

A comunicação sobre a COVID-19, bem como os conteúdos voltados à conscientização dos cidadãos sobre a doença acabaram ficando, de forma majoritária, com a imprensa tradicional e com divulgadores científicos sérios que assumiram a tarefa de orientar a população nesse momento.

A falta de uma comunicação oficial mais rigorosa também abriu espaço para a proliferação de desinformação em massa. Assim, as informações de interesse público se tornaram presentes sobretudo pelo esforço do jornalismo, mas este pouco se inspirou pelo site do ministério — o que causou uma dissonância entre as notícias do órgão e aquelas publicadas no jornal aqui analisado. Enquanto isso, os números da crise no Brasil não deixaram de subir. Nesses 120 dias, o país foi o único no mundo a não achatar a curva de crescimento de contágio e óbitos (<https://www.metropoles.com/coronavirus/brasil-e-o-unico-pais-que-apos-100-dias-de-covid-19-nao-achaturou-a-curva>, recuperado em 29 de setembro, 2020).

4. Automação de busca em Python

Realizar levantamentos em portais ou sites na internet por períodos extensos sempre foi um desafio para pesquisadores da comunicação. Nosso trabalho inclui a análise do período de 120 dias de publicações no portal do Ministério da Saúde e da *Folha Online* só foi possível graças à automação computacional, feita aqui a partir de códigos na linguagem *Python* específicos para cada página.

Cada página — *Folha Online* ou do Ministério da Saúde — tem uma estrutura diferente. Por isso, para montar um código que consiga fazer a leitura é preciso estudar o formato html da página. Estas diferenças também fazem a tarefa de construir um único código para múltiplas funções ser um tanto quanto difícil.

Estes códigos foram construídos a partir de bibliotecas externas ao *Python*, a biblioteca *requests* que permite acessar endereços web e transferir os dados das páginas como uma “resposta”. Esta “resposta” contém todos os símbolos html, e é tratada com a biblioteca Beautiful Soup (bs4 neste código) que facilita a extração dos títulos e texto e informações de interesse das páginas. Após estas ações, a biblioteca “re” (do inglês *regular expression*) construída para tratar *strings*, que aqui são as palavras do texto, é usada duas vezes. O principal uso é para comparar as palavras-chave com os textos das páginas e selecionar os conteúdos de interesse para nossa pesquisa, bem como fazer uma segunda filtragem de caracteres e espaços indesejados que sobrevivem ao tratamento com o bs4. O uso da *re* tem vantagens em relação a comparações diretas por poder trabalhar independentemente de maiúsculas e minúsculas, tratamento de espaços em branco extras, entre outras.

No presente trabalho também foram usadas as bibliotecas *numpy* (de *numerical pyhton*) para transformar as datas (ano-mês-dia) em dados numéricos matematicamente manipuláveis, *datetime* para gerar datas e a biblioteca *Python Data Analysis Library* (PANDAS) para organizar os dados em forma de planilha e salvar em arquivos do tipo csv.

O levantamento da *Folha Digital* foi feito a partir do site WayBack Machine (endereço base: http://web.archive.org/web/*/https://www.folha.uol.com.br/) referido aqui como *web.archive*. O estudo preliminar da estrutura da página mostrou que os arquivos eram organizados da seguinte forma: <http://web.archive.org/web/20200617051728/https://www.folha.uol.com.br/>, onde o número “20200617051728” significa 2020/06/17, a data no formato da língua inglesa, e 05 para hora, 17 para os minutos e 28 segundos, este é o dia e a hora do arquivamento. O site faz vários arquivamentos por dia. Como a hora de arquivamento não segue padrão, um teste mostrou uma forma eficiente de acessar os arquivos usando apenas a data que leva ao último arquivamento do dia, tornando a paginação uma tarefa simples. Assim, foi feita aqui uma função dentro do código *Python*, que gera uma lista de datas permitindo reconstruir os endereços somando os *strings*: <http://web.archive.org/web/> + data + <https://www.folha.uol.com.br/>.

Estabelecida a paginação, passamos para a segunda fase, a busca em si dos conteúdos. O exame da página inicial da *Folha Online* mostrou que esta contém apenas os links para as seções, não tendo nenhum artigo específico ali alocado. Então, na busca, pulamos a página inicial e passamos direto para as seções. Nesta parte do código, uma função localiza todos os links de cada seção aberta. Para cada link, uma terceira função abre o artigo, pesquisa a existência das palavras-chaves, e guarda os textos de interesse. Os links pesquisados também são guardados para evitar duplicação, pois cada artigo é lido uma única vez. Por fim, os dados acumulados são salvos em forma de planilha num arquivo csv e também em formato texto. O tempo de processamento para fazer o levantamento foi de cerca de cem horas, parte disso devido a uma resposta lenta do site.

Já a página de notícias do Ministério da Saúde tem uma estrutura de organização bem uniforme, com dez notícias por página, com título, data de postagem e o conteúdo do artigo bem delimitados no texto html. Nesta busca também foi utilizado um código com três funções. A função mais externa também faz a paginação. De forma simples, o código busca o link próximo no fim da página, e assim abre uma por uma até a página mais antiga salva. A organização das notícias é feita em ordem cronológica reversa. Consequentemente, a pesquisa é feita nesta mesma ordem.

A segunda e terceira funções são muito parecidas com as descritas acima para a *Folha Online*. Dentro de cada página “Notícias” é localizado cada link de artigo para, em seguida, uma terceira função buscar nos textos as palavras-chaves e salvar os artigos selecionados. Na página não havia links duplicados.

Por fim, o código salva o trabalho em um arquivo csv e em outro tipo de texto. A organização da página e volume de informações permitiu que o levantamento de agosto retroativo a janeiro de 2020 fosse feito em cerca de dez minutos.

5. Na contramão da comunicação em saúde: políticas públicas invisíveis, divergência de informações e negacionismo

A análise das intersecções entre os conteúdos das publicações sobre políticas públicas para o enfrentamento à COVID-19 na página Notícias do Ministério da Saúde resultou em 419 ocorrências, enquanto que na *Folha Digital*, tivemos como resultado 6.333 ocorrências no mesmo período de 120 dias. Ao analisarmos os resultados obtidos por meio da automação feita pelos códigos *Python* descritos anteriormente, identificamos que, via de regra, as políticas públicas de saúde comunicadas pelo Ministério da Saúde não reverberam como notícias no site da *Folha*.

A análise de conteúdo (Bardin, 2011) se ocupou da leitura e interpretação dos materiais levantados pela automação de buscas de conteúdo conforme explicitado anteriormente. Do

total de ocorrências de notícias publicadas no site do Ministério da Saúde sobre a COVID-19, selecionamos aquelas que versavam sobre políticas públicas ou que tangenciavam temas próximos à noção de políticas públicas² que consideramos para efeito desse trabalho. Assim, das 419 ocorrências, detivemo-nos a 81 notícias publicadas no site do Ministério da Saúde. A partir da leitura e interpretação, identificamos duas categorias relativas ao conteúdo: informativo (67), de prevenção (14). No período analisado não encontramos ocorrências de conteúdos que buscaram “remediar” a doença. Esses conteúdos foram encontrados fora da amostra analisada, nos meses de agosto e setembro.

A primeira notícia publicada no site do Ministério da Saúde e repercutida na *Folha Digital* no período dos 120 analisados é a confirmação do primeiro caso no Brasil. Sob o título *Brasil confirma primeiro caso da doença* no Ministério da Saúde, na *Folha Digital*, o material é publicado com o seguinte título: *Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus*. Os dois conteúdos não revelam intersecção e menções a políticas públicas.

Observamos que somente no dia 28 de fevereiro, o Ministério da Saúde publicou notícia referente à campanha de prevenção ao novo coronavírus. Contudo, esse assunto não é repercutido pela *Folha Digital*. Do mesmo modo, outras seis ocorrências em diferentes momentos do período analisado não foram como relevantes para serem inseridas na pauta da *Folha Digital*. Pautas como: *Campanha de vacinação contra a gripe será antecipada*, *Brasil amplia diagnóstico para o coronavírus*, *Brasil amplia medidas para assistência de casos de COVID-19*, *Idosos serão os primeiros a receber vacina contra gripe*, *90% dos casos de coronavírus podem ser atendidos nos postos de saúde*, *Legislativo deve liberar até R\$ 5 bilhões para combate ao coronavírus*.

Identificamos conteúdos que não reverberaram na *Folha Digital* mas que foram iniciativas divulgadas pelo Ministério da Saúde, entre elas estão: *Ministério da Saúde convoca 5 mil médicos contra coronavírus*, *Saúde anuncia orientações para evitar a disseminação do coronavírus*, *Estados terão R\$ 432 milhões para enfrentar COVID-19*, *Todos os laboratórios públicos do país podem realizar exame para coronavírus*, *Postos de saúde adotam método que agiliza atendimento de casos suspeitos*. A notícia publicada no Ministério da Saúde cujo título é: *Saúde regula condições de isolamento e quarentena* teve repercussão na *Folha Digital* com o título: *Isolamento domiciliar com vírus tem regra até para usar o banheiro*. É no mês de março que o Ministério da Saúde comunica sobre o uso da cloroquina para tratar casos da COVID-19 e personifica ações do presidente da República indicando quais são os serviços que não podem parar. É também nesse período que o Ministério da Saúde informa que irá destinar recursos

2 “[...] são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos nacional, estadual ou municipal que afetam a todos os cidadãos, de todas as escolaridades, independente de sexo, cor, religião ou classe social. A política pública deve ser construída a partir da participação direta ou indireta da sociedade civil, visando assegurar um direito a determinado serviço, ação ou programa. No Brasil, o direito à saúde é viabilizado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) que deverá ser universal, integral e gratuito”. (<https://portal.fiocruz.br/politicas-publicas-e-modelos-de-atencao-saude>, recuperado em 29 de setembro, 2020)

para o enfrentamento à COVID-19, realizar a distribuição de testes rápidos e a entrega de equipamentos de proteção individuais (EPIs) a profissionais de saúde. A *Folha Digital* publicou a notícia *Brasil recebe primeiro lote de testes rápidos de diagnóstico da COVID-19*, categorizada como uma informação que privilegia a prevenção.

No mês de abril, o Ministério da Saúde aumentou o número de publicações relativas à COVID-19, totalizando 31 ocorrências. Esse total versou, entre outros assuntos, sobre: destinação de recursos, distribuição de testes rápidos e EPIs, capacitação de profissionais de saúde para atendimento a pacientes diagnosticados com o novo coronavírus, aquisição de respiradores, ventiladores pulmonares e máscaras, novos critérios de isolamento social, o anúncio da adoção de medidas de proteção aos povos indígenas no contexto da pandemia, bem como a utilização de recursos como o TeleSUS e a adoção de medidas básicas de higiene por parte da população para conter o vírus, ampliação do número de leitos de UTI, implementação de consultas virtuais em postos de saúde do SUS e lançamento de ações e cuidados para idosos em situação de vulnerabilidade. Em que pese o anúncio dessas medidas e políticas públicas para o enfrentamento à COVID-19 no site do Ministério da Saúde terem se efetivado ou não — e essa análise não é contemplada em nosso trabalho — o fato que devemos destacar é que elas não tiveram correspondência no site da *Folha Digital*. Em nossa busca, não encontramos evidências de que o jornal on-line tenha reproduzido esses assuntos nesse período.

No mês de maio, o Ministério da Saúde publicou 16 notícias sobre a COVID-19. Contudo, identificamos que, nenhuma dessas ocorrências teve impacto na pauta da *Folha Digital*. Nesse período, foram anunciados programas para diagnóstico e prevenção da COVID-19, aquisição de máscaras cirúrgicas, apoio psiquiátrico aos profissionais de saúde do SUS, destinação de recursos para combater o novo coronavírus, além da ampliação do número de leitos, da distribuição de EPIs aos profissionais de saúde, bem como diretrizes para balizar ações de isolamento social, além de anunciar que o governo brasileiro garantiu atendimento a indígenas. Esses conteúdos refletem a comunicação institucional do Ministério da Saúde e o anúncio de políticas públicas e medidas de contenção da doença. Não é objetivo dessa análise julgar se essas ações foram efetivadas parcial ou integralmente pelo órgão. Entre os trabalhos da atividade jornalística, estão a apuração e a checagem de materiais institucionais que promovem o órgão. Essas ações convergiriam para o que Tabakman (2013) de cobertura da saúde por uma perspectiva social, em que o jornalismo evidencia o direito do cidadão à saúde.

Outras 16 ocorrências sobre COVID-19 foram verificadas no site do Ministério da Saúde e que não tiveram correspondência na *Folha Digital*. Nesse mês, o foco das notícias institucionais foram para o SUS. É também nesse período que o órgão lança um plano para “retomada segura das atividades” quando em 19 de junho, com 1.206 mortes por COVID-19 registradas em 24h, 1.032.913 pessoas já tinham sido contaminadas e 48.954 mortas pela doença. Observamos que há uma divergência entre a ideia de prevenção e a proposta de balizar a retomada de atividades econômicas. Também identificamos que em junho, o Ministério da Saúde

aumentou o número de publicações sobre políticas públicas para proteção de comunidades indígenas frente à pandemia. O órgão também publicou uma notícia no dia 12 de junho se referindo a um “erro” cometido pela *Folha Digital*. Embora essa notícia do Ministério da Saúde que faz menção à *Folha Digital* não corresponda a uma política pública de saúde, chamou-nos atenção o fato de a *Folha Digital* ter sido citada nominalmente — como *Folha de S. Paulo* — já no título da reportagem que versava sobre *Método defendido pelo governo deixa de fora de boletim 44% das mortes por COVID-19*. Essa informação publicada pela *Folha Digital* está associada à divergência de informações oficiais, questão abordada anteriormente em nosso trabalho, razão pela qual órgãos de imprensa formaram um consórcio para somar e confrontar os números da COVID-19 divulgados pelo órgão oficial.

Aos 24 dias do mês de junho, ao completar 120 dias de pandemia no Brasil, período que escolhemos para compreender de que modo a comunicação contribui para o combate à COVID-19 e como se dão as interações entre os campos da comunicação, saúde e políticas públicas no enfrentamento da doença, o boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde registrou 1.192.474 casos confirmados e 53.874 vidas perdidas³.

Nossa análise considera que do ponto de vista da comunicação do Ministério da Saúde, a política pública mais complexa e ampla disponibilizada ao cidadão no país é o SUS e todo o aparato que envolve o Sistema para dar conta da universalidade, gratuidade e integralidade do acesso ao cidadão à saúde. O SUS é evidenciado em sete títulos e no corpo do texto de 49 dos textos analisados. Inferimos que, no período analisado, há uma recorrência da divulgação no site do Ministério sobre os programas, ações e decisões tomadas em relação à COVID-19. Não obstante, consideramos importante fazer a ressalva de que, algumas delas, são comunicadas mais como “um modo de ver” do gestor da pasta ministerial do que efetivamente como uma política pública de defesa da saúde do cidadão e que, dentre essas, alguns conteúdos vão de encontro com orientações sanitárias definidas pela OMS, colocando em xeque as bases científicas que devem nortear as políticas públicas de saúde.

Por outro lado, identificamos que, no período analisado, a *Folha Digital* não parece ter repercutido as políticas ministeriais relativas à COVID-19 e parece ter deixado de comunicar aos cidadãos sobre temáticas importantes que dizem respeito a serviços, ações, programas e decisões tomadas pelo órgão para a contenção da pandemia no Brasil. Observamos que a *Folha Digital* privilegiou, nesse período, falas do chefe do Executivo sobre a pandemia; conteúdos de orientação ao cidadão com foco em fontes e autoridades de saúde; coberturas relativas aos números da COVID-19 no Brasil e a dicotomia entre saúde e economia estabelecida no país.

3 Até o envio da versão final desse trabalho, em 30 de setembro de 2020, o Brasil acumulou 4.787.637 contaminados e 143.243 mortes registradas por COVID-19, totalizando 863

O trabalho de Machado (2014, p. 243) faz uma análise das percepções do SUS em comparação com uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e análise da cobertura do jornal *O Globo*. No trabalho, a autora enfatiza que a maior parte do crédito sobre as boas práticas e ações do Sistema é conferido a governos estaduais e municipais e que “os insucessos dos serviços de saúde são atribuídos ao Ministério da Saúde (como se ele agisse isoladamente), e, esses “problemas” recaem sobre a nomenclatura SUS”. A pesquisa do Ipea revelou que quem não era usuário do SUS avaliava os serviços prestados pelo Sistema “mais negativamente” que os usuários do SUS.

6. Conclusão

Os primeiros 120 dias da pandemia da COVID-19 no Brasil foram marcados por descompassos. Não só entre o chefe do Executivo brasileiro e seus ministros da Saúde, mas entre as notícias divulgadas pelo Ministério da Saúde e o jornal *Folha Digital*. Isso não é um problema, uma vez que o jornalismo não deve se valer apenas de fontes oficiais para a construção do material jornalístico.

Entretanto, há algumas questões a serem observadas nessa dissonância para além dessa ação normal da práxis jornalística, como possibilidades acerca da cobertura da *Folha Digital*:

- 1) Público-alvo: a *Folha Digital* é notadamente um veículo cujos leitores estão situados no estrato superior de renda entre a população brasileira, conforme mostra gráfico abaixo, disponibilizado pelo próprio veículo em seu portal de publicidade. Uma vez que as ações do Ministério da Saúde se concentram majoritariamente na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), e não na iniciativa privada (para onde se espera que as classes A e B se direcionem), a pouca atenção dada às notícias do ministério pode se justificar sobretudo por um viés classista, marcadamente editorial.
- 2) Confronto mídia e governo: sendo um período extremamente marcado por falas conturbadas do presidente da república (que atende sempre ao valor-notícia do grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável) não só sobre a pandemia, mas sobre a cobertura jornalística da pandemia, este se torna protagonista das notícias, mais do que as informações providas pelo Ministério da Saúde;
- 3) Desconfiança: nas fases seguintes à gestão de Luiz Henrique Mandetta, quando a pandemia avança de forma mais exponencial no Brasil, o embate entre governo e jornalistas, assim como o embate entre governo e ministério — e depois a nomeação de Eduardo Pazuello como ministro interino, de forma a implementar a cloroquina como tratamento de base e a diminuição da defesa do distanciamento social —, acabaram por minar também a credibilidade das informações oficiais.

Dos 3.000.000 leitores da Folha Digital no Brasil:
Classe Econômica

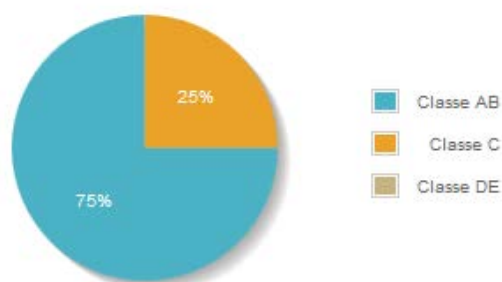


Figura 1

Gráfico Classe Econômica Folha DigitalP (<http://www.publicidade.folha.com.br/folhadigital/>, recuperado em 29 de setembro, 2020).

No que tange ao primeiro item, é importante questionar em que medida os jornalistas — produtores das notícias — conhecem as possibilidades oferecidas pelo SUS? Que noções de políticas públicas têm esse corpo profissional? Eles são usuários do Sistema? De que forma os leitores da *Folha Digital* encontram um ponto de convergência com suas visões de mundo que envolvem questões de classe, renda e acesso a planos de saúde privados? Além disso, a falta de referência ao SUS encobre a sua necessidade e valor durante uma crise que esgota o sistema de saúde tanto público quanto privado. Quanto ao segundo, cabe também responder o desgaste em repercutir a agenda governista desconsiderando outros elementos dos cenários públicos, que seriam mais relevantes. Por fim, as estratégias de comunicação oficiais, sobretudo a partir da terceira gestão do Ministério da Saúde durante a pandemia representaram (e ainda representam) mais um elemento de dificuldade do que de confiabilidade, o que também interfere nas relações entre imprensa e o site de notícias do ministério.

Esses são questionamentos que devem ser objeto de pesquisas futuras para buscarmos compreender de que modo as políticas públicas de saúde são interpretadas e divulgadas pela mídia e que aspectos são evidenciados na cobertura jornalística sobre saúde no contexto da pandemia. Ademais, acreditamos que nossa análise possa vir a iluminar práticas de comunicação e informação para a prevenção em saúde com foco nas políticas públicas.

Referências bibliográficas

- Araújo, I. S., & Cardoso, J. M. (2007). *Comunicação e saúde*. Editora Fiocruz.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bourdieu, P. (2001). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Coutinho, I., & Gouvêa, A. (2016). Os sentidos e os efeitos sociais da informação televisiva em saúde: um estudo de recepção com pacientes do câncer de mama. *RECIIS — Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde*, 10(1), 01-15. https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1002/pdf_1002
- Ferreira, F. V. (2018). *O papel do factual nos processos de agendamento e de enquadramento no telejornalismo* [Dissertação de doutorado, Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/33073>
- Figueiredo, V. S., & Moura, D. O. (2013). Silenciamento e ausências: a saúde dos povos indígenas na mídia impressa brasileira. *Revista Comunicologia*, 6(2), 69-90. <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/viewFile/5279/3331>
- Martino, L. C. (2001). De qual comunicação estamos falando? In Hohlfeldt, A., Martino, L. C. & França, V. V. (Eds.), *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências* (pp. 11-25). Vozes.
- Machado, I. B. (2014). Percepções sobre o SUS: O que a mídia mostra e o revelado em pesquisa. In K. Lerner & I. Sacramento (Orgs.), *Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas* (1a ed., pp. 235-250). Editora Fiocruz.
- Noelle-Neuman, E. (2017). *A espiral do silêncio: opinião pública: nosso tecido social*. Estudos Nacionais.
- Tabakman, R. (2013). *A saúde na mídia: medicina para jornalistas, jornalismo para médicos*. Summus.

COVID-19 e o discurso imunitário: biopolítica, *bioeconomia* e resistência

*COVID-19 and the immune discourse: biopolitics,
bioeconomy and resistance*

João Pereira de Matos¹

Universidade NOVA de Lisboa,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Comunicação da NOVA
— ICNOVA
matos.pereira92@gmail.com
ORCID ID: [0000-0003-4286-7940](https://orcid.org/0000-0003-4286-7940)

Resumo: A atual crise pandêmica tem reforçado as estratégias *bioeconómicas*, centradas na vida coletiva, dos Estados e das instituições internacionais — intensificando assim a pertinência do pensamento biopolítico. O capitalismo tardio, caracterizado pela sua extensão planetária, é indissociável de uma *biopolítica da espécie* (Foucault, 2003). Simultaneamente, o estado social, que possibilita hoje a administração clínico-demográfica da pandemia, encontra-se em rarefação perante uma crescente *financeirização da vida* (Cooper, 2008) — própria do modelo neoliberal. É precisamente esta nova tensão, instaurada pelas constituições reticulares do capitalismo global, que faz com que o discurso imunitário defina fenómenos geopolíticos contemporâneos: do controlo infeciológico às migrações, passando pela vigilância e inovação biotecnológica (Brown, 2019). Nesta era *bioeconómica*, de organismos cibernéticos e de sistemas linguísticos *desnaturalizados* — as biotecnologias de poder abriram a porta a um novo *discurso imunitário* (Haraway, 1990). O presente capítulo pretende assim demonstrar que, perante a crise pandêmica da COVID-19, a biopolítica e, em especial, a sua exploração da questão imunitária, é imprescindível para uma análise cultural deste fenómeno global. Deste modo, são discutidos os seguintes pontos: o impacto da COVID-19 na afirmação, radicalização ou negação das perspetivas biopolíticas; a relação entre a aparição de uma *biopolítica da espécie* no século XIX e os mecanismos da medicina estatal aplicados à COVID-19; a sobreposição do neoliberalismo global ao estado social local e o seu pressuposto *bioeconómico*; a extensão de um paradigma imunitário como aparelho científico-cultural fulcral para enfrentar crises sanitárias e políticas como a COVID-19 e, por último, este capítulo tenta também desvelar enunciados políticos de resistência através de ideias como o reequilíbrio da *polaridade da vida*, *autoimunização* e *multitude*. Fornecendo assim uma revisão dos enunciados mediáticos em torno do conceito de imunidade — centrais na atual crise da COVID-19.

Palavras-chave: bioeconomia; biopolítica; COVID-19; discurso imunitário; resistência.

Abstract: The current pandemic crisis has reinforced bioeconomic strategies, centered on collective life, by States and international institutions — thus intensifying the relevance of biopolitical thinking. Late capitalism, characterized by its planetary extension, is inseparable from a biopolitics of the species (Foucault, 2003). At the same time, the social state, which today enables the clinical and demographic management of the pandemic, is in rarefaction in the face of an increasing financialization of life (Cooper, 2008) — typical of the neoliberal model. It is precisely this new tension, established by the reticular constitutions of global capitalism, that makes the immune discourse define contemporary geopolitical phenomena: from infectious control to migration, through surveillance and biotechnological innovation (Brown, 2019). In this bioeconomic era of cybernetic organisms and denaturalized linguistic systems — power biotechnologies have opened the door to a new immune discourse (Haraway, 1990). The present chapter thus intends to demonstrate that, in view of the pandemic crisis of COVID-19, biopolitics and, in particular, its exploration of the immune problem, is essential for a cultural analysis of this global phenomenon. In this way, the following points are discussed: the impact of COVID-19 in the affirmation, radicalization or denial of biopolitical perspectives; the relationship between the appearance of a biopolitics of the species in the 19th century and the mechanisms of state medicine applied to COVID-19; the overlap of global neoliberalism with the local social state and its bioeconomic assumption; the extension of an immune paradigm as a key scientific-cultural apparatus to face health and political crises such as COVID-19 and, lastly, this chapter tries to unveil political statements of resistance through ideas such as the rebalancing of the polarity of life, autoimmunization and multitude. Thus providing a critical assessment of the media statements, central to the current crisis, around the concept of immunity.

Keywords: bioeconomy; biopolitics; COVID-19; immune discourse; resistance.

1 O autor agradece o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia na qualidade de Bolseiro de Doutoramento.

Perspetivas biopolíticas: o impacto da COVID-19

O desenvolvimento dos debates biopolíticos tem sido marcado por duas abordagens que se polarizam em torno de uma visão mais negativa (centrada na hegemonia da função tanatopolítica dos mecanismos do biopoder) ou mais afirmativa (centrada na exploração da potencialidade revolucionária do biopoder ou na hipótese de desconstrução dos dispositivos biopolíticos). A primeira perspetiva está predominantemente associada a Giorgio Agamben. Enquanto alguns teóricos entendem a biopolítica como: “...a politics that centres on the management of the passage from the zero degree of life, what the Greeks called *zoe*, to *bios*, a life which possesses form” (Adorno, 2014, p. 107), o filósofo italiano foca a sua análise do biopoder, particularmente na obra *Homo Sacer*, nos mecanismos de soberania que, pelo contrário, não mais produzem do que *zoe*, *vida-nua*, destituída de direitos, de *formas-de-vida*.

Contrária a esta leitura, focada na biopolítica como uma tanatopolítica, está a análise de Hardt e Negri. Em *Biopolitics*, Catherine Mills sintetiza as teses centrais de *Empire*, a obra que colocou os autores no centro do debate biopolítico. Para os autores está a surgir um *novo paradigma de imperialismo* na pós-modernidade. Nessa dinâmica, reconhecendo a queda das soberanias nacionais, os autores sublinham que não é soberania em si que está em declínio, esta somente se transferiu para uma: “new national and supra-national form under a ‘single logic rule’” (Mills, 2018, p. 83), através de dispositivos de *desterritorialização*. Hardt e Negri defendem também que estamos a assistir à passagem do modelo capitalista de produção (*produção de coisas*) para o modelo de produção biopolítica (*produção de mundo*) onde as esferas biológico-sociais, económicas, políticas e culturais se mesclam em novos processos globais. Em último lugar, e aqui reside uma hipótese biopolítica mais afirmativa, os autores cunham na noção de *multitude* uma possibilidade criativa, de crítica e resistência, a estes movimentos globais.

A terceira via para uma análise contemporânea da biopolítica parece cristalizar-se na análise imunitária de Esposito, que iremos mais à frente aprofundar. Peter Langford, em *Roberto Esposito: Law, Community and the Political*, demonstra que Esposito reconfigura a noção de biopolítica através da sua leitura da modernidade emparelhada com a noção de *imunização*:

The notion of immunisation enables the impasse of the Foucauldian Conception — the reproduction of a ceaselessly antinomic relationship between power and life — to be overcome while preserving ‘the two principal declinations of the biopolitical paradigm: one affirmative and productive and the other negative and lethal’ (Langford, 2015, p. 156)

É no impacto da COVID-19 sobre as nossas sociedades, particularmente na nossa sociedade europeia, que podemos visualizar um ressurgimento do acérrimo debate em torno da biopolítica. A 26 de Fevereiro de 2020, no texto *L’invezione di un pandemia*, Agamben ataca as

irracionais medidas de emergência adotadas pelas autoridades italianas contra a *presumível* pandemia, alertando para a instauração de um *estado de exceção*. Agamben observa, no despoletar da administração das soberanias da crise da COVID-19, duas provas da *normalização do estado de exceção* como paradigma de governo: por um lado, evidencia os mecanismos de militarização, de restrição de movimentos dos cidadãos, de suspensão total de eventos e de suspensão institucional; por outro, enquadra nesse contexto a imposição de medidas de quarentena e vigilância individual ativa. Assim, a gestão do fenómeno pandémico desvela-se como uma oportunidade para as soberanias, através da instauração de um pânico coletivo, incrementarem os seus mecanismos perante as liberdades individuais.

Um dia depois, Jean-Luc Nancy, em *Eccezione Virale*, responde a Agamben desviando a questão da *normalização dos estados de exceção* para o impacto planetário — biológico, científico-computacional e cultural — desta *exceção viral* que põe em risco toda a civilização. Para Nancy, a reflexão política não se deve apontar às funções dos Estados, antes, o que urge trazer à luz é o movimento planetário onde interconexões técnicas de todo o tipo avançam para um pináculo de incerta intensidade. A 28 de Fevereiro o debate prossegue com Roberto Esposito a responder a Nancy. Em *Curati a oltranza*, Esposito demonstra ser impossível negar a aplicação hodierna da biopolítica sobre a vida. Diz-nos o autor que o próprio termo «viral» revela uma contaminação biopolítica entre discursos — políticos, sociais, médicos e tecnológicos — unidos no mesmo *paradigma imunitário*. Esposito não admite a mesma versão quase apocalítica de Nancy no que toca à democracia e à civilização, tenta, por outro lado, emancipar da história, e dos seus longos processos, fenómenos como o processo de *medicalização da política* e de *politização da medicina*, fenómenos que deformaram o perfil clássico do «político», que deve ser reabilitado.

O debate prossegue à velocidade das redes, particularmente na *Antinomie*, e dia 2 de Março, Sergio Benvenuto, psicanalista italiano, rompendo com a crítica feroz de Agamben às medidas do Estado italiano, aponta como dever cívico, em *Benvenuto in clausura*, alinhar com as normas comportamentais motivadas pelo pânico, mesmo reconhecendo, como Esposito, o carácter biopolítico de certas decisões estatais, e, como Negri, o carácter neo-fascista das grandes instituições internacionais que esvaziaram as democracias nacionais. Para Benvenuto, assim, as medidas estatais não são resultado exclusivo de um estado déspota ao serviço da classe dominante focada na total aplicabilidade do *estado de exceção*. São, ao mesmo tempo, uma necessidade colectiva e individual. Um dever paradoxal. Dez dias depois, dois filósofos indianos, Divya Dwivedi e Shaj Mohan, prolongam o debate na *Antinomie*, publicando em italiano uma resposta a Agamben e Nancy: *La comunità degli abbandonati*. Os autores começam por, à luz do fenómeno de castas e da gestão da crise epidémica de 1896 na Índia, designar como obsoleta a fórmula de Agamben de uma progressiva extensão do *estado de exceção*, pois numa era planetária há *sub-continentes* em que esse caminho já chegou ao fim. Para os autores o que importa sublinhar é, na passagem de uma era de *teo-tecnologias*

para uma era de *tecno-teologias*, o fenómeno biológico-temporal da *não-excepcionalidade das exceções*, onde a questão imunitária é central pois desvela diferentes mecanismos, sistemas e com-vivências entre hóspedes e hospedeiros, entre vírus e bactérias e os seus mundos corporais. O que para os autores falha no paradigma biopolítico e na sua análise da crise pandémica é a sua reserva em, aceitando certas medidas, tomar responsabilidade perante a vida humana. A sua reserva em se desligar da ideia do despotismo soberano para se focar nas vidas reais que podem ser destruídas pelo vírus. É, então, somente através do reconhecimento da constituição de exceções na natureza que conseguiremos determinar os interesses dos nossos sistemas imunitários.

A 17 de Março, Agamben, em *Chiarimenti*, reafirma a contemporânea instauração da *vida-nua*, que é o ônus da separação da comunidade humana. Ao mesmo tempo que se instala esta *vida-nua*, Agamben demonstra que assistimos à *normalização do estado de exceção*, através da habituação geral destas condições que leva os humanos a olvidar que as suas vidas estão reduzidas à sua mera condição biológica — despojada da sua dimensão social e política, da sua compaixão e emotividade. Três dias depois, Benvenuto, em *Forget about Agamben*, critica as apocalípticas palavras de Agamben no que toca à degeneração das relações humanas, afirmando que a interiorização do perigo do próprio leva, simultaneamente, à empatia pelo outro ao, por exemplo, aceitar e manter uma determinada conduta (ex: distanciamento social). O não reconhecimento deste fenómeno da *molecularidade* das relações humanas é, para Benvenuto, o erro de Agamben. A análise de Jean-Luc Nancy, em *A Much Too Human Virus*, prossegue em revelar as insuficiências da análise biopolítica em relação à crise da COVID-19. Nancy diz-nos que, como produto da globalização, esta pandemia evidencia as suas características e tendências, é um *free-trade* agente, espelhando a passagem de uma *cultura* para um *sistema de forças* técnicas, económicas, autoritárias, psicológicas e físicas indistinguíveis. As consequências destas forças, que esvaziam os elementos civilizantes que a procederam, não são resultado de um sinistro conspirador ou do singular abuso por parte de nações em particular, a brutalidade do contágio espalha-se como brutalidade administrativa a nível global onde o que está em trabalho é: “the general law of interconnections, whose mastery is the aim of techno-economic powers” (Nancy, 2020). Para Nancy, o vírus abre portas ao questionamento sobre a complexidade da vida e dos seres vivos, abre porta à sua *indefinição*. Esta *indefinição*, para Nancy, permeia o próprio exercício de poder, a composição comunitária e questiona a insuficiência biopolítica em alcançar uma leitura adequada dos nossos tempos.

O que este capítulo tentará demonstrar, mesmo reconhecendo as limitações acima descritas, é que a biopolítica permanece como um campo de estudo central para desvelar da actual pandemia eixos determinantes. Deste modo, o capítulo irá: procurar desconstruir uma certa imagem da medicina contemporânea através da leitura de Foucault da aparição dos mecanismos biopolíticos; analisar, através das mutações contemporâneas na produção biopolítica, a entrada numa era bioeconómica caracterizada pela crise dos modelos do Estado

Social em prole da *financeirização* da vida, própria do modelo neoliberal; encontrar no discurso imunitário um *locus* para (re)conceber os limites e potencialidades da biopolítica no contexto pandémico actual e, por último, procedendo a uma *amplificação biopolítica* e a um mapeamento de estratégias centradas na imagem do sistema imunitário, dar-se-á conta de hipóteses de resistência tanto aos dispositivos tecno-capitalistas globais, como a uma definição biopolítico-imunitária negativa.

Biopolítica e a medicina estatal da COVID-19

Now I think we see something new emerging in the second half of the eighteenth century: a new technology of power...Unlike discipline, which is addressed to bodies, the new nondisciplinary power is applied not to man-as-body but to the living man, to man-as-living-being; ultimately, if you like, to man-as-species (Foucault, 2003, p. 242)

Em *Society Must Be Defended*, Michel Foucault acrescenta um termo à sua análise metodológica da viragem epistemológica própria da modernidade. A biopolítica surge assim, num contexto de reconfiguração do direito político clássico e das suas noções de soberania, como uma nova tecnologia de poder que complementa, intensificando e reconfigurando, as técnicas disciplinares do século XVII e XVIII. Enquanto as *disciplinas* reduzem a multiplicidade dos homens laborando sobre os corpos individuais; a biopolítica trabalha essa mesma multiplicidade como: “a global mass that is affected by overall processes characteristic of birth, death, production, illness, and so on” (Foucault, 2003, p. 243).

Neste horizonte, um dos aparelhos centrais deste novo dispositivo biopolítico é a medicina. No início do século XIX, a medicina assume uma nova dimensão: “...whose main function will now be public hygiene, with institutions to coordinate medical care, centralize power, and normalize knowledge” (Foucault, 2003, p. 244). A uma medicina clássica ocupada com o tratamento individual é adicionada uma medicina social. Francesco Adorno, em *Power over Life, Politics of Death: Forms of Resistance to Biopower in Foucault*, elucida esta transformação: “The population becomes the object of a «nosopolitics», a politics of health which is simultaneously an administration or management of the body” (Adorno, 2014, p. 99). A modernidade, que desde Espinoza se questionava sobre *o que pode o corpo?* — passa de uma *teocracia* para uma *somatocracia*. Deste modo, a medicina, como experiência moderna, parece sintetizar o novo binómio da *governamentalidade* biopolítica — *o direito em fazer-viver e em deixar-morrer* — pois tanto a medicina como a política:

...produce techniques of social hygiene to eliminate or restrict the detrimental effects of diseases, poor nutrition, or dilapidated housing. But they can also cooperate, still working for the same goals, in the extermination of one part of the population that biologically endangers society's existence (Adorno, 2014, p. 105).

Para uma desconstrução do discurso médico-científico actual sobre a pandemia devemos ressaltar dois importantes eixos postulados por Foucault: (1) o objeto da biopolítica é a população e (2) os mecanismos de regularização que operam sobre a população assentam em funções racistas. Em primeiro lugar, o foco da biopolítica é o controlo sobre as próprias relações humanas, na medida em que estas são relações entre uma massa global de seres vivos que devem ser regularizadas ao nível particular do *milieu* em que esses seres vivos subsistem: “Biopolitics deals with the population, with the population as political problem, as a problem that is at once scientific and political, as biological problem and as power’s problem” (Foucault, 2003, p. 245). Os mecanismos biopolíticos — de previsão, análise estatística, reformas globais — preocupam-se em intervir sobre eventos aleatórios regularizando-os, incorporando-os com o objetivo de estabelecer equilíbrios.

Reconhecendo a fragilidade da análise de Foucault, se tivermos em conta a contemporânea lógica supra-nacional de soberania, podemos, ainda assim, vislumbrar nestes mecanismos biopolíticos uma actualidade no que toca à crise pandémica. As diretivas da OMS operam, exatamente, sobre um evento aleatório com a finalidade de o regularizar, através de medidas somente significantes a nível massificado. Pondo isto, o objetivo das grandes diretivas de saúde pública é a vontade de «achatar a curva», de controlar o número de infetados, de prever e controlar os efeitos da pandemia, de assegurar uma relação homeostática entre interior e exterior — uma arte de governo imunitária. A medicina biopolítica está assim centrada nestes mecanismos globais. Permeando a arquitetura da medicina disciplinar, a biopolítica opera, através do Estado, uma *bioregulação* da sociedade derivada de normas estatístico-informacionais. Em nome do equilíbrio da sociedade, do seu crescimento económico, o Estado, como bem hoje podemos perceber, têm uma missão propedêutica de higiene, de garantia da máxima saúde pública e de não contágio. Missões que se estendem a toda a população composta por indivíduos que devem ser «agentes de saúde pública» e, numa clara simbiose entre as funções disciplinares e biopolíticas, «polícias deles próprios».

Uma das decisões que se coloca aos governantes perante a pandemia da COVID-19 é a de escolher que camadas da população devem ser mais ou menos protegidas. É nesta *caesura* entre *quem tem que viver* e *quem tem que morrer* (Foucault, 2003, p. 254), que se inscreve, precisamente, o racismo como mecanismo central do dispositivo biopolítico moderno. Esta fragmentação do contínuo biológico é a primeira função do racismo estatizado pelo biopoder, esta espécie de divisão imunitária da população entre aqueles a que o biopoder considera mais «endógenos» e mais «antígenos» desvela-se ainda com maior intensidade no que

Foucault apresenta como a segunda função do racismo: o estabelecimento de uma relação biológica entre a vida de uns e a morte de outros. A *caesura* entre o biológico leva assim à criação, estatizada, da ideia de um corpo político em que a saúde depende da negação das condições de vida daqueles considerados como inferiores, esta negação torna-se, por sua vez, na afirmação de uma vida coletiva não só mais saudável como mais pura.

Longe de estarmos perante a aplicação total desta lógica, própria de alguns regimes do século XX, nos nossos Estados europeus explicitam-se diversos discursos e diretivas que apontam para a atuação deste mecanismo. A função tanatológica dos nossos Estados atuais aproxima-se mais do chamado *matar indirecto*: “the fact of exposing someone to death, increasing the risk of death for some people...” (Foucault, 2003, p. 256). É este *matar indirecto* que parece afectar assimetricamente a sociedade, demonstrando um certo racismo social: seja na lógica que subalterniza os mais idosos à necessária jovialidade do sistema económico, seja na incidência de medidas mais totalitárias de vigilância ou abandono, relativamente às camadas profissionais de menor rendimento ligadas a zonas suburbanas de maior precariedade. É nesta exposição dos mais fracos às piores consequências da pandemia que muitos dos Estados ocidentais estão a demonstrar os seus mecanismos racistas. Por mais que a medicina actual esteja focada na produtividade da vida da população e na normalização estatístico-global dos efeitos da pandemia, esta alberga na sua ação um pressuposto que aglomera as funções tanatológicas dos Estados que, por sua vez, têm por base este mecanismo racista do biopoder.

Neoliberalismo e Bioeconomia

As long as life science production is subject to the imperatives of capitalist accumulation, the promise of a surplus of life will be predicated on a corresponding move to devalue life. (Cooper, 2008, p. 49)

A década de 1980, como descreve Melinda Cooper, em *Life as Surplus: Biotechnology and Capitalism in the Neoliberal Era*, inaugurou uma época que articula uma nova ciência (baseada nas descobertas da biologia molecular, celular e microbiologia) com uma nova forma de governo político, social e económico (baseada nos modelos neoliberais). A (re)produção biológica e a acumulação de capital apoiaram-se mutuamente para criar os alicerces da nossa época actual: uma era *biotécnica* — onde a vida é inserida no jogo dos processos comerciais. A entrada da vida na esfera económica de risco e especulação do neoliberalismo vai levantar grandes desafios aos modelos do chamado Estado Social, tensão aparente na actual crise pandémica.

Cooper começa por demonstrar que é em Foucault que podemos mapear uma primeira genealogia da co-constituição moderna entre economia política e biologia, explícita na interligação entre as teorias da política económica moderna de Smith e Ricardo e as teorias biológicas

de Bichat e Cuvier. É nesta intercepção que surgem as noções modernas de *trabalho* como a fundamental força produtiva que sustenta o mercado de troca e *vida* como um conceito biológico. No que toca à vida, esta assume uma nova posição através da oposição entre orgânico e inorgânico própria dos séculos XVIII e XIX. No que toca à noção de trabalho, teorias de valor, como a de Ricardo, vão colocar a produção e com ela a força produtiva da vida humana, no centro da análise económica. A produtividade do orgânico, em relação ao inorgânico, e a sua relação com os vetores de produção de valor lançam a ideia de uma *bioeconomia*.

Um segundo ponto de análise de Cooper é a relação entre os mecanismos biopolíticos do século XIX e os conceitos matemático-económicos de risco e normalização estatística. É aqui que podemos situar a genealogia do Estado Social moderno e da política do New Deal. O Estado Social vai generalizar os princípios de risco mútuo a toda a população através de mecanismos biopolíticos:

Unlike its liberal precursors the welfare state promises to take in charge the entire chronology of human life, from beginning to end. It is interested not only in the productive life of the laborer, but the reproductive life of the nation as a whole. (Cooper, 2008, p. 7)

O Estado Social foca-se na proteção e reprodução da nação, permeando os indivíduos de uma lógica de dádiva (proteção das condições de vida) e dívida (devoção ao coletivo social) baseada numa *economia de vida*. O aparecimento do neoliberalismo vai reconfigurar este primado da vida, estabelecido pelo Estado Social focado na reprodução social. O neoliberalismo opera expondo: “...the realm of production to the harsh light of direct economic calculus” (Cooper, 2008, p. 9). Cooper distingue assim as estratégias económicas keynesianas de mediação, estabilização e normalização dos riscos, próprias de um Estado Social; das estratégias neoliberais de não-normalização do acidente e que colocam a especulação no centro da produção, interrompendo a lógica do estado social entre dívida e dádiva e, em particular, interrompendo uma certa estabilidade da noção de vida em detrimento dos avanços galopantes das «life sciences» que funda. Para Cooper, a doutrina especulativa de produção, que assenta na produtividade de fenómenos coletivos como fé e crença, não tem por objetivo commodificar a globalidade da vida, antes o seu objetivo é a *financeirização da vida*: “Its imperative is not so much the measurement of biological time as its incorporation into the nonmeasurable, achronological temporality of financial capital accumulation” (Cooper, 2008, p. 10).

No amanhecer conjunto da revolução biológica, tecnológica e económica da década de 1980: “Neoliberalism and the biotech industry share a common ambition to overcome the ecological and economic limits to growth associated with the end of industrial production, through a speculative reinvention of the future” (Cooper, 2008, p. 11). Esta promessa especulativa do neoliberalismo, centrada numa narrativa de perpétuo crescimento, inscreve nos vivos uma euforia, patente nas promessas da tecnociência em combater os maiores problemas

da humanidade derivados do exacerbado ritmo de vida e industrialismo (seja o envelhecimento, a doença, o aquecimento global, ou uma crise pandémica), ao mesmo tempo que os reduz à sua verdadeira realidade somática. Como a vacina para a COVID-19, o sistema bioeconómico neoliberal vive das promessas de um amanhã melhor, a política dos Estados não escapa a este discurso e o mercado funciona nos seus andamentos, mas, no entretanto, são milhares de milhões de vidas a nível global a serem colocadas num jogo de risco cada vez mais especulativo e em que as biopolíticas do estado social, mais afirmativas, vão perdendo força. Neste contexto, Cooper inscreve o seu conceito de *delírio*, um delírio que enebria os ocidentais em ignorar o transparente imperativo de violência que sustenta a promessa neoliberal de mais e melhor vida (seja na segregação racial e social dos seus próprios países, ou na criação de vida excedentária em países do terceiro mundo). A entrada na era da bioeconomia é factual, uma era que sintetiza os novos modelos de produção e as novas formas de biopolítica neoliberal, investidos em criar indústrias, discursos, formas de governo e emoções nos seres vivos que os façam olvidar da especulatividade da sua vida em prole de um *delírio* da promessa de um mundo melhor.

A massificação destes *delírios* é também sentida por Nancy, no texto *Neoliberalism au neoviralisme*, no que ele designa como as *ideologias do neoviralismo*. Estas traduzem a nível sanitário o neoliberalismo social e económico. Os *neovirialistas* profetizam uma disposição natural saudável em detrimento do necessário cuidado dos mais frágeis, glorificam a lei do mais forte, retirando do vírus uma potência de seleção natural que fortalecerá a espécie. Para Nancy, estes neovirialistas, que estigmatizam a sociedade por esta não suportar a morte e abrandar a economia por a recear, não compreendem que as anteriores estruturas naturais e sobrenaturais que fortificavam a relação entre a vida e a morte foram destronadas pela tecnociência médica. O *neoviralismo* é reacionário, prefere a morte em massa, naturalizada e objetivada, à queda do livre comércio e do próprio vírus: “Il veut que ça continue à tourner en rond et à s’enfoncer dans le nihilisme et dans la barbarie que masquent si mal ces prétendues libertés” (Nancy, 2020).

Contrapondo-se a este *neoviralismo* está a ideia de *comunovírus*. Nesta expressão, Nancy evidencia a potência do valor comum e revolucionário da pandemia viral, a alteração do prefixo *-corona* para *-comuno*, permite não só destronar velhas ideias de soberania e monarquia como, ao mesmo tempo, reconhecer a sua potência comum. Desde a resposta colectiva do Estado Chinês à, na linhagem de Marx, potencial passagem da propriedade privada para a propriedade individual (uma propriedade sem equivalente geral que não se resume aos bens materiais na posse de um indivíduo, mas que se efetiva na capacidade deste em se realizar a ele mesmo — tornar-se único), este vírus comuniza-nos, paradoxalmente isolando-nos, mas, ao fazê-lo, expõe-nos a uma experiência coletiva e íntima de comunidade, onde se compartilham as unicidades. A solidariedade global agiganta-se, a necessidade de uma providência estatal, já em quase descrédito, torna-se premente. A subida exponencial dos contactos

digitais também revela uma ânsia em perder o contacto, que não mais demonstra que uma potência de o desejar. Para Nancy, se estas potências, da propriedade individual, da comunicação inter-pessoal, e da defesa de um estado providência, se desligarem do *simbolismo viral*, poderão compor novas formas de luta.

Assim, numa época de novos imperialismos de produção biopolítica, de uma maior especulatividade em relação à vida, de ideologias retrógradas e queda do Estado Social, é necessário ir além dos discursos imunitários hegemónicos que vão definindo estas transformações políticas, económicas, científicas e sociais. Urge, como aponta Nancy, compreender o carácter imunitário da tecnociência planetária actual e extrair das potências comuns desveladas nesta crise o *simbolismo viral*, ou seja, reformular o paradigma imunitário, ultrapassando-o ou reconcebendo-o. Nos dois próximos temas é precisamente isto que este capítulo tentará executar.

O paradigma imunitário e a polaridade da vida

Nik Brown, em *Immunitary Life: A Biopolitics of Immunity*, sistematiza tanto as íntimas correlações da nossa cultura contemporânea com um discurso imunitário como o crescente interesse intelectual multidisciplinar em analisar os fenómenos hodiernos através de ideias como *biopolítica de imunidade, imunização ou autoimunização*. No que concerne à profusão deste discurso na nossa cultura, refere Brown: “

...late modern culture is steeped in a heady mixture of immunitary metaphor...The immune system coalesces with a geopolitics centred on migration, infection control and surveillance, biotechnological innovation, personal hygiene, nutritional culture and much else besides. Life is therefore unquestionably lived with reference to an ever-widening range of immunitary logics, pressures and factors. (Brown, 2019, p. 2)

É no trabalho de diversos autores, seja na filosofia ou teoria política (Sloterdijk, Esposito e Derrida), seja na antropologia ou biologia (Martin, Anderson, Cohen, Tauber e Haraway), que Brown emancipa formas de (re)conceber este discurso imunitário contemporâneo. Como já percebemos, a bipolarização muitas vezes desenhada entre *imunidade e comunidade*, fruto do que Esposito designa de *paradigma imunitário*, não pode hoje ser concebida, espelhando as funções biopolíticas, como sólida. A crise da COVID-19 é aqui um nódulo, biomédico, biopolítico e bioeconómico, fulcral. A vida, o objeto biopolítico por excelência, não pode somente ser concebida a montante dos dispositivos biopolítico-imunitários, num: “communal or solidaristic ethos of collective openness, of mutuality and of shared interests” (Brown, 2019, p. 3). A vida também depende hoje de funções biopolíticas mais negativas como a soberania

do corpo político e a segurança ou vigilância imunitária. A nossa crise actual demonstra que o discurso imunitário deve assim ser lido como uma rede de: “complex interpenetrations and entanglements through which immunity makes life both possible and perilous.” (Brown, 2019, p. 3). É na contaminação entre a história biopolítica do discurso imunitário moderno com as noções sempre em mutação da imunologia e da própria cultura que podemos explorar a extensão, hoje planetária ao nível do território, da economia e da política, das relações imunitárias. É aqui que eventos como a COVID-19 podem ser englobados em fenómenos mais abrangentes como o da, nas palavras de Nik Brown, *bioeconomia imunitária* (Brown, 2019).

Um primeiro passo, para correlacionar a biopolítica ao discurso imunitário é explicitar as teses centrais do que Esposito denomina de *paradigma imunitário*. No texto *Corona e communis*, Maurício Pitta expõe que a crise pandémica coloca em jogo o Estado e o mercado que, na visão de Esposito, são duas manifestações do *paradigma imunitário*. À ideia de criação de resistências comunitárias, contrapondo o paradigma, não escapa a relação entre comunidade e uma necessária resistência tida em termos imunitários, como é claro exemplo a defesa da comunidade actual através da criação de uma espécie de imunidade de grupo. O modelo imunitário surge assim como uma metáfora para a definição e processo do sistema e corpo político, complexificando as reflexões morais ou de classe. O grande problema do modelo imunitário, como refere o autor, está na criação da fronteira entre o eu (interior) e o mundo (exterior) — na guerra do corpo contra, através de mecanismos de expulsão, interiorização, adaptação e conversão, os vírus exteriores².

Pitta afirma que o paradigma imunitário está associado a uma transformação de fundamento na modernidade, em que a *conservação da vida* se torna o objetivo central. O dispositivo moderno e o sistema bio-cultural da imunologia transmitem precisamente esta centralidade sobre a vida. A ideia de Esposito, segundo o autor, é que na época moderna o conceito de *comunidade* não pode estar desligado do conceito de *imunidade*. Então, o *paradigma imunitário* deriva de uma justaposição de ambos os conceitos em duas ocasiões. A primeira deriva da Lei Romana. Os termos *communitas* e *immunitas* têm um radical comum, *munus*, este aponta-nos, como sublinha Pitta na análise a Esposito, para um compromisso de doação recíproca, relacionando-se com os conceitos *ónus*, *oficium* e *donum*. Este terceiro conceito faz Esposito relacionar *munus* com as investigações de Mauss sobre *dívida* e *dádiva*, onde a obrigação de dar e receber formam sistemas de prestações comuns — *munus communis*. Assim, este *munus* estará mais próximo de uma ideia de uma comunidade como aqueles que estão unidos por um dever ou uma dívida e não como uma comunidade nos moldes da ideia da sociedade moderna unificada

2 No século XX assistimos ao clímax deste mecanismo no paradigma nazi, onde a «solução final», a máquina de guerra que expôs toda a vida alemã à morte e o *Telegrama* 71 que numa resposta autoimunitária comanda à destruição das próprias vidas que o regime afirmava defender, nos demonstraram a perigosa estaticização deste paradigma;

em torno de um contrato social, ou seja, não como uma coisa derivada de uma norma transcendente, mas sim como uma coisa interiorizada pelo sujeito na face de uma alteridade, na sua dependência e obrigação. Não é o próprio que caracteriza o comum, mas sim o outro, o impróprio. O imune, por outro lado, é aquele que não tem nada em comum, é aquele isento de *munus*, livre de obrigações, de doações, de dádivas, livre do outro — dispensado de cargos e tarefas. Assim, a imunização da sociedade pressupõe a sua própria negação, pressupõe uma relação de poder em que o imune subjuga a comunidade, usando-se dela, usando o outro, não se compondo com ele. Para Maurício Pitta, a normalização do paradigma imunitário moderno, claro no decorrer da crise da COVID-19, implica a ruptura desta relação entre imunidade e comunidade, implica a identificação imunitária do Outro não como um devir comunitário mas como, nos moldes das tanatologias soberanas, um mero inimigo mortal. Neste contexto, o autor propõe como hipótese perspetivar o vírus como esse Outro absoluto, entre o domínio do vivo e do não-vivo, entre o inorgânico e o orgânico, subjugado pelo paradigma imunitário que o isola da sua potência construtora de comunidade.

A segunda inflexão entre os termos *comunidade* e *imunidade* é propriamente moderna, como revela Esposito. Esta pode ser assinalada nos discursos biomédicos dos sécs. XVIII e XIX. Mills apresenta como central para Esposito, nesta viragem teórica, a tensão moderna entre *união política* e *pluralidade social*. Em primeiro lugar, é necessário ter em conta as novas caracterizações do Estado como corpo político (em Hobbes, o corpo passa a ser o terreno primário de um aparelho imunitário que subjuga o individual ao coletivo; em Rousseau, a unidade política não deve ser ligada a esta incorporação, antes deve ser derivada da pluralidade de corpos individuais). Em segundo lugar, é necessário ter em conta a transformação das metáforas políticas sobre o corpo derivadas das novas noções patológicas modernas (a exteriorização da doença e a passagem dos princípios alopáticos de terapia para os princípios homeopáticos). Em terceiro lugar, Esposito põe em relevo as novas teorias celulares modernas em que a hierarquia de órgãos se desmorona, reformulando a metáfora do corpo político que se vai coadunar com a noção própria da biopolítica de *população* — uma comunidade constituída através das *diferenças* dos seus membros. As transformações das metáforas políticas articuladas com as transformações biomédicas dos séculos XVIII-XIX abrem a era da biopolítica e colocam a questão imunitária, visível nas novas noções patológicas, no centro do seu objeto central — a vida. Esposito observa aqui a porosidade recíproca das noções políticas e científicas, um exemplo claro é a apropriação do discurso bélico no discurso médico sobre a imunologia em que a ideia de um «eu» e de um «outro», de inimigos e invasores, permeia o vocabulário. O que é relevante extrair da análise de Esposito, além da sua leitura imunitária da génese da biopolítica, é a produtividade que este encontra nas contradições imunitárias, contradições que ele explora e encaminha em direção à comunidade, como é exemplo o caso da *tolerância imunitária*.

Maria Muble, em *A Genealogy of Biopolitics: The Notion of Life in Canguilhem and Foucault*, aprofundando a estratégia arqueológica de Foucault em torno da vida (que afirma intencionalmente a sua indeterminação), emancipa uma importante faceta da genealogia biopolítica. Em Bichat, Muble emancipa a rutura entre as ciências naturais e as ciências da vida (sujeitas a variações e erros). Em Canguilhem, que reconhece como Bichat a produtividade das irregularidades da vida e da sua dimensão negativa, Muble explora os dois pólos normativo-dinâmicos da vida: “the preservation of the internal organic equilibrium and the permanent challenge to this very equilibrium” (Muble, 2014, p. 85). O primeiro pólo, homeostático, tende a criar normalidades orgânicas, o segundo pólo, criativo-transgressor, tende a criar normas. Como Muble demonstra, estes pólos não se excluem, a vida em si é composta pela sua polaridade ativo-reativa. É esta vida que Muble diz que a biopolítica vai tornar no seu objeto, porém a autora vai mais além:

in order to govern life, the forms of biopower imitate or mimetize the proper dynamics of life, that is, its polarity between life and death, or between autotransgression and auto- conservation, between the normal (one should read normative) and the pathological. Life has thus to be understood in a double sense, as the object of post- sovereign techniques of power, and, in its dynamical dimension, as their operational model. (Muble, 2014, p. 86)

Assim, os mecanismos biopolíticos não só tornam a vida como seu objeto como vão mimetizar a sua dinâmica polarizada. Se tivermos em conta esta mesma dinâmica como o jogo entre imunidade e comunidade podemos perspetivar possivelmente uma das raízes mais profundas do discurso imunitário e da sua proliferação. O governo da vida é, nesta noção amplificada da biopolítica, sempre uma forma de poder ligada à vida como seu objeto e como seu modelo funcional. Ou seja, quando visualizamos funções biopolíticas mais tanatológicas não devemos então definir todos os mecanismos biopolíticos como tal, pois se a biopolítica mimetiza os pólos de equilíbrio e transgressão da vida existe sempre a possibilidade dos seus mecanismos criarem novas normas. Porém, o perigo da biopolítica se definir somente por um dos pólos é concreto:

Biopolitics admits the free play of creative tendencies of life as long as they can be integrated in the global equilibrium of the population. If they exceed the limits of integration and threat to become ungovernable, their normativity ought to be reduced to their normality, because society must be defended. (Muble, 2014, p. 96)

Podemos assim perspetivar que o jogo imunitário está aqui e se soubermos distinguir as potências vivas normativas e não somente reproduzirmos as homeostático-negativas, podemos defender um discurso imunitário que proteja a vida, ao mesmo tempo que permita,

à própria vida, criar novas normas para si mesma. Há medidas atuais que, como vimos nas recepções ao impacto da crise, encerram em si ambos os pólos imunitários-vivos. O que se torna importante pesquisar é o quanto as metáforas e mecanismos imunitários se transformaram nestas últimas décadas, para podermos extrair destes novas normas, novos enunciados que reformulem os nossos corpos políticos cada vez mais focados na questão do equilíbrio e repressão da ameaça. Esta é uma luta sanitária, cultural e essencialmente política. Pela comunidade na imunidade, pela criação na *stasis*, pelo Outro em nós, pela democracia na segurança e por aí em diante.

Resistências ao *paradigma imunitário*: transformações e estratégias

The intruder exposes me, excessively. It extrudes, it exports, it expropriates: I am the illness and the medical intervention, I am the cancerous cell and the grafted organ, I am the immuno-depressive agents and their palliatives, I am the bits of wire that hold together my sternum, and I am this injection site permanently stitched in below my clavicle, just as I was already these screws in my hip and this plate in my groin. I am becoming like a science-fiction android, or the living-dead, as my youngest son one day said to me.
(Jean-Luc Nancy, 2002, p. 13)

Em *The Biopolitics of Postmodern Bodies: Constitutions of Self in Immune System Discourse*, Donna Haraway, começa por desconstruir a linguagem univocal da ciência. De facto, na actualidade pandémica, essa propriedade tem vindo a ser desconstruída por si só, a multiplicidade de cientistas com opiniões diversas no que toca à imunização ou ao controlo da população demonstra a *heterogeneidade não-harmónica* da ciência. É aqui que a *potência polimórfica* do sistema imunitário, como objeto de conhecimento, prática, e como objeto cultural se torna central, diz Haraway: “My thesis is that the immune system is an elaborate icon for principal systems of symbolic and material ‘difference’ in late capitalism” (Haraway, 1990, p. 204). Para a autora o sistema imunitário, como o entendemos hoje, é predominantemente um objeto da segunda metade do século XX, espelhado na passagem epistémica de organismo para componente biótico ou código, da biologia como prática clínica para biologia como inscrição, de higiene para gestão de *stress*, de colonialismo para capitalismo transnacional. Ao mesmo tempo, como vê em alguns exemplos da *pop culture*, o sistema imunitário é hoje um objeto icónico-mítico da nossa cultura de alta-tecnologia (Haraway, 1990). Na sua estratégia biopolítica, o sistema imunitário, como campo histórico multilateral, cumpre a função de: “plan for meaningful action to construct and maintain the boundaries for what may count as self and other in the crucial realms of the normal and the pathological” (Haraway, 1990, p. 204).

O que Haraway parece executar é uma genealogia de um paradigma imunitário pós-moderno e é na exploração das mutualidades e indistincões que este abre, erodindo e produzindo

fronteiras entre o próprio e o Outro, que devemos procurar emancipar novas formas de conceber potenciais formas de resistência aos seus vetores biopolíticos mais negativos. Neste contexto a noção de Derrida de *autoimunização* torna-se produtiva, pois, ao reconhecer que, como vimos com a noção de vida, o conceito se torna objeto e processo simultaneamente, elucida a potência da abertura ao Outro. Só uma abertura total, nos moldes da hospitalidade, pode salvaguardar este mecanismo dos malefícios metafóricos entre corpo político e patologia ou cura:

As Derrida says, autoimmunity is not an absolute ill or evil. It enables an exposure to the other, to what and who comes — which means that it must remain incalculable. Without autoimmunity, with absolute immunity, nothing would ever happen or arrive; we would no longer wait, await, or expect, no longer expect another, or expect any event. (Andrea Timár, 2015)

Nas nossas democracias actuais os mecanismos autoimunitários explicitam-se na crise pandémica. Vemos os Estados democráticos a interromper direitos para, paradoxalmente, os defender. A *autoimunização* das democracias é assim um mecanismo que pressupõe sempre uma ameaça, como no corpo biológico, ao próprio, uma ameaça que contem, porém, tanto o risco como a potencial salvação. O que Derrida defende é que só uma *autoimunização* que ultrapasse os actuais limites políticos e jurídicos é que pode apontar para uma reconcepção comunitária. Andrea Timár, em *Derrida and the Immune System*, expõe que é precisamente a possível politização deste mecanismo nos moldes actuais que poderá trazer a pior das consequências. Devemos então conceber o sistema imunitário não como um esquema de respostas finais, claro na tradução política destes conceitos ao nível de *ceasuras* entre o corpo político e o inimigo, mas sim como um sistema em rede que vai respondendo de forma apropriada consoante as alterações e os processos imunitário-comunicativos se vão transformando.

Na despermeabilização do pólo transgressor da vida, postulado por Canguilhem, urge uma resposta imunitária à nossa actualidade. Aqui, vários autores intervêm. Sam Mickey, em *Coexistência e co-imunismo*, examina a resposta de Sloterdijk à crise ecológico-existencial planetária. Em *You Must Change Your Life*, Sloterdijk reconhece que a história do próprio e a figura do estrangeiro chegam ao fim na concretização das estruturas espumosas de uma *co-imunidade global*. Esta *co-imunidade* depende de uma prática antropológica em que o destino da Terra passa a estar totalmente interligado ao da humanidade, o político aqui não se trata de escolher correntes políticas, mas antes deve estar alinhado com a criação de uma *universalidade de intimidades*. A existência humana deve assim, através de uma *askesis* geral, tornar-se no seu próprio projeto de desenho esferológico/imunológico. Os humanos devem assim assumir uma responsabilidade, uma carga, uma tarefa (um *munus*) na qual a sua ação deve ser medida numa ordem planetária, em prole da ecologia, afastando as *espumas* do individualismo e da grande política. Embora esta estratégia de Sloterdijk ofereça formas de

desenhar um espaço comunitário global, a sua insuficiência em ler a força da biotécnica actual na produção viva (que pode impedir qualquer tipo de *askesis* ou interioridade ativa) pode levantar alguns problemas.

Negri, em *Coronavirus: la fase attuale ed il futuro*, acredita que a actual pandemia serviu para desvelar as ambiguidades do sistema capitalista neoliberal. A crise do neoliberalismo foi exposta por este vírus mortal, contudo, a mesma pode ser vista nas lutas ferozes, sindicais ou espontâneas, ambientais ou sociais, em diversos países europeus. O limite das políticas neoliberais está exposto nas lutas contra a poluição, contra o abuso da natureza e também no *hitherto*, evidente na pandemia, relativo ao ataque do comum, isto é, na defesa da construção e reprodução da saúde e educação. Negri acredita que estes vetores e esta pausa abrem condições para uma luta que devemos integrar. O que o autor sugere é que o impulso comunitário efetivo, a base da construção europeia, possa engrandecer-se após esta peste. Pois a Europa, contrariando os métodos sociais-darwinistas e malthusianos, parece ter-se focado nos seus sistemas públicos de tratamento e prevenção, sendo que estes, resistindo a esta crise, podem sair fortalecidos. Esta rutura atlântica é um presságio da própria crise do modelo neoliberal, apontando as massas para uma rutura com modelos passados. É neste ponto que Negri defende um novo discurso de massas que se afaste do facilitismo do discurso catastrófico-climático, em outras palavras, do discurso imunitário hegemónico. Para Negri deve existir uma espécie de centralização das lutas que simbolizam verdadeiramente os valores democráticos e uma reforma anticapitalista, firmada numa nova capacidade coletiva de debater o comum e instaurar um campo de reconstrução dos tecidos comuns da reprodução. Negri acredita que as lutas do seu tempo, baseadas na corporalidade, darão lugar, na abstração marxista da comunidade, a lutas construídas no campo da comunicação. Um exemplo crucial é, para Negri, a actualidade da greve como luta e os seus novos modelos mais espontâneos, que já entenderam que a luta perfaz toda a sociedade produtiva. Assim, a greve não deve ser só um meio regularizado de desestabilização e desconstrução, deve conter em si uma potência construtora: “E a ideia de construção, na estrutura produtiva, dá-se através da comunicação, através do tornar-comum. Não basta que esta se reaproprie dos fluxos produtivos. É preciso também torná-los parte do comum” (Negri, 2020). As máquinas neocapitalistas são para Negri máquinas concebidas precisamente para afastar este desejo, ocultando-o, reproduzindo-o de forma camuflada. O seu enfraquecer, a crise destas máquinas, assinala o momento para a construção do desejo de estar-junto, de produzir.

Esta análise deriva, de forma clara, da ideia de *multitude*, que é, como o pólo transgressor de Canguilhem, algo a ser recuperado de uma espécie de segunda linha da modernidade. A *multitude* é aquilo que está no dispositivo imunitário como potência em direção à *communitas*, como uma abertura radical ao Outro, como processo de subjetivação pós-moderno. Assim, a *multitude* está para a produção biopolítica como o pólo transgressor está para a vida, assim: “rather than biopolitical production devastating the power of the multitude in the

production of social life, the multitude is both an essential element of biopolitical production and an ineradicable counter point to it” (Mills, 2018, p. 87). É através desta *ampliação biopolítica* que podemos entender a potência do poder (re)constitutivo da *multitude* perante o poder soberano. A *multitude*, a par das leituras desconstrucionistas pós-modernas do sistema imunitário, aponta para uma ideia de vida baseada numa multiplicidade de singularidades, uma ideia já ao trabalho na bioeconomia e biotecnologia actual mas que permanece longe de ser trazida para o discurso político. O que aqui se defende é que esta *biopotenza* encontra uma base na epistémica de *diferenças* do discurso imunitário contemporâneo, esta potência (re)constitutiva deve ser usada para criar novas *normas* imunitárias que substituam as perigosas parcerias bélico-racistas-biologizantes do discurso imunitário homeoestático-hegemónico.

Mesmo reconhecendo a inoperância revolucionária, seja ao nível dos mecanismos de poder ou no plano das mentalidades, desta crise da COVID-19, não podemos deixar de, como Nancy após o seu transplante, aproveitar esta oportunidade para refletir sobre a produtividade do *intruso* que entra em nós. Mesmo percebendo o perigo da mimetização biopolítica moderna do paradigma imunitário para o discurso sobre o corpo político actual, mesmo percebendo os seus movimentos reacionários e negativos, devemos tentar emancipar o pólo transgressor da vida, re-normativizando os campos políticos, jurídicos, científicos, económicos e culturais, para que enuncados pós-modernos de uma outra ideia do sistema imunitário possam ser, com todos os seus riscos, colocados em discurso. Este movimento depende de uma abertura quase total ao Outro, à morte, mas também à transgressão que acaba por ser a única coisa que a medeia. A interiorização do vírus como uma forma de criar comunidade, como um grande Outro, pode ser a mudança mais produtiva no discurso imunitário da nossa época global. Só assim poderemos fazer frente às novas realidades da bioeconomia e atrasar o ataque especulativo do neoliberalismo ao comum do Estado Social. Uma *amplificação biopolítica* é também uma amplificação da potência revolucionária do *paradigma imunitário*. Pois, como nos diz Žižek: “it is through our effort to save humanity from self-destruction that we are creating a new humanity. It is only through this mortal threat that we can envision a unified humanity” (Žižek, 2020, p. 205).

Referências bibliográficas

- Adorno, F. P. (2014). *Power over Life, Politics of Death: Forms of Resistance to Biopower in Foucault*. In Lemm, V., & Vatter, M. (Eds.). *The government of life: Foucault, biopolitics, and neoliberalismo*. New York: Fordham Univ Press.
- Agamben, G. (2020, 17 de Março). *Chiarimenti*. Quodlibet. Acessado em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-chiarimenti>.
- Agamben, G. (2020, 26 de Fevereiro). *L'invenzione di un pandemia*. Quodlibet. Acessado em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia>.
- Benvenuto, S. (2020, 20 de Março). *Forget about Agamben*. European Journal of Psychoanalysis. Acessado em: <https://www.journal-psychoanalysis.eu/coronavirus-and-philosophers/>.
- Benvenuto, S. (2020, 5 de Março). *Benvenuto in clausura*. Antinomie. Acessado em: <https://antinomie.it/index.php/2020/03/05/benvenuto-in-clausura/>.
- Brown, N. (2019). *Immunitary Life: A Biopolitics of Immunity*. London: Palgrave Macmillan.
- Cooper, M. (2008). *Life as Surplus: Biotechnology and Capitalism in the Neoliberal Era*. Washington: University of Washington Press.
- Divya Dwivedi, D. e Mohan, S. (2020, 12 de Março). *The Community of the Forsaken: A Response to Agamben and Nancy*. Antinomie. Acessado em: (<https://antinomie.it/index.php/2020/03/12/la-comunita-degli-abbandonati/>).
- Esposito, R. (2020, 28 de Fevereiro). *Curati a oltranza*. Antinomie. Acessado em: <https://antinomie.it/index.php/2020/02/28/curati-a-oltranza/>.
- Foucault, M. (2003). *Society Must Be Defended. Lectures at the Collège de France, 1975-76*. New York: Picador.
- Haraway, D. (1990). *The Biopolitics of Postmodern Bodies: Constitutions of Self in Immune System Discourse*. In *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge.
- Langford, P. (2015). *Roberto Esposito: Law, Community and the Political*. Nomikoi Critical Legal Thinkers. New York: Routledge.
- Mickey, S. (2016). *Coexistência e co-imunismo*. Trad. Port. Isabel Lopes. N-1 Edições. In *Coexistencialism and the Unbareable Intimacy of Ecological Emergency*. New York: Lexington Books.
- Mills, C. (2018). *Biopolitics*. New York: Routledge.
- Muble, M. (2014). *A Genealogy of Biopolitics: The Notion of Life in Canguilhem and Foucault*. In Lemm, V., & Vatter, M. (Eds.). *The government of life: Foucault, biopolitics, and neoliberalismo*. New York: Fordham Univ Press.
- Nancy, J. L. (2002). *L'intrus*. Trad. Inglesa de Susan Hanson. Michigan: Michigan State University Press.
- Nancy, J. L. (2020). *A Much Too Human Virus*. Trad. Ing. Agnès Jacob. European Journal of Psychoanalysis. Acessado em: <https://www.journal-psychoanalysis.eu/a-much-human-virus/>.
- Nancy, J. L. (2020, 10 de Maio). *Neoliberalism au neovirisme*. Libération. Acessado em: https://www.liberation.fr/debats/2020/05/10/du-neoliberalisme-au-neovirisme_1787957.
- Nancy, J. L. (2020, 24 de Março). *Communovirus*. Libération. Acessado em: https://www.liberation.fr/debats/2020/03/24/communovirus_1782922.
- Nancy, J. L. (2020, 27 de Fevereiro). *Eccezione Virale*. Antinomie. Acessado em: <https://antinomie.it/index.php/2020/02/27/eccezione-virale/>.
- Negri, A. (2020, 27 de Março). *Coronavirus, La Fase Attuale ed il Futuro*. Radio Onda D'Urto. Acessado em: <https://tinyurl.com/entrevistanegri>.
- Pitta, Maurício (2020, Abril). *Corona e communis*. N-1 edições. Acessado em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/32>.
- Timár, A. (2015). *Derrida and the Immune System*. Terror(ism) and Aesthetics. Acessado em: <http://etal.hu/en/archive/terrorism-and-aesthetics-2015/derrida-and-the-immune-system/>.
- Zizek, S. (2020). *PANDEMIC!: COVID-19 Shakes the World*. New York: OR Books.

Reação em cadeia: sobre a COVID-19 e o envolvimento digital no poder local em Lisboa

Chain reaction: COVID-19 and digital engagement at local power at Lisbon

João Carlos Martins¹

Instituto de Comunicação da NOVA
— ICNOVA, Lisboa, Portugal
joaocarlosmartins.mail@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-5711-6333](https://orcid.org/0000-0002-5711-6333)

Resumo: O aparecimento da pandemia COVID-19 provocou uma reconfiguração da vida como a conhecíamos, acelerando o processo de digitalização que já estava em marcha. Na procura de uma comunicação de crise alternativa à do governo central, os cidadãos encontraram-na em redes sociais digitais (RSD) como o Facebook e nas páginas dos seus governos locais. O presente artigo analisa o uso desta plataforma como forma de interação entre munícipes e presidentes das Juntas de Freguesia de Lisboa, ao longo dos três primeiros estados de alerta, emergência e calamidade. Os resultados mostram um crescimento sustentado nesta interação com mais perto de 6 mil publicações, alvo de perto de 260 mil reações, partilhas e comentários numa comunidade digital a rondar os 277 mil utilizadores num universo de mais de meio milhão de habitantes.

Palavras-chave: Comunicação Estratégica Digital, Juntas de Freguesia, Facebook, Saúde Pública, covid-19.

Abstract: *The appearance of the COVID-19 pandemic caused a reconfiguration of life as we knew it, accelerating the digitization process that was already underway. In the search for an alternative crisis communication to that of the central government, citizens found it on digital social networks (RSD) such as Facebook and on the pages of their local governments. This article analyzes the use of this platform as a form of interaction between citizens and presidents of the Boroughs of Lisbon, throughout the first three states of alert, emergency and calamity. The results show a sustained growth in this interaction with more than 6 thousand publications, target of almost 260 thousand reactions, shares and comments in a digital community of around 277 thousand users in a universe of more than half a million inhabitants.*

Keywords: *Digital Strategic Communication, Local Governments, Facebook, Public Health, covid-19.*

Introdução

A 11 de março, a COVID-19 foi caracterizada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS)². Dois dias depois, em Portugal, o primeiro-ministro, António Costa, declara o estado de alerta³ que passa a estado de emergência a 18 de março, mediante decreto n.º 14-A/2020⁴ do presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. A transição para o estado de calamidade começou a 2 de maio, num plano de desconfinamento⁵ em três fases: 4 de maio, 18 de maio e 1 de junho.

A gestão da comunicação desta crise de saúde pública teve início com a primeira conferência de imprensa dada pela diretora da Direção-Geral de Saúde (DGS), Graça Freitas, a

1 O autor beneficia de uma Bolsa de Investigação (2020.05040.BD) no âmbito do POCH — Programa Operacional Capital Humano, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

2 Disponível em [who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020](https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020). Acedido a 16 de maio de 2020.

3 Disponível em expresso.pt/coronavirus/2020-03-13-Covid-19.-Na-integra-estas-sao-as-30-medidas-decretadas-pelo-Governo-que-vao-mexer-com-as-nossas-vidas Acedido a 6 de abril de 2020.

4 Disponível em dre.pt/pesquisa/-/search/130399862/details/maximized. Acedido a 16 de maio de 2020.

5 Disponível em portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=8382611a-6c36-465b-a1b5-29f5cdcdb247 Acedido a 26 de maio de 2020.

28 de fevereiro⁶ que se tornou um formato diário a partir de 9 de março⁷. Para o bem e para o mal, o seu papel como definidor primário (Hall et al, ([1978]) foi crucial. Como porta-voz oficial de Saúde Pública, em conjunto com a ministra da Saúde, Marta Temido, representou uma hierarquia de credibilidade determinada pelos media, numa ordenada continuidade do poder central. O seu efeito direto na população e na construção da agenda mediática resultou, enquanto ferramenta de comunicação estratégica, numa bússola existencial de fertilização do discurso do medo (Altheide, 1997; Gerbner, 1998), a que assistimos entre a incerteza sobre a dimensão da epidemia e a capacidade de resposta do governo central.

Entre as janelas do televisor e do telemóvel, o cidadão procurou resgatar uma conexão social que sentia desaparecer, numa quarentena digitalizada (Lupton, 2020), e o recurso foi, não às redes sociais (Barnes, 1954) tradicionais impossibilitadas pelo confinamento, mas às redes sociais digitais (RSD), mais concretamente o Facebook, enquanto redes que estruturam a sociedade e, portanto, suportam mais poder que as instituições, as grandes corporações e até mesmo o Estado (Castells, 2004).

Neste contrato de confiança entre cidadãos e o Estado, em permanente negociação durante a pandemia, a proximidade do poder local e a dependência de redes alargadas de *amigos* para aceder a notícias e informações relevantes (Matsa & Shearer, 2018) e combater a *infodemia* (OMS, 2020) encontrou um terreno fértil de interação on-line nas páginas de Facebook das Juntas de Freguesia de Lisboa.

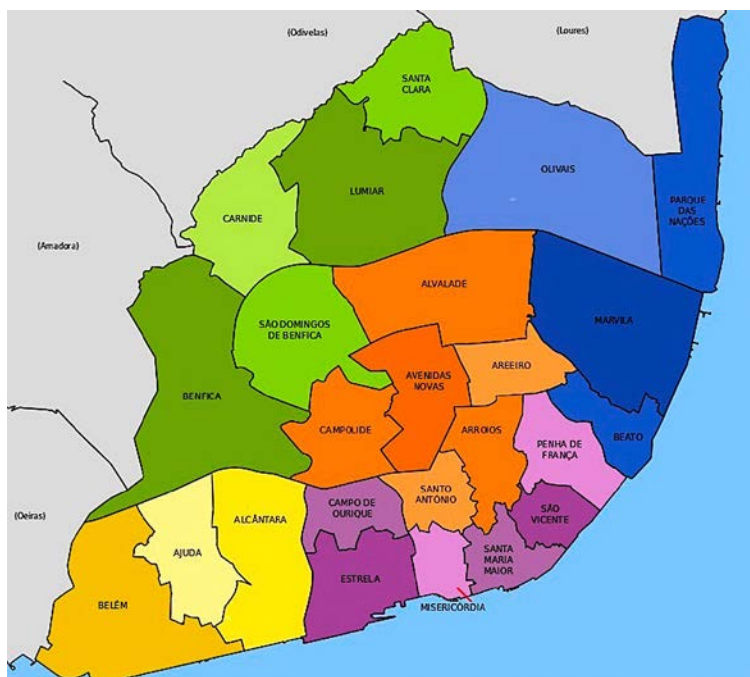


Figura 1
Concelho de Lisboa | Fonte:
Direcção-Geral do Território (DGT),
Carta Administrativa Oficial
de Portugal (CAOP), versão 2013.

6 Disponível em cmjornal.pt/portugal/detalhe/recebemos-centenas-de-chamadas-nas-ultimas-48-horas-dgs-diz-que-nao-ha-casos-confirmados-de-coronavirus Acedido a 16 de abril de 2020.

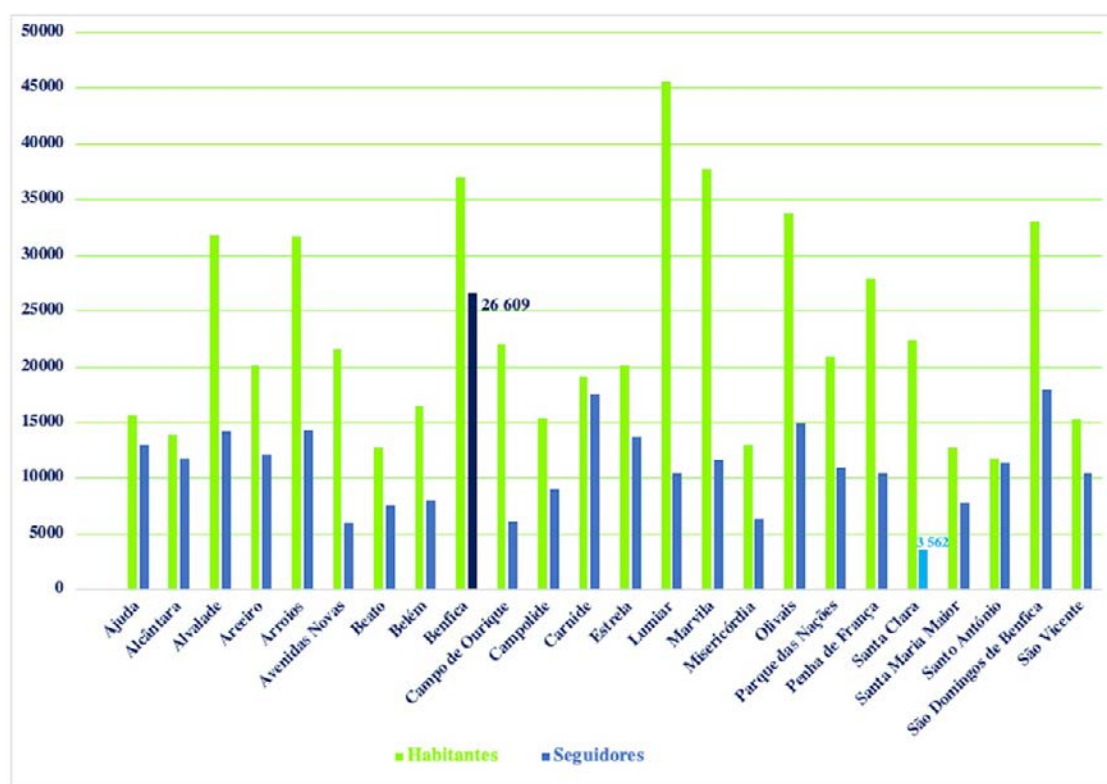
7 Disponível em covid19.min-saude.pt/conferencias-de-imprensa/ Acedido a 26 de maio de 2020.

Objetivo do estudo

Desde o aparecimento da primeira página oficial de Facebook duma Junta de Freguesia em Lisboa (Marvila a seis de dezembro de 2009), o crescimento do ecossistema digital do poder local foi lento, com uma intensificação da criação de páginas em 2014, até ser apresentada a última das 24 freguesias: Campo de Ourique, que surge apenas a 15 de março de 2018. Entretanto desativada pelo anterior presidente, Pedro Cegonho, apenas ressurge a um de maio de 2020, reativada pelo atual presidente, Pedro Costa. Motivo pelo qual não foi considerada no presente estudo que aborda os primeiros 80 dias em que a COVID-19 entrou nas nossas vidas.

Gráfico 1

Habitantes por freguesia e seguidores da respetiva página oficial de Facebook



Num universo de 276, 619 mil seguidores dentro de uma população que ultrapassa o meio milhão de habitantes (552, 700 mil), consideramos a relevância na construção de um mapa da arquitetura da RSD Facebook no concelho de Lisboa. Neste sentido, pretendemos um mapeamento da interação da comunidade digital que agrega Juntas de Freguesia e os seus seguidores, no período entre 13 de março e 1 de junho de 2020, e dar resposta a como o Facebook foi usado enquanto plataforma de gestão da comunicação de crise e de conversação sobre a COVID-19 no espaço público local.

O nosso objetivo foi o de descrever e analisar a gestão comunicacional sobre a COVID-19 entre políticos e munícipes. Nesta relação de processamento contínuo da comunicação desta crise de saúde pública, observamos como o governo local pode fortalecer e ampliar o grau de adesão às suas ações comunicacionais e opções políticas com o seu público, atendendo à fluidez e incerteza da situação atual. Defendendo o papel cada vez mais incontornável das RSD para a participação cívica como oxigenação da democracia, pretendemos que este estudo de caso contribua para a continuidade da investigação sobre governança digital no poder local.

Revisão de literatura

O crescimento da análise de RSD como um campo académico coincidiu com a popularidade dos sites de redes sociais (serviços baseados na web como o Facebook) que permitem que os indivíduos tenham o seu próprio perfil, uma lista de outros utilizadores e visualizem e percorram a sua lista de conexões (Ellison e boyd, 2007). A rede social que resulta da Web 2.0 (O'Reilly, 2007) significa que o utilizador não é apenas mais um consumidor do conteúdo, mas também participa ativamente na sua criação e formatação. Essa nova etapa da internet abriu caminho para comunicar, colaborar e partilhar conteúdo on-line de forma fácil e rápida, basicamente com qualquer pessoa (Bonsón & Ratkai, 2013).

O Facebook como ferramenta que aciona uma mediação digital (Blumler e Coleman, 2015) e intensifica a participação cívica através das redes sociais (Ellison e boyd, 2013), amplia a comunicação das relações de poder reconfiguradas pela digitalização (Aagaard, 2016), concorrendo para uma esfera pública digital (Rheingold, 2000; Benkler, 2006; Haro-De-Rosario & Sáez-Martín, 2017-2018) numa governação de proximidade (Bonsón et. al, 2012-2015, Perlman, 2012, Reddick e Norris, 2013). Como estudos prévios indicam, esta aplicação tem os níveis mais altos de envolvimento entre utilizadores RSD, com 63% dos utilizadores do Facebook que o visitam, menos uma vez por dia, e 40% visitando-o várias vezes ao longo do dia (Pew Research Center, 2013). O uso do Facebook para permitir o contato entre os cidadãos pode ser caracterizado como uma prática normal. Assim, entre todas as RSD disponíveis, o Facebook oferece as possibilidades mais claras para uma interação mais sustentada entre os cidadãos e sua autoridade local (Ellison & Hardey, 2013).

Como descrito anteriormente, a aproximação dos governos locais lisboetas foi lenta, mas pode ir de encontro à inescapável conclusão de que, usando a internet e as RSD, uma grande quantidade de informações pode ser publicada por um custo relativamente baixo. Desta forma, o uso da tecnologia no setor público (*e-government*) tornou-se uma estratégia poderosa para a reforma administrativa em todos os níveis de governo (Bonsón, Royo & Ratkai, 2015), reforma essa que as freguesias do concelho de Lisboa sofreram a partir de 2012, num

processo de descentralização e delegação de competências do poder central para o poder local⁸.

A adoção de RSD no setor público pode sinalizar como o governo atende às expectativas sociais sobre a promoção da transparência, o envolvimento dos cidadãos e a construção de confiança, pois aplica-se a um contexto onde existe assimetria de informação (Bonsón, Royo & Ratkai, 2015). Esta adoção permite que as pessoas sejam integradas em processos administrativos e políticos como acionistas, portanto são ferramentas úteis para uma eliminação efetiva da dissociação entre políticos eleitos, funcionários públicos e cidadãos (Karkin, 2013).

Como Ellison e Hardey (2014) indicam, numa era em que o propósito e o papel do governo local estão a ser, constantemente, examinados e onde os níveis de envolvimento dos cidadãos são baixos, os municípios precisam usar as RSD para envolver os munícipes, adequadamente, em todos os aspetos de governação. As conversas conduzidas pelos eleitos sobre a conduta da governança local e a qualidade da prestação de serviço podem desempenhar um papel significativo no incentivo à participação informal nas questões locais (Ellison & Hardey, 2013). Linders (2012) designou esse tipo de governança de “we-government”, refletindo a necessidade de transformação governamental por meio da cooperação e aumento da participação on-line do cidadão.

Aceder, simplesmente, a uma página do Facebook não é suficiente; esta presença na RSD deve ser usada de forma mutuamente benéfica para a entidade e para o seu público. Portanto, os governos locais devem trabalhar ativamente para oferecer conteúdo supostamente interessante e relevante às partes interessadas, a fim de promover o envolvimento (Bonsón, Royo & Ratkai, 2015). A investigação em curso em vários países europeus (Espanha, Reino Unido, Alemanha e Suécia) indica que parece existir uma procura por parte dos cidadãos por uma comunicação mais efetiva sobre temas relacionados com o quotidiano dos seus municípios, com base em dois princípios fundamentais: colaboração e envolvimento (Eccles & Krzus, 2010).

Como os níveis de envolvimento dos cidadãos e a influência dos diferentes temas nesse envolvimento dos cidadãos parecem depender do estilo de administração pública, podemos concluir que existem diferenças comunicacionais entre os estilos de governos locais individuais, dependendo das circunstâncias de cada instituição num determinado momento. Portanto, o contexto institucional é confirmado como um fator-chave a ser tido em consideração na análise do envolvimento dos cidadãos (Bonsón, Royo & Ratkai, 2015).

Neste contexto de crise sanitária e vulnerabilidade social, o potencial interativo digital permite que uma organização solicite o *feedback* do público para responder a um problema via

8 A organização administrativa de Lisboa (Lei 56/2012 de 8 de novembro, alterada pela Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, criou um novo mapa da cidade e baseia-se numa estratégia de modernização do modelo de governo autárquico, descentralizando competências administrativas para as Juntas de Freguesia. Implicitamente está a alteração geográfica das atuais freguesias que passam de 53 a 24, agregando algumas, delimitando de outra forma e até criando uma nova área administrativa da cidade — o Parque das Nações. lisboa.pt/municipio/camara-municipal.

internet. O *feedback* incentiva o diálogo e a interação entre a organização e os seus *stakeholders* (Kent & Taylor, 1998). Esta opção por uma comunicação bidirecional também permite que uma organização gire os conflitos de uma maneira mais eficaz, melhore a compreensão e cuide das preocupações das partes interessadas (Taylor & Kent, 2007), originando respostas mediadas por uma boa comunicação de crise. Uma comunicação na qual o diálogo não pode ser dominado por um lado, e deve ser cooperativo e comunicativo (Habermas, 1990), resultando num monólogo assimétrico, como, em determinados momentos, se observou na comunicação do poder central, análise que o presente trabalho não comporta.

No território digital do poder local, a influência do contexto potenciado pelo distanciamento físico e pelo confinamento, permitiu observar, com mais nitidez, que, apesar dos utilizadores de RSD nem sempre representarem o público em geral, abrem oportunidades significativas para melhorar as interações e informar o desenvolvimento de políticas (Panagiotopoulos et al., 2013) em tempo real, valor vital na comunicação de crise de uma epidemia em curso.

Se não antes, o poder local fez uma utilização intensiva das suas páginas oficiais de Facebook, sinalizando-as como meios de transparência e responsabilidade (Bonsón, Royo & Ratkai, 2015: 53). Uma tendência acelerada pelas circunstâncias que motivaram os primeiros passos que o governo dá em direção aos cidadãos, ao invés de esperar que os cidadãos movam suas atividades para os espaços oficiais criados para e-participação (Ferro et. al, 2013), como é exemplo a plataforma do orçamento participativo de Lisboa, criada em 2010.

No intervalo temporal que analisamos, tentamos chegar a uma interpretação deste desempenho digital do poder local, atendendo às características específicas para criar, adaptar e mudar as relações entre as organizações e os seus públicos: o *loop* dialógico, a utilidade da informação, a geração de visitas e a manutenção de visitantes (Kent e Taylor, 1998).

Metodologia

A observação da comunicação digital no poder local lisboeta requer uma combinação de metodologias, recorrendo à extração de dados digitais através das aplicações Facepacer e FanPage Karma (dupla recolha para confrontar eventuais dissonâncias que não foram verificadas) e a escolha de uma amostra conveniente dentro da totalidade da informação disponível. Os dados foram exportados para tabelas Excel para contabilização. Posteriormente, tratamos as publicações em formato *snapshots* e procedemos a uma análise quantitativa das publicações mais relevantes, atendendo aos índices (reações, comentários e partilhas) que determinam a dimensão do envolvimento, alvo de uma análise qualitativa do conteúdo imagético e verbal da amostra.

Resultados

No período abrangido pela amostra (13 de março a 01 de junho), a RSD Facebook de cada Junta de Freguesia de Lisboa gerou um total de 5,946 mil publicações, numa média diária de 3,1 *posts* que resultaram em 357, 722 mil interações, das quais filtrámos uma amostra de 23 publicações que geraram maior envolvimento nesta comunidade digital (mensurável pelas reações, comentários e partilhas), relacionados com a COVID-19 ao longo destes 81 dias.

Tabela 1

Total Publicações das páginas oficiais de Facebook
13 março — 01 junho 2020

Páginas Oficiais	Total de Publicações	Total de Gostos	Total de Comentários	Total de Partilhas	Total Reações, Comentários e Partilhas
Ajuda	228	18 904	1 742	4 209	25 083
Alcântara	115	9 126	805	1 923	11 969
Alvalade	293	10 311	827	4 367	15 798
Areeiro	366	8 141	765	2 299	11 571
Arroios	412	11 965	1 051	7 157	20 585
Avenidas Novas	334	5 665	866	2 226	9 091
Beato	97	3 544	467	564	4 672
Belém	136	5 440	747	2 677	9 000
Benfica	402	36 005	4 289	10 501	51 197
Campo de Ourique	2	28	0	0	30
Campolide	263	7 822	1 282	1 054	10 421
Carnide	239	10 314	1 237	3 027	14 817
Estrela	248	14 250	2 016	2 850	19 364
Lumiar	33	3 276	532	751	4 592
Marvila	150	7 913	1 289	3 036	12 388
Misericórdia	638	7 868	712	2 142	11 360
Olivais	229	11 698	2 089	3 246	17 262
Parque das Nações	93	17 965	1 174	6 474	25 706
Penha de França	342	9 457	1 078	2 893	13 770
Santa Clara	155	2 424	446	617	3 642
Santa Maria Maior	585	17 470	3 920	4 070	26 045
Santo António	282	11 656	894	7 458	20 290
São Domingos de Benfica	71	7 731	1 224	1 727	10 753
São Vicente	233	6 136	720	1 237	8 326
Valores totais	5946	245 109	30 172	76 505	357 732
				Valor maior	
				Valores não considerados (a página apenas foi reativada a 01.05.2020)	
				Valor menor	

Tabela de elaboração própria a partir dos dados das páginas oficiais de Facebook (Junho, 2020)

Na discussão destes resultados, esperamos determinar os níveis de reação e envolvimento na promoção de conhecimento e comportamento dos públicos locais face à COVID-19 bem como mensurar a gestão comunicacional das relações de confiança nas comunidades digitais de municípios no concelho de Lisboa.

Discussão e Conclusões

Tabela 2

Publicação mais relevante das páginas oficiais de Facebook
13 março — 01 junho 2020

Páginas Oficiais	Data	Categoria (vídeo com visualizações)	Reações	Comentários	Partilhas
Ajuda	17.03.2020	Flyer Digital	330	62	370
Alcântara	26.03.2020	Fotografia	291	54	87
Alvalade	16.03.2020	Fotografia	392	63	311
Areiro	18.03.2020	Fotografia	401	33	167
Arroios	19.03.2020	Flyer Digital	165	28	3 100
Avenidas Novas	24.04.2020	Vídeo - 852	63	11	8
Beato	30.03.2020	Flyer Digital	166	18	10
Belém	15.03.2020	Flyer Digital	485	63	930
Benfica	17.04.2020	Fotografia	952	198	258
Campo de Ourique					
Campolide	03.04.2020	Vídeo - 2 489	164	42	22
Carnide	04.04.2020	Fotografia	716	99	153
Estrela	15.03.2020	Flyer Digital	1 200	214	332
Lumiar	25.04.2020	Fotografia	1 100	64	84
Marvila	14.03.2020	Fotografia	449	75	760
Misericórdia	05.04.2020	Fotografia	150	2	27
Olivais	22.03.2020	Fotografia	298	80	124
Parque das Nações	16.03.2020	Flyer Digital	1 500	91	581
Penha de França	15.03.2020	Flyer Digital	662	97	1 000
Santa Clara	31.03.2020	Fotografia	133	53	18
Santa Maria Maior	19.03.2020	Flyer Digital	278	40	986
Santo António	17.03.2020	Vídeo - 283 364	2 900	183	4 800
São Domingos de Benfica	18.04.2020	Flyer Digital	782	209	176
São Vicente	25.03.2020	Fotografia	190	50	24
Valores totais			13 767	1 829	14 328
			Valor maior		
			Valores não considerados (a página apenas foi reativada a 01.05.2020)		
			Valor menor		

Tabela de elaboração própria a partir dos dados das páginas oficiais de Facebook (Junho, 2020)

Como se pode medir a comunicação dialógica e o envolvimento numa página oficial de Facebook institucional, como as que fazem parte do universo da nossa investigação? Bonsón & Ratkai (2013) propõem o seguinte conjunto de métricas: Popularidade (número total de *posts* com reação e contabilização desse número de reações por *post*), Compromisso (número total de *posts* com comentário e contabilização desse número de comentários) e Viralidade (número total de *posts* com partilha e contabilização desse número de partilhas por *post* (Bonsón & Ratkai, 2013: 791).

Numa análise de caso breve e essencialmente descritiva, pretendemos medir o sucesso das comunicações governamentais em termos de criação de envolvimento e reforço de atitudes positivas em relação ao comportamento social no cenário COVID-19. Operacionalizamos o conceito de comunicação dialógica, em termos de número de gostos, comentários e partilhas, criando reconhecimento e envolvimento (Hofmann et al., 2013: 389).

No período analisado, a publicação mais popular resulta da partilha de um vídeo (facebook.com/317575771717875/posts/1688150821327023) no qual o presidente da Junta de

Freguesia de Santo António, Vasco Morgado, explica, durante um 1:47m, como retirar as luvas sem contaminar as mãos. Publicado a 17 de março, época em que o desconhecimento sobre o vírus era quase absoluto, a viralidade foi gigantesca com 286 364 mil visualizações, 2 900 mil reações e 4 800 mil partilhas. Clara e despretensiosa, a demonstração teve uma eficácia comunicacional óbvia numa altura em que outra comunicação era incerta, errática e transmitia uma falsa sensação de segurança.

Figura 2
Snapshot Vídeo JF Santo António
17 março 2020



Como Hofmann et al. (2013) refere, a inclusão de vídeo numa RSD aumenta notavelmente a intensidade da reação dos cidadãos, bem como a polaridade desses comentários, maioritariamente positivos no exemplo em análise. A informalidade e a familiaridade que do vídeo transparece, cumpre um propósito de comunicação essencial no qual os cidadãos-utilizadores se sentem parte de uma comunidade local, que fica além da marca corporativa digital. Para efetivar este sentimento de pertença, é importante não apenas que os governos se comuniquem com os cidadãos, mas também como eles se comunicam e, em particular, como os cidadãos percebem essa comunicação e o que querem dessa mesma comunicação (Bruns e Bahnisch, 2009).

No entanto, o tipo de média utilizado não é uma fórmula imediata e garantida de eficiência no conteúdo disponibilizado nas RSD em geral ou, mais particularmente, na comunicação digital aqui observada. Usando o mesmo recurso audiovisual, a presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, Ana Gaspar, apresenta as medidas de segurança aplicadas no Mercado do Bairro de Santos. Com uma montagem dinâmica, bem-intencionado e

pedagógico, o tom não deixa de resvalar, involuntariamente ou não, para um vídeo que teria melhor enquadramento na próxima campanha eleitoral autárquica no final de 2021(facebook.com/619945574779130/videos/525303908347795).



Figura 3
Snapshot Vídeo JF Avenidas Novas 25 abril 2020

Com apenas pouco mais de 6 mil seguidores desde 2014 numa freguesia com mais de 21 mil habitantes, a página oficial de Facebook apresenta um resultado sofrível do qual as métricas deste vídeo são um instantâneo dessa apreciação global: 852 visualizações e 11 comentários, com os valores mais baixos de toda a nossa amostra com 63 reações e apenas 8 partilhas. De acordo com Bonsón, Royo & Ratkai (2015), a forma mais popular de interação é gostar de uma publicação, depois partilhá-la e, por último, comentá-la, o que é consistente com a relativa facilidade de cada tipo de interação, o que quase não chega a acontecer neste exemplo.

Entre a mais e a menos comentada publicação da nossa amostra, podemos distinguir o tema e o formato para o apresentar. No caso da Junta de Freguesia da Estrela, a comunicação a 15 de março de 2020 de uma medida sanitária, enquadrada nas políticas públicas de saúde, foi feita de uma forma sóbria, factual, informativa. O cidadão orientado para apenas gostar de uma publicação dado que é muito mais rápido e fácil do que comentar (Bonsón, Royo & Ratkai, 2013), aqui envolve-se numa verdadeira conversação, traduzida no valor mais elevado de comentários da nossa amostra (214), o que mostra um elevado nível de envolvimento por parte dos seguidores. Os comportamentos de envolvimento das partes interessadas são parte essencial do sucesso da comunidade, porque sem cidadãos ativos que gostam e comentam não haverá muito o que ler (Gummerus et al., 2012).



Figura 4
Snapshot Flyer Digital JF Estrela 15
março 2020



Figura 5
Snapshot Fotografia JF Misericórdia 5
abril 2020

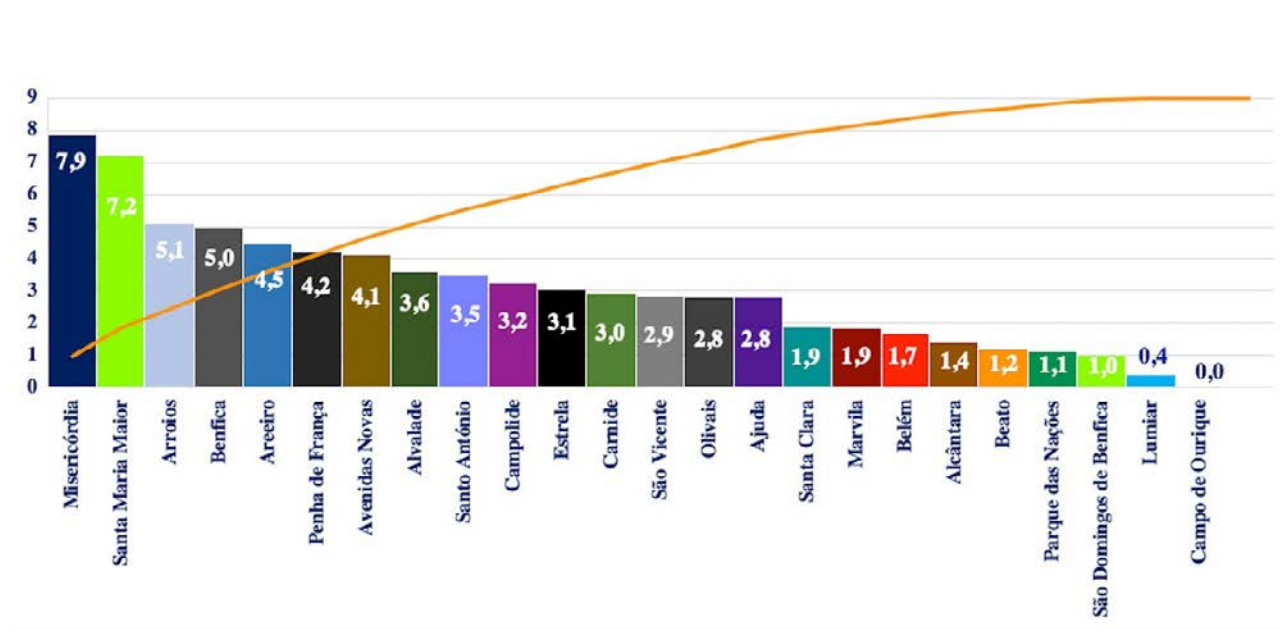
A publicação da Junta de Freguesia da Misericórdia, a menos comentada em toda a amostra com apenas dois comentários, apresenta-nos como possível explicação, a escolha do formato. O tema — agradecimento de bens doados por empresas para auxílio à população mais carenciada — e o tempo — ainda “ia ficar tudo bem” no princípio de abril de 2020 foram apresentados em quatro fotografias, duas de arquivo. Impessoal e mecânica, a publicação merecia outro tratamento comunicacional que intensificasse a reação do público-alvo. Uma opção, quanto à diferença de formato, seria a escolha do vídeo. Um diálogo breve com os doadores, os que estão e os que não estão nas fotografias, seria uma melhor alternativa. Portanto, melhorar o conhecimento sobre como aumentar o envolvimento das partes interessadas e quais os tipos de média e conteúdo que preferem são tópicos muito importantes (Bonsón, Royo & Ratkai, 2015). Apenas seguindo esta trajetória se vai construindo uma matriz de envolvimento, a zona mais importante para operacionalizar a comunicação no ambiente Facebook.

Durante o período analisado de estados de alerta, emergência e calamidade, o uso do Facebook tornou-se uma prática de vida ainda mais comum para muitos cidadãos e esse comportamento refletiu um aumento substancial na atividade municipal do Facebook.

Com base numa média diária de 3,1 publicações das 23 páginas oficiais de Facebook das Juntas de Freguesia de Lisboa, os resultados mostram como maioria se adaptou a uma cultura visual online, usando fotos e vídeos com intenções virais, numa construção dia-a-dia do envolvimento com os seus públicos. Os resultados também mostram um crescimento sustentado na interação de mais de 245 mil reações e mais de 76 mil partilhas, enquanto os comentários parecem ficar para trás, ligeiramente acima dos 30 mil.

Gráfico 2

Média diária de publicações entre 13 de março e 01 de junho de 2020



Para além das métricas de envolvimento quantitativo no ambiente das RSD, a pesquisa empírica que examina o impacto dos tipos de conteúdo no envolvimento das partes interessadas nas plataformas sociais é ainda limitada e ainda incipiente no setor público (Bonsón, Royo & Ratkai, 2015: 52). Esta relação requer um exame mais abrangente do intercâmbio de mensagens que se articulam na tomada de decisões estratégicas e na escolha de políticas públicas prioritárias numa relação interativa entre eleitos e eleitores. Vários autores têm apontado a necessidade de pesquisas futuras darem maior ênfase ao impacto real das RSD nas relações governo-cidadão (G2C), reforçando a análise qualitativa que as entidades locais fazem através dos seus canais de RSD (Reddick & Norris, 2013) o que nos parece uma linha de investigação adequada para a continuidade do presente trabalho.

Referências

- Aagaard, P. (2016). The Fourth Age of Political Communication: Democratic decay or the rise of phronetic political communication? *Nordicum-Mediterraneum*. 2016;11(3): B6. fourth-age-political-communication-democratic-decay-rise-phronetic-political-communication/ Consultado a 10 de outubro de 2020.
- Adhanom, T. (2020), WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March. [www.who.int. Consultado a 16 de maio de 2020.](http://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19--11-march-2020)
- Altheide, D. (1997). "The News Media, the Problem Frame, and the Production of Fear". *The Sociological Quarterly*, Vol. 38. (N. 4), 647-668.
- Barnes, J. A. (1954) "Class and committees in a Norwegian island parish." *Human Relations*, 7. London School of Economics, University of London, pp. 39-58. pierremerckle.fr/wp-content/uploads/2012/03/Barnes.pdf
- Benkler, Y. (2006). *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. New Haven and London: Yale University Press.
- Blumler, J. G. & Coleman, S. (2015). "Democracy and the Media—Revisited". *Javnost — The Public*. 22. 111-128. [10.1080/13183222.2015.1041226](https://doi.org/10.1080/13183222.2015.1041226).
- Bonsón, E., & Ratkai, M. (2013). "A set of metrics to assess stakeholder engagement and social legitimacy on a corporate Facebook page". *Online Information Review*, v. 37, n. 5, 787-803.
- Bonsón, E., Royo, S., & Ratkai, M. (2015). "Citizens' engagement on local governments' Facebook sites. An empirical analysis: The impact of different media and content types in Western Europe". *Government Information Quarterly*, v. 32, v. 1, 52-62.
- Bonsón, E., Royo, S., & Ratkai, M. (2017). "Facebook practices in Western European municipalities: An empirical analysis of activity and citizens' engagement". *Administration & Society*, v. 49, n. 3, 320-347.
- Bruns, A. & Bahnisch, M. (2009). "Social media: tools for user-generated content social drivers behind growing consumer participation in user-led content generation". *Volume 1: state of the art. Smart Services CRC*. <https://eprints.qut.edu.au/21206/> Consultado a 20.05.2020
- Castells, M. (2004). Afterword: why networks matter. Em H. McCarthy, & P. M. (Edits), *Network Logic Who governs in an interconnected world?* Demos. 220-225.
- Covid-19. Na íntegra: estas são as 30 medidas decretadas pelo Governo que vão mexer com as nossas vidas. (2020, 13 de março). *Expresso*. expresso.pt/coronavirus/2020-03-13-Covid-19.-Na-integra-estas-sao-as-30-medidas-decretadas-pelo-Governo-que-va-mexer-com-as-nossas-vidas Consultado a 6 de abril de 2020.
- Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020 de 18 de março (Estado de Emergência) (2020, 18 de março). *Diário da República Eletrónico*. Consultado a 16 de maio de 2020. dre.pt/pesquisa/-/search/130399862/details/maximized.
- Eccles, R., & Krzus, M. P. (2010). *One report: Integrated reporting for a sustainable strategy*. Wiley.
- Ellison, N. B. e boyd, d. (2013). Sociality through Social Network Sites. In Dutton, W. H. (Ed.), *The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- Ellison, N. B. e boyd, d. (2007). "Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship". *Journal of Computer-Mediated Communication*. Vol. 13. Issue 1 1 October. 210-230, <http://dx.doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x> Consultado a 20 Junho 2020.
- Ellison, N., & Hardey, M. (2014). "Social media and local government: Citizenship, consumption and democracy". *Local Government Studies*, 40(1), 21-40.
- Ellison, N., & Hardey, M. (2013). "Developing political conversations?" *Information, Communication & Society*, 16(6), 878-889.
- Ferro, E., Loukis, E., Charalabidis, Y., & Osella, M. (2013). "Analyzing the centralised use of multiple social media by government from innovations diffusion theory perspective". In *Electronic Participation*. Proceeding of 5th IFIP WG 8.5 International Conference, September 17-19, 95-108.
- Freitas, G. (2020), Conferência de imprensa 13 março. [covid19.min-saude.pt. Consultado a 26 de maio de 2020.](https://covid19.min-saude.pt/consultas-de-imprensa/covid19.min-saude.pt/conferencias-de-imprensa/)
- Gummerus, J., Liljander, V., Weman, E., & Pihlström, M. (2012). "Customer engagement in a Facebook brand community". *Management Research Review*, 35(9), 857-877.
- Karkin, N. (2013). "Web 2.0 tools for public participation through government websites". *Gestión y Política Pública, Special Issue on Electronic Government*, 307-331.
- Kent, M. L. & Taylor, M. (1998). "Building dialogic relationships through the World Wide Web". *Public Relations Review*, v. 24, n. 3, 321-334.
- Gerbner, G. (1998). "Cultivation analysis: An overview". *Mass Communication and Society*, Vol. 1 (N.3-4). pp 175-194. [10.1080/15205436.1998.9677855](https://doi.org/10.1080/15205436.1998.9677855)
- Habermas, J. (1990), *Moral Consciousness and Communicative Action*, MIT Press.
- Hall, S. et al. ([1978] 1993). A produção social das notícias: o mugging nos media in Traquina, N. (Org.) *Jornalismo: Questões, teorias, "estórias"*. Lisboa: Vega.
- Haro-De-Rosario, Arturo, Sáez-Martín, Alejandro and Gálvez-Rodríguez, María del Mar (2017). "Facebook as a Dialogic Strategic Tool for European Local Governments". *Transylvanian Review of Administrative Sciences*. 13(50), pp. 73-89. https://www.researchgate.net/publication/314974110_Facebook_as_a_Dialogic_Strategic_Tool_for_European_Local_Governments (Consultado a 15 de julho de 2020).
- Haro-de-Rosario, Arturo, Sáez-Martín, Alejandro e Caba-Pérez, María del Carmen (2018). "Using social media to enhance citizen engagement with local government: Twitter or Facebook?" *New Media e Society*. <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1461444816645652> (Consultado a 25 de outubro de 2020).
- Hofmann, S., Beverungen, D., Räckers, M., & Becker, J. (2013). "What makes local governments' online communications successful? Insights from a multi-method analysis of Facebook". *Government Information Quarterly*, 30(4), 387-396.

- Linders, D. (2012). "From e-government to we-government: Defining a typology for citizen e-participation in the age of social media". *Government Information Quarterly*, 29, 446-454.
- Panagiotopoulos, P., Barnett, J., & Brooks, L. (2013). "Social Media and government responsiveness: The case of the UK Food Standards Agency". *Lecture Notes in Computer Science*, 8074, 310-321.
- Perlman, B. J. (2012). "Social Media Sites at the State and Local Levels: Operational Success and Governance Failures". *State Local Gov. Review*. vol. 44, no. 1, pp. 67-75.
- Plano de Desconfinamento em três fases: 4 de maio, 18 de maio e 1 de junho. República Portuguesa | XXII Governo. portugal.gov.pt/download-%cheiros/%cheiro.aspx?v=8382611a-6c-36-465b-a1b5-29f5cdcdb247 Consultado a 26 de maio de 2020. www.portugal.gov.pt
- "Recebemos centenas de chamadas nas últimas 48 horas": DGS diz que não há casos confirmados de coronavírus. (2020, 28 de fevereiro). *Correio da Manhã*. cmjornal.pt/portugal/detalhe/recebemos-centenas-de-chamadas-nas-ultimas-48-horas-dgs-diz-que-nao-ha-casos-confirmados-de-coronavirus Consultado a 16 de abril de 2020.
- Reddick, C. G., & Norris, D. F. (2013). "Social media adoption at the American grass roots: Web 2.0 or 1.5?" *Government Information Quarterly*, 30(4), 498-507.
- Rheingold, H. (2000). *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier* (2nd Edition). MIT Press.
- Matsa, E.K. & Shearer, E. (2018). "News use across social media platforms 2018". Pew Research Center.
- Taylor, M. & Kent, M. L. (2007). "Taxonomy of mediated crisis responses". *Public Relations Review*, v. 3, n.3, pp. 140-146.

Práticas de Relações Públicas no contexto da pandemia de COVID-19: da academia para a sociedade civil

*Public Relations Practices in the Context
of the COVID-19 Pandemic: From Academia
to Civil Society*

Paula Lobo

Instituto Politécnico de Viseu,
Viseu, Portugal
Centro de Estudos de Comunicação
e Sociedade — CECS,
Braga, Portugal
ORCID ID: [0000-0003-4176-8983](https://orcid.org/0000-0003-4176-8983)

Ivone Ferreira

Instituto de Comunicação da NOVA
— ICNOVA, Universidade Nova
de Lisboa, Portugal
ORCID ID: [0000-0003-3283-2373](https://orcid.org/0000-0003-3283-2373)

Resumo: Este artigo descreve a conversão de uma unidade curricular de assessoria de imprensa num laboratório de assessoria junto da sociedade civil, levada a cabo em contexto de ensino à distância durante a primeira vaga do COVID-19 em Portugal. Para refletirmos sobre os processos implementados convocamos os conceitos de Relações Públicas (Grunig & Hunt, 1984; Gonçalves, 2010; Ferrari, 2004), planeamento da comunicação (Steyn, 2009) e organizações da sociedade civil (Eiró-Gomes, 2017). O processo decorrido em contexto de crise e em ensino não presencial permitiu auxiliar um grupo da sociedade civil criado para minimizar os efeitos da crise provocada pelo coronavírus no norte de Portugal, aplicando os conceitos e práticas de Relações Públicas.

Palavras-chave: assessoria de comunicação; relações públicas; COVID-19; crise; ensino à distância; organizações da sociedade civil.

Abstract: *This article describes the conversion of a press relations course into a civil society consultancy laboratory, carried out in the context of e-learning during the first wave of COVID-19 in Portugal. In order to reflect on the implemented processes, we summoned the concepts of Public Relations (Grunig & Hunt, 1984; Gonçalves, 2010; Ferrari, 2004), communication planning (Steyn, 2009) and civil society organizations (Eiró-Gomes, 2017). The process that took place in a context of crisis and in non-presential teaching allowed to help a civil society group created to minimize the effects of the crisis caused by the coronavirus in northern Portugal, applying the concepts and practices of Public Relations.*

Keywords: *communication consultancy; public relations; COVID-19; crisis; e-learning. civil society.*

“Public Relations is where management and communication meet”
(Ruler, Vercic & Vercic, 2008, p. 4).

A assessoria como parte integrante das Relações Públicas

Entendidas, em sentido lato, como responsáveis por assegurar “a gestão da comunicação entre uma organização e os seus públicos” (Grunig & Hunt, 1984, p. 6), as Relações Públicas devem assegurar a gestão estratégica das funções de comunicação das organização com os seus públicos são responsáveis por obter a sintonia de interesses entre as organizações e os seus públicos (Grunig & Hunt, 1984; Ferrari, 2003), construindo relações duradouras e benéficas para ambas as partes (Grunig & Hunt, 1984; Ferrari, 2003).

Scroferneker define as Relações Públicas nesta ambiguidade:

Uma técnica de comunicação, uma profissão, uma atividade ou conjunto de atividades, uma função administrativa, um método, um princípio fundamental da própria existência do ser humano, uma religião ou ainda uma filosofia de administração, [...] configurando um mosaico com diferentes configurações” (2008, p. 44).

Mafalda Eiró-Gomes olha para as actividades das Relações Públicas como ligadas às práticas de “deliberação sobre o interesse coletivo; defesa desse interesse no espaço público; envolvimento voluntário individual; e ação na arena pública” (Eiró-Gomes, p. 8) e muito menos para o lado instrumental da profissão pelo que vê na sociedade civil o campo de atuação ideal para as Relações Públicas.

O contexto de pandemia provocado pela COVID-19 mostrou a necessidade de existirem grupos organizados de cidadãos que se constituíssem com um fim comum. Chamamos-lhes organizações da sociedade civil, seguindo a terminologia de Mafalda Eiró-Gomes (2017).

Contextualização da crise pandémica

A 31 de dezembro de 2019, a Comissão Municipal de Saúde de Wuhan, na província de Hubei, na China, comunica que registou 27 casos de uma pneumonia de causa desconhecida. O novo vírus é identificado como pertencente à família de coronavírus e depressa se torna público que a sua capacidade de propagação, entre os humanos, é muito elevada.

COVID-19 foi o nome atribuído pela Organização Mundial de Saúde à doença provocada pelo novo coronavírus. Oficialmente, o vírus chega à Europa a 24 de janeiro de 2020, tendo sido assinaladas duas vítimas em França. Nas semanas seguintes, o vírus é detetado também em Itália que depressa comunica a contabilização de centenas e, mais tarde, milhares de ocorrências da doença, sendo o país considerado, nesse período, o epicentro mundial da epidemia. A COVID-19 continua a alastrar-se rapidamente a vários países do mundo e, no dia 11 de março, a Organização Mundial de Saúde atribui a esta doença o estatuto de pandemia.

Em Portugal, a 2 de março, a ministra da Saúde, Marta Temido, anuncia ao país a existência de 2 casos em território nacional (Público, 2/03/2020).

À medida que o número de infetados no mundo chegava aos 90 mil, o governo português solicitava às organizações públicas e privadas que criassem os seus próprios planos de contingência e resposta à crise que se avizinhava. À semelhança do resto do mundo, os números de infeções, internamentos em cuidados intensivos e mortes em Portugal começavam a aumentar.

Considerando a situação de catástrofe sanitária que se vivia em Itália, o governo português, fortemente apoiado pela sociedade civil, reage, pondo em prática um plano de contingência que envolvendo vários domínios da sociedade, reorganizando hospitais, formando

profissionais de saúde para o combate ao novo vírus e exigindo o cancelamento de eventos sociais, visitas a hospitais, lares e prisões (Decreto do Presidente da República nº 14 — A/2020). A 18 de março é decretado estado de emergência nacional. A maioria das atividades económicas, pedagógicas e sociais são suspensas ou, nos casos em que isso é possível, transferidas para a comunicação online. O comércio, as escolas, as instituições religiosas, as repartições públicas são encerradas.

Foi neste período correspondente ao Estado de Emergência Português (18 de março a 2 de maio de 2020) que se desenvolveu a estratégia de Assessoria de Comunicação e Relações Públicas aqui apresentada, uma estratégia que se desenvolve durante um momento de crise.

No contexto de uma pandemia que se desenvolve rapidamente, a par da necessidade de respostas globais, as organizações do sector público e privado procuram acionar, desde logo, estratégias de comunicação de crise que assumem um papel fundamental na capacidade de resposta rápida aos eventuais desafios e danos que serão provocados pela ameaça global que se aproxima. É neste contexto que se constitui a “Norte em Acção”, uma dessas “entidades organizadas, privadas, com personalidade jurídica, baseadas na livre iniciativa e no direito à liberdade de associação, com gestão autónoma, democrática e participativa, (...) e que têm como finalidade o bem comum, o bem-estar e/ou o equilíbrio social (...)” (Eiró-Gomes, 2017, p. 9).

Uma estratégia para o “Norte em Acção”

A pandemia causada pela COVID-19 estabeleceu novos desafios em todas as áreas da sociedade. No ensino superior, estudantes e docentes passaram a utilizar plataformas de ensino online para colmatar o distanciamento social imposto e cumprir o calendário escolar com a “normalidade” possível. A unidade curricular “Assessoria de Comunicação” do terceiro ano da licenciatura em Comunicação Social do Instituto Politécnico de Viseu incluía a realização de um trabalho prático em contexto real de trabalho. Em face das profundas alterações que se observavam na sociedade, resultantes das medidas extraordinárias que acompanhavam o estado de emergência nacional, a possibilidade de alunos e docente prosseguirem com o trabalho prático de colaboração com empresas locais que estava previsto, estava praticamente inviabilizada, fosse pelo facto de as empresas selecionadas se encontrarem fechadas ou em reorganização, fosse pelo medo generalizado do novo vírus que reduzia drasticamente a disponibilidade do contacto interpessoal. Confrontados com uma súbita necessidade de mudança de planos e considerando a motivação para a mobilização civil no combate à pandemia manifestada pela turma, agora remetida ao isolamento domiciliário, foi desenvolvida uma parceria entre os alunos do 3º ano de Comunicação Social e o Grupo Norte em Acção.

O Grupo “Norte em Acção” foi fundado a 27 de março e constituiu-se como uma rede de entreajuda para a produção de Equipamentos de Proteção Individual (EPI’s). Este projeto

começou por funcionar a partir de uma página de Facebook e surgiu num momento em que os EPI's escasseavam entre profissionais de hospitais, lares, forças de segurança e outras atividades profissionais que, pela natureza da sua atividade, continuavam em contacto diário com um grande número de indivíduos, potencialmente infetados, vendo-se obrigados a improvisar artesanalmente os seus próprios materiais de proteção. Recorde-se que, nesta fase da pandemia, em Portugal a maioria dos materiais de proteção, mesmo os mais básicos como máscaras e álcool gel, encontravam-se esgotados. Esta rutura de stocks tinha acontecido ainda antes da chegada da covid-19 a território nacional e começava a montante, na Europa e no resto do mundo em geral, onde o consumo destes bens tinha disparado para níveis inesperados como resposta das populações à evolução da propagação do novo vírus. Não só não havia Equipamentos de Proteção Individual disponíveis para venda, como também não se sabia quando voltariam a chegar ao mercado nacional.

Foi neste contexto que o Grupo “Norte em Ação” foi criado, com o objetivo de responder à grande escassez de materiais de proteção numa altura em que nem toda a população se podia remeter ao isolamento social como forma de se proteger do vírus. Foi igualmente nestas circunstâncias que o Grupo cresceu muito rapidamente: apenas uma semana depois da sua fundação, já contava com mais de 6 mil membros e chamou a atenção dos media nacionais.



Figura 1
Cabeçalho da página de Facebook do Grupo Norte em Ação em 10/02/2021. Fonte: Página oficial de Facebook do Grupo.

Na página de Facebook do Grupo, os pedidos de ajuda, por um lado, e as ofertas de ajuda, por outro, multiplicavam-se e chegavam de todas as partes do país. Para as quatro fundadoras do grupo, este crescimento exponencial foi simultaneamente uma surpresa e um desafio que depressa se tornou, também, num sério problema de gestão comunicacional. As fundadoras estavam conscientes dos problemas que a pandemia colocava aos públicos a que

o Grupo se dirigia e sentiam uma grande motivação para prosseguir o trabalho de solidariedade que tinham iniciado, contudo, à semelhança da maioria da população, também elas prosseguiram com as suas atividades profissionais em regime de teletrabalho, o que tornava difícil assegurar a gestão e o planeamento de todos os contactos necessários, assim como dar resposta às inúmeras mensagens que recebiam diariamente.

O propósito da existência do Grupo “Norte em Ação” assentava, principalmente, na articulação de esforços entre os vários públicos, com diferentes competências de atuação, cuja ação, devidamente concertada, tinha o potencial de fornecer EPI’s a quem necessitava. Deste modo, o Grupo procurava gerir a comunicação com a mão de obra voluntária (por exemplo, pessoas com conhecimentos de costura dispostas a confeccionar determinados elementos do EPI’s a partir de moldes fornecidos pelo grupo); as empresas doadoras de materiais e/ou produtos para produção de EPI’s; as empresas de distribuição disponíveis para entregar os EPI’s nos locais onde eram necessários; as organizações carenciadas e/ou pessoas que, em virtude da sua atividade, necessitavam de EPI’s para se protegerem do novo vírus e, também, os media que desde cedo se interessaram pelo Grupo e que solicitavam regularmente informação sobre o Grupo, ao mesmo tempo, que se constituíam como uma ferramenta valiosa na divulgação dos objetivos do Grupo junto da população. Em suma, a atividade do Grupo “Norte em Ação” era, essencialmente, a comunicação com públicos diversos e relativamente vastos, com diferentes graus de envolvimento e motivação, quer para ajudar, quer para serem ajudados, num contexto de uma crise pandémica em que os materiais e o tempo eram bens muito escassos.

Foi no seguimento da identificação deste problema que foi realizada uma proposta de colaboração entre a turma da Unidade Curricular “Assessoria de Comunicação” do 3º ano da licenciatura em Comunicação Social com o Grupo “Norte em Ação”, que consistiu na realização de um gabinete de Assessoria e Relações Públicas que pudesse tomar em mãos as exigentes tarefas de gestão comunicacional que a dimensão do grupo e as necessidades dos seus públicos-alvo impunham.

Para este efeito, foram realizadas várias reuniões online entre estudantes, docente e fundadoras onde se debateram e identificaram os objetivos do Grupo, as suas necessidades comunicacionais e as competências e apetências específicas dos estudantes, no âmbito das diferentes vertentes do projeto de colaboração.

Na sequência destes encontros virtuais, a turma de 57 estudantes foi dividida em quatro equipas: equipa de comunicação com os media, equipa de comunicação com os fornecedores, equipa de comunicação com os voluntários e equipa responsável pela criação e manutenção do website e página de Instagram.

Após a organização das equipas estabeleceu-se uma rotina de reuniões frequentes, entre membros da equipa, entre equipas e entre equipas e fundadoras-responsáveis e a docente.

A comunicação diária entre todas as equipas foi considerada imperativa para que todos se mantivessem a par da estratégia geral de comunicação do Grupo.

A natureza solidária da missão do Grupo “Norte em Ação”, no contexto de crise sanitária acima descrito, carecia de um modelo de comunicação baseado numa comunicação dinâmica e bidirecional próprio das Relações Públicas (Grunig, 1992). Desde o momento em que o Grupo foi criado, a comunicação fluiu, tanto do lado das fundadoras, como do lado dos públicos, num esforço de cooperação que envolvia várias áreas de intervenção e diferentes dimensões comunicacionais. Por outro lado, o espírito de missão e o ambiente de sobressalto cívico que se vivia na sociedade vieram acentuar o lado relacional e mesmo emocional da comunicação da organização com os seus públicos.

Assim, o modelo de atuação seguido foi um modelo simétrico bidirecional de Relações Públicas (Grunig & Repper, 1992; Gonçalves, 2010) que partiu do pressuposto de uma descentralização das estruturas de gestão permitindo o envolvimento de alunas, alunos, fundadoras do Grupo e docente no planeamento e execução de tarefas em autonomia, assim como a participação em todos os processos de tomada de decisão. Este modelo, associado ao contexto de crise, propiciou a manutenção de níveis de motivação muito elevados, onde todos os envolvidos se sentiram elementos importantes da estratégia e do sucesso da organização.

Grunig e Repper afirmam que “é mais provável que um público se torne ativo quando as pessoas que os constituem percebem que aquilo que uma organização faz os envolve (nível de envolvimento), que as consequências do que uma organização faz os afeta (reconhecimento do problema) e que não vão ficar constrangidas se fizerem algo acerca do problema (reconhecimento de constrangimentos)” (Grunig & Repper, 1992, p. 136). A perspetiva dos autores coaduna-se com o caso em análise, dado que todos os envolvidos partilhavam os três preceitos enunciados: envolvimento na tarefa de dar resposta a necessidades urgentes de determinados sectores da população, reconhecimento da seriedade da ameaça pandémica e reconhecimento dos constrangimentos a que ficariam sujeitos, caso a ameaça não fosse debelada.

Nesta primeira fase, que podemos designar de Observação ou Diagnóstico (Steyn, 2007), as quatro equipas de trabalho foram organizadas em função dos públicos e stakeholders identificados e das tarefas necessárias para fazer a gestão comunicacional com esses públicos.

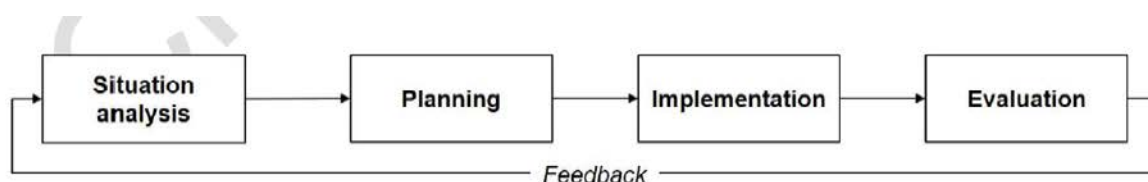


Figure 1. Basic planning/evaluation cycle

Figura 2

Fonte: Buhmann, Alexander; Likely, Fraser (2018).

Os quadros de ação abaixo transcritos tiveram um carácter orientador mas, simultaneamente, dinâmico, dado que foram revistos e reajustados ao longo de todo o período de trabalho. Estes quadros correspondem às fases de planeamento e execução em Relações Públicas (Steyn, 2007).

Tabela 1

Equipa de gestão. Fonte: Elaboração própria.

Equipa de gestão das relações com os media	Objetivos	— Promover uma imagem favorável do Grupo “Norte em Ação” junto da opinião pública e divulgar a urgência de produção de Equipamentos de Proteção Individual como ferramenta fundamental no combate à pandemia. — Criar um clima de simpatia e colaboração em torno da organização. — Identificar e corresponder às necessidades de informação dos órgãos de comunicação social. — Satisfazer o direito do público à informação sobre o Grupo. — Dar visibilidade às necessidades do Grupo de forma a contribuir para a prossecução dos objetivos solidários do mesmo.
	Tarefas	— Redação de comunicados de imprensa para enviar aos diferentes meios de comunicação social de forma a conseguir obter a máxima cobertura mediática no plano regional e no plano nacional, em função dos objetivos do Grupo. — Angariação de entrevistas nos media com as responsáveis do projeto. — Comunicar o facto de o Grupo não atuar apenas no Norte do País, apesar do nome escolhido. — Produção de conteúdos para o #dacomunicação e ESEV TV (house organs) sobre o trabalho desenvolvido pelo Grupo Norte em Ação, salientando a importância da solidariedade e da informação em contexto pandémico. — Redação de materiais informativos de apoio na divulgação — panfletos virtuais, posts-tipo, vídeos promocionais, etc. — que possam ser úteis na apresentação do Grupo “Norte em Ação” e seus objetivos, apelando à urgência da produção de EPI’s e ao envolvimento da população no combate à pandemia em conformidade com os objetivos acima enumerados. — Clipping e registo de todas as notícias sobre o grupo.
	Públicos-alvo principais	— Media regionais e nacionais, <i>house-organs</i> .

As tarefas definidas para a equipa de gestão das relações com os media partiram de uma reflexão conjunta da equipa, das fundadoras do grupo e da docente sobre o tipo de mensagens que seria pertinente divulgar aos meios de comunicação sobre o grupo “Norte em Ação” e quais seriam os momentos-chave para o fazer.

Desta reflexão surgiu uma estratégia de comunicação com os media que se desenvolveu em três fases: uma primeira fase que teve como objetivo apresentar o projeto, as suas responsáveis e os seus objetivos; uma segunda fase, em que se procurou dar visibilidade ao trabalho

que estava a ser desenvolvido e comunicar os resultados obtidos à data; e, uma terceira fase que teve como propósito principal utilizar a notoriedade mediática do Grupo para apelar à solidariedade civil, dando a conhecer as suas necessidades, na expectativa de que os meios de comunicação pudessem ser mais um meio para a articulação dos esforços necessários na produção e distribuição de EPI's.

Entre os vários trabalhos enumerados que foram desenvolvidos por esta equipa, foi também elaborada uma listagem de contactos de meios de comunicação social. Cada elemento do grupo partilhou num ficheiro todos os seus contactos de media e esse ficheiro foi organizado em quatro folhas diferentes: meios de comunicação locais, regionais, nacionais e câmaras municipais. As estratégias de visibilidade mediática foram estabelecidas de acordo com a dinâmica da produção dos EPI's e os públicos que eram mais adequados ao momento em que o Grupo se encontrava. Por exemplo, se as costureiras voluntárias estavam a ficar sem TNT (tecido não tecido), o material indicado para a confeção de alguns dos elementos dos EPI's, a equipa de media procurava conseguir visibilidade mediática para esta necessidade do Grupo em zonas geográficas onde se identificava a existências de fábricas ou stocks de TNT. Aqui salienta-se que o facto de a equipa ter sido constituída por elementos residentes em diferentes zonas do país contribuiu para o enriquecimento dos contactos com os media regionais que, na maior parte das vezes, foram considerados os meios mais eficazes para satisfazer as necessidades comunicativas do Grupo.

Foram contactados: Programa da Cristina; Praça da Alegria; Rádio Clube da Feira; A Tarde é Sua (TVI); Praça da Alegria (RTP1); Porto Canal; Rádio AVFM e Rádio Nova Era. Estes contactos foram realizados para solicitar diretamente uma entrevista, enquanto que foram feitos muitos outros com o objetivo de divulgação, sem especificação. Deste trabalho resultaram as entrevistas realizadas à Dr^a Sara Melo, médica e uma das fundadoras do grupo, na Rádio Clube da Feira, no Porto Canal e na Rádio Antena Livre.

Tabela 2

Equipa de gestão e manutenção do website e da página do Instagram. Fonte: Elaboração própria.

Equipa de criação e manutenção do site e página de Instagram	Objetivos	— Promover uma imagem favorável junto da opinião pública e divulgar a urgência de produção de Equipamentos Individuais de Proteção como ferramenta fundamental no combate à pandemia. — Criar um website onde toda a informação sobre o grupo se encontre acessível e bem organizada. — Informar de forma clara todos os utilizadores do website: pessoas/empresas que querem ajudar a produzir e distribuir EPI's, doadores de bens e/ou matérias primas e bens, instituições carenciadas de EPI's. — Elaborar conteúdos que apelem ao envolvimento da população e ao voluntariado.
	Tarefas	— Criação do website do Grupo “Norte em Ação”. — Desenvolvimento do design do website em harmonia com o logotipo do Grupo. — Analisar em profundidade todas as informações do Grupo que constam no website do Facebook e as funções das restantes equipas de Assessoria para perceber qual a melhor forma de organizar a informação tendo em conta os diferentes públicos-alvo do website e os diferentes objetivos. — Elaborar um mapa do website para autorização prévia de uma das responsáveis pelo grupo. — Organizar a informação da forma mais intuitiva possível para o utilizador (formulários, moldes e instruções para produção de equipamento, fornecedores, mão de obra, instituições que recebem os EPI's, etc). — Produção de conteúdos: textos, vídeos ou ficheiros audio de apresentação do Grupo apelativos que constem no website. Estes conteúdos devem salientar a importância do grupo, explicar de forma clara os seus objetivos e forma de atuação. Devem ainda motivar o público para o envolvimento ativo no combate à epidemia, podendo ser usados slogans. Sensibilizar a população para a importância da proteção das classes profissionais que serão alvo das doações (profissionais de saúde, cuidadores de lares de idosos, forças de segurança). — Atualização do website em coordenação constante com as restantes equipas: inclusão de todas as notícias que saiam sobre o Grupo Norte em Ação (equipa de media), atualização da lista de fornecedores (equipa de RP — fornecedores), atualização da lista de mão de obra voluntária (equipa de RP — mão de obra). — Criação de uma página de Instagram. Manutenção da página com conteúdos fornecidos pelo grupo Norte em Ação — Produção de conteúdos para a página de Instagram. — Atualização do Instagram e website com pedidos de divulgação e conteúdos mediáticos enviados pelas restantes 3 equipas.
	Públicos-alvo principais	— Todos os público-alvo do Grupo utilizadores da Internet — Digital influencers

Não obstante a importância dos media convencionais numa boa estratégia de Relações Públicas, os media digitais introduziram profundas alterações nos processos comunicativos assim como nas possibilidades de comunicação. As tecnologias digitais vieram acentuar a dimensão pública das RP, assim como o carácter bidirecional da comunicação, favorecendo um contacto muito próximo com os públicos. É de salientar que, no contexto pandémico em que se desenvolveu este trabalho, a maioria da população se encontrava em isolamento domiciliário, o que tornava a Web o meio ideal para comunicar.

A página de Facebook do Grupo “Norte em Ação” tinha, como todas as páginas desta rede social, limitações no que respeita à organização e armazenamento de toda a informação que se gerava diariamente em torno da atividade do Grupo. O carácter sequencial e em constante atualização do feed da página, assim como a impossibilidade de atribuir uma hierarquia à informação e às mensagens que eram partilhadas, dificultava a organização da comunicação. Deste modo, ficou acordado desde cedo que a criação de um website seria fundamental para organizar o funcionamento do Grupo e as suas relações com os diferentes públicos. Havia um conjunto de documentos, como os formulários de pedidos de ajuda e/ou ofertas de ajuda ou os moldes e instruções para produção de EPI’s, que tinham de estar facilmente acessíveis e bem estruturados.

Para além do processo criativo que o design do website exigia, era igualmente importante que a equipa assumisse a responsabilidade pela alimentação do site com conteúdos e pela gestão da informação recebida dos diferentes públicos (chat, emails, formulários preenchidos, etc).

O mapa do website foi desenvolvido depois de uma análise cuidadosa da informação que se encontrava dispersa na página do Facebook e com base em várias reuniões da equipa com as fundadoras, onde se definiram as principais funções comunicativas que o website deveria desempenhar. Ficou decidido que as cores e o grafismo da comunicação no deveriam estar em harmonia com o logotipo do Grupo, que tinha sido criado aquando da sua fundação.



Figura 3

Logótipo do Grupo “Norte em Ação”. Fonte: Página oficial de Facebook do Grupo.



Figura 4
Website do Grupo Norte em Ação. Fonte: Site oficial do Grupo.



Figura 5
Secção “Como posso ajudar?” Fonte: Site oficial do Grupo.

A par da construção do website do Grupo “Norte em Ação”, considerou-se que seria vantajosa a criação de uma página de Instagram. Tratando-se de um projeto de entreajuda e solidariedade, a rapidez e o alcance são fundamentais para manter o nível de proximidade entre a organização e os seus públicos. Por outro lado, a página do Instagram permitia um maior dinamismo comunicacional e, também, a abrangência de um conjunto mais vasto de pessoas de diferentes localizações geográficas o que possibilitava uma maior exploração dos recursos nacionais potencialmente disponíveis no período em análise. A recolha de materiais para a produção de EPI’s foi sempre uma das maiores dificuldades do grupo por se tratar de materiais que estavam frequentemente em rutura de stock tanto em território nacional, como à escala mundial.



Figura 6
Vista do website em smartphone: página principal, formulários e secção de fornecedores. Fonte: Site oficial do Grupo.

Dentro da equipa do website foi criada uma equipa para a comunicação no Instagram. Esta equipa tinha como tarefas: desenvolver ilustrações para o *feed*; seleccionar informações e imagens para publicar no Instagram; desenvolver e/ou seleccionar conteúdos para instastories (imagens temporárias que duram 24h), reforçando a divulgação dos valores do Grupo, seus objetivos e resultados. As Instastories são uma ferramenta da plataforma que permite partilhar com os seguidores da página fotos e/ou vídeos que permanecem 24 horas online e depois podem ser colocados nos “destaques” e, assim, permanecer no topo da página.

A equipa também contactou algumas personalidades famosas e digital influencers que apoiaram a divulgação do projeto.

Foi realizada uma monitorização rigorosa da página de Instagram que envolveu a resposta rápida a comentários e mensagens diretas e a monitorização da taxa de engagement dos seguidores. A equipa procurou disponibilizar conteúdos de interesse e apelativos, publicar histórias de instituições que receberam EPI's, fotografias da rede de costureiras voluntários, entre outros registos de momentos da história do Grupo que contribuíam para construir a imagem e a personalidade do Grupo “Norte em Ação” junto dos seus públicos.



Figura 7

Exemplo de post de apresentação na página de Instagram do Grupo “Norte em Ação”.

Fonte: Página oficial de Instagram do Grupo.

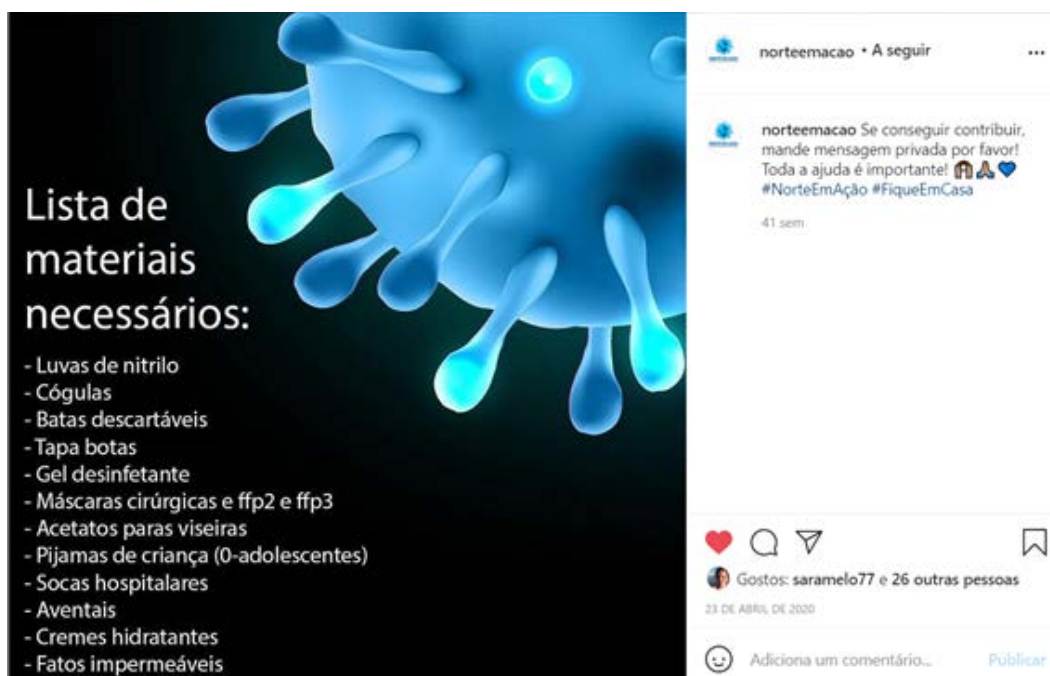


Figura 8

Exemplo de post de pedido de materiais na página de Instagram do Grupo “Norte em Ação”.

Fonte: Página oficial de Instagram do Grupo.



Figura 9
Exemplo de ilustração desenvolvida para a página de Instagram do Grupo “Norte em Ação”. Fonte: Página oficial de Instagram do Grupo.



Figura 10
Exemplo de ilustração desenvolvida para a página de Instagram do Grupo “Norte em Ação”. Fonte: Página oficial de Instagram do Grupo.



Figura 11
Exemplo de ilustração com vista à divulgação dos elementos constituintes do Equipamento de Proteção Individual utilizado pelos profissionais de saúde para a página de Instagram do Grupo “Norte em Ação”. Fonte: Imagem criada pela turma.

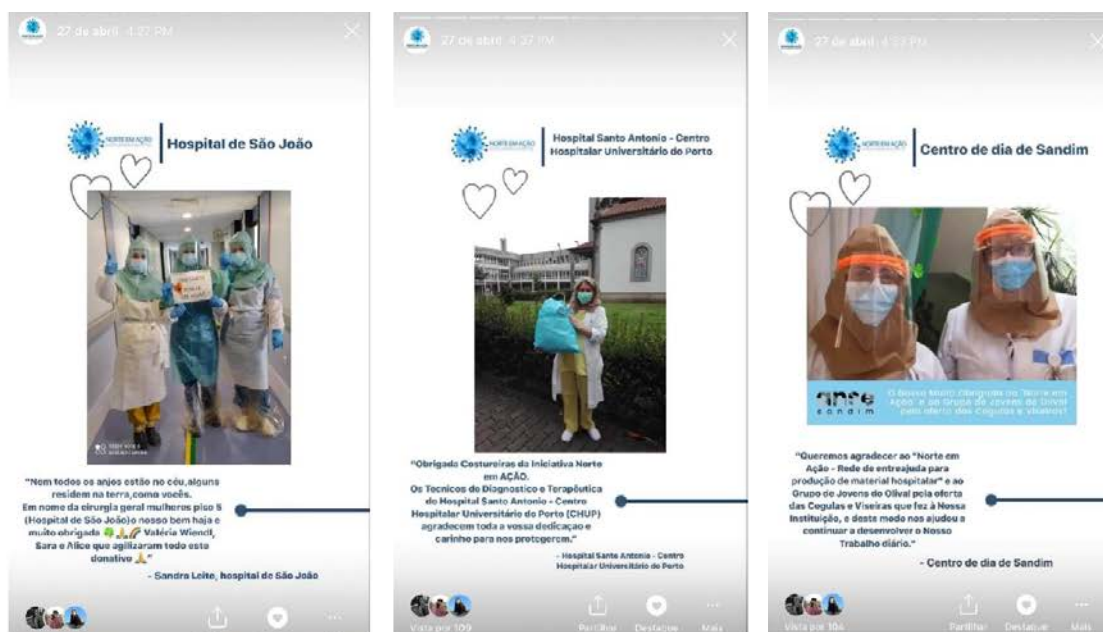


Figura 12
Exemplos de Instastories publicadas com mensagens de agradecimento ao Grupo “Norte em Ação”. Fonte: Página oficial de Instagram do Grupo.

Tabela 3

Equipa de gestão das relações com os fornecedores. Fonte: Elaboração própria.

Equipa de gestão das relações com os fornecedores	Objetivos	— Promover uma imagem favorável junto da opinião pública e divulgar a urgência de produção de Equipamentos Individuais de Proteção como ferramenta fundamental no combate à pandemia. — Motivar potenciais fornecedores dos materiais necessários para a doação e/ou produção voluntária de materiais.
	Tarefas	— Redação de textos e outros materiais informativos que possam ser úteis para a apresentação do Grupo Norte em Ação e seus objetivos, apelando à urgência da produção de EPI's no atual contexto pandémico e em conformidade com os objetivos acima enumerados. — Gestão dos contactos que o Grupo já fez: manutenção/continuação do contacto através de mail ou telefone. — Pesquisa de potenciais fornecedores de todos os materiais necessários. Divulgação do projeto e das suas necessidades através do envio de e-mails (utilizando como base os textos acima referidos e enviando os formulários de inscrição na lista de fornecedores) e contactos telefónicos. — Criação e atualização de uma base de dados de contactos de fornecedores.
	Públicos-alvo	— Doadores e potenciais doadores de matérias primas e bens — Mecenas e potenciais mecenas do projeto

A equipa de gestão das relações com os fornecedores ficou responsável pela organização da lista de fornecedores que o Grupo já tinha e pelo estabelecimento de novos contactos com potenciais fornecedores relevantes para as necessidades de produção, que foram variando ao longo do período em que ocorreu esta colaboração.

A investigação de novos fornecedores foi dividida por conselhos de residência. A equipa fazia uma atualização regular dos materiais em falta e orientavam as suas pesquisas e contactos em função dessas necessidades. Foi criada uma grelha de Excel onde eram registadas todas as entidades que já tinham colaborado com o Grupo, os seus dados, o objetivo da parceria os materiais disponibilizados. Numa outra grelha eram registadas as entidades já contactadas, sem resultado.

A pesquisa de entidades detentoras dos materiais necessários incluía tanto organizações dispostas a efetuar doações como organizações que tivessem o material para venda. Apesar de o Grupo Norte em Ação não receber donativos de natureza financeira, ajudava à organização de grupos de pessoas que estavam dispostas a financiar a compra de material de proteção individual para uma determinada instituição que tivesse lançado um apelo. Por exemplo, se um lar de uma determinada localidade precisava urgentemente de materiais de proteção como máscaras, batas ou toucas, essa necessidade era divulgada junto da comunidade local e, na falta de costureiras ou materiais para produzir os bens em falta, o Grupo disponibilizava-se para servir de intermediário entre grupos de pessoas interessadas em ajudar e a compra e o transporte dos materiais. A equipa de gestão de relações com os fornecedores ficou, também, encarregue de fazer esta gestão.

Os contactos efetuados foram realizados de diversas formas (telefone, email, redes sociais) e as mensagens redigidas tiveram como objetivo divulgar a missão do Grupo e sensibilizar a população para a importância da proteção das classes profissionais que seriam alvo das doações (profissionais de saúde, cuidadores de lares de idosos, forças de segurança, motoristas de entregas, etc).

Tabela 4

Equipa de gestão das relações com a mão de obra. Fonte: Elaboração própria.

Equipa de contacto com a mão de obra	Objetivos	— Promover uma imagem favorável junto da opinião pública e divulgar a urgência de produção de Equipamentos de Proteção Individual como ferramenta fundamental no combate à pandemia. — Identificar mão de obra voluntária potencial (pessoas que tenham máquina de costura em casa, pequenos negócios relacionados com a costura, empresas, instituições de ensino com impressoras 3D e pessoas para as operar) para a confeção/produção voluntária de elementos que constituem os EPI's. — Identificar empresas ou indivíduos disponíveis para assegurar o transporte e distribuição dos elementos produzidos, consoante as regiões geográficas em que esta necessidade surge.
	Tarefas	— Redação de textos e outros materiais informativos que possam ser úteis de apresentação do Grupo Norte em Ação e seus objetivos, apelando à necessidade mão de obra voluntária para produção de EPI's em contexto pandémico. — Gestão dos contactos que o Grupo já fez. — Identificação de instituições de apoio à sociedade civil com carências de material de proteção (lares, abrigos, centros de hemodiálise, instituições de solidariedade, etc). — Manutenção dos contactos angariados através de email ou telefone como forma de incentivo à cooperação e também para apoiar nas dúvidas que possam surgir. — Criação e atualização de uma base de dados de contactos de mão de obra voluntária. — Disponibilização das instruções, moldes e todas as explicações necessárias para a confeção/produção dos elementos dos EPI's de forma a que possam ser considerados válidos para utilização.
	Públicos-alvo	— Mão de obra voluntária

A equipa de gestão das relações com a mão de obra ficou responsável pela organização da informação necessária à confeção e/ou produção, em casa, de elementos de Equipamentos de Proteção Individual. Esta informação incluía instruções e moldes, descrições das características dos materiais indicados para cada elemento e foi organizada em documentos. Para este efeito foi necessária pesquisa e familiarização com vários termos técnicos, bem como o desenvolvimento de infografias para ilustrar os diferentes passos da confeção ou produção.

A equipa também assumiu a angariação de mais mão de obra voluntária e o follow up, através de email ou telefone, dos contactos que o Grupo já tinha realizado com as pessoas que tinha preenchido os formulários de voluntariado para mão de obra. Nestes casos, era necessário auscultar as necessidades de matéria prima ou de transporte para entrega dos bens confeccionados nos pontos de entrega.

Por outro lado, foi realizada com regularidade uma pesquisa ativa de instituições de apoio à sociedade civil com carências de material de proteção para prosseguir a sua atividade em segurança (lares, abrigos, centros de hemodiálise, instituições de solidariedade, etc).

Esta equipa desenvolveu o seu trabalho em estreita colaboração com uma das fundadoras do grupo e assumiu a tarefa de articular a rede de costureiras voluntárias, a mão de obra disponível para a produção de viseiras com as disponibilidades de materiais doados pelos fornecedores e as atividades de distribuição. O trabalho desenvolvido teve como suporte um conjunto de bases de dados cuidadosamente organizadas e atualizadas. Naturalmente, a equipa de gestão das relações com a mão de obra esteve sempre em comunicação com as restantes três equipas; a equipa de gestão de fornecedores para aferir a disponibilidade de materiais e comunicar as carências; e a equipa de media e do site e Instagram para divulgar as necessidades da mão de obra voluntária.

Conclusão

Este artigo descreve a conversão de uma unidade curricular de assessoria de imprensa num laboratório de assessoria junto da sociedade civil, levada a cabo em contexto de ensino à distância durante a primeira vaga do COVID-19 em Portugal. Para refletirmos sobre os processos implementados convocamos os conceitos de Relações Públicas (Grunig & Hunt, 1984; Gonçalves, 2010; Ferrari, 2004), planeamento da comunicação (Steyn, 2009) e organizações da sociedade civil (Eiró-Gomes, 2017).

O processo decorrido em contexto de crise e em ensino não presencial permitiu auxiliar um grupo da sociedade civil criado para minimizar os efeitos da crise provocada pelo coronavírus no norte de Portugal, aplicando os conceitos e práticas de Relações Públicas.

Os estudantes passaram pelas quatro fases do planeamento estratégico de comunicação e que agrega as fases de Diagnóstico, Planeamento, Execução e Avaliação (Steyn), sob supervisão da docente e mediante as solicitações das Fundadoras do “Norte em Acção”.

As quatro fases foram acontecendo em simultâneo mediante o diagnóstico de novas necessidades ou a necessidade de retroalimentar o processo previamente delineado. As reuniões bissemanais (por vezes, diárias da equipa) permitiram agilizar uma melhor articulação entre as tarefas a realizar por cada elemento da turma, inserido numa das quatro equipas/áreas de atuação. A realização de reuniões semanais de cada equipa com a docente e com

as Fundadoras permitiu uma monitorização quase permanente dos resultados obtidos, do levantamento de novas necessidades e das necessidades pedagógicas de cada equipa. Cada aluno realizou ainda um relatório individual de avaliação e apresentação de resultados. Foram contabilizadas as notícias publicadas que resultaram do contacto com os media, o aumento do número de matéria prima recolhida, o aumento substancial do número de voluntários, a criação e gestão de um website e das redes sociais.

O fim do semestre levou a um abrandamento do grupo “Norte em Acção”, fosse porque houve uma relaxamento das medidas de confinamento (Público, 19/04/2020) e uma descida dos números de contágio ou porque os alunos cessaram a colaboração com o Grupo. Nessa altura, o site e as redes deixaram de ser alimentados e a o grupo deixou de comunicar a sua actividade. A inexistência de gabinetes de comunicação em organizações que lutam pela sobrevivência e que têm pouco conhecimento sobre o papel da gestão estratégica das Relações Públicas será um dos motivos pelos quais a integração de práticas academia-sociedade terão de ser repensados pois, apesar de serem um bom laboratório para os estudantes serão incapazes de produzir resultados ao longo do tempo ou de gerar relacionamentos a longo prazo com os públicos. Apesar dos avanços consideráveis ao nível das Relações Públicas, a sua prática é, ainda, muitas vezes mal compreendida (cf. White e Mazur, 1995; Eiró-Gomes, 2017).

Referências bibliográficas

- Alves, J. e Silva, C.C. (2020, 19 de abril). covid-19: Portugal foi dos mais rápidos a fechar-se, mas não será dos últimos a sair à rua. *Público*. <https://www.publico.pt/2020/04/19/sociedade/noticia/covid19-portugal-rapidos-fecharse-nao-sera-ultimos-sair-rua-1912882>
- Agamben, G. (2012). *The open: man and animal*. Stanford University Press.
- Arendt, H. (1973). *The Origins of Totalitarianism*. Harcourt Brace Jovanovich.
- Buhmann, A., & Likely, F. (2018). Evaluation and Measurement. In R. Heath, W. Johansen (Eds.), *International Encyclopedia of Strategic Communication*. Wiley-Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781119010722.iesco103>
- Chaiça, I., Ferreira, V., Carvalho Silva, C., Dantas, M., Robalo Rosa, R., Volta e Pinto, J., Almeida Mendes, F. & Borges, L. (2020, 18 de março). Presidente declara estado de emergência (e dá cinco razões). Europa ultrapassa China em mortos e infectados. *Público*. <https://www.publico.pt/2020/03/18/sociedade/noticia/coronavirus-eua-contabilizam-100-mortos-bolsonaro-confirma-teste-negativo-1908243>
- Coombs, W. T. (2007). Protecting organization reputations during a crisis: The development and application of situational crisis communication theory. *Corporate Reputation Review*, 10(3), 163-177. <https://doi.org/10.1057/palgrave.crr.1550049>
- Coombs, W. T., & Holladay, S. J. (Eds.). (2010). *The handbook of crisis communication*. John Wiley & Sons.
- Decreto do Presidente da República nº14 — A/2020, DR nº55/2020, 3º suplemento, Série I de 2020-03-18.
- Ferrari, M. A. (2003). Novos Aportes das relações públicas para o século XXI. *Comunicação e Sociedade*, 24(39), 53-65. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v24n39p53-65>
- França, F. (2009). Relacionamentos corporativos. In James Grunig e Maria A. Ferrari (Eds.), *Relações públicas: teoria, contexto e relacionamentos* (pp. 209-271). Difusão Editora.
- Gonçalves, G. (2010). *Introdução à Teoria das Relações Públicas*. Porto Editora.
- Grunig, J. & Grunig, L.A. (1992). Models of public relations and communication. In J. E. Grunig (Ed.), *Excellence in Public Relations and Communication Management* (pp. 308 — ?). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Grunig, J. E. & Repper, F. C. (1992). Strategic management, publics and issues. In James E. Grunig (Ed.), *Excellence in public relations and communication management*. (pp. 117-157). Lawrence Erlbaum Associates.
- Maia, A. (2020, 2 de março). Coronavírus: há dois casos confirmados em Portugal. *Público*. <https://www.publico.pt/2020/03/02/sociedade/noticia/coronavirus-ha-dois-infectados-portugal-1905823>
- Rosa, M. (2008). *A era do escândalo: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem* (5ª. ed.). Geração Editorial.
- Steyn, B. (2007). Contribution of public relations to organizational strategy formulation. In E. L. Toth (Ed.), *The Future of Excellence in Public Relations and Communication Management* (pp. 137-172). Lawrence Erlbaum.
- Šubrt, J. (2014). Reflections on the concept “crisis”. *Economic and social changes: facts, trends, forecast*, 6(36), 70-84. <https://doi.org/10.15838/esc/2014.6.36.6>
- Veil, S.R. and Husted, R.A., (2012). Best practices as an assessment for crisis communication. *Journal of Communication Management*, 16(2), 131-145. <https://doi.org/10.1108/13632541211217560>

Factores de Sucesso na Gestão da Crise da COVID-19 na Nova Zelândia e o estilo comunicacional da Primeira-Ministra Jacinda Ardern

*Success Factors of COVID-19 Crisis Management
in New Zealand and the communicational style
of Prime Minister Jacinda Ardern*

Irina Rosa

Instituto de Comunicação da NOVA
— ICNOVA, Universidade Nova de Lisboa,
Portugal
Doutoranda em Ciências da Comunicação
FCSH-UNL 2020/2024
ORCID ID: [0000-0002-1131-1774](https://orcid.org/0000-0002-1131-1774)

Resumo: O caso da Nova Zelândia na gestão da crise de saúde pública, COVID-19, destaca-se essencialmente por dois aspectos: por um lado uma abordagem epidemiológica face ao vírus diferente de outros países, e por outro, pela forma de comunicar por parte do executivo: no caso a Primeira-Ministra Jacinda Ardern e o Director-Geral de Saúde Dr. Ashley Bloomfield, responsáveis pelas decisões de resposta e conferências de imprensa diárias. “Go hard and Go early” e “Be strong, Be kind” revelaram-se uma estratégia de sucesso, o que permitiu que ao fim de 75 dias de presença da doença no território, a 8 de Junho de 2020, a Primeira-Ministra Jacinda Ardern anunciasse oficialmente a não existência de casos activos de COVID-19 na Nova Zelândia. O exemplo de sucesso da gestão de crise da Nova Zelândia, em pouco mais de quatro meses, é assinalável do ponto de vista de uma integração das melhores práticas de gestão de crise e de desastre, consideradas por disciplinas tão diversas como a Gestão, a Psicologia ou a Ciência Política. O papel da importância da comunicação é assumido e apresentado simultaneamente como profissional e informal. A qualidade e quantidade de informação disponibilizada nos canais oficiais do governo da Nova Zelândia, e a disseminação de informações oficiais nas diferentes plataformas de social media, demonstram a preparação das equipas em todas as fases da crise. A liderança política de Jacinda Ardern permitiu a criação de um sentimento comunitário e de um objectivo comum a que os Neo-Zelandeses responderam. Devido a uma gestão exemplar da crise pandémica de covid-19 suportada em tomadas de decisão com base científica e um constante contacto com a população, a Nova Zelândia encontra-se hoje entre os poucos países do mundo que conseguiram eliminar, no sentido técnico, a COVID-19.

Palavra-chave: Jacinda Ardern; gestão de crise; empatia; saúde pública; comunicação pública; COVID-19.

Abstract: *The case of New Zealand in the management of the public health crisis, COVID-19, stands out essentially by two aspects: on the one hand, an epidemiological approach to the virus different from other countries, and on the other, by the way the executive communicated: in this case Prime Minister Jacinda Ardern and Director General of Health Dr. Ashley Bloomfield, responsible for the response decisions and daily press conferences. "Go hard and Go early" and "Be strong, Be kind" proved to be a successful strategy, which allowed that after 75 days of disease presence in the territory, on June 8, 2020, Prime Minister Jacinda Ardern officially announced that there were no active cases of COVID-19 in New Zealand. The success of New Zealand's crisis management in little more than four months is remarkable from the point of view of integration of best practices in crisis and disaster management, considered by disciplines as diverse as management, psychology, or political science. The role of the importance of communication is both professional and informal. The quality and quantity of information made available by the official channels of the New Zealand government, and the dissemination of official information on social media platforms, demonstrate the preparedness of the teams at all stages of the crisis. Jacinda Ardern's political leadership created a sense of community and common purpose that New Zealanders responded to. Due to exemplary management of the covid-19 pandemic crisis supported by science-based decision making and constant contact with the population. New Zealand is now among the few countries in the world that have managed to eliminate, in the technical sense. COVID-19.*

Keywords: Jacinda Ardern; Crisis Management; Empathy; Public Health; Public Communication; COVID-19.

Relevância/ Contexto A 31 de Dezembro de 2019 a Organização Mundial de Saúde foi informada pela China que na cidade de Wuhan se registava um surto de pneumonia de origens desconhecidas. A 7 de Janeiro de 2020 um novo tipo de coronavírus foi identificado como a causa destes surtos, o que hoje conhecemos como COVID-19, e a 11 de Março de 2020 o Director-Geral da Organização Mundial de Saúde, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus elevou o surto de COVID-19 a Pandemia (WHO, 2020).

O caso da Nova Zelândia na gestão da crise de saúde pública, COVID-19, destaca-se essencialmente por dois aspectos: por um lado uma abordagem epidemiológica face

ao vírus diferente de outros países, e por outro, pela forma de comunicar por parte do executivo: no caso a Primeira-Ministra Jacinda Ardern e o Director-Geral de Saúde Dr. Ashley Bloomfield, responsáveis pelas decisões de resposta e conferências de imprensa diárias. “Go hard and Go early” e “Be strong, Be kind” revelaram-se uma estratégia de sucesso, o que permitiu que ao fim de 75 dias de presença da doença no território, a 8 de Junho, a Primeira-Ministra Jacinda Ardern anunciasse oficialmente a não existência de casos activos de COVID-19 na Nova Zelândia.

Revisão de Literatura: Neste artigo apresentam-se os diferentes olhares possíveis dos conceitos crise, gestão de crise e comunicação de crise, desde a perspectiva organizacional (Coombs, 2010), da ciência política (Schneider & Jordan, 2016), da psicologia (Rogers & Pearce, 2016) e da comunicação de desastres e pandemias (Hyvärinen & Vos (2016).

Propósito/ Metodologia: Este trabalho enquadra as medidas tomadas pelo governo da Nova Zelândia no panorama académico que define as práticas de gestão de crise que devem ser seguidas, sobretudo em caso de emergência pública nacional e internacional, descreve a opção epidemiológica seguida pelo país e propõe que há uma forte correlação entre o sucesso conseguido e a estratégia comunicacional de Jacinda Ardern e porta vozes institucionais, marcada pela transparência, clareza de informação e proximidade. Este esforço para demonstrar esta correlação é conseguido através da análise de conteúdo de conferências de imprensa, da informação disponibilizada nos canais oficiais, análise das práticas de comunicação de Jacinda Ardern no Facebook e Instagram, entre 3 de Fevereiro e 8 de Junho de 2020, aliado à revisão de literatura.

Resultados: Contribuir para uma visão mais consistente da importância da definição de uma estratégia de comunicação que transmita confiança na comunicação pública, em casos de emergência nacional e internacional, através deste *case study*.

Crise, Gestão de Crise e Comunicação de Crise: olhares possíveis

A primeira questão que precisamos ver respondida num trabalho com este foco é o que é uma crise, a gestão de crise e qual o papel da comunicação na sua gestão. Timothy Coombs não tem dúvida: a componente crítica da gestão de crise é a comunicação (Coombs, 2010). No *The Handbook of Crisis Management*, Coombs (2010) indica que não há uma definição universalmente aceite sobre o que é uma crise e que os contributos que enriquecem o conceito vêm de disciplinas tão variadas como as relações públicas, a gestão e a comunicação organizacional. O principal a reter é que a gestão de crise procura prevenir crises e socorrendo-se

da ideia de anomalia, Coombs afirma que as crises não podem ser previstas, mas podem ser esperadas. No seu entendimento uma crise é:

the perception of an unpredictable event that threatens important expectancies of stakeholders and can seriously impact an organization's performance and generate negative outcomes. (Coombs, 2010, p. 19).

A gestão de crise faz parte de um processo maior que pode ser dividido em três categorias: pré-crise, onde se concentram os esforços para prevenir as crises; a crise, a resposta efectiva ao evento extraordinário; e o pós-crise, o momento de tirar as ilações e lições do ocorrido. É a partir destas categorias que se considera o espaço de actuação da comunicação de crise, entendida como a recolha, processamento e disseminação de informação. Em cada uma das três categorias a informação cumpre um papel diferente:

In pre-crisis, crisis communication revolves around collecting information about crisis risks, making decisions about how to manage potential crises, and training people who will be involved in the crisis management process. The training includes crisis team members, crisis spokespersons, and any individuals who will help with the response. Crisis communication includes the collection and processing of information for crisis team decision making along with the creation and dissemination of crisis messages to people outside of the team (the traditional definition of crisis communication). Post-crisis involves dissecting the crisis management effort, communicating necessary changes to individuals, and providing follow-up crisis messages as needed. (Coombs, 2010, p. 20).

Estabelecendo a ideia de que a comunicação é a essência da gestão de crise, reconhecemos a relação simbiótica entre a informação e a comunicação:

Through communication, the information is collected, processed into knowledge, and shared with others. Communication is critical throughout the entire crisis management process. Each phase of the crisis management process has its own demand for creating and sharing knowledge –the need to collect and interpret information. (Coombs, 2010, p. 25).

De acordo com o autor, a comunicação de crise é uma área específica no campo das relações públicas e está intimamente ligada a três outras áreas da disciplina: a comunicação de risco, a gestão de problemas e a gestão da reputação.

À semelhança do que acontece com o conceito de crise, o conceito de desastre também não tem uma definição que sirva em todos os casos, mas conseguimos encontrar algumas características comuns. Coombs (2010) diferencia o desastre da crise no pressuposto que um desastre é um evento de larga escala e que exige uma coordenação entre várias entidades, ou seja, qualquer evento que não possa ser gerido localmente é um desastre, com a

particularidade de originar crises para as organizações, o que significa que enquanto o desastre ocorre as empresas precisam actuar na sua própria gestão de crise e coordenar-se com os órgãos institucionais. Este cenário de articulação tem sido uma constante e pode ser brevemente ilustrado com o caso português: para controlar a pandemia de COVID-19 o governo nacional impôs limitações às liberdades de circulação das pessoas, ajuntamentos e ao tipo de negócios de proximidade que poderiam continuar a funcionar, distinguindo actividades essenciais de não essenciais, o que levou a que muitos negócios como o caso de cafés ou papelarias tivessem que adaptar o espaço fisicamente para atender os seus clientes, mas também comunicar regras de distanciamento e presença nos espaços, como a não permanência e uso de máscaras, os tipos de serviço disponíveis e até novas formas de pagamento. Ao mesmo tempo mais de 100 mil empresas solicitaram *lay-off*, mas verificaram-se atrasos nos pagamentos (Patrício, 2020) e outras implementaram o teletrabalho, apesar de três em cada cinco empresas não ter uma política de trabalho remoto implementada (Observador, 2020), o que além da gestão de comunicação de crise sobre os serviços levou à necessidade de gerir a comunicação com os colaboradores.

Os efeitos colaterais dos desastres têm efeitos na governação e podem inclusive tornar-se crises de governo, não pela ocorrência do evento, mas pela inaptidão da sua gestão; uma má gestão de um desastre pode levar a crises (Coombs, 2010). As tensões a que assistimos neste momento em países como os Estados Unidos e Brasil na sequência da resposta à pandemia são representativos disso mesmo (Friedman, 2020; Borger et al., 2020).

Apesar de podermos distinguir entre comunicação de desastre e comunicação de crise, o que para Coombs é uma necessidade para efeitos de pesquisa, evolução e aplicação prática dos conceitos, isso não garante que em certas circunstâncias não se sobreponham.

Como vimos, o conceito de crise é amplo e também a Ciência Política tem o seu contributo, considerando que as crises são um fenómeno político, sendo que a própria classificação de um evento como crise comporta já diferentes conotações e consequências políticas: *It raises public awareness about the situation; it propels an event onto the political agenda; and it facilitates some type of collective response.* (Schneider & Jordan, 2016). A revisão do conceito por Schneider and Jordan permite até indicar que as situações de crise são eventos políticos de extrema importância e que há atributos chave para responder de forma efectiva às suas exigências. A primeira tem a ver com competência e preparação de quem trabalha nos organismos responsáveis por dar uma resposta pública, certificando-se que cada um sabe qual é o seu papel, que o sabe cumprir e cujas responsabilidades são conhecidas pelo próprio e demais elementos envolvidos na resposta à crise. A segunda tem a ver com a disponibilização de meios, sejam eles financeiros, recursos humanos, equipamento ou outros, que permitam a execução dessas mesmas responsabilidades. A terceira relaciona-se com a performance governamental durante a crise que é, no entender dos autores, Herek et al., 1987, citados por Schneider and Jordan, 2016, um subproduto da qualidade do processo

que é usado para tomar decisões importantes. Por fim, os sistemas governamentais devem comunicar de forma clara e consistente as suas actividades. Também na Ciência Política a importância da comunicação é assinalada ao longo das várias fases: na organização das acções dos indivíduos e agentes envolvidos, na assistência, na identificação e explicação das decisões tomadas, mas também nos efeitos colaterais das crises. Ressalta-se a importância da clareza da mensagem que enquadra a natureza da crise e acções que podem concorrer para uma diminuição dos riscos e conflito, válido para situações nacionais, mas também para os casos que envolvem uma articulação a nível internacional com outros países e instituições. A comunicação é também vista como facilitadora da cooperação entre os envolvidos (Schneider & Jordan, 2016).

Um outro elemento que não pode ser deixado de fora desta discussão é a liderança política: desde logo porque a definição de crise passa pelos líderes políticos, para a qual atraem, ou não, atenção e definem prioridades, o que se liga com o processo de tomada de decisão. A liderança política cumpre um papel na forma como escolhe enfatizar a importância de medidas a tomar na mitigação da crise e os seus impactos, e fundamentalmente influencia os comportamentos daqueles que são por ela afectados. Há assim uma forte relação entre a liderança política, a percepção dos cidadãos e a performance governamental. Em suma:

The actions (or inactions) of political leaders during a crisis can have profound and lasting impacts on a political system. They can affect citizens' broader perceptions of governmental performance. When political leaders and public officials demonstrate strong and effective leadership during a crisis, this presents a positive picture of government's overall capabilities. (Schneider & Jordan, 2016, p. 19).

A Psicologia também contribui para o campo da comunicação de crise e Rogers and Pearce (2016), começam até por distinguir entre Comunicação de Risco e Comunicação de Crises, referindo que na distinção de Reynolds and Seeger, tipicamente os profissionais de saúde tendem a enquadrar as mensagens de risco ou de ameaças à saúde pública como Comunicação de Risco, enquanto que a Comunicação de Crise se situa mais no âmbito das Relações Públicas. Há, no entanto, semelhanças que têm a ver com a tentativa de controlo de danos, a utilização de *mass media* para informar o público, e na forma como a resposta do público é mediada pela avaliação que faz dos níveis de confiança e credibilidade dessa comunicação. As diferenças mais evidentes têm a ver com os objectivos, *timing* e foco:

risk communication measures employ persuasion in order to change the understanding of risk and, as a result, behavior, in light of culturally grounded transmissions of information about probabilities of harm and methods for reducing the probability of harm. These spontaneous and reactive messages can be delivered frequently (e.g., long-term health communication campaigns), are delivered by technical experts, and based on what is currently known. (Rogers & Pearce, 2016, p. 35).

Estas diferenças são importantes quando se fala de Percepção de Risco e de Comunicação de Crise. As formas diferenciadas como os indivíduos reagem e processam a informação devem ser consideradas quando se comunica. O desafio está em ser capaz de endereçar a resposta emocional a um dado risco, uma vez que os indivíduos não norteiam a sua acção apenas pelo que sabem e pelo que pensam, mas também pelo que sentem. A percepção de risco pode mudar durante uma comunicação pensada para endereçar simultaneamente os riscos e benefícios das medidas de resposta. As autoras referem ainda que a literatura da percepção de risco indica que os indivíduos são mais susceptíveis a responder às mensagens de saúde pública quando o risco percebido é alto. Mas também aqui a gestão da comunicação em saúde pública é delicada, uma vez que é preciso ter em consideração até que ponto o público percebe a crise como ameaça, e endereçar pressuposições erradas sobre os potenciais malefícios. A pesquisa feita pela Psicologia indica ainda que a eficácia da resposta percebida é influenciada não apenas pelas crenças sobre o conteúdo, mas também pelo indivíduo ou organismo responsável por transmitir a mensagem, demonstrado a importância da confiança no processo:

Establishing and maintaining trust is therefore vital for effective crisis communication. The importance of establishing trust prior to the onset of a crisis also points to the importance of effective ongoing risk communication. (Rogers & Pearce, 2016, p. 41).

A título ilustrativo o exemplo português sobre a vacinação espelha bem esta questão entre percepção e confiança: Devido ao surto de COVID-19, em Portugal, o plano de vacinação obrigatória das crianças não está a ser cumprido, na sequência de uma percepção instalada de que os centros de saúde não são seguros (Neves, 2020).

Hyvärinen and Vos (2016) contribuem para este tema com a introdução da ideia da co-criação da resiliência da comunidade e resposta à crise. Avançam os autores que no caso de desastres e pandemias a criação de uma via de comunicação de dois sentidos, entre os actores institucionais e o público, pode ser melhor sucedida uma vez que os interesses estão alinhados. A resiliência da comunidade pode ser sumariamente definida como a capacidade de uma adaptação bem-sucedida face a um distúrbio, que beneficia da aprendizagem contínua da experiência pessoal e experiência dos outros, uma vez que as ameaças, vulnerabilidades e recursos de resposta estão continuamente em mudança (Hyvärinen & Vos, 2016). Os autores identificam que a Comunicação de Crise tem um papel no reforço da resiliência da comunidade, através da acção desempenhada pela comunicação na criação de significados e entendimentos comuns; nas necessidades de informação rápida, exacta, transparente, que transmite de forma honesta boas e más notícias, informação simples e clara, que explica como os indivíduos se devem proteger, bem como às suas famílias e mitigar as consequências da crise; pela diversidade não apenas nos locais de difusão, mas também pensadas e dirigidas a

grupos específicos e considerar a diversidade de linguagem (língua gestual, outros idiomas e dialectos); no uso das tecnologias que deve incluir a difusão de mensagens por tecnologia móvel como avisos e instruções, uma vez que mesmo com uma campanha em curso muitas vezes os indivíduos não sabem como proceder; pela confiança, que se relaciona com a integridade e expertise que deve ser criada e mantida na pré-crise. As pessoas tendem a confiar na informação local disponibilizada por familiares e amigos e outras fontes em que confiam, essas fontes podem incluir professores, voluntários e profissionais de saúde; e finalmente pela ética: a educação e preparação para o desastre podem ser entendidas como responsabilidade cívica (Hyvärinen & Vos, 2016).

A Nova Zelândia e a abordagem epidemiológica à COVID-19

À semelhança do que acontece na maior parte dos países o planeamento pandémico da Nova Zelândia era de uma acção orientada para a gestão da Influenza. No início de Janeiro o plano existente na Nova Zelândia de combate à COVID-19 caracterizava-se por implementar um modelo de mitigação que se focava em “achatar a curva”, isto é, retardar a propagação de casos existentes para que os serviços de saúde não entrassem em colapso. Disto nos dá conta, a 3 de Abril, o epidemiologista conselheiro do governo Dr. Michael G. Baker no editorial que assinou, com alguns dos seus colegas: *New Zealand's elimination strategy for the COVID-19 pandemic and what is required to make it work* (Baker et al., 2020). Este início serve exactamente para mostrar que há uma abordagem diferente, a da eliminação, para um vírus que se comporta de modo diferente sobretudo no tempo de incubação, que na Influenza é um a três dias e na COVID-19 é de cinco a seis dias. Uma alteração de estratégia que não se avizinhava fácil, mas que já começava a ser experimentada com sucesso em lugares como Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan. Do ponto de vista técnico a expressão eliminação significa a erradicação de uma doença infecciosa a nível nacional ou regional. O termo erradicação só poderá ser aplicado se conseguir eliminar o organismo a nível global. A diferença de actuação é que na opção de mitigação, as medidas de resposta vão sendo proporcionais aos acontecimentos, ou seja, as restrições aumentam à medida que os eventos pioram, enquanto que no caso da eliminação a ordem é inversa: as medidas são mais restritivas no início de modo a evitar a introdução e transmissão local do vírus. Esta estratégia implica um forte controlo de fronteiras, isolamento e quarentena de modo a quebrar as correntes de transmissão. Quando estas medidas se revelam insuficientes exigem-se medidas ainda mais restritivas como o distanciamento social, restrições de viagem e o que conhecemos como *lockdown*. Além de explicitar as diferenças de abordagem o Dr. Baker (Baker et al., 2020), indica ainda cinco medidas para o funcionamento desta estratégia:

1. Controlo de fronteiras com quarentena “high-quality” de quem chega do exterior;
2. Rápida detecção de casos identificados por testes generalizados, seguido de isolamento dos casos, rastreamento de contactos e quarentena para os contactados;
3. Divulgação intensiva de higienização (etiqueta de tosse e lavagem das mãos) e disponibilização de espaços de higienização das mãos em locais públicos;
4. Distanciamento social intensivo que inclui encerramento de escolas e escritórios, restrições de deslocações, e viagens e medidas que restrinjam o contacto em espaços públicos;
5. Uma estratégia de comunicação bem coordenada para informar o público sobre as medidas de controlo, o que fazer em caso de sintomas e reforçar a mensagem de promoção de saúde.

Jacinda Ardern e a Gestão Carismática de Crise

Se há algo que estamos em condições de afirmar neste ponto deste trabalho é que a qualidade da comunicação e liderança política contribuem para resultados de sucesso na gestão de uma crise pandémica.

A Primeira-Ministra Jacinda Ardern afirma-se pelas suas competências enquanto comunicadora: é clara, é conciliadora, é empática, bem-humorada e próxima dos seus interlocutores. É licenciada em Estudos de Comunicação Política e Relações Públicas pela Universidade de Waikato, é membro do Parlamento desde 2008 e passou da mais nova líder do Partido Trabalhista à mais nova Primeira-Ministra da Nova Zelândia, em 2017. Com a sua liderança o Partido Trabalhista subiu 19 pontos nas intenções de voto e a influência que conseguiu gerar, sobretudo nos eleitores mais novos, ficou conhecida como Jacindamania: Sob o lema “Let’s do This” o partido viu chegar 500,000\$ em donativos e 3,500 voluntários para a sua campanha (Shuttleworth, 2017). Os media também concorreram para esta imagem:

She was immediately framed as being new, fresh and progressive, the bearer of hope for a younger generation. She was photogenic, a great communicator, an excellent interviewee with no sign of the negativity or cynicism we are used to seeing in a politician. She was funny. She looked like she was enjoying herself, a lot. In short: she was an editor’s dream. (Duff, 2018, p.83)

A 19 de Outubro Jacinda Ardern torna-se a Primeira-Ministra mais nova da Nova Zelândia na sequência da coligação com o partido mais votado, o New Zealand First, partido nacionalista liderado por Winston Peters e que lhe endereçou o convite. A capacidade de gestão de crises por parte de Jacinda Ardern não é novidade: além de ter de lidar com questões sexistas relacionadas com a sua candidatura, o seu primeiro mandato ficou marcado pela erupção vulcânica

em White Island e pelo ataque terrorista de Christchurch. Em qualquer uma das situações Jacinda Ardern mostrou ser uma líder como já não estamos habituados a ver: clara, decisiva, empática e humana. Na liderança de Jacinda Ardern as emoções positivas não são um sinónimo de fraqueza. Gerir uma crise pandémica é mais um dos momentos em que a Primeira-Ministra põe em prática o que já demonstrou ser capaz de fazer anteriormente: unificar o país, caminhar para uma solução e ser reconhecida internacionalmente pela sua actuação. Todas as segundas-feiras Jacinda Ardern faz uma conferência, por volta das 15h, na sequência da reunião do executivo. Os discursos estão transcritos e disponíveis na página oficial do governo da Nova Zelândia. A Primeira-Ministra tem também um longo histórico de utilização das contas de social media Instagram e Facebook, fazendo uso dos *live*, vídeos transmitidos em directo na plataforma, onde comunica com os seus seguidores, à data mais de 1,5 Milhões, e os incentiva a colocar questões, partilha conteúdos oficiais, visitas institucionais, conteúdos mais informais como concertos, e também conta com a presença dos seus colegas do executivo.

Assim, não surpreende que a 28 de Fevereiro, quando foi anunciado o primeiro caso de COVID-19 no país, Jacinda Ardern fizesse um *live* no Facebook, juntamente com o Ministro da Saúde, David Clarke, detalhando o que foi feito proactivamente desde Janeiro, explicando que a Nova Zelândia tem restrições de fronteira mais severas que outros países e além das recomendações da Organização Mundial de Saúde, que a situação do país é revista com base em informação científica nacional e internacional a cada 48h. Faz referência ao cidadão que se revelou positivo regressado do Irão, esclarecendo que é um caso trazido do exterior e como foi acompanhado pelos profissionais de saúde com todo o equipamento de protecção pessoal necessário, reforçando assim a necessidade de manter as medidas de higienização, assegurando a capacidade do sistema para tratar os casos de COVID-19 e salientando que os profissionais de saúde estão activamente nas fronteiras do país a acompanhar os casos que chegam. Nesta conversa informal, encaminha os seus seguidores para o site do Ministério da Saúde para acesso a informação confiável e, no caso de cidadãos com sintomas, para os contactos das autoridades de saúde. O tom da mensagem incentivava os Neo Zelandeses a continuarem a sua vida normal, tomando precauções adicionais de higiene e informando sobre todos os canais onde a informação estava acessível.

Estamos na fase de pré-crise onde tal como referem as práticas sugeridas por Hyvärinen and Vos, 2016, se procura estabelecer a confiança para criar resiliência na comunidade e de acordo com Coombs, 2010, se procura evitar a crise, se recolhe informação e se tomam decisões sobre como gerir uma potencial crise, capacitando as equipas envolvidas no processo de gestão da futura crise.

A cronologia da evolução da pandemia na Nova Zelândia, entre 3 de Fevereiro e 8 de Junho, está disponível no apêndice 1. Para efeitos desta análise é considerada Pré-crise o período de 3 de Fevereiro a 20 de Março, como fase de Crise o período de 21 de Março a 7 de Junho e Pós-crise 8 de Junho.

Ainda no período Pré-crise, a 7 de Março, Jacinda Ardern dinamiza uma conversa que publica nas redes sociais, com as cientistas Dr. Michelle Dickinson e Dr. Juliet Gerrard para responder às questões mais frequentes sobre o COVID-19 por parte dos seus seguidores. O vídeo está disponível também no canal de Youtube oficial do Ministério da Saúde da Nova Zelândia. A 14 de Março anuncia em conferência de imprensa medidas mais restritivas de liberdade de movimentos: *We must go hard and we must go early*, que obrigam a um isolamento de 14 dias a todos os que entrem no país e proibindo o atracar de cruzeiros: *We must plan and prepare for more cases* (Newshub, 2020), e sumariza as principais mensagens numa publicação nas redes sociais, actuando sobre a percepção de risco da comunidade e continuando a estabelecer confiança com a população.

Se pelos exemplos citados podemos compreender que a diversidade dos meios onde a gestão de comunicação de crise se verifica, ela não se esgota no tipo de plataformas e amplia-se à diversidade de públicos: a 18 de Março juntamente com a Dr. Siouxsie Wiles e Michelle Dickinson, a Primeira-Ministra dedica uma conferência de imprensa exclusiva às crianças, que assinala no Instagram. Todas as conferências de imprensa são acompanhadas por tradutores de língua gestual, a quem a Primeira-Ministra agradeceu publicamente pelo trabalho crucial que desempenham em fazer chegar a informação a cerca de 5000 surdos no país, e além da difusão da informação nas duas línguas oficiais, Inglês e te reo Māori, o site oficial do governo para a COVID-19 disponibiliza a informação em 28 línguas (Hill, 2020).

Entramos depois na fase aqui considerada como Crise onde é tempo para a tomada de decisão e para a disseminação da mensagem para além dos membros das equipas de gestão de crise (Coombs, 2010).

A 21 de Março, Jacinda Ardern faz uma comunicação ao país e em cerca de oito minutos explica o novo sistema de alerta desenhado para combater a COVID-19, composto por quatro níveis que progridem em termos de restrição de medidas e aumento do risco. Indica também o que é esperado da população: que os mais vulneráveis se mantenham em casa, e que isso significa que os amigos, familiares e vizinhos serão fundamentais para os apoiar e para manter o contacto; a implementação do teletrabalho e as deslocações sejam reduzidas às essenciais. Endereça depois a questão das escolas, que se mantêm em funcionamento porque na fase actual não comportam risco, que a situação é monitorizada constantemente e que a qualquer altura pode mudar. Refere ainda o site oficial, United Against Covid (covid19.govt.nz), que tem toda a informação de apoio sobre questões relacionadas com vírus e os sistemas de alerta. Jacinda Ardern usa maioritariamente a expressão nós e termina a sua intervenção agradecendo ao país o esforço colectivo e com o apelo que figuraria nos materiais de comunicação: *Be strog, be Kind and Unite Against covid-19* (RNZ, 2020).

A 23 de Março o país passa para o nível de alerta três e é anunciado que em 48h passará para o nível quatro, o que implica um período de *lockdown* de pelo menos quatro semanas. A 25 de Março uma sms (Apêndice 2) é enviada para os cidadãos a lembrar a entrada em

vigor do estado de emergência, nível quatro, e Jacinda Ardern faz novo *live* no Facebook para estabelecer novo contacto com os seguidores e fazer um ponto de situação, resumindo o que irá acontecer. Responde às suas questões referindo-se aos seguidores pelo nome. Nesta comunicação a primeira-ministra explica também a decisão do executivo de enviar uma sms acompanhada por um sinal sonoro marcante, indicando que a equipa tentou encontrar uma alternativa mais subtil, mas que no final consideraram que esta era a melhor forma de prosseguir. A primeira-ministra desculpa-se pela informalidade da roupa, o que está relacionado com o facto de ter adormecido a filha pouco antes, estabelecendo mais uma vez neste contexto e plataforma uma comunicação em dois sentidos, tal como sugerem Hyvärinen and Vos (2016).

Durante o período de Crise, a Primeira-Ministra dinamiza ainda podcasts disponíveis no Spotify e no Facebook *Conversations through covid-19* que incluem conversas informais com psicólogos, consultores empresariais, educadores e investigadores, onde além de serem colocadas questões sobre como ultrapassar as dificuldades que a situação actual provoca, também questiona onde é que o governo pode melhorar.

As conferências de imprensa diárias são feitas entre a Primeira-Ministra e o Director-Geral de Saúde, Dr. Ashley Bloomfield que foi alvo de uma petição para ser considerado o Neo-Zelandês do ano, devido à calma e clareza com que transmite a informação (1News, 2020).

O período Pós-Crise inicia-se a 8 de Junho com Jacinda Ardern a anunciar o fim dos casos de COVID-19 no país e o sucesso da estratégia de eliminação. A Primeira-Ministra inicia sempre as suas intervenções na língua te reo Maori, dando um sinal de inclusão da comunidade indígena. A partir da meia-noite desta data a Nova Zelândia passa ao nível de alerta 1, com restrições de fronteiras activas, mas com a devolução da normalidade de movimentos e sem necessidade de distanciamento social. Jacinda Ardern fala do esforço e conquistas da “nossa equipa de cinco milhões”, dos próximos passos de recuperação económica do país e da monitorização constante da situação que não se pode dar ainda como finalizada, terminando da seguinte forma: *And so while the job is not done, there is no denying that this is a milestone so can I finish with a very simple: Thank You, New Zeleand* (Ardern, 08.10.20).

Conclusão

O exemplo de sucesso da gestão de crise da Nova Zelândia, em pouco mais de quatro meses, é assinalável do ponto de vista de uma integração das melhores práticas de gestão de crise e de desastre, consideradas por disciplinas tão diversas como a Gestão, a Psicologia ou a Ciência Política. O papel da importância da comunicação é assumido e apresentado simultaneamente como profissional e informal. A qualidade e quantidade de informação disponibilizada nos canais oficiais do governo da Nova Zelândia, e a disseminação de informações

oficiais nas diferentes plataformas de social media, demonstram a preparação das equipas em todas as fases da crise. A liderança política de Jacinda Ardern permitiu a criação de um sentimento comunitário e de um objectivo comum a que os Neo-Zelandeses responderam. A Primeira-Ministra é hoje a líder mais popular nos últimos 100 anos de história do país, com uma taxa de aprovação de 60% e de 92% quanto à aprovação das medidas (Porterfield, 2020). Devido a uma gestão exemplar da crise pandémica de COVID-19 suportada em tomadas de decisão com base científica e um constante contacto com a população, a Nova Zelândia encontra-se hoje entre os poucos países do mundo que conseguiram eliminar, no sentido técnico, a COVID-19 e pode-se preparar para a campanha política que elegerá o novo executivo ainda este ano.¹ A actualização da mensagem é contínua: o outrora site oficial *Unite Against Covid* foi renomeado para *Unite for the Recovery*.

1 As eleições para escolher novo executivo da Nova Zelândia decorreram a 17 de Outubro de 2020. O partido de Jacinda Ardern, Labour, obteve 50% dos votos, a votação mais elevada desde 1951 por qualquer partido.

Referências bibliográficas

- News, (2020) *Dr Ashley Bloomfield responds humbly to news of petition for him to be*
- New Zealander of the Year. <https://www.tvnz.co.nz/one-news/new-zealand/dr-ashley-bloomfield-responds-humbly-news-petition-him-new-zealander-year>
- Baker, et al., (03.04.2020) *New Zealand's elimination strategy for the COVID-19 pandemic and what is required to make it work*, Editorial in New Zealand Medical Journal, 3 April 2020, Vol 133, No 1512., Disponível em: <https://www.nzma.org.nz/journal-articles/new-zealands-elimination-strategy-for-the-covid-19-pandemic-and-what-is-required-to-make-it-work> (Consultado a 10 de Junho de 2020).
- Borger et al., (15.05.2020), *World looks on in horror as Trump flails over pandemic despite claims US leads way*, disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2020/may/15/donald-trump-coronavirus-response-world-leaders> (Consultado a 10 de Junho de 2020).
- Duff, Michelle, (2019), *Jacinda Ardern: The Story Behind an Extraordinary Leader*, Allen & Unwin, A&U New Zealand.
- Hill, Sally, (28.05.20), *Why languages matter*, disponível em <https://www.newsroom.co.nz/ideasroom/2020/05/28/1204763/why-languages-matter> (Consultado a 10 de Junho de 2020).
- Hyvärinen, J. e Vos, M. (2016), *Communication concerning disasters and pandemics: Co-producing community resilience and crisis response*. In Schwarz, A., Seeger, M. and Auer, C. (2016), *Handbook of International Crisis Communication Research*. Wiley-Blackwell, Hoboken NJ, pp. 96-107.
- Neves, Sofia (20.04.20), *Há menos crianças a receber vacinas. "Não podemos deixar de vacinar", pedem especialistas*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/04/24/sociedade/noticia/ha-menos-criancas-receber-vacinas-nao-podemos-deixar-vacinar-pedem-especialistas-1913774> (Consultado a 10 de Junho de 2020).
- Newshub, (14.03.2020), *Prime Minister Jacinda Ardern has announced everyone entering New Zealand must self-isolate* Disponível em: https://www.newshub.co.nz/home/politics/2020/03/prime-minister-jacinda-ardern-has-announced-everyone-entering-new-zealand-will-self-isolate.html?fbclid=IwAR14LzOBVkw1mfhMRoU_mP_TvLM4GeV-StqK5Zo-8N2pkkJQ3-tOM-N1rhjU (Consultado a 10 de Junho de 2020).
- Observador (22.05.2020) *Três em cada cinco empresas em Portugal não tinha política de teletrabalho, diz estudo*, Disponível em <https://observador.pt/2020/05/22/tres-em-cada-cinco-empresas-em-portugal-nao-tinha-politica-de-teletrabalho-diz-estudo/> (Consultado a 10 de Junho de 2020).
- Patrício, I. (04.05.2020). *Atrasos no pagamento do lay-off "estarão a agravar a recessão"*, Jonal Eco, disponível em <https://eco.sapo.pt/2020/05/04/atrasos-no-pagamento-do-lay-off-estao-a-agravar-a-recessao/> (Consultado a 10 de Junho de 2020).
- Porterfield, Carlie (19.05.2020). *New Zealand's Female PM Is Most Popular Leader In A Century As Country Goes Days With No Cases*, disponível em: <https://www.forbes.com/sites/carlieporterfield/2020/05/19/new-zealands-female-pm-is-most-popular-leader-in-a-century-as-country-goes-days-with-no-cases/#63d81a7311bb> (Consultado a 10 de Junho de 2020).
- RNZ (21.03.20) *Coronavirus: Prime Minister Jacinda Ardern gives address to nation on the Covid-19 response*, Disponível em: https://www.rnz.co.nz/news/covid-19/412280/coronavirus-prime-minister-jacinda-ardern-gives-address-to-nation-on-the-covid19-response?fbclid=IwARopgu39NlPO5gXEda4M_GhS_rJGihzTYehToM-zyz68xB8zMI4vhDCNb2LI (Consultado a 10 de Junho de 2020).
- Rogers, M.B. & Pearce, J.M. (2016). The Psychology of Crisis Communication. In The Handbook of International Crisis Communication Research. In A. Schwarz, M. Seeger & C. Auer (Eds.), *Handbook of International Crisis Communication Research* (pp. 34-33). Wiley-Blackwell.
- Schneider, S.K., & Jordan, M.P. (2016). Political Science Research on Crises and Crisis Communications. In A. Schwarz, M. Seeger & C. Auer (Eds.), *Handbook of International Crisis Communication Research* (pp. 13-23). Wiley-Blackwell.
- Shuttleworth, K. (2017, September 2). Jacindamania: rocketing rise of New Zealand Labour's fresh political hope. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2017/sep/02/jacindamania-rocketing-rise-of-new-zealand-labours-fresh-political-hope>
- Unite Against Covid | Unite for the Recovery — Disponível em: covid19.govt.nz (Consultado a 10 de Junho de 2020).
- Uri, Friedman (10.05.2020), *Brazil's Pandemic Is Just Beginning*. Disponível em <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2020/05/brazil-coronavirus-hot-spot-bolsonaro/611401/> (Consultado a 10 de Junho de 2020).
- Coombs, W. T. (2010). *Parameters for crisis communication*. In W. Timothy Coombs & Sherry J. Holladay (Eds.), *The Handbook of Crisis Communication* (pp. 17-53). Wiley-Blackwell.
- Coombs, W. T. (2010). Crisis Communication and Its Allied Fields. In W. Timothy Coombs & Sherry J. Holladay (Eds.), *The Handbook of Crisis Communication* (pp. 54-64). Wiley-Blackwell.
- World Health Organization, (2020) *Coronavirus disease (COVID-19) pandemic*, Disponível em: <http://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/novel-coronavirus-2019-ncov> (consultado a 10 de Junho de 2020).

Incêndios do véu, vestígios informes: jogos com obras de arte em tempos de Pandemia

*Burning Veil, Shapeless Remains:
Playing with Works of Art in Times of Pandemic*

Ana Lúcia Mandelli de Marsillac

Professora Adjunta da Universidade
Federal de Santa Catarina/Brasil.
Coordenadora do Laboratório de Psicanálise,
Processos Criativos e Interações Políticas
(LAPCIP/UFSC)
ana.marsillac@ufsc.br
ORCID ID: [0000-0002-2716-510X](https://orcid.org/0000-0002-2716-510X)

Anelise Hauschild Mondardo

Doutoranda em Ciências da Comunicação
Especialidade Comunicação e Artes.
Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas Universidade NOVA de Lisboa
Portugal
anelisemondardo@gmail.com
ORCID ID: [0000-0003-2833-4312](https://orcid.org/0000-0003-2833-4312)

Resumo: A crise do Coronavírus e a decorrente Pandemia que se instituiu desde Março de 2020, confrontaram-nos com um excesso de inseguranças, alterações dos modos de vida e morte. Inspiradas pelo Projeto holandês: *Tussen Kunst & Quarantaine* (Entre Arte e Quarentena) que “viralizou” nas redes sociais, buscamos analisar a dimensão do traumático que se instituiu ante essa nova realidade e a dimensão de jogo no processo de elaboração decorrente. O Projeto convida à interação e propõe que se recupere objetos domésticos para “recriar” obras de arte. Com isto, produz enlaces, instiga a criatividade, o jogar com os objetos e com a tradição na tentativa de constituir bordas a esse estranho tempo no qual se desacomodam hábitos e narrativas. Nosso percurso metodológico envolve o saber psicanalítico tanto como sustentação teórica acerca da concepção de trauma e de jogo quanto como método de leitura de fragmentos da cultura. Sustentamos a relevância de desdobrar palavras e imagens ante a insistência traumática, entendendo que não é possível encobrir o mal-estar, mas que sim produzir desvios na repetição e encontrar com a exuberância informe que diz do próprio movimento de criação e elaboração.

Palavras-chave: arte; psicanálise; Pandemia; jogo; trauma psíquico.

Abstract: *The crisis related to coronavirus and the resulting pandemic that has been in place since March 2020 have caused us to face an excess of insecurities and changes in ways of life and death. Inspired by the Dutch project Tussen Kunst & Quarantaine (Between Art and Quarantine), which “went viral” on social networks, we seek to analyze the dimension of the traumatic that took place in the face of this new reality and the dimension of the game in the elaboration process that follows. The aforementioned project invites interaction and proposes repurposing domestic objects to “recreate” works of art. With this, it produces links, instigates creativity and playing with objects and with tradition in an attempt to build the borders of these strange times in which habits and narratives are displaced. Our methodological path involves psychoanalytic knowledge both as a theoretical basis for the concept of trauma and game and as a method of reading fragments of culture. We argue for the relevance of unfolding words and images in the face of traumatic insistence, understanding that it is not possible to cover up malaise, but rather to produce deviations in repetition and to meet the shapeless exuberance that speaks of the creation and elaboration movement itself.*

Keywords: art; psychoanalysis; Pandemia; play; psychic trauma.

Introdução

Para todos em casa que precisam de alívio. Alguma arte caseira.

1. Escolha a arte 2. Use 3 utensílios domésticos. 3. Marque @tussenkunstenquarantaine (sem photoshop)

<https://www.instagram.com/tussenkunstenquarantaine/>

Quando você está trabalhando em casa e as paredes começam a subir, aqui está alguma arte caseira.

1. Escolha sua arte 2. Use 3 adereços de sua casa 3. Compartilhe @tussenkunstenquarantaine (sem photoshop).

<https://www.facebook.com/tussenkunstenquarantaine/about/>

É com esta chamada de abertura que o Projeto holandês: *Tussen Kunst & Quarantaine* (Entre Arte e Quarentena) abre respectivamente suas páginas no Instagram e no Facebook. Alude claramente à angústia provocada pelo horror que a pandemia produz, no encontro mais premente com a morte, com o confinamento abrupto. E de forma imediata promove uma rápida identificação, afinal, fomos todos confrontados com o isolamento como a melhor estratégia de proteção. Ainda que nem todos tenham podido permanecer no confinamento domiciliar, vimo-nos confrontados com o risco do encontro com o outro, com a presença constante daqueles que partilham de um mesmo lar ou mesmo com a solidão. Uma realidade, no mínimo, estranha passou a vigorar.

Surpreendentemente ou não, observou-se uma adesão em massa a este jogo cultural tomado de início para lidar com o tédio e com a alteração de contrato social. De forma irônica, tornou-se um fenômeno viral, *contagiando* milhares de seguidores e produzindo-se muitas publicações. Brincadeira em tempos de isolamento que revela, objetivamente, um jogo entre mostrar e esconder, olhar para dentro (de casa/ de si); escolher utensílios caseiros (cotidianos/ que se tornaram emblemáticos durante a Pandemia); lançar-se novamente para fora no ato público de partilhar um fragmento desta inusitada experiência.

Fomos convidados a deixar aparecer, a dar a ver, a mostrar rotinas domésticas sem filtros e a partilhá-las nas redes sociais através de obras de arte famosas deliberadamente escolhidas, em um borramento de fronteiras entre o público e o privado, o interno e o externo, entre a angústia, o humor e a brincadeira.

O que este jogo cultural convoca-nos a analisar, de forma mais aprofundada em termos de efeitos deste trágico evento global? O que está colocado em cena neste movimento viral de recriação de obras de arte? Nomeadamente, o ato de colocar-se na trama?

Motivado por este fenômeno digital, este escrito objetiva analisar os efeitos traumáticos da Pandemia da covid-19 e a decorrente experiência de confinamento e isolamento sociais. Valendo-nos do método da psicanálise pautado, sobretudo, na associação livre, escuta flutuante e análise das contingências, propomos uma leitura da cultura e da subjetividade. Realizaremos, assim, um cruzamento entre as imagens e as questões do nosso tempo com o conceito psicanalítico de trauma psíquico e a concepção de jogo proposta pelo *fort-da* freudiano. Ambos foram desenvolvidos no clássico texto de Freud, “Além do Princípio do Prazer”, de 1920 e constituem possíveis chaves-de-leitura para o sofrimento psíquico.

É neste texto que Freud, aproximando o conceito de trauma ao de caos pulsional e de pulsão de morte, valida a ideia de um excesso que insiste em não se escrever no psiquismo. Este excesso — provocando uma ruptura nos processos psíquicos, um bloqueio nas traduções possíveis dos acontecimentos vividos — impossibilita a realização de um trabalho de elaboração, congela o tempo e condena a cena que faz sofrer a repetir-se compulsivamente.

É na concepção de *fort-da* — brincadeira infantil de atirar um objeto para longe e ao trazê-lo novamente para perto de si, fazê-lo com júbilo e excitação — que Freud vislumbra uma

promissora possibilidade psíquica de apoderamento deste excesso pulsional traumático. Com isso, enfatiza a possibilidade de elaboração a partir da transformação do que foi vivido passivamente em algo revivido ativamente. A experiência de dor e sofrimento ressignificada a partir do brincar como uma experiência de prazer e êxito.

Este ato de recriar obras de arte de forma doméstica estaria então colocado neste lugar de *fort-da*?

Quando lançado a esta categoria de jogos culturais outras camadas do sofrimento psíquico são desveladas e no “incêndio do véu” (Didi-Huberman, 2012) convocam-nos a analisar estas estratégias subjetivas possíveis neste encontro entre as imagens, as fantasias e o simbólico que perpassam o laço social.

Os excessos da Pandemia

(...) a realidade está ali, disponível. A palavra também. No entanto, vem-me uma dúvida sobre a possibilidade de contar. Não que a experiência vivida seja indizível. Ela foi invivível, o que é outra coisa, (...) Outra coisa que não se refere à forma de um relato possível, mas à sua substância. Só alcançarão essa substância, essa densidade transparente os que souberem fazer de seu testemunho um objeto artístico, um espaço de criação. Ou recriação. Só o artifício de um relato que se possa controlar conseguirá transmitir parcialmente a verdade do testemunho (Semprún, 1995, p. 22).

Ao problematizar a dialética entre o vivido e o (im)possível de ser contado acerca da experiência traumática, Jorge Semprún — sobrevivente do Holocausto — apresenta e relata em seu livro “A escrita ou a vida” a densidade da experiência associada à Grande Guerra. E confronta-nos com as múltiplas camadas existentes neste ato tão emblemático para a psicanálise que é o de contar, falar e narrar os acontecimentos.

E quando associa esta (im)possibilidade narrativa ao inerente da vivência em si mesma, remete-nos à percepção dos acontecimentos violentos e não só a sua memória. É justamente na percepção, este primeiro registo que se faz da realidade, que reside o ponto fulcral para a análise das experiências em sua dimensão de traumático.

Pois os primeiros tempos da pandemia, os primeiros sinais de que algo estava a acontecer — o *lockdown*, a estocagem de produtos de primeira necessidade, a avalanche de notícias ainda desconstruídas e contraditórias nas mídias sociais, os números de infectados e de mortos a aumentarem de forma incompreensível — aproximaram-nos da ideia de estarmos em plena guerra.

O primeiro registo possível foi o de que algo estranhamente grave estava a acontecer. Em comum com a narrativa de Jorge Semprún a dimensão da experiência violenta, intensa e abrupta, provocando mudanças radicais em vários níveis da vida e escancarando a iminência da morte.

A insuficiência do saber científico, a insensatez de alguns governantes, a lógica neoliberal e as gritantes desigualdades sociais revestem com maior temor a Pandemia, pois acentuam a fragilidade humana, as ficções que o cercam e que constroem a realidade compartilhada. Diríamos tratar-se de um excesso de real, onde a morte e a fragilidade do corpo ampliam-se radicalmente, desestabilizando nosso aparato simbólico e imaginário ante ao risco e efeitos do contágio viral ao corpo e à vida em sociedade. A Pandemia traz um impossível no cerne da experiência subjetiva, uma reviravolta nos valores, nas formas de comunicação e na percepção do tempo. Ficamos, assim, a buscar parâmetros para nos guiar, a resgatar a pergunta: o que é mesmo mais importante no viver?

O vírus escancarou o Apartheid que vivemos no Brasil¹ (e, cabe acrescentar, que se vive em muitos outros países), bem como a diferença radical do que é o normal para cada classe social. O direito à quarentena não é para todos. O vírus revelou quantas coisas são desnecessárias, que podemos viver com bem menos do que vivíamos. Também nos possibilitou ter outra experiência com o tempo: o tempo da casa, a intensidade da relação com os que moram sob o mesmo teto, o tempo lento da saudade. Embaralhou as esferas do privado e do público. Trouxe mais intensamente o trabalho e a escola para o universo íntimo. Revelou as diferenças de acesso às ferramentas virtuais, a necessária reorganização dos espaços e tempos, ponderação ante às desigualdades e um luto dos antigos ideais. Vai passar? (Marsillac, 2020, p. 08).

Confrontados com os números de mortos diariamente crescentes no mundo inteiro, com caminhões a levarem corpos, covas sendo abertas para possibilitarem enterros, muitas vezes indignos, sem a possibilidade de despedidas e velórios, percebemos, de forma mais intensa a inexorabilidade da morte. O morrer, mas também o viver, associado a intensas mudanças, exigiram-nos “redescobrir” o mundo. Queremos que tudo passe e que voltemos às mesmas formas do viver?

Paradoxos do trauma, que se interpõe como acaso, acidente mas, sobretudo através do seu excesso, pelo impossível de elaborar; mas, que nesse mesmo movimento, convoca reflexão, deslocamentos, mudanças, inscrição de diferença, encontro com o impossível.

1 <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/dentro-do-pesadelo2/?fbclid=IwARoKXvrE7mxbvNzdVTVSIn2I-3M7IUAe-UUgaComTl8fBOnR1rU5YPJl6PE>

A dimensão intransmissível da experiência traumática

Em sua raiz etimológica grega, o termo *trauma* remete ao significado proposto pela Medicina para referir-se a uma contusão ou lesão resultante de uma ação violenta, causada por um agente externo, geralmente pelo choque de algo contra o corpo de alguém. A psicanálise, apropriando-se desta noção, promoveu este termo ao *status* de conceito central para a compreensão do sofrimento psíquico. Neste sentido, um trauma psíquico passa a ser entendido, de forma geral, como um afluxo de excitações que é excessivo em relação à tolerância do sujeito e a sua capacidade de dominar e elaborar psiquicamente (Laplanche, 1992, p.522).

Trata-se, portanto, de um excesso e da impossibilidade, no momento da vivência, de assimilá-lo, isto é, de algo invivível e, portanto, não passível de ser tradicionalmente narrado; refere-se a um evento, externo ou interno e seus efeitos no psiquismo, há um registo tanto no momento em que acontece, da ordem do acontecimento, quanto no posterior, da ordem da memória. Registos de natureza diferenciadas, mas acima de tudo vestígios, rastros de um acontecimento e de como foi possível lidar com ele.

Tanto na versão física (externa) quanto psíquica (interna), a ideia de uma força violenta que fura e invade, provocando descontinuidades e interrupção do curso natural, estão presentes. Algo que rasga a pele e faz sangrar, requerendo costura e cicatrização; algo que abala uma convicção e questiona uma certeza e revela a fragilidade e o desamparo inerentes à condição humana. Excesso que confronta o sujeito inevitavelmente com a sua insuficiência.

Mais comumente associada às situações trágicas e catastróficas como as guerras, os desastres naturais, os acidentes, os adoecimentos e a própria morte, a ideia de uma força violenta e abrupta e seus consequentes abalos, também está presente na vida cotidiana. Há algo de traumático no confronto com a alteridade do inconsciente, com o outro e com a linguagem que desarrumam inesperadamente nossos ideais. A Pandemia parece assumir estas duas dimensões: uma experiência traumática tanto em nível coletivo quanto individual.

Alain Didier-Weill (2012), psicanalista francês, afirma ser a experiência traumática uma experiência estrutural, universal e para além de qualquer cultura. Pela condição de seres humanos, estamos fadados às experiências traumáticas cotidianas, uma vez que estamos continuamente sendo confrontados com o real, com a contingência de estarmos vivos. Há uma insistência inerente ao traumático — uma vez que ultrapassa a capacidade de representação e de simbolização — e que demanda ininterruptamente um trabalho de amarração simbólica.

Em sintonia com as ideias freudianas, Didier-Weill refere-se a esta inerente vivência traumática a partir da sentença “isso não cessa de não se escrever”, igualmente associando-a com a lógica da compulsão à repetição. Esta insistência em não se escrever seria o enigmático da própria experiência que carrega e contém em si um silêncio, uma privação de fala. Porque mostra o impacto, o horror frente ao desconhecido, ao nunca antes vivido, carrega uma “dimensão monstruosa” (2012, p.11) da experiência.

É um silêncio que não remete a outra palavra (...) é um silêncio que não remete à noite, mas às trevas. Nesse silêncio, nenhuma voz vem pedindo socorro. É surpreendente constatar que a pequena criança traumatizada não pode gritar pedindo socorro, fica então congelada e ‘medusada’ (de Medusa), torna-se habitada por um olhar menos antes (p. 11).

O que a experiência traumática a partir da Pandemia mostra também é da ordem do monstruoso, do impacto profundo e do confronto inevitável com a insuficiência. Como escapar a esta inevitável tendência a petrificar-nos, a medusar-nos frente ao assombro que se apresenta?

Pois Didier-Weil (2012) aponta para um interessante posicionamento diante deste monstruoso traumático: o de lançarmo-nos justamente ao imprevisível do olhar, tal e qual o movimento paradoxal de afastamento e aproximação proposto pela concepção do *fort-da* freudiano. Lançar-se neste olhar para o real sem morrer nele, ao contrário, mover-se psiquicamente nele, sem se deixar *medusar-se* por completo.

Nossa proposta é pensar este fenômeno global da Pandemia a partir desta dimensão do traumático estrutural e intransmissível, lançando sobre algumas das imagens de recriação doméstica de obras de arte um olhar não medusado, não petrificado e, com isso, lançando-nos para esta dimensão do jogo como uma estratégia possível na leitura da cultura e das subjetividades.

As quatro imagens aleatoriamente selecionadas como fonte de inspiração para esta reflexão estão apresentadas abaixo e constituem apenas um fragmento deste fenômeno digital em tempos de pandemia.

A imagem 1 remete à clássica pintura de Michelangelo “A Criação de Adão” datada por volta de 1511 e localizada no teto da Capela Sistina, em Roma. Originalmente representando um episódio do Livro de Gênesis no qual Deus cria o primeiro homem, Adão, a recriação coloca agora duas crianças na cena.



Imagem 1
tussenkunstenquarantaine
[@tussenkunstenquarantaine].
(2020, 15 de outubro).
Liefde op afstand
✅ #tussenkunstenquarantaine
#happysunday @taaniepaanie
[Foto Instagram] Obtido
em https://www.instagram.com/p/B-B499RA_--



Imagem 2
tussenkunstenquarantaine
[@tussenkunstenquarantaine].
(2020, 15 de outubro). Essentials 🧤🧴
#tussenkunstenquarantaine
#artchallenge #usedprops ✓✓
#dali#quarantinelif @kazimiromalevich
[Foto Instagram] Obtido em
www.instagram.com/p/B-uAQg8A5DO/

“A Persistência da memória” de Salvador Dali é a segunda imagem aqui utilizada como inspiração. Produzida em 1931 e localizada no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, foi recriada a partir de utensílios domésticos emblematicamente significativos para a Pandemia: rolos de papel higiênico, luvas de silicone, máscara facial, tubo de álcool gel.



Imagem 3
tussenkunstenquarantaine [@tussenkunstenquarantaine].
(2020, 15 de outubro). Warzone at home. 🏠🧨
(FINALLY GUERNICA!) #tussenkunstenquarantaine
#artchallenge #usedprops 🧨✓
@enfantsautourdumonde #picasso#guernica
[Foto Instagram] Obtido em https://www.instagram.com/p/B_1iTiMgtm/

A terceira imagem refere-se ao quadro de Pablo Picasso conhecido como “Guernica”, de 1937. É considerada uma declaração de guerra contra a guerra assim como um manifesto contra a violência. Em sua recriação, também envolve crianças e conservou os semblantes de horror, pavor e assombro.

A quarta imagem tem como referente o quadro: “O Beijo”, de Gustav Klimt, produzida entre os anos de 1907-1908 e joga com as formas do masculino e do feminino. Também evoca a dimensão concomitantemente erótica e terna da relação amorosa, em certa fusão entre os amantes, que fascina, mas também angústia pelo borramento de fronteiras entre eu e outro. Na recriação, os amantes vestem uma capa/casulo, parecem estar lado a lado.



Imagem 4

tussenkunstenquarantaine
[@tussenkunstenquarantaine].
(2020, 13 de outubro). Singles I'm so sorry you
had to see this #tussenkunstenquarantaine
#betweenartandquarantine #artenquarantaine
#artchallenge #usedprops ✓ @esther_et_
paul#paintednapkins #gustavklimt [Foto Instagram]
Obtido em <https://www.instagram.com/p/CATdaOoAOUc/?hl=pt>

Do traumático, ao ato, à ficção

Interessante observar que sobre alguns temas, diríamos a partir da psicanálise, naquilo que envolve o corpo, a morte e o sexual, há sempre um excesso, um não-saber *a priori* e que se evidencia pela repetição do ato, como se este só pudesse ser reconhecido nesse movimento de repetir, em um segundo tempo, em um *a posteriori*.

Dissemetria de lugares entre o acontecimento e o sujeito interpretante. A Pandemia em sua dimensão traumática e atos atrelados comportam sempre um excesso, um a mais ou a menos, que deixa um resto insistente, uma ferida aberta. O que é possível dizer sobre isso, vem em um segundo tempo, *a posteriori*, envolvendo sempre uma perda, significação que não contempla a totalidade do ato e do acontecimento (Costa, 1998).

O Projeto *Kunst & Quarantaine* coloca em cena esse movimento. Ante a um mortífero vírus que contagia velozmente o mundo inteiro, ante a necessária reclusão e mudança de hábitos, propõe-se um jogo de imitação. Do prazer originário de ver as obras de arte, convoca-se

a recriá-las, brincar com elas, a partir do que se tem em casa. A obra mantém-se viva, o jogo esconde a morte, brinca com ela, torna o espectador artista.

No ato de jogar, o sujeito busca refazer a cena e percebe sua própria insuficiência. No jogo, ante ao traumático da morte que insiste fortemente em tempos de Pandemia, sujeito e cultura afetam-se e apresentam-se não-todo. Distinções supostamente bem estabelecidas entre desprazer e prazer, esconder, mostrar, passivo e ativo borram suas fronteiras.

Ante ao traumático, ao excesso que a Pandemia convoca, o ficcional busca fazer borda, criar algum contorno, compartilhar sentidos e formas de elaboração. A fantasia desconstrói as fronteiras e possibilita encontrar o outro (semelhante) e o Outro (abstração da cultura e do código compartilhado), mesmo às portas fechadas.

Se antes, quando o encontro presencial não comportava de forma tão intensa o risco do contágio, o mundo virtual parecia não diferir tanto, ou melhor, não percebíamos de forma tão intensa o diferencial da presença. Hoje em dia, ante a rotina de trabalho, estudos, compras sem sair de casa, a planarização da imagem, a intensificação do olhar e ser visto ante as telas, ante a sua própria imagem que se vê boa parte do dia refletida, “tornarmo-nos quadro”. Intensifica-se o viver através das janelas: da casa, das máquinas, das redes, das obras de arte. O Projeto: *Kunst & Quarantaine* parece jogar com isso.

O jogo da repetição, do refazer as obras, coloca o tempo como elemento central. Cria um fragmento histórico, possibilitando recriar o prazer e o estranhamento original do encontro com a obra. Vivemos um presente intenso, quase sem bordas, tempo de espera pela cura, pela vacina, pela nostalgia da vida que se levava. Estamos em meio a uma estranha temporalidade permeada por dias repetitivos em um mesmo ambiente, com as mesmas pessoas, repleto de rotinas de higienização e cuidados, assolado por tristes notícias nos canais de comunicação.

Entretanto, esse tempo de suspensão faz com que até nossos ideais sejam relativizados. Nesse sentido voltar ao passado pode ser uma estratégia de lidar com esse excesso de presente, própria da dimensão insistente do traumático.

O “simular” não pode ser tomado como algo desprezível, descartável ou não desejável. Ele situa uma abertura ao campo da representação, ao campo ficcional, que é o trabalho de uma transposição do corpo real ... Essa transposição somente se opera no coletivo, nessa ligação com o outro, no ponto em que o compartilhamento de um corpo que desfalece transforma-se em ficção... Se não há ficção, não há corpo.(. ..)” (Costa, 1998, p.48).

Como bem analisa a psicanalista Ana Costa, em seu livro sobre o tema da “ficção de si”, na medida em que o homem não constitui seu corpo de forma instintiva, mas sim em uma complexa trama com a linguagem, com a cultura, com os valores e ideais de um tempo; a ficção cumpre um papel fundamental. Nesta obra a autora sublinha que o corpo humano só se constitui enquanto um corpo desejante e propriamente humano, em articulação com

sua materialidade, com a cultura e com as imagens e fantasias. Nesse sentido, a relação com o outro e com o Outro é central, trazendo com ela a imprecisão dos limites entre eu e outro, entre singularidade e coletividade, entre objetividade e ficção.

Simular o corpo próprio ou mesmo o corpo da casa, dos ambientes familiares, como se fossem obra de arte, permite compartilhar, reposicionar e criar vias de elaboração. Também do lado da recepção algo se reposiciona, não por acaso o Projeto viraliza. Olhar a brincadeira do outro, permite um compartilhar sentidos e, paradoxalmente, romper sentidos, rir do inusitado, imaginar e testemunhar formas e informes, jogos entre tradição e os excessos da atualidade. O jogo e o ficcional, como um todo, auxiliam, dessa forma, no processo de delimitação das bordas corporais.

A dimensão do jogo

A expressão “jogo” aparece por diversas vezes na obra de Sigmund Freud, Jacques Lacan e de tantos outros psicanalistas. Em “Além do princípio do prazer” (1920), Freud reflete sobre o jogo do carretel, ao qual refere-se como: *fort-da (em alemão)*, o qual observou em seu neto. “Finalmente, me dei conta de que isto era uma brincadeira, e de que a criança apenas utilizava seus brinquedos para brincar de “*fortsein*” com eles” (p.141).

Neste texto, analisa a função do brincar e os prazeres envolvidos. A partir das ausências da mãe, o neto brinca com o carretel, joga para fora e o traz de volta, indicando a relação do jogo como possibilidade de elaboração da ausência do corpo do outro. Trata-se de um jogo entre presença e ausência, entre passividade e atividade, gesto e fala. Ele, para além do princípio do prazer, institui a repetição; movimento que, em seu ponto máximo, leva à submissão/compulsão do sujeito. Nesse sentido, o jogo lida com o desprazer gerado pela ausência do corpo materno, mas paradoxalmente produz um júbilo por se tornar ativo nesse jogo, por ser ele que determina quando o objeto se afasta e retorna.

No que concerne ao Fort/da, um aspecto fundamental, sobre o qual é boa e válida a insistência, a repetição, a fim de que a complexidade das funções desta operação fique esclarecida: é que, ao jogar o carretel, a criança cria um espaço que antes não existia. Não é que o objeto se veja lançado fora, mas há um ato inaugural a ser localizado, teoricamente, que é a fabricação desse fora (Rodulfo, 1990, p. 128).

2 ‘ir embora’

O psicanalista argentino Ricardo Rodulfo aprofunda essa análise ao sublinhar que esse brincar de esconde-esconde, de deixar cair objetos tão frequentes na primeira infância, possibilita a elaboração desse espaço fora do corpo, fora da casa, fora do corpo da mãe. Esses jogos possibilitam instituir lugares e temporalidades, permitem lidar com a solidão, com a angústia e com o que existe para além do espaço do corpo.

Assim, a concepção de jogo, instaurada a partir do *fort-da*, a partir das elaborações sobre a presença/ausência do outro/Outro, envolve a dimensão criativa da subjetividade, um saber fazer a partir da falta. Cabe recuperar a ideia de que o corpo humano é o mais desnaturado dos animais. Uma vez que é ser de linguagem, ciente de sua condição mortal busca elaborar as perdas pela simbolização, pela produção de imagens, jogos e fantasias, inventando e compartilhando algo que representa o que não está e assim, de algum modo se faz presente.

Essas reflexões reforçam a dimensão dialética da subjetividade que não se fecha em uma síntese, pelo contrário, repete-se como um jogo, onde apenas é possível alterar os elementos em questão, a fim de eternizar o desejo que nasce da experiência de perda.

Lacan, no seu texto: “Função e campo da fala e da linguagem” ([1953] 1998), analisa: “Foram esses jogos de ocultação que Freud, numa intuição genial, produziu a nosso ver, para que neles reconhecêssemos que o momento em que o desejo se humaniza é também aquele que a criança nasce para a linguagem” (p. 320).

Interessante destacar essa relação entre o jogo, o humano e a linguagem. Em meio ao contexto de Pandemia, o Projeto: *Tussen Kunst & Quarantaine* convida a todos a brincar, recuperar 3 objetos de suas casas para recriar obras de arte, para elaborar esse tempo confuso, temido e intenso que estamos vivendo. A Pandemia leva a fundo nosso não-saber, apresenta um excesso de morte, um excesso de cuidado, de reclusão ao ambiente doméstico, privado, nesse sentido o projeto produz enlace, recuperando a possibilidade do jogo como via de elaboração entre pares, como forma de testemunho destes atos de simulação e constituição de encontros.

O jogo seria a maneira primordial de *produzir uma imagem*, de dar forma ao “mal”, de superar a alienação do sintomático numa prática jubilosa das formas, numa vontade autoperturbadora — sintomal — que é também “vontade de chance”. Bataille, aliás, insiste em seu artigo no fato de que as fotografias que o acompanham procedem exatamente de um jogo, de uma chance de formas que é também crise de formas (Didi-Huberman, 2015, p. 394).

Interessante recuperar as considerações do teórico da arte Georges Didi-Huberman, a partir do pensamento de Bataille sobre a concepção de informe. Ante ao “mal”, às formas em transformação, que desacomodam nossas formas de experienciar as relações com os outros, com a cultura, com os objetos; ante à anterioridade do brincar e do jogo como elementos estruturais do aparelho psíquico, coloca-se em cena a chamada: vontade de chance. Algo que

busca se realizar, forma em processo, crise das formas estabelecidas. Sublinhamos também a dimensão sintomal que indica o autor, recuperando a concepção de sintoma no pensamento freudiano, como formação do inconsciente que se manifesta na consciência, nas formas de ser, sentir, sofrer.

O paradoxo visual é o do aparecimento: um sintoma aparece, um sintoma ocorre, interrompe o curso normal das coisas segundo uma lei subterrânea — que resiste à observação trivial. O que a imagem-sintoma interrompe não é mais do que o curso normal da representação. Mas o que ela contraria é, num certo sentido, por si sustentado; poderia então ser pensada sob o ângulo de um *inconsciente da representação*.” (Didi-Huberman, 2017, p.42)

O jogo estabelecido no Projeto: *Tussen Kunst & Quarantaine* revela-nos vestígios do nosso tempo, trama sintomal, que expõe saberes insabidos. Modos de lidar com a angústia que se exacerba por decorrência da Pandemia. Sua dimensão sintomal diz das formações de compromisso entre o mal-estar e a busca de prazer. Trata-se de produzir um rir junto, jogar com, olhar a cena, dialetizar a imagem sem chegar em uma tese ou antítese sobre ela, mas habitar seus paradoxos, escutar e olhar suas formações, modos de ver e esconder. Sentir-se, assim, interrogado pelas obras escolhidas e pelas montagens correspondentes.

Ante à planaridade das telas, o jogo recupera a dimensão de volume e de tempo. Qual a obra inspiradora? Quais objetos são escolhidos? O que faz alusão à outra coisa? O que se destaca e o que fica escondido/omitido? Por quanto tempo se ocupa desse jogo? Quem são os interlocutores? O que se realiza ao jogar e ao olhar o jogo? Essas são algumas questões aportadas pelo Projeto. Elas movimentam o pensar, o corpo e enlaçam eu e outro/Outro. Possibilita-se recuperar a história, o que fascina, os objetos que insistem nesse cotidiano íntimo, nesse tempo que parece, como no quadro de Dali (Imagem 2) a perder suas balizas, parece se derreter e borrar sua passagem.

Vestígios informes, incêndios do véu

Os significantes: Informe e Véu³ direcionam nossa amarração, pois articulam a dimensão do impossível que comporta as formas e dos ocultamentos e encantamentos que elas contêm. O informe está na própria Pandemia, enquanto fenômeno mundial que contagia, agrava o risco de morte e questiona os saberes existentes, colapsa sistemas de saúde, altera

3 Didi-Huberman analisa esses dois significantes, respectivamente na obra: “A Semelhança Informe ou o gaio saber visual segundo Georges Bataille” (2015) e no artigo: “Quando as imagens tocam o real” (2012).

hábitos e formas de relação com os outros e com as coisas. O excesso de mudanças e de risco deparam-se ante a um impossível de ser alcançado, de ser simbolizado.

Paradoxalmente, esta condição informe é o seu valor de enunciação, de produção de movimento, de montagens e desmontagens, enfim de reinvenção. A Pandemia fez cair muitos ideais, desconstruiu modelos, colocou alguns à prova sistemas de saúde, assistência social, economia, trabalho, transportes, turismo; escancarou a desigualdade e as injustiças sociais. Ao mesmo tempo, deu a ver que somos frágeis e que mesmo tendo posses não há garantias. Isso corrói a própria ideologia neoliberal e suas formas cristalizadas.

Didi-Huberman (2012), problematizando justamente a relação entre realidade, verdade e imagens oferece-nos outro significante que em associação ao de *Informe* tece mais um fio nesta tentativa de amarrar simbolicamente a experiência traumática da Pandemia. Citando Walter Benjamin, diz: “A verdade não me aparece no desvelo, mas sim em um processo que poderíamos designar analogicamente como o incêndio do véu, um incêndio onde a forma alcança seu grau maior de luz” (p.208).

O véu recobre, reveste, protege de ser visto ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, denuncia a existência de algo; porque está trás do véu, incita a curiosidade, brincando com o enigmático e a possibilidade de desvendamento. Transparência e opacidade; está escondido, mas está pronto para aparecer, ressurgir do anonimato, O gesto singelo de levantar o véu e, com isto, trazer de volta à vista aquilo que estava protegido de ser visto.

Mas o gesto de desvelo a partir de um incêndio convoca-nos a olhar inevitavelmente para esta “dimensão ardente”, potência destruidora contida no fogo. (Didi-Huberman, 2012). Luz que ofusca, calor que derrete, quebra e fragmenta. Tomada como uma função paradoxal, uma disfunção, um mal-estar na cultura visual, esta questão ardente mostra-se uma questão complexa. A que tipo de conhecimento pode dar uma imagem? A que tipo de contribuição ao conhecimento histórico é capaz de aportar este conhecimento pela imagem? Advogando em nome de uma espécie de “arqueologia do saber das imagens” Didi-Huberman (2012, p. 209) diz “que não se pode falar do contato entre a imagem e o real sem falar de uma espécie de incêndio. Portanto, não se pode falar de imagens sem falar de cinzas”.

Ao fim, cinzas. Cinzas que testemunham um acontecimento, cujos vestígios convocam a olhar e lançam nosso olhar para além do óbvio.

Cabe destacar, que o projeto que inspirou esta reflexão iniciou em 14 de Março de 2020 e tem atualmente⁴, 274.000 seguidores e 727 publicações, no Instagram, no Facebook são 4.618 seguidores. A proposta revela que a um só tempo convoca o jogo, a montagem em ato com os referentes; mas sobretudo, convoca o olhar, produz chiste e/ou admiração, surpresa, fascínio. Em meio ao excesso de real que comporta a Pandemia, chamam para jogar

4 Acesso no dia 12 de Outubro de 2020.

juntos, jogar com a tradição, com a criatividade, com o que se tem, com o que se parece.

O jogo permite dialetizar as formas, a partir do informe que se instaura e do informe que produz. Possivelmente, esse é o ponto chave desse jogo, pois as imagens que são produzidas, por um lado fascinam, por outro desacomodam. Inserem o comum no clássico, portam certa vulgaridade, trazem objetos do cotidiano para dentro de imagens idealizadas na história e na cultura. O jogo coloca em cena o saber infantil, sem censura, sem reservas, incoerente, alegórico, cômico.

Poderíamos até mesmo dizer que dilaceram os objetos originais ao torná-los cenas do cotidiano, em geral, doméstico. Ferida que se abre no ideal de elitização da arte. Movimento de levar ao extremo a potência das imagens.

Se por um lado o jogo permite movimento na via da elaboração do traumático informe da Pandemia, nem por isso nos traz uma situação ideal, um paraíso, a justa medida, a solução ideal. O jogo também escancara seus limites, questiona valores instituídos, ri com a tradição. Aposta em um fazer e ver junto, fazer com função de testemunho, potência de nascimento, reinvenção.

Como imagens, a recriação das obras de arte tocam o real trágico da pandemia e desvelam não só o tédio e a solidão decorrentes do isolamento, mas também um excesso de real, um impossível que excede nossa capacidade de elaboração, mas paradoxalmente convoca à reflexão e à imaginação (Lacan, 2002). Entre o invisível, o indizível e o impossível, as narrativas — formas de dar a ver — revelam-se ainda mais necessárias (Benjamin, 1993).

As imagens tomadas como inspiração para esta problematização apresentam, para além de um suposto ato criativo e sentido de humor, a dor e o horror provocados pela impotência diante da iminência da morte e alertam para o efeito *a posteriori* de experiências traumáticas vividas e silenciadas. Incendeiam o véu da onipotência, dos jogos de poder e da arrogância e desvelam a fragilidade humana.

Ao fim deste incêndio, ainda em brasa, restam as cinzas. Didi-Huberman, a respeito desse resto que fica, diz “(...) é preciso atrever-se, é preciso acercar o rosto à cinza. E soprar suavemente para que a brasa, sob as cinzas, volte a emitir seu calor, seu resplendor, seu perigo. Como se da imagem cinza, elevava-se uma voz; Não vês que ardo?” (2012, p.216).

Referências bibliográficas

- Benjamin, W. (1993). Experiência e pobreza. In *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.
- Costa, A. (1998). A Ficção do Si Mesmo: interpretação e ato em psicanálise. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Didi-Huberman (2012), G. Quando as imagens tocam o real. *Pós Belo Horizonte*, 02(04), 204-219. Retrieved from <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revista-pos/article/view/15454>
- Didi-Huberman (2015), G. A Semelhança Informe ou o gaio saber visual segundo Georges Bataille. Tradução Caio Meira. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Didi-Huberman (2017), G. Diante do Tempo. Tradução: Luiz Lima. Lisboa: Orfeu Negro.
- Didier-Weil, A. (2012). Quando o que não cessa de se escrever, cessa de não se escrever. *Revista de Psicologia*, 03(02), 9-14. Retrieved from <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/114>
- Freud, S. (1920/1974). Além do princípio de prazer. *Obras completas*, ESB, v.XVIII. Rio de Janeiro: Imago.
- Lacan, J. [1953/1998]. *Função e campo da fala e da linguagem*, In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J (2002). “RSI” — Seminário 1974/75. Paris, Zd. Interna da A.F.I.
- Laplanche, J. (1992). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo, Martins Fontes. .
- Marsillac, A. (2020). Vai Passar? Correio da APPOA, n. 298. Disponível em: http://www.appoa.com.br/correio/edicao/298/vai_passar/837
- Rudolfo, R. (1990). O brincar e o significante: um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce. Tradução: Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Semprún, J. (1995). *A escrita ou a vida*. São Paulo, Companhia das Letras,
- Tussen Kunst & Quarantaine [@tussenkunstenquarantine.nl]. (s.f.). [Perfil de Instagram]. Instagram. Recuperado em 25 de maio de 2020, de <https://www.instagram.com/tussenkunstenquarantine/>

O ensino remoto em contexto COVID-19 na prática projetual baseada em *Design Thinking*

Remote teaching in COVID-19 context for design thinking-based project practice

Cláudia Pernencar

LIDA — Laboratório de Investigação em Design e Artes, Escola Superior de Artes e Design do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova, Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal
claudia.pernencar@ipleiria.pt
ORCID ID: [0000-0001-8981-2133](https://orcid.org/0000-0001-8981-2133)

Rita Santos

DigiMedia — Centro de Investigação em Média Digitais e Interação, Universidade de Aveiro, Portugal
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda, Universidade de Aveiro, Portugal
rita.santos@ua.pt
ORCID ID: [0000-0001-9741-6210](https://orcid.org/0000-0001-9741-6210)

Inga Saboia

UFC Virtual, Universidade Federal do Ceará, Brazil
DigiMedia — Centro de Investigação em Média Digitais e Interação, Universidade de Aveiro, Portugal
ingafsaboia@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-3635-2927](https://orcid.org/0000-0002-3635-2927)

Rúben Santos

ESAD — Escola Superior de Artes e Design do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
ruben.d.santos@ipleiria.pt
ORCID ID: [0000-0002-3755-669X](https://orcid.org/0000-0002-3755-669X)

Resumo: O contexto da pandemia de COVID-19 ordenou às instituições de ensino superior portuguesas uma mudança nas atividades de ensino-aprendizagem para prevenir a propagação do vírus. Como tal, o ensino presencial passou a um modelo remoto, tendo sido necessário adaptar os recursos didáticos, algumas atividades letivas planeadas, e as ferramentas de interação utilizadas pelos estudantes e docentes, sem colocar de parte os aspetos práticos da comunicação entre ambos e o *feedback* aos trabalhos. O capítulo descreve como é que a prática projetual de desenvolvimento de produtos digitais, baseada na metodologia de Design Thinking — *framework* Double Diamond Design Council (Council, D. 2019) — foi adaptada ao ensino remoto em 2 UCs teórico-práticas provenientes de áreas científicas distintas: Grafismo, Movimento e Interfaces, da Licenciatura em Design Gráfico e Multimédia da Escola Superior de Artes e Design do Politécnico de Leiria e Usabilidade e Experiência de Utilização do Mestrado em Informática Aplicada da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro. Contempla, ainda, um relato que descreve a estratégia de conteúdos e as tarefas propostas em cada unidade curricular, bem como uma análise documental da aplicação metodológica, acompanhada por casos de estudo — artefactos criados pelos estudantes.

Palavras-chave: design thinking; double diamond; ensino superior; COVID-19; ensino remoto.

Abstract: *The context of COVID-19 ordered higher education institutions to change the teaching and learning approaches preventing the spread of the virus. As such, face-to-face teaching becomes a remote model. It was necessary to adapt didactic resources, some planned teaching activities, and the tools used by students and teachers. This scenario should happen without neglecting the practical aspects of communication between students and teachers with project feedback included. This chapter describes how the design practice of developing digital products were adapted to remote teaching in 2 theoretical-practical disciplines: Graphics, Movement and Interfaces, Degree in Graphic Design and Multimedia from the School of Arts and Design of the Polytechnic of Leiria and Usability and User Experience of the Master's in Applied Informatics from the Águeda School of Technology and Management, University of Aveiro. The process was based on the Design Thinking methodology — Double Diamond Design Council framework (Council, D. 2019). The chapter also includes a report with the definition of contents and the tasks proposed in each discipline as well as a detailed analysis of the methodological application, accompanied by case studies — artifacts created by the students.*

Keywords: design thinking; double diamond; higher education; COVID-19; remote teaching.

Introdução

O surto de COVID-19 espalhou-se, oficialmente, em Portugal a 2 de Março de 2020¹ gerando uma emergência de saúde pública. Impôs ao país uma alteração, quase que radical, de hábitos e rotinas em vários contextos que, até à data, a maioria da população não tinha então experienciado. O ensino não foi exceção às alterações. Enfrentam-se tempos complexos que envolvem desafios exigentes e que alteram as dinâmicas de aprendizagem, bem como, a forma como se leciona até à data (Hodges et al., 2020).

Estudantes e docentes do ensino superior foram confrontados com um novo paradigma relativamente ao ensino-aprendizagem, colocando todos os intervenientes, sem exceção,

1 Acedido a 7 de Setembro de 2020 em <https://www.dn.pt/pais/confirmados-dois-primeiros-casos-de-coronavirus-em-portugal-11805920.html>.

perante uma realidade onde as interações interpessoais passaram do modelo de ensino presencial para uma tipologia remota, e de emergência, integrando dois formatos de comunicação: assíncrono, onde se disponibilizam recursos didáticos assumindo que a interação entre os diferentes intervenientes pode funcionar num período temporal distinto e, síncrono, que consiste em aulas lecionadas em tempo real através de uma plataforma de videoconferência (Khosrow-Pour, 2015).

O cenário anteriormente referido obrigou, em tempo record, a uma adaptação a outra realidade: foi necessário o ajuste de recursos didáticos e, em muitos dos casos, foi indispensável também aprender a utilizar outras ferramentas digitais. Este novo cenário desencadeou uma tentativa de perceber como é que se iriam manter, durante o período de confinamento, as atividades letivas provenientes do modelo de ensino presencial, com meios e canais de comunicação distintos dos desta realidade contingencial. Um dos aspetos críticos da pandemia no contexto do ensino foi o facto de as aulas terem sido ajustadas abruptamente, e numa tentativa de prevenir a propagação da pandemia COVID-19, para o ensino remoto de emergência² (IIEP.Unesco, 2011).

É preciso salientar que o ensino remoto de emergência não é o mesmo que experiências letivas planeadas especificamente para o *online* como, por exemplo, o ensino à distância. O atual ensino remoto consiste numa mudança temporária para um modelo alternativo devido a circunstâncias de crise. Neste âmbito, as aulas envolvem a utilização de soluções tecnológicas totalmente remotas que, de outra forma, seriam ministradas presencialmente ou em cursos híbridos que por vezes incluem algumas aulas presenciais. É expectável que se retome o formato presencial assim que a emergência diminua (IIEP.Unesco, 2011).

O modelo de ensino superior à distância, aprovado desde 2008 em Portugal e que tem como referência nacional a Universidade Aberta³ está regulamentado e segue regras pedagógicas claras e aprovadas pela DGE (Direção Geral da Educação)⁴. Vários são os exemplos de crescimento, ao longo de várias décadas, deste modelo de ensino e em diferentes ciclos de ensino. Um relatório divulgado pelo NCES (National Center for Education Statistics) do U.S. Department of Education (Parsad & Lewis, 2008) mostrou que, durante o ano letivo de 2006/07, 61% das instituições norte-americanas “degree-granting postsecondary” (p. 6) relataram oferta de cursos *online*, 35% híbridos e 26% com interligação entre instituições. A nível nacional, o Pordata⁵ registou em 1978 as primeiras percentagens sobre o ensino à

2 Acedido a 7 de Setembro de 2020 em <https://www.publico.pt/2020/03/30/impar/opiniaio/ensino-remoto-emergencia-preparar-escolas-1910102>;

3 Acedido a 3 de Outubro de 2020 em <https://portal.uab.pt/auab/>;

4 Acedido a 7 de Setembro de 2020 em <https://www.dge.mec.pt/noticias/regulamentacao-da-modalidade-de-ensino-distancia>;

5 Acedido a 7 de Setembro de 2020 em <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+bruta+de+escolariza%C3%A7%C3%A3o+por+n%C3%ADvel+de+ensino-434-7644>.

distância apresentando 11,8% de adesão. 20 anos depois, esta mesma taxa subiu para 49,7%.

Considerando a diferença que existe entre os dois modelos de ensino referidos anteriormente, o objetivo do presente capítulo é descrever como é que a prática de projeto baseada no modelo de Design Thinking Double Diamond do Design Council (Council, D., 2019) foi adaptada ao ensino remoto em contexto de COVID-19 por 2 unidades curriculares (UC) teórico-práticas: a) Grafismo, Movimento e Interfaces, do 2º ano da Licenciatura em Design Gráfico e Multimédia — Opção Design Gráfico — da Escola Superior de Artes e Design do Politécnico de Leiria e de, b) Usabilidade e Experiência de Utilização, do 1º ano do Mestrado em Informática Aplicada da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro.

A escolha da metodologia de Design Thinking deveu-se ao facto de esta abordagem ser usada ativamente para enfrentar desafios do mundo real numa enorme variedade de ambientes, dentro e fora da academia (Council, D. 2019). Permite, por exemplo, repensar a resolução de problemas, aumentar a notoriedade de uma marca e atingir melhoria em níveis de implementação de um produto (Brown, 2019). Segundo Baker III & Moukhliiss (2020), esta prática é frequentemente realizada em empresas de design tais como: IDEO ; NESTA ; Policy Labs como o Chicago's Public Policy Lab; Laboratório de Políticas da Comissão UE ; PlusAcumen; Escritório de Gestão de Pessoal dos USA, entre outras. E por ser uma metodologia tão abrangente e dinâmica, foi a selecionada para ser aplicada na prática de projeto destas duas disciplinas tão distintas quanto o perfil dos discentes.

Este capítulo está dividido em 4 partes. Primeiro, surge a introdução à temática abordada. Segundo, é apresentada uma revisão da literatura narrativa (Cresweel, 2009) sobre a prática projetual baseada na metodologia de Design Thinking, bem como diferentes abordagens ao tópico da experiência como meio de conhecimento para a resolução de problemas. Na secção seguinte, é exposto como é que esta metodologia, nomeadamente a *framework* Double Diamond (Council, D., 2019), é aplicada às duas UCs envolvidas com integração de casos de estudo. Discute-se ainda a relevância e as dificuldades da aplicação da metodologia. Por fim, a conclusão é apresentada.

A prática projetual baseada em Design Thinking

A prática projetual é um contexto que abrange tanto os meios académicos como a indústria. Inúmeras áreas científicas nomeadamente o Design e a Engenharia seguem esta filosofia que apresenta contornos globalmente muito semelhantes ao nível do processo propriamente dito quando, por exemplo, é aplicada a metodologia de Design Thinking. Como esta é transversal, o processo em si rege-se pelas mesmas *guidelines*. Por outro lado, e na perspetiva do ensino, podemos afirmar que grande parte centra a sua aprendizagem, maioritariamente, na resolução de problemas. No caso do Design, por exemplo, a prática projetual, igualmente conhecida como Processo do Design (Lidwell et al., 2010), suporta o caminho até chegar-se

ao propósito final, a resolução do problema. É guiada por métodos rigorosos, tais como a definição de *Personas* (Kumar, 2013).

Na década de 80, Kolb contestou o modelo de teorias existentes relacionadas com a aprendizagem construindo o que ele designou por “aprendizagem experiencial teórica”, referindo a aprendizagem como “o processo pelo qual o conhecimento é criado por meio da transformação da experiência” (Kolb, 1984, p. 21) e definindo assim o processo de aprendizagem a partir da aplicação de três etapas de experimentação: (1) Reflexão; (2) Pensamento; (3) Ação iterativa. Outros autores (Bucciarelli, 1988; Owen, 1998; Rittel, 1982) argumentam que a experiência, mesmo sendo abordada com base na teoria, necessita de um enquadramento, através de um exercício teórico-prático, e com um ponto de partida onde ocorra uma aprendizagem adequada e com processo de reflexão. Por sua vez, Dewey (1997) propõe, que a aprendizagem se baseia numa “reconstrução da experiência” (p. 6) integrada num processo iterativo, ou seja, o processo de aprendizagem ocorre de forma contínua ajustando as antigas experiências às novas durante a prática projetual.

Beckman & Barry (2007) afirmam que existe um longo debate sobre qual será o papel do fator experiência no processo da aprendizagem como alicerce para a inovação: “*good teams behave like bicycle racing teams, where individuals are assigned positions in the race because of their strengths, not because of seniority or some other such measure*” (p. 53). De referir ainda que Brandt et al. (2013) defendem que na génese da prática projetual está o saber gerir a complexidade de problemas abertos, e ou mal estruturados, ou seja, saber lidar com parâmetros incertos, construindo o caminho que irá permitir a resolução desses problemas.

Outro fator a ter em conta no pensamento para a resolução de problemas é a necessidade de envolver um utilizador no meio da situação (Foster, 2019), o que por vezes atrasa a procura pela solução pois, inicialmente, é necessário perceber quem é o utilizador, quais são as suas dinâmicas de interação com o produto, entre outras questões. É este o cenário mais complexo, que leva muitas empresas a adotarem métodos de prototipagem iterativa e com *feedback* mais ágil como, por exemplo, o que Design Thinking adota, ou seja, uma tendência para a ação que oferece uma abordagem complementar aos métodos de resolução de problemas racionais/analíticos habitualmente enfatizados (Brown, 2008; Dunne & Martin, 2006).

O Design Thinking e a abordagem Double Diamond

Os fundamentos teóricos do Design Thinking derivam de diferentes disciplinas tais como: Engenharia, Ciências Sociais, Design, entre outras, onde se tentam, por vezes, desenvolver metodologias alternativas e mais ágeis para resolver problemas, em particular os mais complexos ou os mal definidos (Buchanan, 1992; Dam & Siang, 2020; Huppertz, 2015; Raz-zouk & Shute, 2012; Skogstad & Leifer, 2011; Von Thienen et al., 2018).

A literatura (Beverland et al., 2015; IDEO, 2013, 2015) refere que o Design Thinking pode ser utilizado para abordar uma ampla gama de questões que vão desde: como reduzir o absentismo em ambiente escolar até como aumentar o valor de uma marca e como atingir metas organizacionais (Brown, 2019). Outros autores (Garbuio et al., 2018; Kurtmollaiev et al., 2018) sugerem que o uso desta metodologia na resolução de problemas de gestão, vá para lá da implementação de melhorias.

Do ponto de vista pedagógico, os vários tipos de atividades que podem ser envolvidos na metodologia de Design Thinking tais como, criar um plano de projeto, são vistos a nível macro para incluir uma orquestração e uma sequência de problemas que a nível micro, o docente trabalha mais por meio de competências teóricas com recursos a referências práticas (Brandt et al., 2013). Neste sentido, o Design Thinking, considerado por alguns autores (Beckman & Barry, 2007; Brown, 2008; Kumar, 2013; Lockwood, 2010) como a “segunda geração” de teorias e métodos do Design, é comumente visto como o empacotamento de outras práticas do Design, mas, mais simplificadas, e com uma estrutura pronta para enfrentar novos desafios em inúmeras áreas científicas.

Esta abordagem, mais ágil, à prática projetual presta uma consciência cada vez maior que novos desafios podem fazer parte do processo de aquisição de conhecimento. Prova disso, foi o cenário que ocorreu durante a pandemia. Neste sentido, a educação e o ensino, em particular, viram um crescente interesse em integrar conceitos do Design Thinking como modelos e práticas dentro da área (Baker III & Moukhliiss, 2020).

É igualmente relevante identificar que o ensino do Design Thinking pode enquadrar-se no modelo *online* e com resultados interessantes. Exemplo disso é a Open University em Inglaterra, que lançou-se em 1969 no ensino à distância. Nesta instituição, Peter Loyd (2013) conduziu um estudo com o curso “Design Thinking: Creativity for 21st century”. Nele, participaram 355 estudantes, 18 dos quais, sedeados fora do país. O autor incluiu o processo de Design Thinking defendendo que existem duas formas de abordar a metodologia. A primeira, auto-centrada, enfatiza como é que o designer pode resolver problemas projetuais. A segunda, defende que o Design deve capacitar um grupo mais abrangente de perfis, mesmo não sendo designers. O estudo revelou altos níveis de satisfação dos estudantes, um crescimento da sua autonomia de trabalho bem como a capacidade de integrar atividades tradicionalmente “laboratoriais” no *online*. O impacto causado foi promissor não só para a área do Design mas, também, para outras áreas científicas. Neste caso em particular, o tempo para planear e testar a implementação do modelo de ensino foi diferente daquele com o qual nos debatemos durante a pandemia. Houve espaço para refletir sobre os aspetos menos positivos e tempo para corrigi-los adequadamente.

O facto de o Design Thinking ser reconhecido e adotado como um método versátil de resolução de problemas, pois combina um trabalho focado no utilizador final integrando uma colaboração multidisciplinar e uma experimentação iterativa para alcançar os objetivos

desejáveis, levou o grupo de docentes envolvidos nas 2 UCs a adotarem esta metodologia na prática projetual.

A *framework* de Design Thinking adotada pelas 2UCs, o Double Diamond Design Council (fig. 1), transmite uma prática projetual para designers e não designers pois os dois diamantes que fazem parte da *framework* representam, numa primeira fase, o processo de explorar uma pergunta e ou um problema de forma mais ampla ou profunda — pensamento divergente — e numa segunda fase, uma ação focada — pensamento convergente:

- **Descoberta** — o primeiro diamante ajuda as pessoas a compreender, em vez de apenas presumir, qual é o problema. Envolve conversar e passar tempo com as pessoas afetadas pelos problemas;
- **Definição** — o *insight* obtido na fase da descoberta deve ajudar a definir um desafio de uma maneira diferente, sem ideias pré-concebidas;
- **Desenvolvimento** — o início do segundo diamante incentiva as pessoas a darem respostas diferentes para o problema claramente definido, buscando inspiração noutra lugar e projetando em conjunto com uma gama de pessoas diferentes;
- **Entrega** — envolve testar diferentes soluções em pequena escala, rejeitando aquelas que não funcionam e melhorando aquelas que funcionarão.

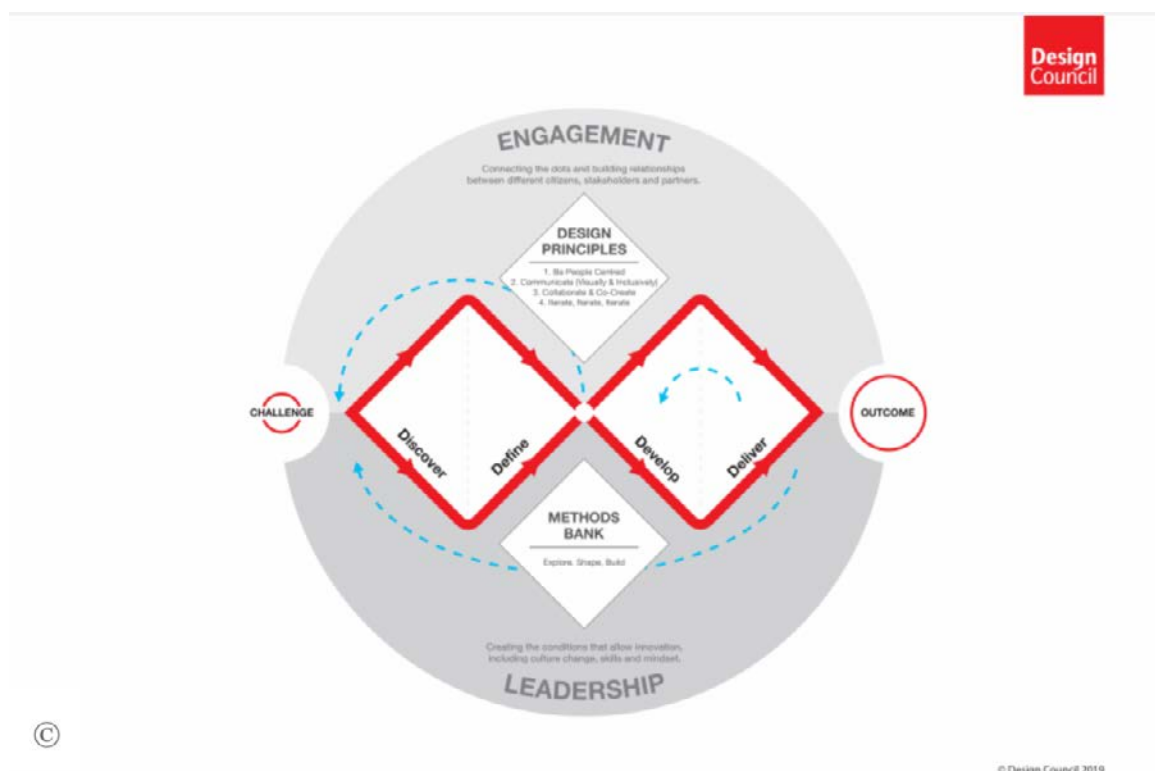


Figura 1
Double Diamond Design Council
(Council, D., 2019)

No contexto das 2UCs a abordagem projetual baseada na *framework* Double Diamond Design Council (Council, D., 2019) seguiu ainda as seguintes orientações pedagógicas (Brown, 2019; Martin, 2009; Nielsen, 1993):

- Os estudantes devem pensar, através do processo criativo, em soluções digitais centradas em utilizadores finais;
- Os estudantes devem saber comunicar os benefícios do produto de forma mais consistente e clara;
- Os docentes devem incentivar a colaboração ativa entre os estudantes e à co-criação entre os membros dos grupos com os docentes;
- Os docentes devem estimular a iteração do processo de criação.

Como se pode observar o processo não é linear e pode ser adaptado, o que motivou a escolha desta metodologia no desenvolvimento do projeto. A próxima parte do capítulo apresenta a aplicação da metodologia referida no desenvolvimento projetual nas 2Ucs, distintas ao nível do ciclo de estudo bem como no perfil de estudantes e, em contexto pandémico.

A prática projetual em contexto COVID-19

No caso da investigação relatada neste capítulo, as UCs envolvidas eram oriundas de áreas científicas diferentes, o Design e a Informática, e os estudantes encontravam-se em níveis de ensino distintos, 1º e 2º ciclo. Logo, estávamos perante perfis de estudantes diversificados, sendo que o *output* do projeto tinha o mesmo enquadramento, a entrega de um produto digital. As duas UCs abordaram a metodologia Double Diamond de forma distinta tendo em conta a estrutura curricular, os objetivos da aprendizagem e o perfil do estudante.

A) Grafismo, Movimento e Interfaces, do 2º ano da Licenciatura em Design Gráfico e Multimédia da Escola Superior de Artes e Design do Politécnico de Leiria

Após ter sido decretado o início do confinamento obrigatório e o ensino presencial ter passado para o modelo remoto — figura 2 — tinham apenas decorrido 3 semanas de aulas presenciais do 2º semestre e, por isso, estudantes e docentes ainda não se conheciam bem. O primeiro projeto, que por norma permite ao docente ter uma perceção das competências adquiridas pelos estudantes até à data, tinha sido lançado presencialmente e estava a decorrer o seu processo de desenvolvimento.



Figura 2
Screenshot do post de Facebook⁶

No espaço de 2 dias, ou seja, num fim-de-semana, todo o planeamento semestral previsto para aulas presenciais foi adaptado para o modelo de ensino remoto numa tentativa de não comprometer os objetivos de aprendizagem previstos na FUC — Ficha de Unidade Curricular. Este processo incluiu alterações dos *briefings* e impôs a necessidade de encontrar soluções para implementar, remotamente, modelos de práticas pedagógicas específicas como, por exemplo, as visitas de estudo, amplamente reconhecidas como soluções complementares que permitem alargar o conhecimento e adquirir outras competências.

Foi um esforço de todos. Da instituição que disponibilizou rapidamente orientações e ferramentas para que as aulas fossem conduzidas da melhor forma possível, bem como, e num curto espaço de tempo, formação, para capacitar aqueles que estavam mais fragilizados a nível de competências digitais; aos alunos que adaptaram as condições existentes nas suas habitações para conseguirem acompanhar remotamente as aulas, e aos docentes que desdobraram-se em inúmeras tarefas como por exemplo, definição de outras estratégias pedagógicas para proporcionar aos estudantes as melhores experiências letivas no modelo remoto e a participação em sessões de formações para compreender como operar com todo o ambiente tecnológico a que estavam sujeitos, entre outras.

De referir que no curso de Design Gráfico e Multimédia do Politécnico de Leiria várias foram as iniciativas pedagógicas que ocorreram remotamente ao longo do 2º semestre com o

⁶ Página de Facebook do curso de Design Gráfico e Multimédia. Acedido a 28 de Setembro 2020 em <https://www.facebook.com/DesignGraficoMultimediaESAD.cr/>.

objetivo de manter os alunos estimulados para com o seu trabalho e focados no cumprimento das tarefas escolares sem o prejuízo do contacto com o meio profissional. Exemplo disso foi a iniciativa “Round Trip — Uma viagem ao atelier de vários amigos de DGM”. Os alunos, de 3º ano, através de aulas abertas, via Zoom, tiveram a oportunidade de contactar com estúdios e Designers tais como: Hey Studio — Barcelona; Atelier d'Alves — Porto; Dedo Ciego — Barcelona; Hubert Jocham — Memmingen; Plastac — Paris. Em algumas UCs decorreram também aulas abertas via Zoom com convidados: Design Editorial com o João Caetano; Grafismo, Movimento e Interfaces com a Designer Marta Veludo, antiga aluna da ESAD.PL e o André Sousa Moreira, Diretor de Arte da Funny How; Projeto de Design Multimédia II com o Rui Romano da GLIMPSE; Projeto Design Gráfico IV com o Pedro Ferreira, Diretor Criativo Executivo da VMLY&R. Outro exemplo relevante que decorreu remotamente foi a 2ª edição do MW 2.0⁷ que teve como principal objetivo debater o bem-estar individual, coletivo e global, explorando uma regulação saudável entre o homem e a máquina. Este *webinar*, que contou com um conjunto de convidados, questionou ainda como poderíamos promover a transformação digital.

Relativamente à UC de Grafismo, Movimento e Interfaces⁸, cuja prática projetual aplicada ao 2º *briefing* é o alvo da reflexão crítica no presente capítulo, tem 6 ECTS com 60h de contacto, e é composta por 2 módulos lecionados no mesmo dia e atribuídos a 2 docentes distintos, cada um com 2 horas por semana. Num dos módulos, os estudantes dão os primeiros passos na animação como forma de comunicação, através da imagem em movimento e adquirem competências técnicas de animação digital com o Adobe® After Effects. No outro módulo, mais teórico, os estudantes aprendem os conceitos de interfaces gráficas dos utilizadores bem como quais são as estratégias de desenvolvimento e de produção das interfaces. Os objetivos de aprendizagem incluem as seguintes diretrizes: Conhecer os princípios conceptuais e funcionais da animação analógica e digital; adquirir competências técnicas para a animação digital; assimilar formas de interpretação das interfaces; capacidade de estabelecer uma relação entre a produção animada e o utilizador.

A amostra deste estudo corresponde a uma turma de 2º ano — ano letivo 2019/2020 — constituída por 102 estudantes no total, dividida em 3 turnos, 2 diurnos e 1 pós-laboral. O *workflow* de trabalho remoto para com esta amostra incluiu um conjunto de recursos digitais como as ferramentas Microsoft Teams e Microsoft OneDrive, entre outras. A decisão relativamente à adoção deste *workflow* partiu de testes preliminares que os docentes desta unidade curricular realizaram relativamente às ferramentas que a instituição disponibilizava. Todas as aulas remotas decorreram, durante o 2º semestre, de forma assíncrona nos dias/horas calendarizados em horário escolar. A nível de dinâmicas pedagógicas, e durante a fase

7 <https://www.ipleiria.pt/esadcr/en/2020/05/24/mw2-o-webinar/>

8 <https://www.ipleiria.pt/cursos/course/licenciatura-em-design-grafico-e-multimedia/>

de desenvolvimento do projeto, as aulas teórico-práticas seguiram uma estratégia de alternância entre aulas expositivas e aulas onde cada grupo de trabalho discutiu as ideias com o docente num *chat* privado. Logisticamente, houve a necessidade de criar uma lista de grupos adicionando os respetivos estudantes através do endereço de e-mail da instituição associado à conta da Microsoft.

Como referido anteriormente, o 2º e último *briefing* lançado nesta UC, corresponde ao projeto referenciado no capítulo cujo desenvolvimento ocorreu, na totalidade, remotamente. Assim as dinâmicas de ensino-aprendizagem configuraram-se da seguinte forma:

- Gestão e comunicação da disciplina através da plataforma de *e-learning* do IP Leiria — Moodle. Esta ferramenta *online* funcionou como agregador dos conteúdos programáticos da UC, onde foram disponibilizados os materiais: ficha de unidade curricular, apresentações e *briefings*;
- Aulas síncronas, através do Microsoft Teams, com carácter teórico-expositivo e teórico-prático, gravadas e disponibilizadas aos estudantes, permitindo posterior consulta.

Desta forma, considerou-se como componentes de avaliação a participação nas aulas, o trabalho em grupo, e o desenvolvimento e discussão do projeto de grupo que teve o maior peso para a média final.

O Processo de Design é tido como uma atividade iterativa (Lidwell et al., 2003; Nelson & Stolerman, 2012; Sagun & Demirkan, 2009). No contexto académico, considerando que os estudantes ainda estão a adquirir competências, a distribuição do volume de horas presenciais dedicadas ao processo deve ser substancial. Tendo em conta o contexto do ensino remoto, foi desafiante introduzir a metodologia de Design Thinking como parte integrante do Processo de Design. Houve necessidade de adaptar algumas fases bem como, ajustar os métodos dentro de cada uma dessas fases e ainda alterar determinadas nomenclaturas. A UC teve como foco uma forte componente projetual orientada para um processo faseado, onde os estudantes após as sessões dos 2 módulos desenvolviam autonomamente, a fase de projeto correspondente. Em ambos os módulos, todo o processo de desenvolvimento foi sempre conduzido com *feedback* dado em sessões síncronas e ou através de respostas aos e-mails que iam chegando aos docentes.

Passando ao projeto propriamente dito, na primeira sessão expôs-se o contexto do 2º *briefing*, relacionado com o desenvolvimento de um produto digital em torno do tema “*Human to Nature vs Human to Digital Interface*”⁹. O projeto em si contou com os seguintes elementos avaliativos: duas fases de apresentação em sessões síncronas; cumprimento das datas de entrega das fases definidas no *briefing*, e para entrega final, um *roadbook*, um *animatic* e uma animação com a marca criada para comunicar o produto digital que refletisse qual seria a experiência de interação perante os utilizadores desse mesmo produto. Na sessão de arranque, foram ainda definidos os grupos de trabalho, compostos por 3 a 4 estudantes. No entanto, é de referir que casos de trabalho individual foram excecionalmente aceites pelos docentes. No total, foram acompanhados 27 projetos.

As duas aulas seguintes enquadram-se na primeira fase do Double Diamond (Council, D., 2019), ou seja, a **Descoberta**, onde cada grupo de estudantes adquiriu conhecimentos sobre o contexto do tema a ser desenvolvido no projeto através de: teoria lecionada nas sessões síncronas com tempo dedicado à discussão de casos de estudo (Brown, 2019); pesquisa autónoma de referências bibliográficas; seleção e apresentação de um caso de estudo que fundamente o conceito (Lidwell et al., 2003). A articulação teórico-prática incidiu sobre os seguintes conteúdos programáticos: módulo 1 — Introdução à Imagem em Movimento; Fundamentos da Imagem; módulo 2 — Diferença entre os Fatores Humanos e a Interface do Utilizador, entre a Interação Humano Computador e a Experiência do Utilizador; Como é que se criam experiências interativas e que tipos de problemas podem estas resolver.

A quarta aula foi caracterizada por: módulo 1 — introdução ao Adobe® After Effects; módulo 2 — acompanhamento do projeto e apoio aos grupos através de um *chat* privado para o efeito onde foi aplicada a metodologia de Design Thinking utilizando sessões de *brainstorming* (Lidwell et al., 2003) com palavras-chave para discutir o conceito por detrás do desenvolvimento da experiência interativa e da ideia para o produto digital, tendo em conta o problema previamente identificado, bem como o *target* a que o produto digital se destinava. O objetivo foi passar de um pensamento divergente para um convergente (Council, D., 2019). Os estudantes partilharam as informações obtidas através das suas pesquisas na fase de **Descoberta** com o propósito da **Definição** do conceito da experiência interativa e perceber como comunicá-la para o exterior — tabela 1.

9 01// CONTEXTO — “Experiências com Interfaces o vs experiências com Interfaces Digitais. No contexto pandémico que atualmente nos encontramos, ano 2020, estamos a passar por uma transformação digital sem precedentes. Por outro lado, a utilização das tecnologias de forma massiva poderá, num futuro próximo, fazer com que nós, os humanos, tenhamos a necessidade de encontrar caminhos para desconectar das interfaces digitais, reaproximando-nos desta forma de experiências distantes, o mais possível, das tecnologias.” Excerto do 2º *Briefing*.

Tabela 1Projeto “Truz-Truz”¹⁰ — Fases da Descoberta e da Definição

Descoberta (identificação do problema)	Definição (como resolver o problema?)
“Um problema do Pão por Deus é que nem todas as crianças têm a possibilidade de participar nesta tradição, ou porque estão num hospital, ou numa casa de solidariedade social. Assim, este projeto tem o objetivo de integrar estas crianças nesta tradição usando uma interface digital, para entregar um Pão por Deus real. “	“Uma semana antes do dia 1 de Novembro, todos os supermercados, na zona dos doces, vão ter uma montra para o Truz-Truz onde estarão à venda cartões (<i>vouchers</i>) de diferentes preços. Depois da compra, basta o ir ao <i>website</i> da marca e inserir o código do cartão (código único). O utilizador escolhe se pretende oferecer o Pão por Deus às crianças (recomendado) ou fazer uma doação em dinheiro às instituições (para a realização de diversas atividades para as crianças). Como algumas crianças não podem consumir certos alimentos, as instituições ficam encarregues da escolha alimentar para cada caso.”

Com a quinta aula, no módulo 1, avançou-se com a aquisição das competências técnicas, enquanto que o módulo 2 regressava às sessões teórico-expositivas com conteúdos programáticos tais como: o contributo da Arte Digital no paradigma do Design de Interação: Arte Cinética e as “*Human Zero Interfaces*”; A interface e a Experiência do Utilizador e as “*Human Machines Interfaces*”. No final desta sessão, sentiu-se claramente que os estudantes estavam mais aptos a encontrarem caminhos que lhes permitissem conceber experiências interativas para resolução dos problemas identificados. Com isto, vimos configurada a fase de **Definição** — tabela 1.

**Figura 3**

Projeto “Truz-Truz”

— Fases de Desenvolvimento

— *Draft* do logotipo

¹⁰ Projeto desenvolvido pelo estudante António Santos.

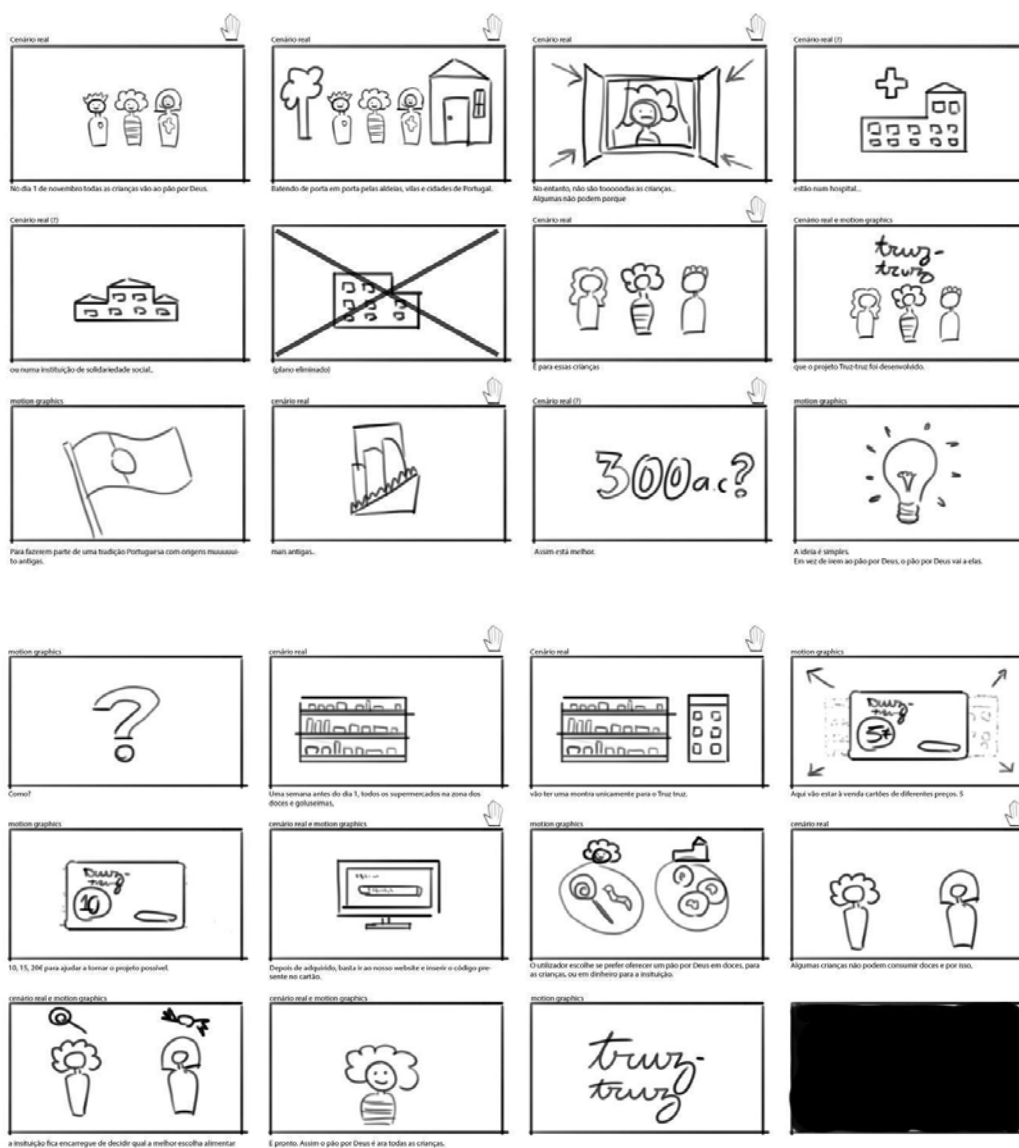


Figura 4
 Projeto “Truz-Truz”
 — Fases de Desenvolvimento
 — *Draft* do storyboard

Na aula seguinte, a sexta, os estudantes apresentaram à turma e aos docentes, através de uma sessão síncrona, e em blocos de 5 minutos, os *drafts* do *storyboard* da animação, correspondente ao módulo 1, e o logotipo no que diz respeito ao módulo 2. Incluiu-se ainda uma fase de *feedback* por parte dos 2 docentes. O contributo dos colegas neste tipo de contexto foi estimulado — fase de **Desenvolvimento** (figuras 3 e 4).

Na sétima sessão, teve lugar uma das aulas abertas referida anteriormente, onde convidados da área do Design contribuíram com a sua experiência profissional mostrando os projetos com os quais trabalharam, bem como as várias fases do Processo do Design, explicando detalhadamente quais foram as dificuldades enfrentadas e como é que as contornaram. Embora estes convidados trouxessem exemplos não direcionados para a criação de um produto digital, os estudantes saíram desta sessão mais enriquecidos pois contactaram com Designers portugueses com experiência internacional. Neste sentido, o modelo Double Diamond Design Council (Council, D., 2019) é claro na fase de Desenvolvimento: é crucial ir buscar inspiração noutra lugar projetando em conjunto com uma gama de pessoas.

Na oitava sessão, e no módulo 1, continuava-se com a aquisição das competências técnicas integrando alguns exercícios práticos, enquanto que o módulo 2 regressou-se a uma sessão teórico-expositiva com seguintes conteúdos: Design Centrado no Utilizador — o Processo do Design para o Design de Interação e sua adaptação no contexto do Design Gráfico e de Comunicação.

Na nona sessão, e antes de concretizar a entrega, quer no módulo 1 bem como, no módulo 2, decorreram sessões de esclarecimento: No primeiro módulo, discutiram-se os aspetos técnicos e visuais relativamente às peças de comunicação solicitadas. No segundo fez-se uma nova análise do grafismo da marca criada para comunicar a experiência do produto digital; se os conteúdos apresentados no *Mood Board* faziam ou não sentido; se os esboços da prototipagem comunicavam adequadamente o produto digital e a experiência interativa que este envolvia. Nesta fase, foi ainda necessário reforçar o apoio ao esclarecimento de dúvidas. Foi decidido pelos docentes agendar sessões extras motivando também os estudantes a alcançar mais qualidade gráfica e técnica nas suas propostas.

Na décima e última sessão, caracterizado pelo Double Diamond como a fase de **Entrega**, esta decorreu dentro dos parâmetros estipulados para os dois módulos. Uma sessão única em que os estudantes apresentaram: a) *Roadbook* com componente de pesquisa e com referências bibliográficas; Sinopse do conceito que definia o tipo de experiência e as dinâmicas de interação — 5 linhas com 5 palavras-chave; Apresentação de 1 caso de estudo que fundamentasse o conceito; Marca que comunicasse ambas as experiências; Identificação dos possíveis utilizadores; *Concept Board* ou um *Mood Board*; Esboços e prototipagem das experiências “Human to Nature” e “Human to Digital interface” (figuras 5 e 6); b) *Storyboard* — (figura 4); c) *Animatic*; d) Animação final — (figura 7).

Cada grupo contou com 15 minutos para a execução desta tarefa incluindo *feedback* dos docentes e dos colegas. Para evitar constrangimentos relativamente ao horário de cada apresentação, foi organizada uma lista de chamada com o título do projeto, o número do grupo correspondente e os respetivos nomes dos estudantes e uma previsão da hora de apresentação. No entanto, e dado ao volume de projetos, gerir o processo remotamente foi complexo devido também a constrangimentos técnicos como, por exemplo, a velocidade da internet.



Figura 5
Projeto “Truz-Truz”
— Fase da Entrega — Moodboard

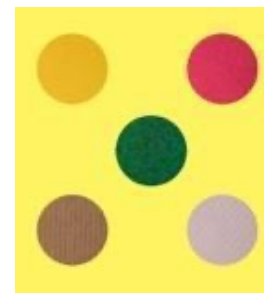
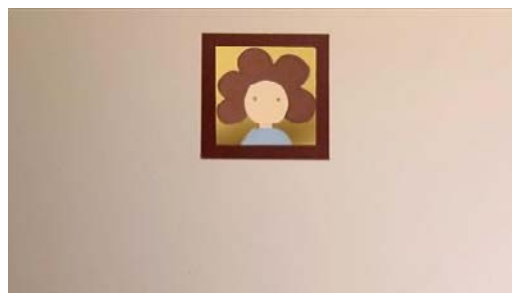


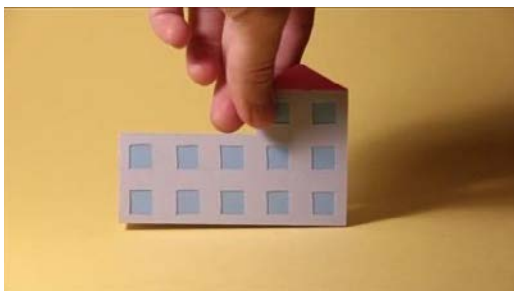
Figura 6
Projeto “Truz-Truz”
— Fase da Entrega — Paleta de Cores



“No dia 1 de Novembro todas as crianças vão ao Pão por Deus. Batendo de porta em porta pelas aldeias vilas e cidades de Portugal.”



“No entanto. Não são todas as crianças.”



“Algumas não podem ou porque estão num hospital ou numa casa de solidariedade social.”



“Para fazerem parte de uma tradição portuguesa com origens muito antigas.”



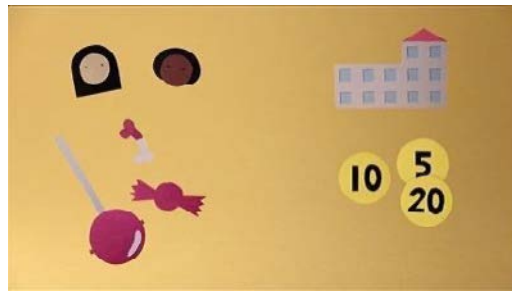
“A ideia é simples em vez de irem ao Pão por Deus o pão por Deus vai a elas.”



“Na zona dos doces e guloseimas vão ter uma montra unicamente para o triunfo da Cruz onde vão estar à venda cartões de diferentes preços 5 10 15 e 20 euros para ajudar a tornar o projeto possível.”



“Depois basta ir ao nosso website e inserir o código presente no cartão.”



“Por fim o utilizador escolhe se prefere que o dinheiro reverta para um pão por Deus em doces para as crianças ou em dinheiro para as instituições.”

Figura 7

Projeto “Truz-Truz” — Fase da Entrega — Screenshots com scripts da animação final¹¹

11 “Truz-Truz” Making Of — https://www.youtube.com/watch?v=kkdtYDAKn_g&feature=youtu.be “Truz-Truz” Animação Final — <https://www.youtube.com/watch?v=OeSQeIJD8zw&feature=youtu.be>

A aplicação adaptada das 4 fases do Double Diamond Design Council (Council, D., 2019) ao Processo do Design (Lidwell et al., 2003) tornou o trabalho iterativo com os 102 estudantes mais dinâmico e flexível, dando espaço de experimentação, discussão e reflexão aos 27 grupos para descobrirem e ou identificarem um problema contextualizado no tema do 2º *briefing*. Permitiu ainda, através de sessões síncronas de *brainstorming* complementadas com uma aula aberta, obter *insights* para a definição do conceito e o próprio desenvolvimento do produto digital e respetiva experiência interativa focada no utilizador final. Os estudantes que compunham a amostra frequentavam a opção de Design Gráfico do curso, logo os objetivos do projeto centravam-se maioritariamente na forma como é que estes comunicavam, visualmente e verbalmente, as suas ideias. O trabalho autónomo desenvolvido pelos estudantes como, por exemplo, a pesquisa de casos de estudo, serviu de complemento aumentando assim a capacidade de argumentação perante a apresentação da ideia para o produto digital.

Durante as sessões síncronas fomos confrontados com desafios tais como estudantes com a internet muito lenta que, por exemplo, lhes impedia de estarem com a câmara ligada, microfone do computador avariado, entre outras dificuldades. Com um apoio direcionado, os obstáculos foram sendo ultrapassados por todos.

b) Usabilidade e Experiência de Utilização, do 1º ano do Mestrado em Informática Aplicada da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro.

Inserida num mestrado que pretende proporcionar formação adequada à construção de conhecimento, aptidões e competências necessárias para o desenvolvimento de aplicações sobre plataformas IoT, Indústria 4.0 ou similares, com capacidade de tirar partido de grandes quantidades de dados, a UC de Usabilidade e Experiência de Utilização pretende contribuir para que os estudantes projetem e desenvolvam *software* adequado aos contextos de utilização e utilizadores específicos. Para isso, temas como a “Abordagem de desenvolvimento centrado no Utilizador”, “Heurísticas de Nielsen”, “Estilos de interação” e “Avaliação de usabilidade e experiência de utilização” são tidos em conta. A UC tem 6 ECTS e 30 horas teórico-práticas e contou com 13 estudantes no ano letivo de 2019/2020.

O início previsto para a UC de Usabilidade e Experiência de Utilização coincidiu com a declaração inicial de pandemia feita pela OMS (WHO, 2020). Como resultado, o arranque da UC foi adiado para esta ser ajustada ao modo remoto. Isto implicou repensar as práticas pedagógicas, os recursos, frequentar formações para desenvolver novas competências, adaptar conteúdos às ferramentas e práticas digitais e pensar em novas formas de avaliação. Apesar do apoio institucional nestas iniciativas, o contexto em que estas ações decorreram foi muito complexo e fez com que estas se revelassem muito exigentes para os envolvidos, estudantes e docentes.

Uma das alterações na UC de Usabilidade e Experiência de Utilização foi a diminuição da quantidade de horas de aulas síncronas. Passou de 4 para 2 horas que decorreram *online*, com uma componente assíncrona para completar a carga horária. Além disso, os docentes da UC e a coordenação do mestrado refletiram sobre as novas dinâmicas de ensino-aprendizagem. Estas passaram a configurar-se da seguinte forma:

- Gestão e comunicação da disciplina através da plataforma de *e-learning* da UA — Moodle. Esta ferramenta *online* funcionou como um índice de todo o conteúdo programático da UC, onde também foram disponibilizados todos os materiais, inclusive *slides*, vídeos e tarefas;
- Aulas síncronas, no caso através do Zoom — Colibri, com carácter teórico-expositivo. Assim, além das explicações, eram apresentadas, explicadas e até iniciadas as atividades de projeto que deveriam ser finalizadas pelos estudantes em casa;
- Aulas assíncronas registadas em vídeos e enviadas através de um *link* do YouTube, que continham conteúdos de natureza mais prática e orientados para o desenvolvimento do projeto. Esta componente deveria ser acedida entre as aulas síncronas, como conteúdo complementar;
- Componente avaliativa foi tida pela participação, o estudo de material de apoio, a realização de tarefas e o projeto em dupla. Este último teve um maior peso na nota final.

É válido referir que estes mestrados tinham um perfil tecnológico, inserindo-se na área da Informática, tendo sido, logo desde o início, desafiante motivá-los para assuntos não ligados estritamente à componente computacional e sim mais à humana. Uma das formas encontradas para incentivá-los foi justamente o desenvolvimento de um trabalho mais prático, o projeto supracitado, a ser desenvolvido durante todo o percurso letivo da disciplina. Desta forma, a UC teve marcadamente como foco uma forte componente projetual orientada pela abordagem ao Design Thinking do tipo Double Diamond.

Na primeira sessão, expôs-se o contexto comum a todos os trabalhos, relacionado com o desenvolvimento de um produto digital em torno do tema da cirurgia bariátrica. Este tema foi escolhido devido a uma das docentes estar envolvida num projeto de investigação sobre este contexto. O projeto em si contou com os seguintes elementos avaliativos: relatório, apresentação, cumprimento de prazos e o protótipo interativo.

As duas primeiras sessões estavam relacionadas com a primeira fase do Double Diamond, a **Descoberta**, onde cada aluno desenvolveu conhecimentos sobre o público-alvo e o contexto da concorrência sobre o tema do seu projeto. Na terceira e quarta sessão, que decorreram em formato síncrono, dinamizou-se uma sessão compacta de Design Thinking (detalhada no ponto abaixo). Esta sessão serviu de transição entre as fases da Descoberta

e a Definição. Serviu o propósito da Descoberta quando os estudantes partilharam as informações que haviam obtido através das suas pesquisas individuais, e o propósito da definição quando debateram e conceberam ideias que poderiam ser melhor desenvolvidas posteriormente. Com a quinta sessão, os alunos reuniram-se em duplas e estabeleceram especificações funcionais e fluxos de navegação, atividades que configuraram a fase da **Definição**. Na sexta sessão, os alunos elaboraram *Sketches* (figura 8) durante a sessão síncrona e, como tarefa assíncrona, *Wireframes* (figura 9) que correspondiam à fase de **Desenvolvimento**. Na sétima sessão, foram feitos pequenos *User Testings* com os *Sketches* e *Wireframes* já desenvolvidos e posteriormente, como última componente de projeto, a criação de *Mockups* (figura 10), atingindo a última fase do Double Diamond, que é a **Entrega**.

Tabela 2
Projeto “Mercado Saudável”¹²

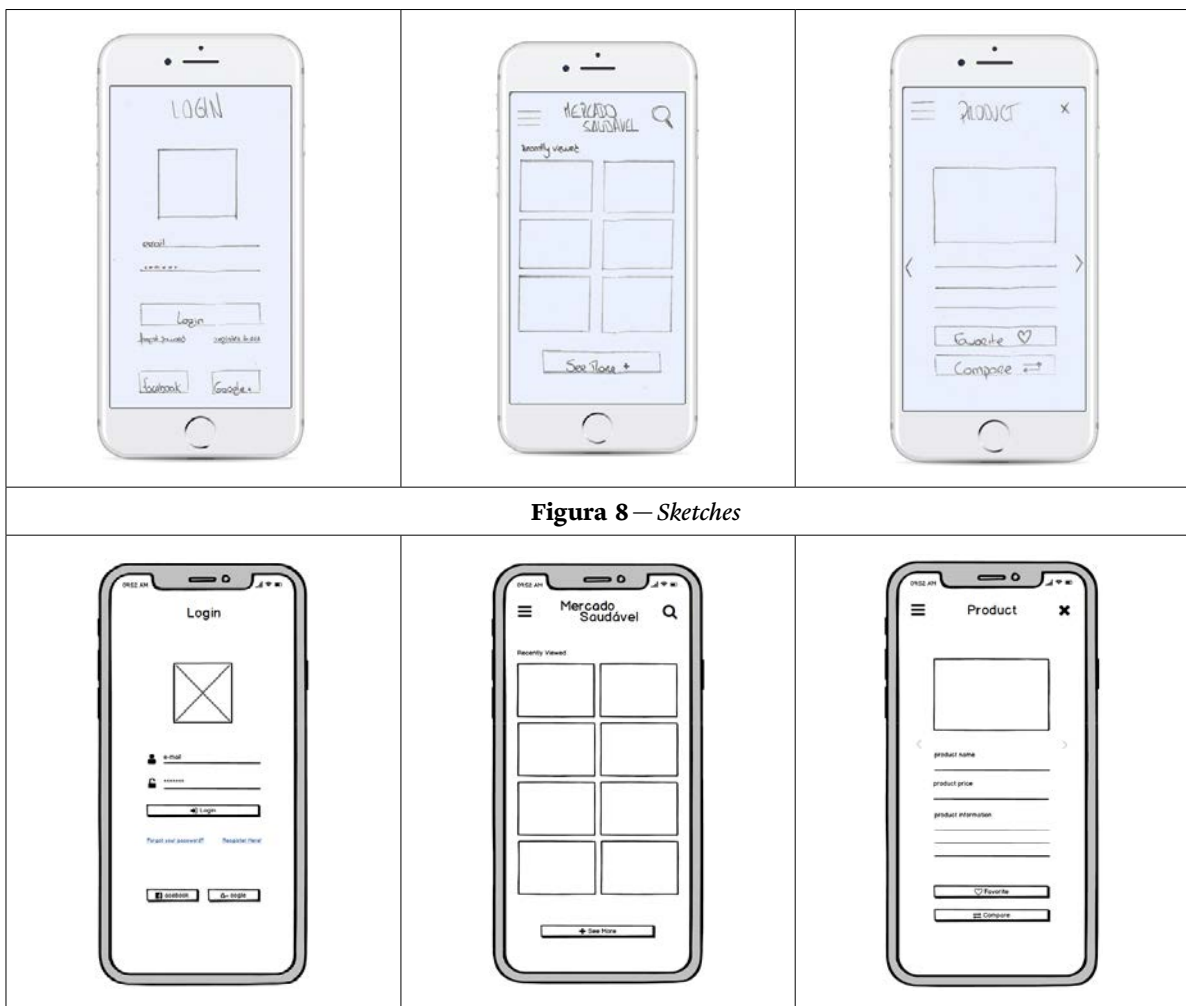
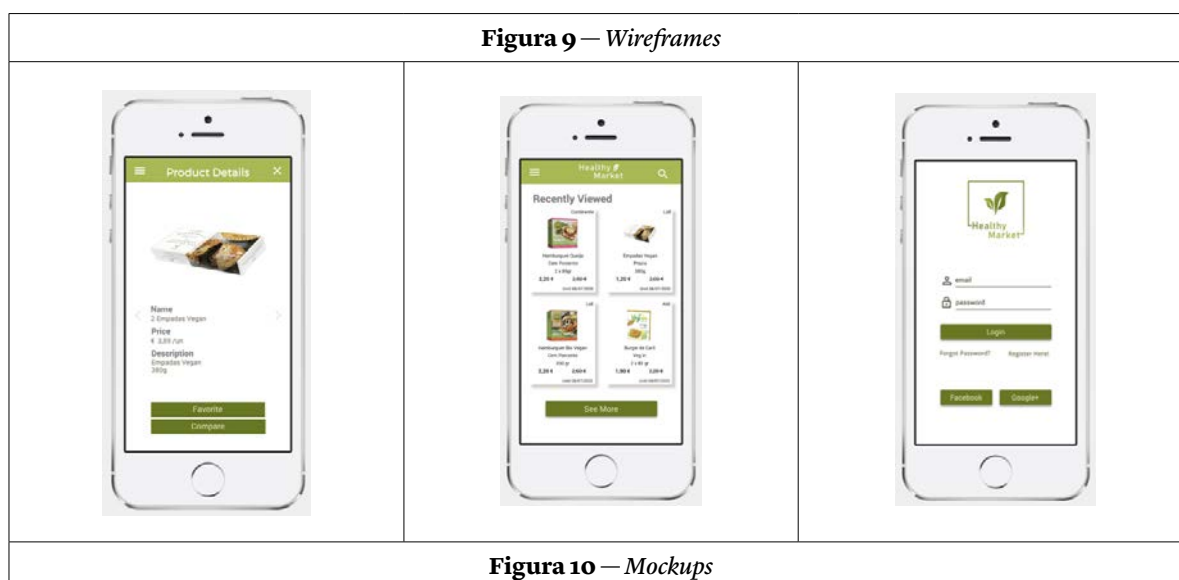


Figura 8 — Sketches

12 Projeto desenvolvido pelos estudantes Carlos Eduardo Girão, Cláudio Cardoso Cruz e Ricardo Vicente.



Sessão compacta de Design Thinking com integração de caso de estudo

Conforme já referido, houve uma sessão de Design Thinking, que decorreu na 3ª e 4ª aula. Esta sessão serviu 3 objetivos: 1) Partilhar informações sobre o público-alvo e a concorrência; 2) Ser o ponto de partida para o debate e a conceção de novas ideias; 3) Colaborar na formação de duplas que prosseguiriam juntas no desenvolvimento do projeto da UC. Estas sessões foram conduzidas por uma das docentes experiente neste tipo de método. No entanto, foi desafiante, na medida que exigiu ajustes ao formato remoto. Desta forma, houve uma grande reflexão de como adaptar este desígnio à nova realidade. Pela simplicidade do modelo Double Diamond continuou-se a usá-lo. A primeira sessão abordou a fase introdutória e o início da segunda fase do modelo e a segunda sessão, as restantes fases. Em todas as sessões, as fases e as tarefas subjacentes foram devidamente explicadas para todos os alunos em conjunto.

No início da primeira sessão, revelou-se os objetivos do processo de Design Thinking baseados no livro de Brown (2019) e realizaram-se as seguintes ações:

1. Descoberta:

- a) Explicou-se esta fase e o seu objetivo;
- b) Foi exposto mais uma vez o contexto, pacientes de cirurgia bariátrica;
- c) Dividiu-se a turma em dois grupos através da funcionalidade *Breakout Rooms* da ferramenta *online Zoom — Colibri*;
- d) Deu-se o seguinte roteiro para discussão sobre estes pacientes: O que necessitam?

O que desejam? Como vivem? Que soluções têm disponíveis?

- e) Definiram-se as regras que deviam guiar o comportamento do grupo: não julgar o outro, encorajar os pensamentos, construir em cima do que foi falado, respeitar a fala de cada um e ficar focado no tema;
- f) Deu-se, através de um *link*, um conjunto de *slides* do Google Slides que deviam ser acedidos e completados por cada equipa;
- g) Num dos *slides*, estavam expostos *cards* digitais, caixas de texto coloridas, que deviam ser preenchidas com as reflexões sobre os problemas e informações que os membros do grupo tinham. Este preenchimento deveria ser realizado com o recurso a palavras-chaves (figura 11);
- h) As cores dos *cards* digitais foram atribuídas a cada elemento do grupo;
- i) Foram dados 30 minutos para a execução desta fase;
- j) Durante todo este tempo, a docente entrou nos grupos para motivar as discussões e para monitorar se as regras de comportamento estavam a ser respeitadas;
- k) No fim desta fase, cada grupo deixou o registo da sua atividade (figura 12).

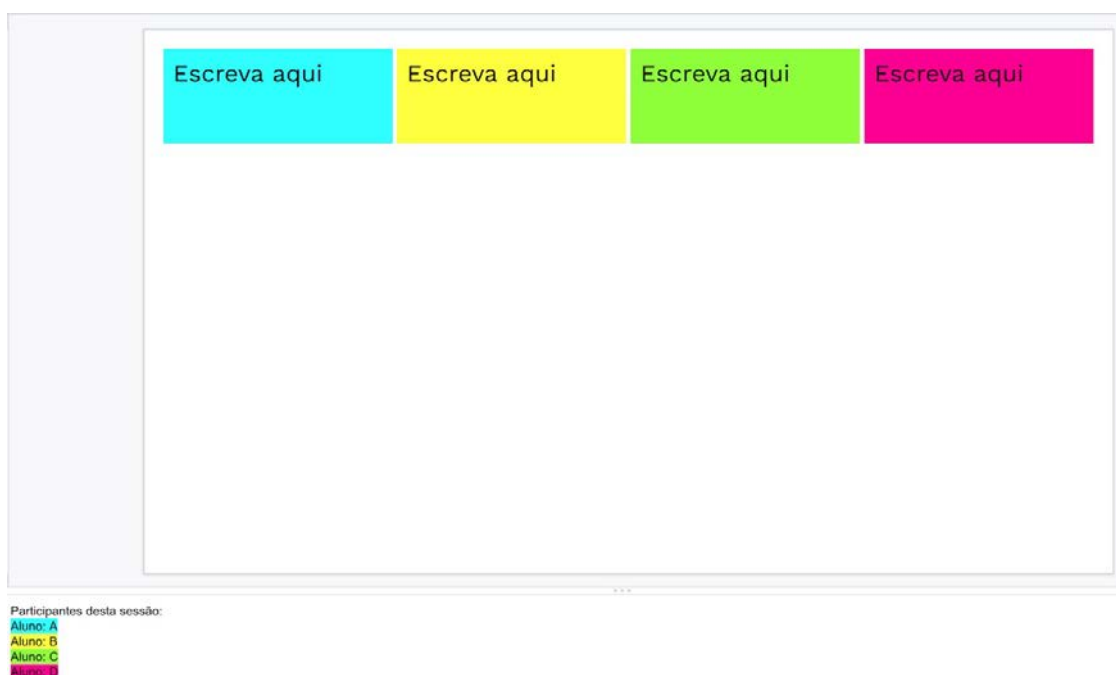


Figura 11

Slide com cards digitais — fase da Descoberta onde tiveram a delimitação das cores distribuída para cada um dos elementos dos vários grupos

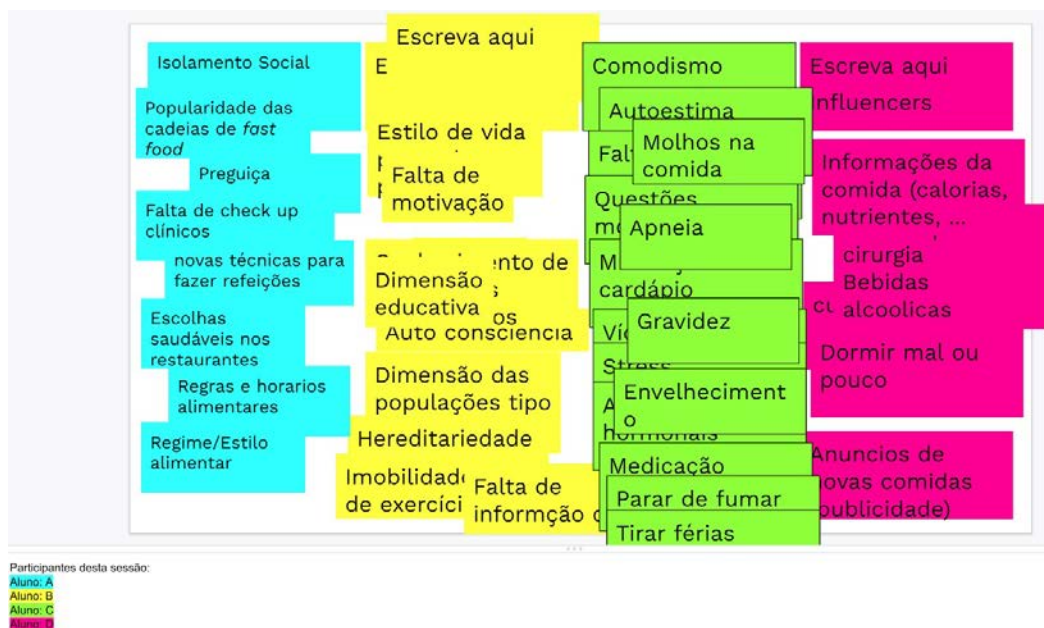


Figura 12
Slide dos *cards* digitais resultante do trabalho de um dos grupos

2. Definição (início):

- Explicou-se esta fase e o seu objetivo;
- Foi pedido que os grupos organizassem os *cards* digitais;
- Os alunos duplicaram o *slide* com os *cards* digitais preenchidos para poderem trabalhar;
- Deu-se o seguinte roteiro para orientação: O que está relacionado? O que mais importa? Como devemos agir em primeiro lugar?
- Pediu-se que organizassem em grupos os *cards* digitais de acordo com a relação que tinham entre si, para isso usou-se o método do Diagrama de Afinidades (Viana, 2012);
- Tendo finalizado esta organização, os estudantes tinham de propor um desafio que achassem pertinente para resolver este problema;
- Foram dados 30 minutos para a execução desta fase;
- Durante todo este tempo, a docente entrou nos grupos para motivar as discussões e para monitorar se as regras de comportamento estavam a ser respeitadas;
- No final da primeira sessão, os estudantes partilharam com a docente que sentiram dificuldade em criar algo novo, mas que estavam recetivos a continuar a aprender este método. Desta forma, a docente afirmou que todos tinham um potencial criativo e o método de Design Thinking pode ser uma ferramenta para este intento. Além disso, foi perguntado se houve alguma dificuldade na sessão e qual

o *feedback* até o momento. Os alunos mostraram-se interessados e não revelaram qualquer tipo resistência;

- j) No início da sessão seguinte, foi solicitado que os alunos apresentassem em 10 minutos o que já havia sido feito até ao momento, recorrendo ao *slide* resultante do Diagrama de Afinidades (figura 12).

2. Definição (continuação):

- a) Explicou-se esta fase e o seu objetivo;
- b) Os alunos foram divididos novamente de acordo com a aula anterior em *Breakout Rooms* do Zoom — Colibri;
- c) Enviou-se novamente o *link* dos *slides* de cada grupo;
- d) Foi pedido que fizessem um *brainstorming* com possíveis soluções para o desafio que achassem pertinentes;
- e) Apresentou-se uma estratégia adicional para contribuir para a solução do desafio, *User Stories*. Para isso, apresentou-se um *slide* com frases no formato de *User Stories* que deveriam ser preenchidas. O formato era o seguinte: “(o utilizador, quem ele é), precisa (desta solução) porque (visão, ideia)” (fig. 13). Na figura 14 temos um dos exemplos dos grupos;
- f) Foram dados 10 minutos para a execução desta tarefa;
- g) Foi pedido que, em dois minutos, os alunos escolhessem e sintetizassem o desafio numa única proposta apresentada num *slide* (figura 15);
- h) A docente entrou nos grupos para motivar as discussões e para monitorar se as regras de comportamento estavam a ser respeitadas.

(Utilizador, quem é ele?) **precisa** (desta solução) **porque** (visão, ideia)

Figura 13

Slide com o formato a ser preenchido com User Stories

Paciente pré **precisa** fazer exames-médicos **porque** precisa de garantir que está apto para a cirurgia.

Paciente pré **precisa** de um fórum **porque** consegue retirar dúvidas com outras pessoas

Paciente pré **precisa** acompanhamento médico **porque** precisa melhorar a saúde

Paciente pré **precisa** um chat privado com outros pacientes **porque** desa forma consegue ter uma opinião direta e confidencial

Figura 14

Slide já preenchido pelas User Stories de um dos grupos

Escolham o melhor desafio:

Paciente pré **precisa** acompanhamento médico **porque** precisa melhorar a saúde

Figura 15

Slide já preenchido com o desafio que o grupo pretendia resolver

3. Desenvolvimento:

- Explicou-se esta fase e o seu objetivo;
- Foi abordado o conceito de *Sketches* e o que se pretendia com a aplicação deste tipo de método;
- Foi pedido que um estudante do grupo fosse escolhido para realizar os *Sketches*. Além da disponibilidade, este estudante tinha de ter uma câmara bem posicionada para apresentar o que estava a ser feito. Esta foi uma das tarefas mais complicadas de realizar remotamente, pois o aluno deveria ter um dispositivo para isso e conseguir ajustá-lo de forma a que todos os colegas conseguissem ver;
- Foi solicitado que os *Sketches* fossem fotografados e colocados num *slide* (figura 16);
- Foram dados 30 minutos para a execução desta tarefa;
- A docente entrou nos grupos para motivar as discussões e para monitorar se as regras de comportamento estavam a ser respeitadas.

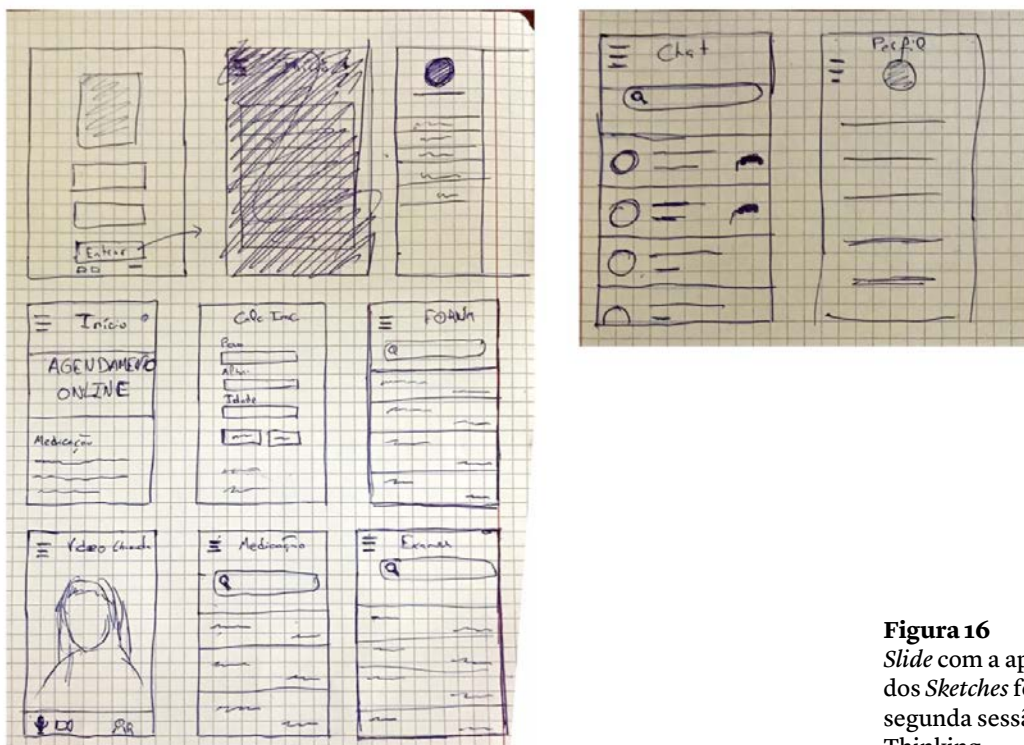


Figura 16
Slide com a apresentação
dos Sketches feitos na
segunda sessão de Design
Thinking.

4. Entrega:

- a) Explicou-se esta fase e o seu objetivo;
- b) Pediu-se que os grupos se preparassem para apresentar as soluções;
- c) Foram dados 5 minutos para a execução desta tarefa;
- d) A docente entrou nos grupos para motivar as discussões e para monitorar se as regras de comportamento estavam a ser respeitadas;
- e) Findo o tempo cada grupo teve 3 minutos para apresentar as suas propostas.

Com o fim das 4 fases da **Sessão compacta de Design Thinking**, apresentou-se o modelo visual do Double Diamond que serviu de base à abordagem seguida (figura 1). Além disso, explicou-se que o Design Thinking não é um processo linear e que exige diversos ciclos até ser finalizado o desenvolvimento de uma solução. Também foi afirmado que qualquer projeto de sucesso deve passar por cada uma destas fases (Brown, 2008). Foi referido ainda pela docente que, com esta iniciativa pretendeu-se ensinar este método de forma compactada, e representativa, para que fosse utilizado na rotina de trabalho dos próprios estudantes. Sugeriu-se ainda utilizá-lo como base para o levantamento de pré-requisitos, com os outros possíveis participantes, como outros designers, equipa de TI, cliente e até envolvendo o utilizador final.

Finda a aplicação deste método, constatou-se que o contexto remoto, com a utilização das ferramentas *online*, *Breakout Room* do Zoom — Colibri e o Google Slides, exige muito

mais tempo para execução do processo do que uma sessão presencial. O processo habitual para implementação deste método, ou seja, uma única sessão, teve de ser repartido em duas, pois os alunos revelaram cansaço e desatenção. Além disso, houve alguns atrasos na fase de Desenvolvimento, quando se percebeu que os alunos não tinham condições de partilhar devidamente os seus *sketches* e foi necessário utilizar uma ferramenta *online* de *wireframing*, neste caso, o Balsamiq, para resolver a situação.

Conclusão e linhas orientadoras

O Design Thinking como prática projetual é claramente adaptável a Designers e a não Designers. Os seus fundamentos teóricos ditam um conjunto de procedimentos a serem executados, em cada ciclo, de forma mais micro conforme a sessão compacta da UC de Usabilidade e Experiência de Utilização assim o fez. Por outro lado, é flexível ao ponto de ser um contributo num âmbito mais macro, ou seja, na estruturação do Processo do Design tal como a UC de Grafismo, Movimento e Interfaces utilizou.

Vários são os aspetos a ter em conta na tomada de decisão por caminhos mais micro ou macro com que se pode trabalhar: área científica; perfil do estudante; volume de estudantes por turma; número de projetos a serem avaliados. Claramente que no contexto remoto, quanto maior forem as turmas, mais desafiante será a aplicação do modelo micro de Design Thinking feito através das sessões compactas. Na opinião dos docentes, as áreas científicas não condicionam o processo até porque os objetivos de aprendizagem são diferentes.

Referências bibliográficas

- Baker III, W., & Moukhliiss, S. (2020). Concretising Design Thinking: A Content Analysis of Systematic and Extended Literature Reviews on Design Thinking and Human-Centred Design. *Review of Education*, 8(1), 305–333. <https://doi.org/10.1002/rev3.3186>
- Beckman, L., & Barry, M. (2007). Innovation as a Learning Process: Embedding Design Thinking. *California Management Review*, 50(1), 25–56. <https://doi.org/10.2307/41166415>
- Beverland, M. B., Wilner, S. J. S., & Micheli, P. (2015). Reconciling the tension between consistency and relevance: Design thinking as a mechanism for brand ambidexterity. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 43(5), 589–609. <https://doi.org/10.1007/s11747-015-0443-8>
- Brandt, B., Cennamo, K., Douglas, S., Vernon, M., McGrath, M., & Reimer, Y. (2013). A theoretical framework for the studio as a learning environment. *International Journal of Technology and Design Education*, 23(2), 329–348. <https://doi.org/10.1007/s10798-011-9181-5>
- Brown, T. (2008). Design Thinking. *Harvard Business Review*, 86(6), 84–92. <https://hbr.org/2008/06/design-thinking>
- Brown, T. (2019). *Change by Design: How Design Thinking Transforms Organizations and Inspires Innovation*. Harper Business.
- Bucciarelli, L. (1988). An ethnographic perspective on engineering design. *Design Studies*, 9(3), 159–168. [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(88\)90045-2](https://doi.org/10.1016/0142-694X(88)90045-2)
- Buchanan, R. (1992). Wicked Problems in Design Thinking. *Design Issues*, 8(2), 5–21. <https://doi.org/10.2307/1511637>
- Council, D. (2019). *What is the framework for innovation? Design Council's evolved Double Diamond*. Design Council. <https://www.designcouncil.org.uk/news-opinion/what-framework-innovation-design-councils-evolved-double-diamond>
- Creswell, J. (2009). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. SAGE Publications, Inc.
- Dam, R. & Siang, T. (2020). *5 Stages in the Design Thinking Process*. The Interaction Design Foundation. <https://www.interaction-design.org/literature/article/5-stages-in-the-design-thinking-process>
- Dewey, J. (1997). *Experience and education*. Free Press; Reprint Edition.
- Dorst, K. & Dijkhuis, J. (1995). Comparing paradigms for describing design activity. *Design Studies*, 16(2), 261–274. [https://doi.org/10.1016/0142-694X\(94\)00012-3](https://doi.org/10.1016/0142-694X(94)00012-3)
- Dunne, D. & Martin, R. (2006). Design thinking and how it will change management education: An interview and discussion. *Academy of Management Learning & Education*, 5(4), 512–523. <https://doi.org/10.5465/AMLE.2006.23473212>
- Foster, M. (2019). Design Thinking: A Creative Approach to Problem Solving. *Management Teaching Review*, 6(2), 123–140. <https://doi.org/10.1177/2379298119871468>
- Garbuio, M., Dong, A., Lin, N., Tschang, T., & Lovullo, D. (2018). Demystifying the Genius of Entrepreneurship: How Design Cognition Can Help Create the Next Generation of Entrepreneurs. *Academy of Management Learning & Education*, 17(1), 41–61. <https://doi.org/10.5465/amle.2016.0040>
- Hodges, C., Moore, S., Lockee, B., Trust, T., & Bond, A. (2020). *The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning | EDUCAUSE*. Educause. <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning#fn12>
- Huppertz, D. (2015). Revisiting Herbert Simon's "Science of Design." *Design Issues*, 31(2), 29–40. https://doi.org/10.1162/DESI_a_00320
- IDEO (2013). *Second Edition of the Design Thinking for Educators Toolkit*. IDEO. <https://www.ideo.com/news/second-edition-of-the-design-thinking-for-educators-toolkit>
- IDEO (2015). *Design Kit: The Human-Centered Design Toolkit*. IDEO. <https://www.ideo.com/post/design-kit>
- IIEP.Unesco (2011). *Understanding Education's Role in Fragility — Synthesis of four situational analyses of education and fragility: Afghanistan, Bosnia and Herzegovina, Cambodia, Liberia*. International Institute for Educational Planning. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000191504>
- Khosrow-Pour, M. (2015). *Encyclopedia of Information Science and Technology*. 3rd ed. IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-4666-5888-2>
- Kolb, D. (1984). *Experiential Learning: Experience as the Source of Learning and Development* (1st ed). Pearson FT Press.
- Kumar, J. (2013). Gamification at Work: Designing Engaging Business Software. In A. Marcus (Ed.), *Design, User Experience, and Usability. Health, Learning, Playing, Cultural, and Cross-Cultural User Experience* (pp. 528–537). Springer Berlin Heidelberg.
- Kurtmollaiev, S., Pedersen, P. Egil, Fjuk, A., & Kvale, K. (2018). Developing Managerial Dynamic Capabilities: A Quasi-Experimental Field Study of the Effects of Design Thinking Training. *Academy of Management Learning & Education*, 17(2), 184–202. <https://doi.org/10.5465/amle.2016.0187>
- Lidwell, W., Holden, K., & Butler, J. (2003). *Universal Principles of Design*. Rockport Publishers, Inc.
- Lloyd, P. (2013). Embedded creativity: Teaching design thinking via distance education. *International Journal of Technology and Design Education*, 23(3), 749–765. <https://doi.org/10.1007/s10798-012-9214-8>
- Lockwood, T. (2010). *Design Thinking—Integrating Innovation, Customer Experience and Brand Value*. Allworth Press.
- Martin, R. (2009). *The Design of Business: Why Design Thinking is the Next Competitive Advantage* (3rd ed.). Harvard Business Review Press.
- Nelson, H. & Stolterman, E. (2012). *The Design Way. Intentional Change in an Unpredictable World* (2nd ed.). The MIT Press. <https://mitpress.mit.edu/books/design-way-second-edition>
- Nielsen, J. (1993). *Iterative User Interface Design*. Nielsen Norman Group. <https://www.nngroup.com/articles/iterative-design/>
- Owen, L. (1998). Design research: Building the knowledge base. *Design Studies*, 19(1), 9–20. [https://doi.org/10.1016/S0142-694X\(97\)00030-6](https://doi.org/10.1016/S0142-694X(97)00030-6)

- Parsad, B. & Lewis, L. (2008). *Distance Education at Degree-Granting Postsecondary Institutions: 2006-07*. National Center for Education Statistics, Institute of Education Sciences, U.S. Department of Education. <https://nces.ed.gov/pubs2009/2009044.pdf>
- Razzouk, R. & Shute, V. (2012). What Is Design Thinking and Why Is It Important? *Review of Educational Research*, 82(3), 330-348. <https://doi.org/10.3102/0034654312457429>
- Rittel, H. (1982). Systems Analysis of the 'First and Second Generations.' In P. Laconte, J. Gibson, & A. Rapoport (Eds.), *Human and Energy Factors in Urban Planning: A Systems Approach* (pp. 35-52). Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-94-009-7651-1_4
- Sagun, A. & Demirkan, H. (2009). On-line critiques in collaborative design studio. *International Journal of Technology and Design Education*, 19(1), 79-99. <https://doi.org/10.1007/s10798-007-9036-2>
- Skogstad, P. & Leifer, L. (2011). A Unified Innovation Process Model for Engineering Designers and Managers. In C. Meinel, L. Leifer, & H. Plattner (Eds.), *Design Thinking: Understand — Improve — Apply* (pp. 19-43). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-642-13757-0_2
- Vianna, M. (2012). *Design thinking: inovação em negócios*. Design Thinking.
- von Thienen, J., Clancey, W., Corazza, W., & Meinel, C. (2018). Theoretical Foundations of Design Thinking. In H. Plattner, C. Meinel & L. Leifer (Eds.), *Design Thinking Research: Making Distinctions: Collaboration versus Cooperation* (pp. 13-40). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-60967-6_2
- WHO (2020). *WHO Timeline — COVID-19*. World Health Organization. <https://www.who.int/news-room/detail/27-04-2020-who-timeline---covid-19>

Cidadanias pandêmicas: as formas conectivas do habitar

*Pandemic citizenships: the connective forms
of dwelling*

Massimo Di Felice

Universidade de São Paulo,
Escola de Comunicação e Artes
Centro Internacional de Pesquisa ATOPOS
São Paulo, Brasil
massimo.atopos@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-6646-4321](https://orcid.org/0000-0002-6646-4321)

Marina Magalhães

Universidade NOVA de Lisboa,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Comunicação da NOVA
— ICNOVA, Lisboa, Portugal
marinamagalhaes@msn.com
ORCID ID: [0000-0002-1124-8269](https://orcid.org/0000-0002-1124-8269)

Resumo: Este artigo de natureza teórico-crítica tem como objetivo refletir sobre a função da comunicação no equilíbrio dos ecossistemas, nomeadamente através de uma perspectiva digital, no atual contexto de pandemia. Nesse sentido, pretende colaborar com o debate sobre a nossa relação com o digital em tempos de emergência da COVID-19 a partir de uma abordagem não mais sujeito-cêntrica. Em seu lugar, busca refletir sobre esta ecologia pandêmica, emergente e algorítmica de interações, que substitui a ação política do sujeito pelas interações em redes complexas, desenvolvidas através da transformação de cada entidade em dados. Para tal, analisa a nova morfologia do social a partir de três casos de ação em rede que emergiram em países distintos — Itália, Portugal e Brasil — durante a primeira fase da pandemia do novo coronavírus, no primeiro semestre de 2020.

Palavras-chave: cidadania digital; comunicação; COVID-19; net-ativismo; pandemia.

Abstract: *This article of a theoretical and critical approach aims to analyze the role of communication to balance ecosystems, through a digital perspective, in the current context of pandemic. Thus, it aims to collaborate with the debate about our relationship with the digital during the emergence of COVID-19 from a no subject-centric approach. Therefore, it seeks to reflect on this pandemic, emerging and algorithmic ecology of interactions, which replaces the subject's political action with interactions in complex networks, developed through the transformation of each entity into data. To this end, it analyzes the new social morphology based on three cases of network action that emerged in different countries — Italy, Portugal and Brazil — during the first phase of the new coronavirus pandemic, in the first half of 2020.*

Keywords: *digital citizenship; communication; COVID-19; net-activism; pandemic.*

Introdução

Percebemos, de modo cada vez mais evidente, que o nosso social não está restrito apenas aos humanos. Em tempos de pandemia da COVID-19, os vírus, ao lado das emissões das florestas, dos rios, do clima, evidenciam o ativismo dos “não-humanos”, historicamente ignorados pelas ciências sociais, pelos sociólogos, pelas teorias políticas e econômicas e pelos teóricos da comunicação. Embora excluídas da concepção ocidental de sociedade, tais entidades revelam-se como atores sociais e agentes capazes de alterar economias, políticas e comportamentos consolidados, influenciando e modificando cada aspecto da nossa vida social.

O novo coronavírus nos forçou a entender rapidamente, por meio das diversas implicações trazidas pela sua propagação, que habitamos não apenas estados e nações, mas somos parte de toda a biosfera e de um número infinito de redes de conexão transespecíficas e transorgânicas. Em poucos dias do início da pandemia, vimos em diversas latitudes a governança passar para as mãos dos dados, das ciências e dos algoritmos, conectando opiniões humanas a redes automatizadas de informações, silenciando ideologias, crenças e líderes de todos os tipos.

Descobrimos, portanto, que não faz mais sentido pensar e descrever o nosso mundo através da contraposição ocidental e moderna entre inteligência humana e artificial, inteligência do mundo e dos dados, formas superiores ou inferiores de existência. Em seu lugar,

somos obrigados a repensar as plantas, os vírus, os algoritmos, os dados e os softwares não como realidades externas, mas como partes de nós mesmos, do nosso habitat e das nossas comunidades, que desafiam o que entendemos por sociedade.

Diante do atual contexto pandêmico, este artigo de natureza teórico-crítica tem como objetivo refletir sobre a função da comunicação no equilíbrio dos ecossistemas, com ênfase na emergência de novas formas de cidadania que se desenvolvem em meio ao social conectado. Sendo assim, convidamos a pensar sobre a ação das tecnologias digitais — os processadores, os algoritmos, o big data e as formas automatizadas de inteligência ambiental — na construção de redes e de modos de imunização social.

A expansão das formas de conexão da internet não é aqui compreendida como uma mera amplificação da esfera pública moderna, mas como um processo mais complexo, que supera a dimensão da comunicação e da troca opinativa para conectar um novo tipo de comunidade, que nos permite comunicar e interagir com toda a biosfera.

Sendo assim, este artigo pretende colaborar com o debate sobre a nossa relação com o digital em tempos de pandemia a partir de uma perspectiva não mais sujeitocêntrica. Portanto, busca contemporizar essa ecologia pandêmica, emergente e algorítmica de interações, que vem substituindo a ação política do sujeito pelas interações em redes complexas, desenvolvidas através da transformação de cada entidade em dados.

1. Especiação e crise da ideia ocidental de sociedade

O terceiro milênio será lembrado como o período em que uma parte da humanidade se extingue. O exato momento histórico no qual parte daqueles homens, que acreditavam governar a natureza e o mundo por meio de sua inteligência e de suas habilidades técnicas, desaparecerá para sempre do planeta Terra.

Tal processo, porém, teve início mais cedo, com a conscientização sobre os limites do desenvolvimento humano e das mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, a difusão de tecnologias de rede que começaram a conectar humanos a coisas, à biodiversidade e a formas de inteligência de dados, do clima etc. implementou ecologias hipercomplexas, nas quais a dimensão humana e o seu destino eram inseparáveis das outras entidades que povoavam a biosfera.

Mas a mudança definitiva veio com a disseminação de um vírus que se espalhou por toda parte. Entrou em cidades, canais de comunicação, fluxos econômicos e parlamentos, causou milhões de vítimas, paralisou economias e cancelou a agenda política e a autodeterminação de cada país. Um ator invisível, cuja existência, prevista pelas ciências biológicas, havia sido completamente ignorada pelos manuais de sociologia, política e economia. Um poderoso agente que rapidamente impôs restrições de movimento e decisão a cada indivíduo,

obrigando populações de todos os cantos do planeta a um longo período de isolamento, impedindo-as de viajar ou mesmo sair de casa.

Hoje sabemos que o vírus não irá embora e que, mesmo quando conseguirmos encontrar uma vacina, outros surgirão. Logo, sempre teremos que lidar com um ambiente de convivência vivo e interagente, do qual dependemos e com o qual temos poucas oportunidades de diálogo e de contratualidade. Em outras palavras, a parte da humanidade que acreditava dominar a natureza e utilizar a tecnologia para sua expansão e alcance de seus próprios fins terá que morrer e dar lugar a uma outra espécie, capaz de interagir, por meio das relações com os dados, sensores e formas automatizadas de inteligência, de forma hábil com outros membros e atores da biosfera comum.

Ainda que alguns autores, entre eles B. Latour (1994), pensem que é possível fazer sentar, em nossos parlamentos, os vírus, o clima e as diferentes entidades que não foram convidadas a fazer parte da polis, da esfera pública e de nossas democracias, é improvável que, por meio de porta-vozes humanos, tais entidades consigam ocupar seus lugares em nosso mundo político, em nossa polis e nas arquiteturas antropomórficas de nossas ecologias artificiais e solípticas. A situação contemporânea nos mostra uma realidade exatamente contrária à hipótese proposta por Latour. Somos nós, humanos, que fazemos parte de um mundo pandêmico, que pensamos governar por meio de nossos parlamentos e do nosso agir político, para nos descobrirmos, hoje, como seres dependentes e presos a forças e entidades que habitam nosso próprio meio.

No âmbito da biologia, a especiação é definida como o processo evolutivo pelo qual novas espécies nascem daquelas preexistentes.

Em um contexto onde a ação não é mais a consequência do nosso pensamento, como imaginamos por séculos, mas o resultado de um complexo conjunto de interações entre diferentes entidades (clima, vírus, algoritmos, dados etc.), parte da raça humana passou a habitar um novo mundo, tornando-se assim uma outra espécie. A espécie preexistente, que está desaparecendo, é aquela que construiu e habitou os espaços da polis, das cidades e posteriormente dos estados nacionais, ambientes artificiais onde o humano, isolado, pensava dominar incontestavelmente. Apartado de outras realidades, consideradas externas, circunscreveu o que denomina como meio ambiente em áreas protegidas. A partir dele, obteve matéria-prima e energia em proporções tais que se tornou um agente geológico (antropoceno) capaz de influenciar e transformar não só a superfície, mas também o subterrâneo, desencadeando alterações em todo o sistema do planeta.

A ideia de sociedade como um conjunto de partes, cidadãos, grupos, instituições, relações, conflitos, culturas e organizações humanas não é uma concepção universal. Entre as populações ameríndias, por exemplo, é difundida uma concepção complexa de comunidade e relacionamento não antropomórfica, ou seja, não restrita a ecologias de monoespécies, compostas apenas por cidadãos humanos. Principalmente entre as etnias da Amazônia, observa-se

uma ideia de comunidade composta não apenas pelos membros da aldeia, mas também por animais, plantas, rios e todas as partes que habitam e compõem o ecossistema. Em tais contextos, humanos e não humanos estão ligados, em muitos casos, por laços de parentesco.

Diante do poder dos vírus, das mudanças climáticas, da devastação da biodiversidade, do derretimento das geleiras causado pelo efeito estufa e de todas as consequências da transição para a era antropocena, sentimos a inadequação não só de estilos de vida e dos seus impactos causados no planeta, mas também do pensamento. A concepção ocidental não nos oferece interpretações capazes de narrar a interdependência dos fenômenos próprios do modelo de complexidade que habitamos. Temos, assim, a impressão de não dispormos mais de termos e conceitos interpretativos capazes de nos orientar dentro de um mundo e de um social sem limites e fronteiras claramente definidos.

A origem europeia, positivista e industrial da disciplina sociológica condicionou fortemente seu desenvolvimento ao longo do tempo, preservando algumas das suas características originais que se mantiveram também noutros contextos geográficos e culturais. Estes fundamentos, hoje claramente reconhecíveis, revelam seus limites interpretativos, oferecendo-nos a nítida imagem de uma lacuna intransponível entre a nossa experiência, a nossa cotidianidade, e as palavras, os instrumentos conceituais e hermenêuticos utilizados por esta disciplina. Podemos identificar os pressupostos do pensamento sociológico em alguns aspectos que, como fundamentos, caracterizam sua visão desde o início, marcando seu destino. Em primeiro lugar, o caráter antropomórfico da ideia de sociedade concebida como um todo e um coletivo apenas de humanos. Esta concepção simplista, originada da noção da centralidade do ser humano difundida pelo pensamento ocidental desde as suas origens, vai além dos séculos e atinge o pensamento social moderno para o qual, de fato, a sociedade é uma ecologia monoespecífica, composta por um conjunto de humanos (*socius*).

Além dessa primeira característica, é possível identificar uma segunda, que, como a anterior, marca a história e a evolução do pensamento social moderno. Ao lado da simplificação da ideia de sociedade, entendida como o conjunto de grupos, classes e instituições humanas, um segundo aspecto pode ser encontrado na qualidade transitiva e sujeitocêntrica das interações no seu interior. Desse pressuposto deriva a concepção instrumental da técnica que, relegada a instrumento, artefato utilizado pelo sujeito para seus fins, não possui autonomia social nem protagonismo.

Um terceiro limite do pensamento sociológico encontra-se na ideia de ação que, por consequência da própria concepção da morfologia do social, reduz seu âmbito à esfera do sujeito, delimitando suas características ao conjunto de elementos racionais, burocráticos, irracionais, estruturais, simbólicos ou de poder próprios do indivíduo e do seu âmbito de interações, sejam estas a coletividade, as estruturas sociais, a dimensão política, simbólica, psíquica etc. (Weber, 1999; Merton, 2000; Parsons, 2010; Blumer, 1982; Goffman, 1985). Em suma, dentro do pensamento sociológico, a ação social se dá exclusivamente no convívio relacional e é produzida,

sofrida, imaginada, significada exclusivamente pelo sujeito humano. Tal ideia reproduziu, durante toda a época moderna, a antiga visão aristotélica do homem como um animal político, que o definia como o único ser capaz de comunicar e de produzir uma ação.

Devemos a B. Latour (1988), M. Callon (1986) e J. Law (1984) o início da crítica à ideia sociológica do social e a tentativa de construir uma nova abordagem. A partir de uma releitura da microsociologia de G. Tarde, o primeiro lança o ataque à linha interpretativa do social desenvolvida por E. Durkheim e, ao invés de organizar a complexidade a partir de categorias interpretativas pré-estabelecidas, capazes de ordenar a realidade social, propõe como ponto de partida a seguinte dúvida: quando falamos do social, quantos somos? Quem nós somos? (Latour, 2012).

A perspectiva aberta por B. Latour e pela teoria do ator-rede (TAR) propõe um método operativo que parte da resposta à questão que acabamos de expor. Trata-se, sobretudo, de substituir o cientista social pelo cartógrafo, cuja tarefa não é a de ordenar o social e interpretá-lo, mas narrá-lo por meio de um elenco de entidades diversas, humanas e não humanas, que se agregam formando um coletivo temporário e uma complexa rede de interações. Porém, da cartografia de uma rede coletiva não emerge a morfologia do social, mas apenas uma cartografia momentânea de uma microrrealidade. Superando a teoria clássica da ação social que a limitava às atividades do sujeito-ator, enquanto autor principal do dinamismo social, a teoria do ator-rede tem colocado ênfase na necessidade de se repensar a própria ideia de morfologia da sociedade a partir da vocação dinâmica e agregadora do *social*:

Dado que (...) a palavra tem a mesma origem — a raiz latina socius —, podemos permanecer fieis às intuições originais das ciências sociais redefinindo a sociologia não como a “ciência do social”, mas como a busca de associações. Sob este ângulo, o adjetivo “social” não designa uma coisa entre outras, como um carneiro negro entre carneiros brancos, e sim um tipo de conexão entre coisas que não são, em si mesmas, sociais (Latour, 2012, p. 23).

O social em sua totalidade, segundo a perspectiva da teoria do ator-rede, é inatingível. O cartógrafo desenha mapas de *actantes*, termo emprestado do semiólogo A. Greimas que substitui o de *ator social*, por ser capaz de descrever, ao contrário deste último, qualquer tipo de entidade, orgânica ou inorgânica, que intervenha na construção de uma ação dentro de uma rede-grupo. Aqui se reconstitui um novo tipo de morfologia, não mais limitada aos sujeitos humanos, mas aberta a diferentes entidades e formada por complexas redes de interações.

Restringir a discussão aos seres humanos e seus interesses, sua subjetividade, seus direitos, parecerá, em poucos anos, tão estranho quanto parece hoje ter limitado, no passado e por muito tempo, o direito de votar aos escravos, aos pobres e para as mulheres (Latour, 2004, p. 132).

Tal morfologia, reticular, complexa e transespecífica, em nada se assemelha à polis e às formas modernas e industriais da sociedade descritas pelos clássicos do pensamento social. A metáfora usada por Latour para descrever essas redes interativas que não constituem uma totalidade mas que, seguindo a lógica da complexidade das redes, se formam e se desfazem continuamente, é a do parlamento das coisas:

Em seu recinto encontra-se recomposta a continuidade do coletivo. Não há mais verdades nuas, mas também não há mais cidadãos nus. Os mediadores dispõem de todo o espaço. As Luzes encontram enfim seu lugar. As naturezas estão presentes, mas com seus representantes, os cientistas, que falam em seu nome. As sociedades estão presentes, mas com os objetos que as sustentam desde sempre. Pouco nos importa que um dos mandatários fale do buraco de ozônio, que um outro represente as indústrias químicas, um quarto os eleitores, um quinto a meteorologia das regiões polares, que um outro fale em nome do Estado, pouco nos importa, contanto que eles se pronunciem todos sobre a mesma coisa, sobre este quase-objeto que criaram juntos, este objeto-discurso-natureza-sociedade cujas novas propriedades espantam a todos e cuja rede se estende de minha geladeira à Antártida passando pela química, pelo direito, pelo Estado, pela economia e pelos satélites. Os imbróglis e as redes que não possuíam um lugar possuem agora todo o espaço. São eles que é preciso representar, é em torno deles que se reúne, de agora em diante, o Parlamento das Coisas (Latour, 1994, p. 142).

2. Saindo da polis

A nação com o maior número de habitantes no mundo é o Facebook, com cerca de 2,7 bilhões de cidadãos, segundo dados divulgados pela rede social (Vlessing, 2020, July 30), o equivalente a quase o dobro dos habitantes da China. O segundo é o YouTube, com pouco mais de dois bilhões. O terceiro é o WhatsApp, com dois bilhões.

Diante desses números, como pensar e narrar um comum que não é mais apenas social, mas estendido às diferentes entidades que povoam a biosfera e àquelas que compõem nosso mundo real — bancos de dados, softwares, big data, algoritmos, sensores etc. –, com as quais construímos nossas ações, nosso conhecimento e nossas economias?

É nesse contexto de incerteza que avançam algumas interpretações pioneiras que têm como destino comum o de indicar os primeiros significados desse nosso novo real conectado. Um dos primeiros contributos nessa direção foi elaborado pelo filósofo francês M. Serres, partindo de uma crítica às categorias fundadoras do pensamento ocidental. Segundo o autor de *O Contrato Natural* (1990), é necessário repensar a ecologia e as formas do comum:

Esqueçamos, pois, a palavra ambiente (...). Ela pressupõe que nós, homens, estamos no centro de um sistema de coisas que gravitam à nossa volta, umbigos do universo, donos e possuidores da natureza. Isso

lembra uma época passada, em que a Terra (...) colocada no centro do mundo refletia nosso narcisismo, esse humanismo que nos promove no meio das coisas ou no seu excelente acabamento (...). É, pois, necessário, mudar de direcção, abandonar o rumo imposto pela filosofia de Descartes (...). Eis a bifurcação da história: ou a morte ou a simbiose (Serres, 1990, pp. 58-59).

A crítica de M. Serres à separação entre o humano e o meio ambiente implementada pelo pensamento ocidental o leva a contrapor a mesma ideia ocidental de sociedade concebida como um agregado abstrato de pessoas. “Imerso no contrato exclusivamente social, o homem político subscreve-o, reescreve-o e fá-lo observar até hoje, unicamente como perito de relações públicas e ciências sociais” (Serres, 1990, pp. 72-73).

Como de costume em dispositivos como a Declaração dos Direitos do Homem (1789), nenhum dos discursos modernos falava do mundo, ocupando-se somente dos homens, pois “como o contrato social, ela ignora e passa em silêncio o mundo, que nós apenas conhecemos porque o temos dominado” (Serres, 1990, p. 61). No lugar de um contrato social que se fecha em si mesmo, deixando de fora do jogo o mundo, com seu inventário de coisas reduzidas a objetos passíveis de apropriações, o autor propõe “(...) o retorno à natureza! O que implica acrescentar ao contrato exclusivamente social a celebração de um contrato natural de simbiose e de reciprocidade” (Serres, 1990, p. 65).

A passagem do contrato social para o contrato natural é percebida pelo filósofo francês como a passagem da linguagem política, exclusivamente humana, para um novo léxico que inclua a voz das coisas do mundo. Os sensores, a internet das coisas, os fluxos de dados hoje dão voz a tais coisas do mundo, à biodiversidade e a todo tipo de superfícies, permitindo a realização de um diálogo sem precedentes, de um novo tipo de ecologia e de uma nova forma de contratualidade entre humanos e não humanos.

É possível, ainda, encontrar uma segunda contribuição importante para a construção de um novo léxico do comum, não mais entendido como social, na obra de I. Stengers, em particular em seu conceito de cosmopolítica. Segundo a autora, a dimensão cosmopolítica da nossa condição assume, portanto, as formas de um novo tipo de governabilidade que já não tem nada a ver com o processo de delegação, com o deliberar e o transmitir, mas com a instauração de uma ecologia complexa de práticas entre humanos e não humanos:

O cosmos não corresponde a nenhuma condição, não implica nenhuma exigência. Coloca a questão dos modos possíveis de coexistência, sem hierarquias, do conjunto de invenções de não equivalências, de valores e obrigações através dos quais se afirmam as existências emaranhadas que o compõem. Isso integra então, de forma problemática, a questão das ecologias das práticas. (...) a cosmopolítica é uma noção especulativa (Stengers, 2005, p. 234, tradução nossa).

Enquanto noção especulativa, a dimensão cosmopolítica abre-nos para uma interpretação que implica uma nova ideia de cidadania, não mais entendida apenas como o conjunto de direitos, deveres e práticas humanos, mas como a realização de uma ecologia complexa. Tal dimensão também nos revela uma nova arquitetura de interações, que não mais expressa um social formado apenas por sujeitos nem uma natureza composta apenas de objetos.

Uma terceira contribuição que nos leva a superar tanto a dimensão do antropoceno quanto a ideia pós-humana é aquela proposta por D. Haraway, em seu último livro *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene* (2016). Nesta obra, a filósofa americana propõe repensar a condição humana, superando a dimensão social antropomórfica e antropocêntrica e substituindo-a pela dimensão “simpoiética”. Nesta última, nenhuma entidade, humana ou não humana, é autônoma e autopoietica, mas se apresenta como dependente e em “compartilhamento” com as outras. Nossa condição não é apenas humana, mas de “compostagem”, isto é, do ser-com, enquanto habitantes e parte de uma “humusidade” (do latim *humus*, terra).

No início do terceiro milênio, a humanidade foi forçada a uma mudança radical. Não se trata de uma mudança política, econômica e social, mas do início de uma importante transformação como espécie. É, portanto, a enésima transformação adaptativa que afeta nossa condição dentro do caminho evolutivo.

3. Habitar um mundo infectado

Uma das principais transformações que caracterizam a nossa época é aquela ligada à alteração das nossas condições de vida. De um lado, as inovações tecnológicas que passaram a conectar coisas e territórios inteiros (internet das coisas, sensores etc.) e, do outro, a percepção do impacto do nosso modelo de desenvolvimento no planeta (antropoceno e teoria de Gaia) mudaram definitivamente nossas ecologias.

Tal lógica foi percebida inicialmente, entre outros pensadores, por M. Serres. No texto *Information and Thinking* (2017), o autor de *O Contrato Natural* (1990) nos convida outra vez a mudar a ideia que tínhamos de pensamento e da relação sujeito-objeto a partir do reconhecimento de que recebemos, emitimos, armazenamos e processamos informação como todas as outras coisas.

Bactéria, fungo, baleia, sequoia — não conhecemos nenhum tipo de vida da qual não possamos dizer que emite informação, recebe informação, armazena informação, e processa informação. (...) Cristal e, de fato, rocha, mar, planeta, estrela, galáxia — não conhecemos nada de inerte sobre o qual não possamos dizer que emite, recebe, armazena e processa informação. (...) Indivíduos, mas também famílias, fazendas, vilas, cidades e nações — não conhecemos nada de humano, sozinho ou em grupos, do qual

não se possa dizer que emite, recebe, armazena e processa informação. (...) Porque a informação circula universalmente dentro e entre a totalidade de todas as coisas existentes, não podemos realmente dizer que somos tão excepcionais quanto pensávamos ser (Serres, 2017, p.13, tradução nossa).

A chegada da pandemia do novo coronavírus foi o mais recente acontecimento a reforçar a concepção de uma alteração qualitativa, que não diz respeito somente ao nível das ideias e da percepção, mas à própria condição de vida, fazendo-nos passar de um conceito sistêmico e ordenado de complexidade a uma concepção dinâmica, conectiva e reticular. Assim, começa a tomar forma uma lógica interpretativa das diferentes complexidades que passará a descrever os fenômenos por meio das estruturas da rede.

Assim como a noção de uma entidade física independente se tornou problemática na física subatômica, o mesmo aconteceu com a noção de um organismo independente na biologia. Os organismos vivos, sendo sistemas abertos, permanecem vivos e funcionando por meio de intensas transições com seu ambiente, que é ele próprio composto de organismos. Assim, toda a biosfera — nosso ecossistema planetário — se apresenta como um tecido dinâmico e altamente integrado de formas de vida e formas não vivas. Embora esse tecido tenha muitas camadas, há transações e interdependências entre todas elas. (...) A maioria dos organismos não está apenas agregada a ecossistemas, mas eles próprios são ecossistemas complexos, pois contêm uma série de corpos menores que possuem uma autonomia considerável, mas que, ao mesmo tempo, integram-se harmoniosamente entre si (Capra, 1996, tradução nossa).

Essa perspectiva fundamenta-se na observação de algumas tendências comuns entre os organismos: em primeiro lugar, a adaptação ao meio, que aumenta sua capacidade de transformação e autotranscendência, e, ao mesmo tempo, a tendência oposta e complementar relacionada à capacidade de transformar seu próprio ambiente, modificando o habitat, contribuindo com outros organismos para a criação de amplos ecossistemas capazes de hospedar a interação de um grande número de espécies.

Sempre que observamos sistemas vivos — organismos e partes de organismos — podemos ver que seus componentes estão organizados em forma de rede. Toda vez que observamos a vida, observamos redes. (...) A primeira e mais evidente propriedade de uma rede é a sua não linearidade — a rede se estende em todas as direções. Assim, o padrão de relacionamento de uma rede são as relações não lineares (Capra, 1996, tradução nossa).

O desenvolvimento de uma abordagem ecossistêmica sobre o estudo das redes marca a introdução de um outro tipo de complexidade, que compreende tanto componentes bióticos quanto abióticos, considerando assim um amplo conjunto de elementos, como o movimento e a transformação da energia e da matéria por meio das atividades dos organismos vivos.

Desse ponto de vista, cada arquitetura reticular se apresenta como um novo tipo de complexidade que tem nas qualidades conectivas sua principal especificidade. A forma rede, mais do que uma realidade midiática, apresenta-se como uma condição habitativa que marca uma importante transformação na relação entre o indivíduo e o ambiente, entre o interno e o externo, abrindo assim o advento de uma nova perspectiva ecológica.

O conceito de habitar é analisado por Heidegger inicialmente no texto *Construir, habitar, pensar* (1951), preparado para uma conferência em um congresso de arquitetura. Logo no início do texto, o filósofo alemão se propõe a abordar duas questões: o que é habitar e, em que medida, construir faz parte do habitar. Heidegger responde à primeira questão refutando o senso comum, que veria o habitar simplesmente como consequência e fim da construção, por pensar as duas atividades, habitar e construir, como duas realidades distintas e separadas entre si. Preferindo uma concepção contrária a esse raciocínio, ele inverte os termos e descreve o construir como uma forma em si mesma de habitar, pensamento este apoiado na etimologia dos dois conceitos, indicada pelas antigas palavras alemãs *bauen* (construir) e *buan* (habitar, permanecer, morar). Analisando o primeiro conceito, relacionado ao significado de construir, Heidegger indica três conclusões:

1. *Bauen, construir é propriamente habitar;*
 2. *Wohnen, habitar é o modo como os mortais são e estão sobre a terra;*
 3. *No sentido de habitar, construir desdobra-se em duas acepções: construir, entendido como cultivo e o crescimento e construir no sentido de edificar construções.*
- (...) *Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos como aqueles que habitam* (Heidegger, 1951, pp. 2-3).

Para explicar a segunda questão, relativa à essência do habitar, Heidegger recorre ao conceito de *Geviert* (quadratura), a partir do qual pensa o habitar como uma ontologia relacional, na qual, obviamente, o termo ontologia não deve mais ser entendido em seu sentido filosófico tradicional. O Ser (X) de Heidegger não é um ser puro ou conceitual, mas uma possibilidade, ou seja, um ser em situação, um “ser-no-mundo”, um *Dasein*, cuja tradução conceitual recomendada por G. Vattimo é “ser-aí”:

O Dasein (...) expressa bem o fato de que a existência não se define apenas como uma superação, que transcende a realidade dada na direção da possibilidade, mas que essa superação é sempre a superação de algo, isto é, que existe concretamente situado. Existência, ser-aí, ser no mundo são, portanto, sinônimos. Todos os três conceitos dizem que o homem está situado de forma dinâmica, ou seja, está na forma de poder ser, ou mesmo (...) na forma de projeto (Vattimo, 1971, p. 22, tradução nossa).

Portanto, a quadratura, além de representar uma forma não localizada e autorreferencial de ser, convida à aceitação de um conjunto de significados sem precedentes no interior do pensamento ocidental.

Se, de fato, o “ser-aí” humano encontra o mundo através das coisas e nelas mesmas se reproduz a quadratura, as coisas, como os espaços, não são mais definíveis por si mesmas. Desse modo, escreve a respeito Galimberti:

Heidegger se distancia do modo habitual de pensar da filosofia, que durante séculos se propôs a alcançar as coisas como elas são em si mesmas, e mostra que o em si, buscado pela filosofia e hoje na forma da objetividade da ciência, nada mais é do que uma operação do homem realizada em vista de certos fins específicos (Galimberti, 1986, tradução nossa).

Habitar, portanto, mais do que um estado ou uma essência da condição humana, é uma abertura em direção à quadratura e um “cuidar” do seu devir. Encontramo-nos, agora, perante outro importante segundo sentido do habitar, aquele que o apresenta na sua dimensão ecológica e não humanocêntrica, que nos ambientes tecno-midiáticos contemporâneos nos questiona sobre os sentidos que assumem as nossas relações simbióticas com as redes informativas, nossos circuitos tecno-psíquicos, nossas geografias informativas e nossa proximidade distante. Uma arquitetura digital ou um dispositivo de conexão territorial (GPS, smartphone, Sistemas de Informações Geográficas — SIG) deve ser pensado, a partir dessa perspectiva, não mais como instrumento ou meio, segundo a tradicional lógica instrumental e hierárquica (sujeito/objeto, homem/técnica), mas como membros “agentes” (Latour, 2012) da complexidade relacional ecossistêmica.

A não separação entre espaço, homem e quadratura abre a possibilidade de pensar o habitar como resultado de uma interação ecológica, plural e dinâmica, cuja realização depende, inevitavelmente, da comunicação entre os diferentes elementos e não de sua essência identitária pré-definida. Logo, o caráter dinâmico do ser relacional heideggeriano e sua realização no devir da quadratura, presta-se bem para pensar o habitar pandêmico contemporâneo, no qual o indivíduo vivencia uma condição habitativa sem precedentes.

4. Cidades pandêmicas: net-ativismo e cidadania digital

Com o advento das tecnologias digitais e a consequente transição do paradigma comunicacional midiático massivo para um modelo de comunicação em rede, vimos emergir uma miríade de movimentos de ativismo digital, fenômeno que denominamos como net-ativismo. Tal termo define

o conjunto das ações em rede que resultam da sinergia entre atores de diversas naturezas — pessoas, dados, softwares, dispositivos, redes sociais digitais, territorialidades informativas etc. — que tecem a emergência de um novo tipo de ecologia (eko-logos) não mais opositiva e separatista, mas estendida não só aos elementos biológicos não humanos, mas também às tecnologias informativas, às entidades territoriais, às diversas superfícies, capazes de conectar e de fazer interagir tudo o que existe no interior da biosfera (Di Felice, 2017, p. 193).

Desde a popularização da web, originalmente restrita aos confins militares e acadêmicos, manifestaram-se em latitudes diversas formas distintas de ação colaborativa com as tecnologias digitais. Na esteira das *fases de preparação* (Tactical Media, Hakim Bey, Luther Blissett), de *experimentação de novas formas de conflitualidade* (Movimento Zapatista) e da *web 2.0 e dos social networks* (Anonymous, Movimento 5 Estrelas, Primavera Árabe, Geração à Rasca, Movimento 15-M, Occupy Wall Street, Jornadas de Junho de 2013 etc.) dos movimentos net-ativistas (Di Felice, 2017; Magalhães, 2018), em meio às dinâmicas de interação efêmeras e desinstitucionalizadas surgem formas eficazes de participação através de plataformas digitais criadas para fins diversos.

Estas últimas não só fornecem os instrumentos para a participação direta dos cidadãos, através de debate, do ativismo e da votação online, mas também permitindo a criação de ecologias de interação que podem conectar a inteligência humana àquelas dos dados, àquela das biodiversidades e da robótica, criando uma hiperinteligência interativa (Di Felice et al., 2018, pp.3-4).

Mesmo longe dos canais políticos institucionais, ou do parlamento das coisas proposto por Latour (1994), tais plataformas ou redes de conexão possibilitam a experimentação de novas formas de cidadania, distintas daquela prevista no contrato social moderno, exclusivamente humana. No contexto da comunicação em rede do terceiro milênio, em um mundo pandêmico, a comunicação entre entidades de naturezas diversas, digitalmente conectadas por processadores, algoritmos, big data e formas automatizadas de inteligência, possibilita novos caminhos para o equilíbrio dos ecossistemas.

Diante da impossibilidade de revelar a totalidade do social em rede, buscamos analisar a sua morfologia a partir de três casos que emergiram em países distintos durante a pandemia da COVID-19, no primeiro semestre de 2020.

O primeiro deles vem da Itália, o epicentro pioneiro do novo coronavírus no Ocidente, onde foi lançado o aplicativo *Immuni* (“Imune”, em português) para o rastreamento de pessoas infectadas pela COVID-19. À medida que os usuários que testaram positivo para a doença se registram na aplicação, todos que estiveram próximos são alertados e aconselhados a se isolarem e a realizarem também seus testes. Tal aplicativo foi desenvolvido com base nas

tecnologias da Apple e da Google para rastrear infecções, utilizando-se do Bluetooth para identificar a aproximação entre dispositivos móveis e seus humanos.

O segundo caso aqui apresentado, o aplicativo *Stayaway COVID* (“Fique longe da COVID”, em português), tem origem em Portugal, reconhecido internacionalmente pelo sucesso por suas medidas de combate à pandemia durante a primeira onda europeia. A exemplo da aplicação italiana, a tecnologia portuguesa, criada pelo Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência da Universidade do Porto, em parceria com o Instituto de Saúde Pública do Porto, também foi desenvolvida com o objetivo de promover um rastreamento digital de pessoas infectadas no território português.

Ao instalarem o programa nos smartphones, os usuários que testarem positivo para o COVID-19 no país inserem na aplicação um código fornecido pelo médico durante o diagnóstico. A partir daí o sistema gera alertas para os smartphones que estiveram em uma área inferior a dois metros de distância da pessoa infectada e durante mais de 15 minutos — condições consideradas potenciais para o contágio, segundo o conhecimento científico e as recomendações das autoridades de saúde vigentes no período.

De fato, lançamentos como o *Immuni* e o *Stayaway COVID* provocam um debate amplo sobre possíveis violações de privacidade de dados de usuários, a despiste das explicações governamentais de que não há qualquer coleta de dados pessoais e de geolocalização, ou que os dados armazenados nos smartphones são criptografados e serão excluídos após determinados prazos, como afirmam as grandes corporações envolvidas. Não se trata de negar a importância do tema, mas tal debate parece passar ao lado de uma questão mais complexa, que evidencia a inadequação de uma perspectiva sujeitocêntrica na nova ecologia pandêmica, marcada pela comunicação das coisas, dos territórios, dos dispositivos, dos ecossistemas, de qualquer entidade que produza dados, incluindo os homens. Esta realidade não se esgota em uma discussão entre apocalípticos e integrados (Eco, 2015), que se arrasta desde a difusão da cultura de massa e continua a se reproduzir na primeira pandemia vivenciada na cultura digital.

O terceiro caso, ou conjunto de ações aqui destacados, vem do Brasil, das comunidades periféricas, de latitudes onde medidas governamentais, produtos e serviços de saneamento básico — distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos — nem sempre chegam. Em todo o território brasileiro emerge um conjunto de movimentos diversos que se espalham em colaboração com as tecnologias digitais em um tempo em que o distanciamento social físico impossibilita o ativismo nas ruas e as políticas nas praças públicas. Ao menos naquele país, as ondas de protestos deram lugar a formas de mobilização social, organizadas nas plataformas digitais, para compra e arrecadação de medicamentos, comida e artigos de necessidade básica, sobretudo itens para o enfrentamento da pandemia (como água, sabão, álcool e máscaras), para distribuição em lugares esquecidos pelos representantes políticos tradicionais.

Na cidade de São Paulo, considerada o epicentro nacional durante a primeira fase da pandemia do novo coronavírus, a União de Núcleos e Associações dos Moradores (UNAS) promoveu campanhas de arrecadação de alimentos e material de higiene, articuladas pelas redes sociais digitais, e desenvolveu pesquisas online sobre os impactos da COVID-19 nas favelas. Ao lado dessas ações, ativistas e comunicadores também se organizaram para combater a pandemia de notícias falsas acerca da doença, a exemplo do coletivo Desenrola e Não Me Enrola, que juntamente com membros de outros coletivos (Periferia em Movimento e Alma Preta) produziram o podcast *Pandemia Sem Neurose*, elaborado especialmente para as favelas — e não sobre as favelas, como de costume nos media massivos. Os áudios, com duração variante entre dois e três minutos, rapidamente se disseminaram entre os moradores por meio do WhatsApp, levando as orientações sobre prevenção, entre outros temas, para a comunidade.

As empreitadas paulistanas são apenas um recorte das ações que se proliferaram de norte a sul do Brasil, por meio das quais, diante da ausência do Estado, ativistas passaram a informar a periferia sobre o novo coronavírus (Silva, 2020, 1 de Abril). De forma mais sistematizada e com atuação mais ampla, estruturada com o suporte da iniciativa privada, o Pacto Contra a COVID-19 também vem atuando como uma frente que reúne as iniciativas da Rede Brasil do Pacto Global no combate à pandemia. O Radar COVID-19, Favelas é outro exemplo de produto produzido em colaboração com as comunidades, no âmbito da Sala de Situação COVID-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. O informativo tem como foco o monitoramento ativo ou vigilância de rumores de fontes não oficiais — mídias, redes sociais e contato direto com coletivos, instituições, movimentos sociais, moradores e líderes comunitários –, com o objetivo de verificar as situações sanitárias desses territórios e antecipar as medidas de enfrentamento pandêmicas.

Por fim, para além das ações desenvolvidas em redes conectivas de autogestão, e dos aplicativos de rastreamento digital que se alastram pelo mundo a fim de monitorar, via smartphones, a infecção por COVID-19, testemunhamos uma infinidade de exemplos de colaborações das tecnologias digitais numa perspectiva comunicativa. Por meio dos algoritmos, inteligências não humanas vêm atuando no processamento dos dados coletados, produzindo previsões essenciais para tomadas de decisão nas searas econômica, científica e de gestão pública, principalmente.

Estimativas a respeito do sobe e desce das curvas de propagação da pandemia, calculadas a partir de modelos matemáticos e de dados disponibilizados nas redes; controles da adesão ao distanciamento social físico em determinadas regiões, também por meio de dados produzidos por smartphones; ou até mesmo previsões sobre pandemias futuras resultam da ação de inteligências distintas das nossas, que o pensamento ocidental nos levou a tratar como meras ferramentas.

No livro *O amanhã não está à venda* (2020), A. Krenak, liderança indígena e pensador brasileiro, destaca que apesar do coronavírus, a natureza segue, convocando a sociedade a

entender que nós, humanos, não somos o sal da terra. “O vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos (...). Temos que abandonar o antropocentrismo; há muita vida além da gente, não fazemos falta na biodiversidade” (Krenak, 2020, p. 7).

Em meio à propagação de vírus e das conexões de todos os tipos, imersos em circuitos de dados e ações algorítmicas que assumem o protagonismo das tomadas de decisões ao redor do globo, exercemos uma outra forma de cidadania dentro do que se denomina como novo normal — uma cidadania digital (Di Felice, 2020) e pandêmica. A busca por formas de imunização social, portanto, devem levar em conta essa ecologia conectiva, na qual os indivíduos (Di Felice, 2020) se constituem por interações entre homens e outros seres, animados e inanimados, em um modo distinto daquela concepção de indivíduo do sujeito moderno.

Quem sabe o pensamento ocidental possa se inspirar na perspectiva ameríndia, para a qual tudo é natureza, o cosmos é a natureza e não se percebe nada para além da natureza, para pensar a atual ecologia pandêmica? Ainda que se reconheçam as diferenças entre as naturezas das entidades que compõem as redes dos nossos dias, observá-las para além das oposições, determinismos e domínios é um caminho possível para interpretar a comunicação do terceiro milênio.

Referências bibliográficas

- Blumer, H. (1982). *El interaccionismo simbólico: perspectiva y método*. Barcelona: Hora.
- Callon, M. (1986). *Some elephants of a Sociology of Translation Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieux Bay*. In J. Law (Ed.), *Power, Action and Belief. A new Sociology of Knowledge?* (pp. 196-219). London/Boston: Routledge Kegan & Paul.
- Capra, F. (1996). *The web of life*. São Paulo: Cultrix.
- Di Felice, M. (2017). *Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo*. São Paulo: Paulus Editora.
- Di Felice, M. (2020). *A cidadania digital*. São Paulo: Paulus Editora.
- Di Felice, M., Pireddu, M., de Kerckhove, D., Bragança de Miranda, J., Sanchez Martinez, J. A., & Accoto, C. (2018). Manifesto pela Cidadania Digital. *Lumina*, 12(3), 3-7. <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2018.v12.21565>
- Eco, U. (2015). *Apocalípticos e Integrados*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Galimberti, U. (1986). *Invito al pensiero di Martin Heidegger*. Milano: Mursia.
- Goffman, E. (1985). *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Haraway, D. J. (2016). *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press.
- Heidegger, M. (1951). *Construir, habitar, pensar*. Trad. M. S. C. Schuback. Disponível em https://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf
- Krenak, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Latour, B. (1988). *The Pasteurization of France*. Cambridge: Harvard University Press.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Latour, B. (2004). *Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador/Bauru: EDUFBA/EDUSC.
- Law, J. (1984). *On the Methods of Long-Distance Control: Vessels, Navigation and The Portuguese Route to India*. In J. Law (Ed.), *Special Issue: Sociological Review Monograph Series: Power Action and Belief. A New Sociology of Knowledge*, 32, 234-263. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1984.tb00114.x>
- Magalhães, M. (2018). *Net-ativismo: protestos e subversões nas redes sociais digitais*. Lisboa: Coleção ICNOVA.
- Merton, R. K. (2000). *Teoria e estrutura social* (Vol 1: Teoria Sociológica). Bologna: Il Mulino.
- Parsons, T. (2010). *A estrutura da ação social: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes* (Vol. 1 — Marshall, Pareto, Durkheim). Petrópolis: Editora Vozes.
- Serres, M. (1990). *O contrato natural*. Lisboa: Piaget.
- Serres, M. (2017). Information and Thinking. In R. Braodotti & Dolphijn (Eds.), *Philosophy After Nature* (pp.13-20). London/New York: Rowman & Littlefield.
- Silva, J. C. (2020, 1 de Abril). Na ausência do Estado, ativistas informam a periferia sobre o coronavírus. *Agência Pública*. Disponível em <https://apublica.org/2020/04/na-ausencia-do-estado-ativistas-informam-a-periferia-sobre-o-coronavirus/>
- Stengers, I. (2005). *Cosmopolitiche*. Roma: Sossella.
- Vattimo, G. (1971). *Introduzione ad Heidegger*. Roma/Bari: Laterza.
- Vlessing, E. (2020, July 30). Facebook Tops 2.7 Billion Monthly Active Users in Latest Quarter. *Billboard*. Disponível em <https://www.billboard.com/articles/business/9427355/facebook-tops-2-7-billion-monthly-active-users-earnings-report>
- Weber, M. (1999). *Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Coleção ICNOVA

Coord.
Francisco Rui Cádima
& Ivone Ferreira

**Isabel Ferin, Ana Cabrera,
Carla Martins**

O ressurgimento da informação
televisiva: uma “janela” para
a pandemia

Francisco Rui Cádima

A COVID-19 e a crise dos Media
em Portugal

Nelson Oliveira, Margarida

Lorigo, Elisa Cairrao

A COVID-19 no telejornal
da noite: o papel da televisão
na construção social
da pandemia

Thales Lelo, Fernando Pachi

Filho, Roseli Fígaro

Credibilidade jornalística
e o discurso de “combate”
à desinformação na cobertura
da COVID-19 no Brasil

Andreia Freitas, Ana Isabel

Pinheiro, Susana Amante

Práticas discursivas
de jornalistas portugueses
em tempo de covid-19

Isabela Gerbelli Garbin

**Ramanzini, Warley Gian
da Silva Matos**

Reacting to COVID-19:
regional human rights systems’
digital communication
on the Global Coronavirus
Pandemic

Andrik Brito Viana,

Fernanda Vasques Ferreira,

Marco Aurélio Boselli,

Rafiza Varão

Informações divergentes,
falhas e negacionismo:
uma análise do enfrentamento
à covid-19 no Brasil no âmbito
da comunicação

João Pereira Matos

COVID-19 e o discurso
imunitário: biopolítica,
bioeconomia e resistência

João Carlos Martins

Reação em cadeia: sobre
a covid-19 e o envolvimento
Digital no Poder Local
em Lisboa

Paula Lobo, Ivone Ferreira

Práticas de Relações Públicas
no contexto da pandemia
de COVID-19: da academia para
a sociedade civil

Irina Rosa

Factores de Sucesso na Gestão
da Crise da COVID-19 na
Nova Zelândia e o estilo
comunicacional da Primeira-
-Ministra Jacinda Ardern

Ana Lúcia Mandelli

de Marsillac,

Anelise Hauschild Mondardo

Incêndios do véu, vestígios
informes: jogos com obras
de arte em tempos de Pandemia

Cláudia Pernencar,

Inga Saboia, Rita Santos,

Rúben Santos

O ensino remoto em contexto
COVID-19 na prática projetual
baseada em *Design Thinking*

Massimo Di Felice,

Marina Magalhães

Cidadanias pandêmicas:
as formas conectivas
do habitar